

Sumário dêste número

EDITORIAL: Geógrafos Estrangeiros no Brasil — Prof. FABIO DE MACEDO SOARES GUIMARAES (pág. 803).

COMENTÁRIO: O Ensino da Geografia — Prof. EVERARDO BACKHEUSER (pág. 805).

TRANSCRIÇÕES: Geologia de Sergipe — Eng. AVELINO INACIO DE OLIVEIRA (pág. 809). — Algumas Observações sôbre a Industrialização Mundial — MORRIS LLEWELLYN COOKE (pág. 818).

RESENHA E OPINIÕES: Política imigratória para o Brasil (pág. 829). — O clima do Brasil (pág. 834). — Estrada de Ferro Brasil-Bolívia (pág. 841). — Percy Lau — Um artista a serviço da Geografia (pág. 846). — O Piauí (pág. 851). — Significação de alguns topônimos (pág. 852).

CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO: O Brasil no Mundo — Interesses Brasileiros na África e na Ásia — Prof.^a LÉA QUINTIERE — (pág. 855). — Aspectos Fisiográficos das Regiões Fronteiriças — IX — A Bacia do Uruguai — Prof. F. A. RAJA GABAGLIA — (pág. 857).

SEMINARIOS DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS: Ata do 4.º Seminário de Estudos Geográficos, realizado a 19 de julho de 1946, na sede do Conselho Nacional de Geografia (pág. 861).

NOTICIÁRIO: CAPITAL FEDERAL — Presidência da República — Conselho Nacional de Imigração (pág. 869). — Conselho Nacional do Petróleo (pág. 869). — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Conselho Nacional de Estatística (pág. 869). — Conselho Nacional de Geografia (pág. 873). — Ministério da Agricultura (pág. 874). — Ministério da Justiça e Negócios Interiores (pág. 875). — Ministério das Relações Exteriores (pág. 876). — Universidade do Brasil (pág. 876). — Prefeitura do Distrito Federal (pág. 876). — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Associação dos Geógrafos Brasileiros (pág. 877). — Faculdade de Ciências Econômicas (Fundação Mauá) (pág. 877). — Sociedade Brasileira de Estatística (pág. 877). — Sociedade Brasileira de Geografia (pág. 877). — CERTAMES — IV Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História — III Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia (pág. 877). — I Reunião Conjunta das Sociedades de Biologia do Brasil (pág. 877). — II Reunião Plena da Comissão de Estatística Agrícola do Instituto Interamericano de Estatística (pág. 878). — UNIDADES FEDERADAS — Bahia (pág. 878). — Mato-Grosso (pág. 878). — Minas-Gerais (pág. 878). — Paraná (pág. 879). — Rio-de-Janeiro (pág. 879). — Rio-Grande-do-Sul (pág. 879). — São-Paulo (pág. 880). — Sergipe (pág. 881). — Território Federal do Guaporé (pág. 881). — EXTERIOR — Canadá (pág. 881). — Cuba (pág. 881). — México (pág. 882).

RELATÓRIOS DE INSTITUIÇÕES DE GEOGRAFIA E CIÊNCIAS AFINS: Bahia (pág. 883).

BIBLIOGRAFIA: Apontamentos Bio-bibliográficos — CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON — (pág. 886). — REGISTOS E COMENTÁRIOS BIBLIOGRÁFICOS — Livros (pág. 890). — Periódicos (pág. 891). — CONTRIBUIÇÃO BIBLIOGRÁFICA ESPECIALIZADA — Catálogo geral das publicações da antiga Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato-Grosso ao Amazonas e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (I) (pág. 892). — RETROSPECTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Índice, por assunto, dos trabalhos publicados nos volumes 90 a 185 (pág. 897).

LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário dos decretos-lei publicados no período de 16 de agosto a 10 de setembro de 1946 (pág. 905). — Integra da legislação de interesse geográfico — Decretos-lei (pág. 916). — Decretos (pág. 919). — Atos diversos (pág. 920). — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Integra dos decretos, decretos-lei e demais atos de interesse geográfico — Bahia (pág. 926). — Mato-Grosso (pág. 926). — Paraná (pág. 926). — Pernambuco (pág. 929). — Rio-de-Janeiro (pág. 930). — Santa-Catarina (pág. 930). — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Geografia — Diretório Central — VII Assembléia-Geral — Ementário das Resoluções ns. 173 a 210 — Integra das Resoluções ns. 236 a 239 (pág. 931). — Diretórios Regionais — São-Paulo — Integra das Resoluções ns. 16 a 21 (pág. 934).



Boletim Geográfico

Ano IV	OUTUBRO DE 1946	B. G. E. CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA	N.º 43
--------	-----------------	----------------------------------------------	--------

Editorial

BIBLIOTECA

N.º de Reg. 211

Data 0-1-56

Geógrafos Estrangeiros no Brasil

O desenvolvimento dos estudos geográficos em nosso país muito deve, incontestavelmente, às atividades de eminentes cientistas estrangeiros. Quer como exploradores e pesquisadores em ação direta, quer como estimuladores e mestres dos geógrafos brasileiros, os cientistas alienígenas têm dado contribuição decisiva à Geografia pátria.

Tal contribuição nada tem de recente, estendendo-se, antes, a um longo período de nossa história. Sem querer fazer referência aos cientistas que vieram ao Brasil no século XVII, durante o domínio holandês no Nordeste, pois que tal fato constitui breve episódio isolado nos tempos coloniais, podemos considerar o século XIX como a época áurea das viagens e explorações estrangeiras em nosso país, tendo como resultado um vigoroso impulso nas pesquisas sobre o território. Desde a "abertura dos portos" se inicia uma corrente quase que ininterrupta de homens de ciência, em maioria europeus, a percorrerem o país, empenhados com entusiasmo e encantamento em desvendar os segredos da terra brasílica, até então vedada à curiosidade de forasteiros.

Não eram tais pesquisadores geógrafos de profissão, mas sim cultores de ciências sistemáticas, especializadas (mineralogistas, geólogos, botânicos, zoólogos, etnólogos, etc.). Todos contribuíram, entretanto, para o conhecimento científico da terra e da gente brasileiras. Muitos deles, além disso, eram dotados do que podemos chamar de "espírito geográfico", não se limitando às suas especializações e sim contribuindo diretamente para o progresso da Geografia. Dentre muitos destes, ressaltam os vultos de Eschwege, Martius e Saint-Hilaire.

Além dos europeus, em maioria alemães, franceses e ingleses, pudemos contar com um excelente grupo de cientistas americanos — Hartt, Derby, Branner, etc. —, mestres dos geólogos brasileiros. O magnífico impulso dos estudos geológicos deu-nos a indispensável base para as pesquisas geográficas.

Do trabalho de tantos exploradores, quer estrangeiros, quer nacionais, resultou rico acervo de observações e dados, embora ainda muito incompleto, a ser manipulado pelos estudiosos, num trabalho de síntese, dentro do espírito da moderna Geografia, dedicada não mais apenas à descrição, mas também à explicação, à interpretação.

Esta fase da Geografia moderna só neste século tomou verdadeiro impulso. Apesar dos esforços de muitos geógrafos patricios (como Delgado de Carvalho, Backheuser, Raja Gabaglia, Fróis Abreu e tantos outros), somente

depois de 1930, com a fundação dos cursos de Geografia em nível universitário nas Faculdades de Filosofia e com a criação do Conselho Nacional de Geografia, se inicia propriamente o período moderno da Geografia brasileira. Para tal movimento renovador foi ainda decisiva a influência dos mestres estrangeiros. Desta vez tratava-se de geógrafos propriamente ditos, em sua maioria franceses. Pierre Deffontaines (de Lille), Philippe Arbos (de Clermont-Ferrand), André Gibert (de Lyon), Francis Ruellan (da Sorbonne) e Pierre Monbeig têm sido os mestres da nova geração de geógrafos brasileiros, nas Faculdades de Filosofia do Rio-de-Janeiro e de São-Paulo.

O Conselho Nacional de Geografia surgiu em pleno início do movimento renovador e sempre esteve em estreitas relações com aqueles mestres. Já para a sua criação foi importante a contribuição de De Martonne, Monbeig e Deffontaines, ao apelarem para a adesão do Brasil à União Geográfica Internacional, por intermédio de um Comité nacional, que veio a ser o próprio Conselho Nacional de Geografia. O recrutamento de técnicos de suas Secções de Geografia tem sido feito principalmente dentre geógrafos licenciados por aquelas Faculdades e antigos alunos dos referidos mestres.

Atualmente são os professores Pierre Monbeig e Francis Ruellan, aquele em São-Paulo e este na Capital Federal, que continuam a tradição da influência dos geógrafos franceses em nosso ensino universitário. Com eles procura o Conselho manter constante cooperação. Muitas têm sido as excursões de estudos geográficos a diversas regiões do país, empreendidas conjuntamente por alunos da Faculdade Nacional de Filosofia e por funcionários do Conselho, sob a orientação do Prof. Francis Ruellan. Dirigidos por este, têm sido mantidos cursos de aperfeiçoamento de técnicos do C. N. G., especialmente sobre Geomorfologia.

Pesquisas e cursos de Biogeografia têm sido realizados, sob a direção do Prof. Pierre Dansereau, da Universidade de Montreal, iniciando-se assim colaboração com um representante dos geógrafos canadenses.

Desde poucos meses está colaborando com o Conselho, especialmente em trabalhos de exploração e pesquisa nas zonas pioneiras, um grande mestre da ciência geográfica germânica, o Prof. Leo Waibel, da Universidade de Bonn, hoje cidadão americano e até há pouco pertencente ao Departamento de Geografia da Universidade de Wisconsin.

Nos últimos anos, também geógrafos americanos têm realizado estudos no Brasil, como os professores Robert Platt (de Chicago) Preston E. James (então de Michigan) e Lynn Smith (de Baton Rouge, Louisiana).

A época atual apresenta, por conseguinte, um esplêndido florescimento do intercâmbio cultural entre geógrafos estrangeiros e estudiosos brasileiros, do que vem resultando um fecundo movimento de revitalização da Geografia em nosso país.

FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES

Assistente Coordenador de Geografia do C. N. G.

O Ensino da Geografia

Prof. EVERARDO BACKHEUSER
Consultor Técnico
do Conselho Nacional de Geografia

O ensino da Geografia é daqueles que podem ser seriados metódicamente, sem repetições perturbadoras, desde o primeiro ano do curso primário até o último de uma faculdade superior especializada. O desenvolvimento da matéria se desenrolará sem entrechoques, suavemente, seguindo a marcha indutiva, do particular para o geral, do próximo para o distante, do empírico para o racional, tudo de acôrdo com as modernas concepções pedagógicas recomendadas pelos melhores mestres em especial no período da infância e adolescência.

Não é assim, todavia, que se tem procedido no Brasil.

Apenas nos programas de ensino primário, e assim mesmo só em algumas Unidades Federadas já na corrente da renovação educacional, essa regra psicopedagógica está sendo obedecida, aliás não muito rigorosamente, apesar dos bons resultados colhidos na prática e reconhecidos pelos técnicos, não só de educação como de Geografia.

Quanto ao ensino secundário, da disciplina a última reforma fixou uma seriação algo esdrúxula, a qual tem acarretado dificuldades aos professores para ensinar a matéria com regular eficiência. Aquela reforma de fato seguiu com exagêro a marcha dedutiva que aplicada às etapas de passagem da infância à adolescência é anticientífica, por demasiadamente racional. As crianças dos dois primeiros anos ginasiais ficaram obrigadas a adquirir, quer noções só realmente assimiláveis por alunos dos anos colegiais, quer matérias por demais extensas para aquela idade (estudo de todos os continentes em um só ano, por exemplo). Os princípios teóricos da Geografia Física, Matemática e Humana são propinados em situação psicológica claramente contraindicada pelos mais elementares tratadistas.

Da mesma sorte do ensino secundário está aquêle que se ministra nas faculdades de filosofia, de acôrdo com a seriação oficial, destinado, como se sabe, à formação ao mesmo tempo de geógrafos e de professores secundários. Englobada a Geografia em um curso que também é de História, há sacrificio de ambas. Mas sem dúvida quem paga maior tributo de prejuizo é a ciência de Humboldt e Ratzel. É a irmã desertada. Cabem-lhe menor número de cadeiras e muito menor número de aulas semanais.

Examinemos separadamente cada um desses casos.

Em primeiro lugar, a seriação.

Há aqui no Brasil, no estudo da Geografia, repetições desnecessárias sob o pretêxo de ser repetida a matéria em nível de diversas mentalidades, o que seria justificável até certo ponto, mas também há lamentáveis hiatos, deixando de ser, na época própria, abordados certos assuntos para tratar de outros que a criança não pode entender. Ora a Geografia é disciplina que comporta ministrar o ensino em continuidade, sem saltos ou omissões, no tipo da chamada escola única, isto é, repito, em estrada suave, desde o início do curso primário até o fim do curso superior especializado. Sempre defendi esse ponto de vista pedagógico. Tive prazer, portanto, ao verificar ser êle avalizado por George Renner, ilustre professor do Teachers College da Columbia University. Em trabalho aparecido em "Air Age Education Series", no volume correspondente à Geografia — (Geographic education for the Air — Age) êsse autor não só advoga essa

tese, como sugere interessante proposta consubstanciando-a. Vou tentar reproduzir a criteriosa e inteligente proposta do douto especialista adaptando-a, na apresentação, ao tipo corrente de distribuição do ensino no Brasil, a saber, cinco anos primários, quatro ginasiais, três colegiais e quatro de ensino superior, em faculdade de filosofia. Ajeitando-a a essa programação, a matéria é assim apresentada por George Renner:

Curso primário — Nos três primeiros anos dêsse curso: Pré-geografia, correspondendo mais ou menos àquilo que se chamou outrora de “Lições de Coisas”, ou, em rótulo mais moderno, de “Noções de Ciências Naturais e Sociais”. Graças a essas noções o aluno chegaria ao conhecimento do bairro residencial da sua cidade, no que tem de típico, ou do povoado mais próximo nas zonas rurais, bem como a conhecimentos ligados à vida agrícola, industrial ou comercial em cujo meio viver — 4.º ano — Geografia local a que denomina *Home Geography*, tradução adequada da classicamente conhecida *Heimatgeographie* dos alemães. Donde, no caso brasileiro, estudo do Município e do Estado. — 5.º ano — *Journey Geography* pela qual, como que viajando, chegaria o estudante a conhecer seu país em particular e o Globo em suas linhas gerais.

Curso ginasial — 1.º ano — *Anglo-América* (o que corresponderia, no Brasil, ao continente sul-americano ou no máximo à América Latina). — 2.º ano — *Eurásia* — (adaptado à hipótese brasileira, equivaleria ao estudo da América do Norte e da Europa, bem como do Oceano Atlântico) — 3.º ano — *Os continentes meridionais*: América Latina, África, Austrália e Oceânia e bem assim os Oceanos Pacífico e Índico. — 4.º ano — *Geografia Econômica*, da Terra em seu conjunto, tendo sido os anos anteriores destinados ao conhecimento da Geografia Física e Política respectiva, em cujo estudo teria havido a indispensável dose de nomenclatura que, diga-se de passagem, não pode ser deixada de lado como parecem inculcar alguns exagerados aficionados da Geografia moderna.

Curso colegial — 1.º ano — Conservação de recursos o que vale dizer, “Geografia Econômica do próprio país”, tendo em vista o uso racional dos recursos naturais, de toda espécie, nêles existentes. — 2.º ano — *Fundamentos geográficos da história dos Estados Unidos* — 3.º ano — *Geografia Política Elementar*. Terra.

Os anos seguintes da proposta Renner são os de *College* nos Estados Unidos e correspondem, ao que se depreende, aos anos de curso superior das nossas faculdades de filosofia, e mesmo em certas disciplinas, é de nível mais alto do que aqui adquirem os alunos superiores. O curso de *College* compreenderia, segundo a proposta, as seguintes cadeiras: *Ecologia Humana* (chamada entre nós de “Geografia Humana propriamente dita”): *Geografia Regional*; *Geografia Política* (nome que alguns geólogos norte-americanos — aliás erroneamente — dão à Geografia Política de nível superior); *Geo-Econômica*, isto é, *Geografia Econômica* em grau superior; a *Geografia Etnica e Cultural*, mais ou menos equivalente, na terminologia brasileira, à *Etnografia Geral e Especial*.

Evidentemente, não será possível adaptar, de modo completo, êsse belo e bem concatenado projeto do ilustre mestre da Columbia University ao caso brasileiro. Seria realizável, porém aproximarmo-nos dêle, no limite das condições atuais do ensino em nossa pátria.

Malgrado reconhecer-me incompetente e sem a necessária prática de ensino primário e secundário, ousou aventar uma proposta de programação sistemática da Geografia para os três graus de ensino. Formulo-a a título de ensaio, para agitar o debate, receber outras opiniões e críticas sob a forma de emendas e sugestões, sejam supressivas, sejam aditivas ou substitutivas. Terei imenso prazer de ouvir os discordantes e procurar divulgar seus pontos de vista. É, diz o prólogo, da discussão que nasce a luz.

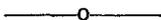
O essencial, a meu ver, é manter na seriação a índole de “escola unitária” pelo qual, como dito acima, o ensino se faz sem solução de continuidade (ou escusadas repetições), desde o primeiro ao último degrau da aprendizagem.

Curso primário — 1.ª série: A casa e a escola; 2.ª série: O bairro da escola e de residência do aluno, nas cidades, ou o povoado mais próximo e redondezas da escola na zona rural; 3.ª série: O município (no caso do Distrito Federal,

a zona correspondente ao local da escola: Zona Sul. Norte, subúrbios da Central ou da Leopoldina, Zona Rural, ilhas); 4.^a série: O Estado respectivo (ou o Distrito Federal, em conjunto); 5.^a série: Geografia do Brasil, principalmente Física, com os complementos basilares da divisão política e regional e das principais explorações econômicas.

Curso ginásial — 1.^a série: América do Sul, inclusive Brasil, mais detalhadamente em suas sete grandes regiões; 2.^a série: América do Norte e Europa, inclusive Oceano Atlântico; 3.^a série: Os demais continentes e oceanos; 4.^a série: Geografia Econômica, principalmente dos países que mantenham intercâmbio com o Brasil ou lhe façam concorrência comercial.

Curso colegial — 1.^a série: Princípios gerais de Geografia Matemática e Física ou seja fundamentos de Geomorfologia, Climatologia e Ecologia Vegetal; 2.^a série: Geografia Humana, principalmente Cultural e Econômica, em geral e em suas aplicações ao Brasil; 3.^a série: Geografia Política do Brasil em relação com a sua história.



Quanto ao programa de Curso Superior de Geografia sejam-me permitidas algumas palavrinhas de justificação preliminar, antes de apresentar o plano, pois para bem ajuizar das alterações é preciso, ao menos em linhas gerais, conhecer o que atualmente em nosso país é o ensino superior de Geografia.

Esse ensino é feito nas faculdades de filosofia visando, além do fornecimento de cultura geral a quem a desejar a formação de professores secundários e o preparo de técnicos para pesquisas da especialidade. Os catedráticos têm, portanto, de ministrar aulas teóricas e trabalhos práticos de campo e de laboratório a um grupo misto, o que é inconveniente para professores e para alunos, pois só excepcionalmente haverá maneira de conciliar os dois propósitos, sendo sempre um dos grupos mais ou menos sacrificado.

No caso particular da Geografia, há presentemente, como recordei de início, uma outra dificuldade: o curso é de Geografia e de História. Esta tem no curriculum tal preponderância que quase absorve o tempo todo, pouco restando ao estudo da Geografia.

Duas medidas se impõem portanto: separar o de professores secundários do de geógrafos de campo. Parece — felizmente! — que ambas as decisões já estão tomadas pela Comissão Universitária encarregada de rever a organização do ensino superior.

Evidentemente em um curso de professor há de ser dado o ensino de matéria pedagógica (pelo menos “didática” e “psicologia educacional”) porque não há quem acredite possível, em tempos modernos, a existência de “um professor” sem a formação correspondente. A “vocação” não impede, senão exige, a “formação”. Imaginar a existência de professores, “de nascença” sem preparo técnico, é como pensar desnecessário escolas de medicina, de engenharia, de direito, de sacerdotes, de mecânicos, de bromatologistas, de *chauffeurs*. Além das ciências e artes de educação para a formação de professores, também as artes e ciências da Geografia, devem igualmente ser aprimoradas, já em suas linhas mestras da respectiva filosofia, já em suas minúcias de técnica de realização. Esta última proposição vale, é claro, tanto para professores como para técnicos, pois, ambos precisam muito de noções especializadas das disciplinas geográficas.

O futuro programa de um Curso Superior de Geografia carece ser meditado com carinho, para evitar, de um lado, o exagêro das especializações e, de outro, o também descabido exagêro das cadeiras de título muito geral, e portanto, muito vago. De fato não se compreende pedir, a não ser sob a forma de extensão universitária, uma cadeira por exemplo de “Imigração e Colonização”, ou de “Sedimentação Fluvial”, ou de “Geografia do Café e da Borracha”. E’ também inadmissível manter as denominações amplas e imprecisas da Geografia Física e Geografia Humana que abarcam um mundo de coisas, hoje em dia constituindo especialidades características. A Geografia, mantendo a sua unidade fundamental, já comporta, graças ao seu avançamento, subdivisões, largas e arejadas. Assim como há na Matemática o estudo em separado de cadeiras de Cálculo,

de Geometria, de Mecânica, na Física, as de Eletricidade e Ótica; em Biologia, as de Botânica e Zoologia, assim também um Curso Superior de Geografia exige que as partes dessa ciência se individualizem em cátedras autônomas, embora no final do curso, se haja formado o geógrafo, de visão unitária e sintética.

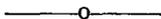
O preparo de professores de Geografia ou de técnicos não pode além disso, dispensar certo número de conhecimentos correlatos com ela: Estatística, Etnografia, Desenho e principalmente História da Civilização. Deixo de lado nessa enumeração outras ciências bem vizinhas da Geografia Física (por ex., Geologia, Botânica, Meteorologia), mas a exclusão é só aparente porque imagino possam ser aprendidas estas últimas dentro das subdivisões que apresento no plano abaixo detalhado.

Considero necessárias as seguintes cadeiras de especialidade:

1.º — *Geomorfologia* (com preâmbulo de Geologia), *Climatologia*, (com preâmbulo de Meteorologia), *Ecologia Vegetal* (com preâmbulo de Botânica Geral), partes essenciais da Geografia Física, como estudo que são do solo, do clima e do revestimento florestal; 2.º — *Ecologia Humana*, *Geografia Política* e *Geografia Econômica*, como as três principais subdivisões da Antropogeografia ou Geografia Humana, referentes cada uma delas respectivamente à teoria da "posição" e da "situação" à teoria do "espaço" e à teoria do "domínio", segundo a tripartição clássica de Kjellén-Ratzel.

No curso especial de técnicos de *Geografia* seria adicionado o estudo da *Cartografia*, dos *Sistemas de Projeção Geográfica* e da *Técnica das Pesquisas Geográficas* qualquer das três indispensável a quem queira ser verdadeiramente um geógrafo digno desse nome. Seria possível acrescentar ainda à cadeira de *Geopolítica do Brasil*, para o curso de Geografia, cadeira a ser também obrigatoriamente freqüentada pelos estudantes de direito, de engenharia e das Escolas de Estado Maior, em cujas elites recoltaria o Brasil de futuro os seus estadistas.

No curso para professores incluir-se-iam as cadeiras de *Pedagogia* acima lembradas e que não precisariam ser freqüentadas pelos candidatos ao título de geógrafo, assim com êstes não freqüentariam as destinadas à formação do professor.



De acôrdo com essas premissas formulo a minha proposta de reorganização ou, se quiser, da organização de um Curso Superior de Geografia.

Haveria em cada ano uma parte comum às duas especialidades (geógrafos e professores de Geografia) e cadeiras especializadas para cada um dos dois ramos.

Eis a seriação que submeto aos competentes, certo de que receberão com benevolência a minha modesta proposta, desejando eu com sinceridade que dela algo possam aproveitar:

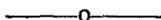
1.º Ano: *Curso Geral* — Geomorfologia (com noções de Geologia e Oceanografia); Climatologia; Ecologia Vegetal; Estatística; História da Civilização (1.ª parte); *Curso de Técnicos* — Cartografia; *Curso de Professôres* — Psicologia Educacional.

2.º Ano: *Curso Geral* — Geomorfologia (Relêvo e Hidrografia); Ecologia Humana; História da Civilização (2.ª parte); Etnografia; *Curso de Técnicos* — Técnica da Pesquisa Geográfica; *Curso de Professôres* — Didática Geral (parte teórica, precedida de noções de Filosofia da Educação).

3.º Ano: *Curso Geral* — Geografia Econômica; Geografia Política; Geografia do Brasil (parte Física); História do Brasil; *Curso de Técnicos* — Técnica da Pesquisa Geográfica; *Curso de Professôres* — Didática Geral (parte prática, metodologia).

4.º Ano: *Curso Geral* — Geografia do Brasil (parte Humana); Geografia Regional; "Filosofia da Geografia"; Geopolítica do Brasil; *Curso de Técnicos* — Sistemas de projeção geográfica e levantamentos expeditos, inclusive determinação de coordenadas; *Curso de Professôres* — Didática especial da Geografia.

Eis aí o projeto. E' bom? E' mau? *Dicant paduani.*



Geologia de Sergipe

Eng. AVELINO INÁCIO DE OLIVEIRA

Membro do Diretório Central do C. N. G.

Monografia editada sob o mesmo título pela empresa "Mineração e Metalurgia" — Rio de Janeiro, 1943

A geologia de Sergipe tem sido objeto de estudos cuidadosos desde os tempos do Império. Mereceu atenção especial dos pioneiros da investigação geológica sistemática em nosso país, entre os quais se destacam Charles Frederic Hartt e John Casper Branner. Mais recentemente dela se ocuparam Ralph H. Sopper, Luis Flores de Moraes Rêgo, Aristomenes Guimarães Duarte, João Miranda, Josalfredo Borges, Axel Löfgren, Paulo Erichsen de Oliveira, Pedro de Moura, Alberto F. Lavèner Wanderley e outros.

Compreende terrenos arqueanos, algonquianos, silurianos, permianos, triássicos, cretáceos e cenozóicos.

ARQUEANO — O sistema arqueano, descrito por Derby e Hartt nos afloramentos das margens do rio São-Francisco, entre Propriá e a cachoeira de Paulo-Afonso, avança pela zona noroeste e central do Estado por entre as serras Itabaiana e Miaba, estende-se para sul através da zona de Riachão e Tanque-Novo e atinge o rio Real na área da ferrovia de Aracaju ao Salvador.

Uma pequena mancha de gnaiss epidotífero se encontra isolada em Anápolis, aflorando no primeiro trecho da estrada que conduz a Paripiranga. No resto dessa via pisa-se em sericita-clorita-xisto da série Itabaiana. Mais ao norte, observa-se outro contacto entre o arqueano e os sericita-xistos de Carira.

ALGONQUIANO — *Série Itabaiana* — Foi Branner¹ quem primeiro descreveu as rochas da serra de Itabaiana. Sopper² identificou os "quartzitos de Itabaiana" com a série Jacobina, mas ponderou não lhe ser possível estabelecer a relação daquelas rochas com os quartzitos de Minas-Gerais e oeste da Bahia.

As mais importantes serras de Sergipe, constituídas de quartzitos da série Itabaiana são: Miaba, Comprida, Cajaíba, Capunga, Redonda, etc. Sopper dá muitos pormenores sobre elas. Segundo Branner,³ a serra Miaba, a oeste da Itabaiana, apresenta como esta estrutura monoclinal, aquela mergulhando para oeste e a última para leste.

Entre Anápolis e Paripiranga (Bahia), nós e o Eng. Pedro de Moura verificamos, em 1941, a ocorrência de sericita-clorita-xisto. As suas exposições na fazenda Mercador apresentam estrutura fibrosa, lembrando madeira podre, com inclusões de palhetas de biotita e porfiroblastos de granada, indicando pelo grau de metamorfismo, a proximidade da seqüência gnássica.

A nosso ver, pelo menos a maior parte da série Itabaiana corresponde à série Minas.

SILURIANO — *Série Vaza-Barris* — Esta série foi destacada por Moraes Rêgo⁴ da parte inferior da série Estância criada por Branner.⁵

De acôrdo com êste professor, a série Estância consiste de conglomerados grosseiros na base, arenitos grosseiros com estratificação cruzada, folhelhos vermelhos e cinzas, calcáreos róseos e outros; e na parte superior, calcáreo

¹ "Cretaceous and Tertiary Geology of Sergipe-Alagoas basin of Brazil"; trans. *Am. Phil. Soc.* XVI, págs. 379-383, 1889.

² *Geologia e Suprimento d'Água Subterrânea em Sergipe e no Nordeste da Bahia*; publ. 34, Insp. Obras Contra as Secas, 1914, pág. 21.

³ *Resumo da Geologia do Brasil*; publicação da Geological Society of America, vol. 30, n.º 2, junho de 1919, pág. 136.

⁴ "Notas sobre a Geologia, a Geomorfologia e os Recursos Minerais de Sergipe"; *An. Escola de Minas de Ouro Preto*, n.º 24, 1933.

⁵ "The Estancia Beds of Bahia, Sergipe and Alagoas, Brazil"; *Am. Jour. Soc.* XXXV, June, 1913.

contendo concreções silicosas (*chert*). Cobre grandes áreas nos Estados da Bahia e Sergipe e no extremo sul de Alagoas, ora assentando sobre rochas do complexo fundamental, ora sobre a série Lavras (cambriano?), ora sobre folhelho Caboclo.

Revedo a geologia de Sergipe, nós e P. de Moura chegamos à conclusão de que a série Estância, tal como a descreveu Branner e no sentido lato como foi encarada por R. Sopper, H. E. Williams e outros geólogos, engloba no mínimo três séries distintas:

SÉRIE ESTANCIA *sensu lato*
(Branner, 1889)

Série Baixo São-Francisco (Derby), triássico, um termo continental cretáceo que dela excluído chamaremos — formação Jaboatão.

Série Estância "*sensu stricto*", permiana, continental.

Série Vaza Barris "*sensu stricto*", equiparada à série São-Francisco (Derby), siluriana.

No sentido estabelecido por Moraes Rêgo, a série Vaza-Barris assenta sobre a série Itabaiana, algonquiana, e mergulha sob o cretáceo, abrangendo as seguintes formações: — calcários cristalinos, duros, azulados e róseos, divisíveis em lâminas e contendo por vezes silex; 2 — filitos (ardósias de Sopper) muito metamórficos, escuros, pretos ou esverdeados, com palhetas de mica; 3 — arenitos, geralmente amarelados, de granulação muito fina passando, segundo Sopper, a quartzitos azulados. Esta série aflora em duas áreas: a primeira situada em Itaporanga, continuando pelo vale do Vaza-Barris, e a segunda se estende entre Anápolis e Lagarto, continuando para oeste até o Estado da Bahia, para o norte além da serra Negra, e para sul até adiante de Campos.

As conclusões de Moraes Rêgo foram logo prejudicadas com a determinação de Aristomenes Duarte⁶ de fósseis triássicos em camadas por aquêla incluídas na sua série Vaza-Barris.

Esta série, no sentido restrito, assenta em discordância sobre a série Itabaiana (algonquiana) e mergulha, também discordantemente, sob a série Estância *sensu stricto*, (permiana). Até agora se tem mostrado afossilífera, possivelmente por deficiência de pesquisas. Seu principal característico é o aspecto altamente metamórfico e os dobramentos que exhibe. E' essencialmente constituída de ardósias e filitos finamente laminados e micáceos, e calcários e quartzitos subordinados. Mostra-se com frequência cortada de vieiros de quartzo por vezes em forma de buchos. São estas as rochas dominantes no trecho entre Tanque-Novo e Campos, estendendo-se até o rio Real e penetrando no Estado da Bahia. Também entre São-Paulo e Carira; no vale do Jacarecica, nas fraldas da serra de Itabaiana; e numa estreita faixa junto aos calcários triássicos do morro do Chaves na cidade de Propriá.

Os calcários desta série são azulados, cristalinos e muito duros, ocorrendo sempre como leitos subordinados das ardósias e filitos. Os quartzitos são escuros, muito duros e de grã fina.

Estêve a série Vaza-Barris em muitas áreas sujeita a longo ciclo erosivo, restando peneplanada e produzindo um solo pedregoso, pela abundância de quartzo de vieiro. E' geralmente revestida de vegetação de caatinga.

PERMIANO — Série Estância — A cidade de Estância, situada ao sul do Estado de Sergipe, numa região de topografia ondulada, de 60 a 100 metros de altitude, foi em 1867, visitada pelo professor Hartt⁷ a quem devemos as primeiras notas sobre a geologia e fisiografia dessa região. Descreveu Hartt as rochas como arenitos grosseiros, vermelhos e micáceos, muito semelhantes ao *red sandstone* triássico de Nova Jersey.

Em 1875, durante a existência da Comissão Geológica do Império, Branner⁸ visitou Estância e percorreu a área entre esta cidade e a serra de Itabaiana, com o objetivo primordial de determinar as relações entre as formações por êle

⁶ "Petróleo e condições para sua ocorrência no Estado de Sergipe"; *Mineração e Metalurgia*, vol. 1, n.º 3, págs. 116-117, 1936.

⁷ *Geology and Physical Geography of Brazil — The Provinces of Sergipe and Alagoas, and the River São Francisco below the falls*, chap. IV, págs. 379-426, 1870.

⁸ Obra citada em 5.

denominadas *camadas Estância*, e as montanhas do interior de Sergipe. Achou Branner que essas camadas são cobertas pelas formações cretáceas fossilíferas do lado sul de Estância enquanto, para oeste, assentam sobre uma série de arenitos e folhelhos, na sua opinião provavelmente carboníferos e devonianos, que formam a crista e o flanco sul da serra de Itabaiana.

Branner confirmou a existência de arenitos vermelhos da série Estância em Itaporanga e em São-Cristóvão. Nesta série incluiu também os arenitos avermelhados de Penedo (Alagoas) e portanto os de Neópolis, que ficam na margem sergipana do São-Francisco em frente a Penedo; mas veremos adiante que os mesmos pertencem ou à série Baixo São-Francisco, triássica, ou à formação Jabotão, cretácea. Com a responsabilidade de R. Crandall, aceita por Branner e acatada por outros geólogos, também foram incluídas na citada série as ardósias movimentadas e arcósios quartzíticos cinza-escuros, com aspecto aparente de rocha ígnea, duríssimos, de granulação muito unida e sonora aos golpes de martelo. A região apresenta topografia senil. Esta seqüência pertence à série Vaza-Barris.

Nós e Pedro de Moura⁹ depois de observações de campo, restringimos a série Estância ao seu sentido restrito, aplicado somente às formações continentais com restos fossilíferos de fetos de idade permiana.

Branner achava-se, em 1911, em excursão pelo interior da Bahia, quando recebeu de Derby, então diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, a incumbência de visitar a região de Araci e fazer um estudo estratigráfico das camadas regionais a fim de obter a posição exata das camadas com plantas fósseis ali encontradas num poço. Esse poço foi aberto em 1910, na fazenda Jacu, a 6,5 quilômetros a nordeste da vila de Araci, e à profundidade de cerca de 20 metros foi alcançada uma camada de folhelhos escuro com restos de uma planta fóssil que foram enviados a Derby.

Já em 1909, M. Arrojado Lisboa¹⁰ havia chamado a atenção para a ocorrência de plantas fósseis achadas pelo Eng. Nascimento Moura num poço em Araci, Bahia. Em abril de 1912, Lisboa enviou exemplares dessas plantas ao professor R. Zeller, de Paris, que nelas reconheceu o gênero *Alethopteris*, do carbonífero ou permiano.

O material colhido por Branner foi remetido ao professor David White¹¹ que o submeteu ao Dr. F. H. Knowlton, especialista em floras post-paleozóicas, do U. S. Geological Survey. Este devolveu-o, alegando não reconhecer na planta fóssil nenhum dos tipos mesozóicos ou terciários, a qual lhe pareceu pertencer ao gênero *Alethopteris*, paleozóico. White, classificando-a nesse gênero, denominou-a *Alethopteris Branneri* e considerou-a de idade carbonífera superior ou permiana.

Em resumo, a série Estância, no sentido restrito, é constituída de arenitos grosseiros vermelhos e micáceos da cidade de Estância e da área de Lagarto e arredores. Igualmente acham-se incluídas nesta série as camadas de arenitos e folhelhos, horizontais — vermelhas, castanhas e amarelas — da região de Araci, Soure, etc., no Estado da Bahia.

TRIASSICO — Série Baixo São-Francisco — Esta série se caracteriza pela presença de arenitos pardacentos ou avermelhados, com estratificação cruzada, tendo pequenos leitos de folhelhos subordinados. Em certos termos da série a silicificação foi intensa, tendo produzido verdadeiros silexites. O conjunto mostra caracteres de formação terrígena, nos diversos arenitos de falsa estratificação, com fósseis vegetais. Positivam-se, todavia, transgressões marinhas representadas pelo calcáreo do morro do Chaves, um quilômetro abaixo de Propriá, na margem direita do São-Francisco, e pela formação Pacatuba, adiante descrita.

De Neópolis até Propriá, nas margens do São-Francisco, afloram os arenitos da série, descritos pela primeira vez em Penedo (Alagoas) pelo botânico G. Gardner.¹² Mais tarde, em 1867, Hartt investigou as mesmas formações,

⁹ "Nota sobre a idade da série Estância dos Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas"; *Mineração e Metalurgia*, vol. VI, n.º 33, julho de 1942, págs. 111-113.

¹⁰ "The Permian Geology of Northern Brazil"; *Amer. Jour. Sci.*, Art. XXXVI, vol. XXXVII, May, 1914, pág. 443.

¹¹ "A New Fossil Plant from the State of Bahia, Brazil"; Art. LIV, *Amer. Jour. Sci.* XXXV, n.º 210, June, 1913.

¹² *Travels in the interior of Brazil*, 2d. ed., London, 1849, pág. 88.

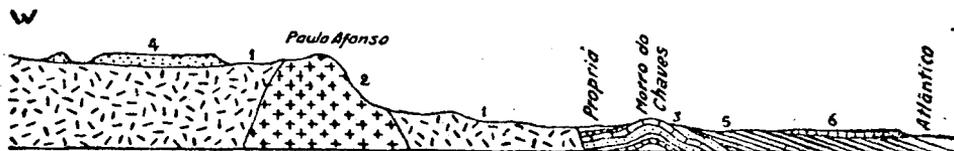
descrevendo pormenorizadamente os arenitos da série Baixo São-Francisco, em Aracaré, a jusante de Neópolis, e Penedo e Morro-Vermelho. Em Aracaré, ponta elevada e proeminente na margem sul do São-Francisco, Hartt mencionou uma série de camadas muito fraturadas e inclinadas de arenito amarelo claro ou acastanhado, grã fina, folhetado, micáceo, com uma multidão de fósseis quase ou de fato indetermináveis. O mais abundante é um bivalvo. Hartt descreveu ainda em Neópolis exposições de arenito esbranquiçado ou ligeiramente amarelado, grã fina, sem fóssil, em camadas espessas e nítidas, dirigindo-se para 50° nordeste e mergulho de 15° a 20° para sudeste.

A série Baixo São-Francisco, além dos afloramentos das margens do São-Francisco em Neópolis, Penedo, Terra-Nova, Várzea-Nova, Morro-Vermelho e morro do Chaves, estende-se para o sul, no Estado de Sergipe, abrangendo Jaboaão e Muribeca. A parte superior desta série constitui a formação Jaboaão, de idade cretácea.

Apresenta esta região aspecto fisiográfico de tabuleiros, em extensos campos muito planos e arenosos, com pequenas ilhas de árvores e arbustos formando "cerrados". Estes campos apresentam areia solta, muito fina diferindo do comum aspecto da série das barreiras, nos tabuleiros terciários.

Mais ao sul, aparece, ainda no município de Riachuelo, onde Duarte teve oportunidade de verificar exposições fossilíferas (lamelibrânquios) nos engenhos Cafuz e Espírito-Santo.

Halfeld¹³ mencionou no morro do Chaves: "uma camada de cal em gnaiss granítico". Isto não é correto. Esta colina foi sucessivamente investigada pelo professor Hartt, Derby,¹⁴ A. G. Duarte,¹⁵ João Miranda, J. Borges,¹⁶ P. E. de Oliveira¹⁷ e últimamente por nós, Pedro de Moura e A. L. Wanderley. A secção geológica completa do morro é a seguinte, descendo o rio São-Francisco, de



Corte geológico esquemático do Baixo São Francisco

- 1 — Complexo fundamental granito-gnáissico; 2 — Sienito e pórfiro (huroniano); 3 — Série Baixo São Francisco, com fósseis triássicos no morro do Chaves, junto de Propriá — Sergipe; 4 — Série Bahia ou Jaboaão (cretáceo) com fácies lacustre ou lagunar; 5 — Série Sergipe (cretáceo) com fácies marinho; 6 — Série das barreiras (plioceno), com fácies continental.

Propriá até a base da colina: 1 — complexo fundamental, em Propriá; 2 — filito altamente metamórfico, endurecido, fraturado, mergulhando para nordeste, cerca de 15°, aflorando da usina de Muribeca até o pé do morro do Chaves; 3 — por cima do filito, já na colina, jazem 20 metros de um arenito amarelo que mergulha de 35° para 80° nordeste contendo leitos conglomeráticos, alguma falsa estratificação; 4 — sobre o arenito assentam cerca de 10 metros de calcáreo com leitos argilosos, altamente fossilíferos; 5 — por cima jaz arenito conglomerático em forma de cunhas, sobre o qual assenta arenito uniforme grã média, esverdeado e azul esverdeado, argiloso, com linhas de fendimentos na direção noroeste e pequenas falhas. Nesta secção sucedem-se: 1 — complexo fundamental (arqueano); 2 — possivelmente siluriano ou mais antigo; 3 a 5 — série Baixo São-Francisco, triássica, da qual excluiremos a parte alta da camada 5, ou formação Jaboaão, cretácea.

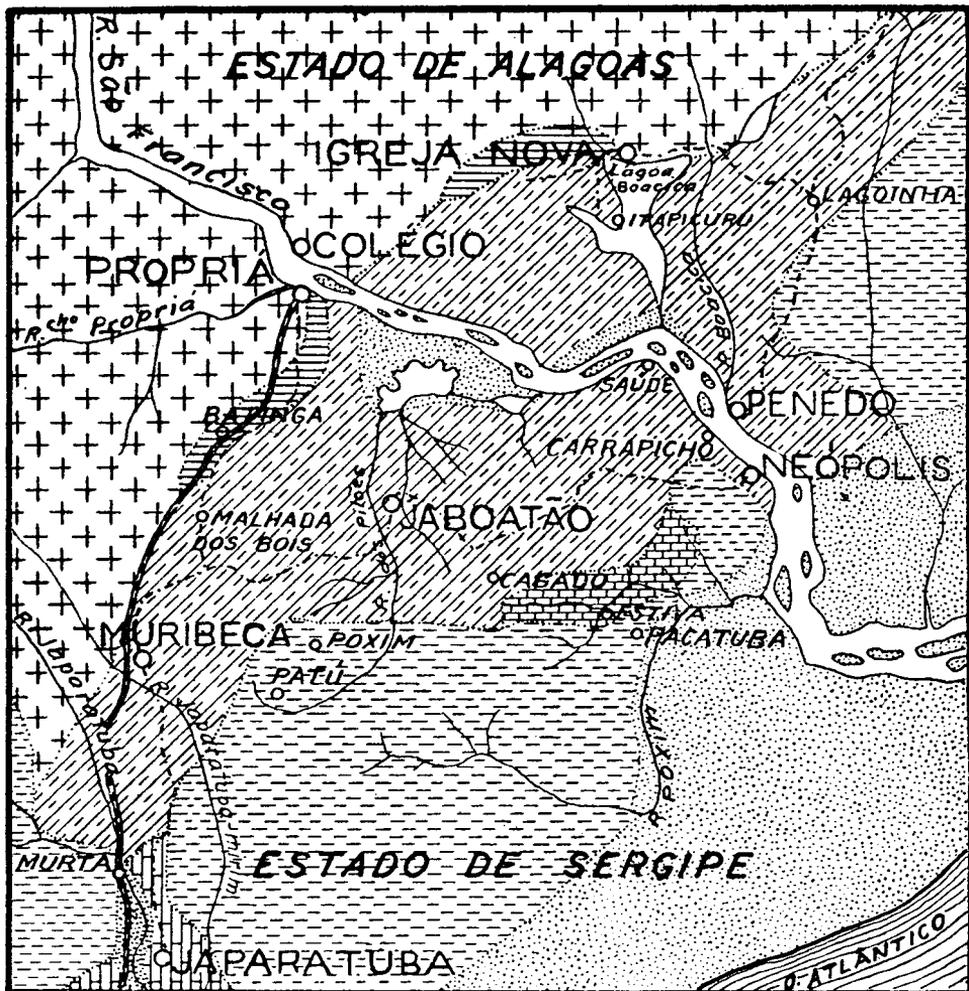
¹³ Exploração do Rio São Francisco (relatório); 1860, pág. 50.

¹⁴ "Contribuição para o Estudo da Geologia do Vale do Rio São Francisco"; *Arq. Mus. Nacional*, do Rio de Janeiro, vol. IV. (1879). 1881.

¹⁵ "Idade dos Calcáreos do Morro do Chaves, Estado de Sergipe"; *Boletim* 78, Serviço Geológico e Mineralógico, 1936.

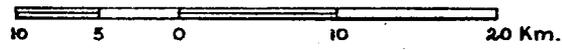
¹⁶ *Pesquisas de Fósseis em Jaboaão e Morro do Chaves*; Notas prel. n.º 15, Ser. Geológico e Mineralógico, 1937.

¹⁷ *Fósseis de Propriá e Jaboaão*. Notas, prel. n.º 15, Serv. Geol. e Mineralógico, págs. 11-16, 1937.



GEOLOGIA DO BAIXO SÃO FRANCISCO

ESCALA



<p><i>Quaternário</i> </p> <p><i>Plioceno</i> (Série Barreiras) </p> <p><i>Cretáceo</i> (Série Sergipe) </p> <p style="text-align: center;"><i>Arqueano</i> (Complexo Fundamental) </p>	<p><i>Triássico ?</i> (Formação Pacatuba) </p> <p><i>Triássico</i> (Série Baixo São Francisco) </p> <p><i>Siluriano</i> (Série Vaza-Barris) </p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Duarte colecionou grande cópia de fósseis marinhos no calcáreo do morro do Chaves; entre eles um peixe provavelmente do gênero *Anoplophora*, os lamelibrânquios *Trigonodus*, *Pachycardia Cardinia*, *Myophoria* e *Opis*, característicos do triássico, e outros dos gêneros *Nucula*, *Leda*, *Pina*, *Decadopecten*, *Myoconcha*, *Tharacia*, *Cuspidaria*, *Pleurophorus*, *Astarte*, *Tellina* e *Panopea*.

Formação Pacatuba — Um novo termo marinho da série Baixo São-Francisco, cuja posição estratigráfica é superior aos calcáreos do morro do Chaves, foi por nós e P. de Moura definida com o nome de **formação Pacatuba**. Aflora a oeste e noroeste da vila deste nome, ao sul de Neópolis. E' possível que estudos mais acurados dos fósseis venham colocar esta formação na base do cretáceo. E' caracterizada por calcáreos maciços no vale do rio Poxim do Norte.

Os calcáreos se mostram em bancos espessos, cor creme ou pardo-clara, muito duros, pisolíticos fossilíferos. A fauna é constituída de lamelibrânquios, gastrópodos, espículas e restos de equinodermas, todos de formas pequenas.

CRETÁCEO — Formação Jabotão — Na descrição da série Baixo São-Francisco ressaltamos a necessidade de conservar sob essa denominação somente as camadas com fósseis triássicos marinhos e as correlatas, verificadas no morro do Chaves, junto de Propriá, as de Aracaré, a jusante de Neópolis e possivelmente a formação Pacatuba. As camadas superiores de folhelhos esverdeados



Secção hipotética através da serra de Itabaiana, Sergipe. Segundo R. H. Sopper (1914).

A — complexo fundamental; B — série Itabaiana; C — série Estância; D — Calcáreos e arenitos cretáceos (série Sergipe); E — série dos tabuleiros (argila e areia).

micáceos, contendo teleosteos e arenito grosseiro amarelado com escamas de *Lepidotus*, bem como as camadas com flora descoberta em 1936 por João Miranda em Riacho dos Pilões, junto de Jabotão, são aqui reunidas sob o título de **formação Jabotão**.

O material colhido por Miranda e o posteriormente coletado por Josalfredo Borges e Paulo de Oliveira, no mesmo local, constante de flora e fauna, embora não permitissem fixação exata da idade dos sedimentos, levaram Eusébio de Oliveira a colocá-los no wealdeano (neocomiano).

A área de ocorrência desta formação corresponde à figurada no mapa para a série Baixo São-Francisco, abrangendo Jabotão, Muribeca, Neópolis, etc.

Série Sergipe — Esta denominação abrange as formações fossilíferas cretáceas, com marcada predominância dos calcáreos, que afloram em Itaporanga, Socorro, Laranjeiras, Riachuelo, Maroim, Rosário, Carmo e Japarutuba. Forma uma faixa de cerca de 100 quilômetros de largura que se estende paralelamente ao litoral.

Segundo Aristomenes G. Duarte esta série engloba os seguintes grupos e formações:

Maestrichtiano	Grupo Cotingüiba	Calcáreo lamelar, Pedreira de Sapucarí, Engenho Boa Luz, Engenho Cumbe, Engenho Ribeira, Engenho Pilar.
Turoniano inferior		Calcáreo compacto creme, cidade de Laranjeiras, Cedro, Bom Jesus, Socorro.
Albiano médio	Grupo Ganhamoroba	Calcáreo oolítico, calcáreo de Maroim arenito duro, claro e calcáreo arenoso Pedreira do Lastro, cidade de Maroim, Garajau, Engenho Vassouras, Rosário e Murta.

Sob a designação de grupo Ganhamorobá, nome do rio que banha Maroim, reuniu as formações do albiano médio. As camadas desse grupo contêm cefalópodos do gênero *Puzosia* (albiano médio) e do gênero *Pervinquiera*, este sugerindo a continuação do depósito durante o albiano superior. A antiga linha litorânea do mar albiano médio é quase paralela à costa atual. Pode ser traçada, sem interrupção, através de Rosário, Maroim, Itaporanga, e possivelmente Santa Luzia, na parte sul de Sergipe; mas pelo que verificamos nós e o Eng. P. Moura ocorrem nesta última localidade arenitos vermelhos da série Estância *sensu stricto* (permiano).

Igualmente Duarte reuniu as formações do turoniano inferior e as do daniano (maastrichtiano, sob o grupo Cotingüiba, nome emprestado de um afluente do Sergipe, que nasce na aba oriental da serra de Itabaiana e passa por Laranjeiras.

A prioridade manda que se conservem os nomes estabelecidos pelo professor Hartt em 1870 que dividiu o cretáceo de Sergipe em dois grupos: inferior — grupo Sergipe, com amonites, *Ceratites*, *Natica*, etc., que supôs mesocretáceo; superior — grupo Cotingüiba, com amonites, *Inoceramus*, peixe, etc., que equiparou ao senoniano. O primeiro é composto de calcáreo compacto ou calcáreo de Maroim; e o segundo, de calcáreos lamelares, brancos e cinzentos, das vizinhanças de Aracaju, cuja exposição mais notável é a da pedreira de Sapucari, na margem direita do Sergipe, logo acima da foz do Cotingüiba.

Nas ocorrências cretáceas predominam calcáreos; existe porém uma exposição de arenito bem destacada nas vizinhanças do riacho Aroeira, a nordeste de Maroim. É uma rocha de granulação fina, folhetada, micácea, cinza, com leitões cor de chocolate, e tendência a folhelho arenoso. As camadas mergulham de 8° para sudoeste.

O turoniano inferior é representado pelo calcáreo de Bom-Jesus, perto de Laranjeiras, com *Vascoceras* e *Pseudaspidoceras*, características dos mares turonianos inferiores e que ainda não foram encontrados em outros Estados do Brasil. Branner, baseado na classificação de Ch. A. White,¹⁸ concluiu que certos espécimes de Garajau e Bom-Jesus têm aspecto jurássico, tais como *Aucella brasiliensis* e *Buchiceras Harttii*.

A formação mais nova do sistema é *maastrichtiana*, representada pelo calcáreo creme-esbranquiçado, lamelar, que aflora na pedreira de Sapucari e nos arredores de Socorro, e por um calcáreo silicoso, duro, cujas exposições ocorrem em Sobrado, entre Aracaju e Socorro.

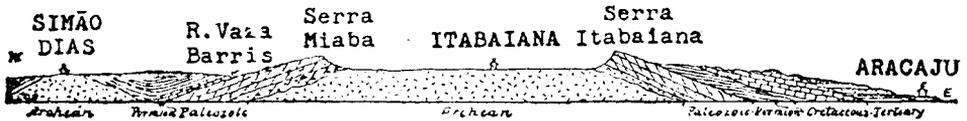
A topografia da série Sergipe é colinosa, com solo fértil. Forma em conjunto uma grande monoclinal com um mergulho geral para sudeste, da ordem de 12° a 30° e apresenta uma espessura de cerca de 1500 metros. Toda a coluna geológica desta série pode ser examinada em exposições sucessivas nas margens do rio Sergipe a partir de Riachuelo até as proximidades de Aracaju, na seguinte seqüência de baixo para cima:

1 — Calcáreo de Riachuelo, cinzento claro, argiloso e concrecionário, fossilífero. 2 — Calcáreo oolítico de Urubu e Imbira, em camadas ora cinzas, ora amarelas, ora com uma parte cinza e outra amarela, fossilífero. 3 — Calcáreo de Pedra-Branca, cujas exposições estão perto da grande ponte da estrada de rodagem com destino ao norte do Estado sobre o rio Sergipe. 4 — Calcáreo de Cedro e Suara, branco, compacto, muito duro, com dois sistemas de juntas quase verticais e planos de deslizamento. 5 — Calcáreo de Sapucari, creme-esbranquiçado, fossilífero. 6 — Calcáreo do Sobrado, silexificado, duro.

¹⁸ "Contribuição à paleontologia do Brasil"; *Arq. Museu Nacional*, vol. VII, 1887.

O material paleontológico do cretáceo sergipano, foi submetido a uma classificação racional pela primeira vez por Ch. White. Esta classificação foi revista por Carlota J. Maury,¹⁹ A. G. Duarte e ultimamente por A. Löfgren e P. E. Oliveira²⁰ em estudos da fauna colhidos em testemunhos de sondagens para petróleo nas proximidades de Aracaju.

Morais Rêgo²¹ dividiu em 1933, o sistema cretáceo Sergipe em três grupos: *Riachuelo*, inferior, de calcáreo silicoso e arenitos; *Urubu*, médio de calcáreo; e oolítico; e *Suara Cedro* análogo ao anterior, porém, com mais desenvolvimento.



Corte de Aracaju a Simão Dias (Anápolis), Sergipe (Branner e Sopper).

As serras Itabaiana e Miaba, constituídas pela série Itabaiana, consideradas agora algonquianas, formam uma anticlinal enfeixando um núcleo arqueano. As séries superiores são: Vaza-Barris (siluriano), Estância (permiano), Sergipe (cretáceo) e barreiras (terciário).

Sugeriu Branner que as mudanças de condições durante a deposição do cretáceo de Sergipe não foram grandes nem súbitas. Segundo esse professor, a compreensão desta série no fim do período cretáceo, antes da deposição da série das barreiras, deu em resultado o rompimento das camadas por falhas e desaparecimento do oceano.

TERCIÁRIO — *Série das barreiras* — O terciário das barreiras de Alagoas penetra pela grande baixada holocênica da foz do São-Francisco.

Sopper designou as barreiras terciárias sergipanas e do nordeste da Bahia. "Camadas do tabuleiro", porém esta denominação confunde-se com a empregada no sentido fisiográfico. Pedro de Moura e nós sugerimos por isto que essa sinonímia seja abandonada, a fim de evitar enganos e erros de interpretação. O tabuleiro nada mais é do que uma nitida expressão fisiográfica: terrenos moderadamente elevados, com típica altitude uniforme, aplanada como mesa. Tal unidade topográfica, bem marcante, corresponde em geral a formações terciárias atribuídas ao plioceno (série das barreiras), mas apresenta grande analogia ou identidade absoluta com feições fisiográficas similares, de idade geológica diferente, também chamadas tabuleiros.

A série das barreiras não tem em Sergipe a extensão representada nos mapas geológicos até agora publicados. A nordeste do Estado a faixa aparece nas vizinhanças de Neópolis, porém se desenvolve mais amplamente de Pacatuba para o sul. A sua altitude mantém-se próxima de 120 metros; mas ao sul da vila de Pacatuba, no morro de Barros ou Carros-Quebrados excede de 250 metros. Daí para o sul baixa a 150 metros em Olho-d'Água, continuando a descer até menos de 100 metros.

O manto terciário, pouco espesso, cobre áreas no interior do Estado abrangendo Salgado e Buquim a sudoeste de Aracaju e também Capela, Siri e Divina-Pastora, a noroeste de Maroim, Carmo e Japarutuba.

A série das barreiras aqui, como por toda parte, consta de camadas arenosas e argilosas, de côres vivas, vermelha, laranja, amarela e roxa.

¹⁹ *Fósseis cretáceos do Estado de Sergipe* — Mon. IV, Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, págs. 590-594, 1925.

O Cretáceo de Sergipe, Mon. VI, Serviço Geológico e Mineralógico, 1936.

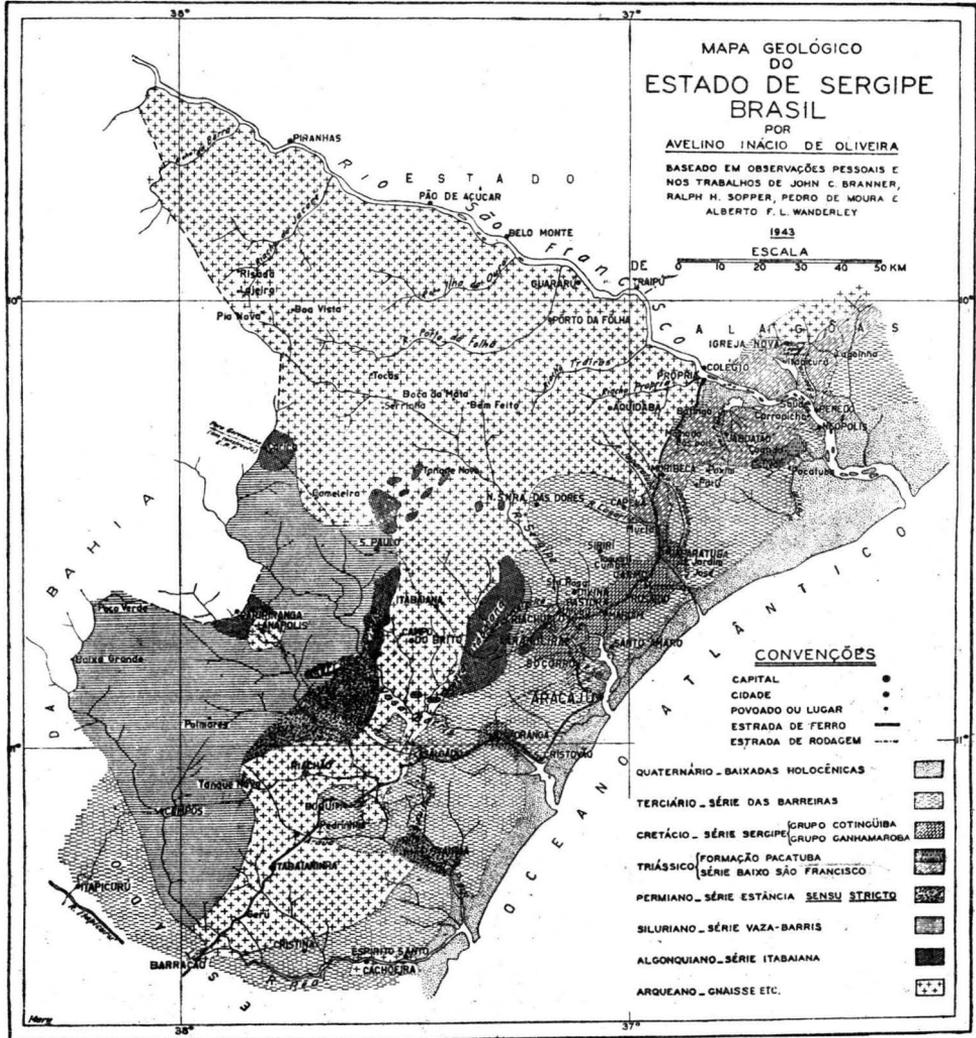
²⁰ "Fósseis cretáceos de Aracaju (Sondagem em Ponta da Atalaia)"; *Bol. n.º 106*, Divisão de Geologia e Mineralogia, D. N. P. M., 1943.

²¹ "Notas sobre a geologia e os recursos minerais de Sergipe", *An. da Escola de Minas de Ouro Preto*, n.º 24, 1933.

QUATERNÁRIO — *Série das baixadas* — Constituem as planícies costeiras pouco elevadas sobre o mar, com partes sujeitas a inundações periódicas da maré.

Na foz do São-Francisco existe uma dessas planícies aluviais de grande extensão, tendo mais de 30 quilômetros de largura e dezenas de quilômetros de extensão ao longo da costa ao norte e ao sul do grande rio.

Por toda a costa de Sergipe, ocorrem essas planícies, e nelas abundam salineras artificiais.



Se quiser receber as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira", escreva à Secretaria do Conselho Nacional de Geografia.

Algumas Observações sobre a Industrialização Mundial ¹

MORRIS LLEWELLYN COOKE

Monografia intitulada "Some observations on world industrialization", edição mimeografada, pelo autor — Hay Adams House — Washington, D. C., 1946.

SUMÁRIO TÉCNICO

A industrialização das áreas de desenvolvimento retardado, com o incremento na produção da energia natural que ela acarreta, parece constituir o eixo do progresso mundial. As áreas que ainda dependem de modo acentuado da agricultura estão grandemente e em muitos casos desnecessariamente, tolhidas em seu desenvolvimento, em confronto com as que lograram graus mais avançados de industrialização.

Um certo grau de industrialização é possível em quase todos os países do mundo, porquanto as fontes de energia, o primeiro requisito para a indústria, abundam por toda parte. E a energia hidro-elétrica, a mais conveniente e efetiva de todas as fontes de energia, em suas conseqüências econômicas, está, pelo menos potencialmente, à disposição da maior parte das áreas que carecem dos benefícios de avançada industrialização.

O beneficiamento desses potenciais hidráulicos, de preferência em pequenas unidades distribuídas sobre vastas áreas proporcionaria, de fato, ponto de partida a um programa de desenvolvimento econômico de âmbito mundial. E tal programa beneficiaria não só os países em que fôsse executado, senão também a todo o mundo, mediante os conseqüentes incrementos da produtividade e bem estar econômico da humanidade.

Posto seja a energia nuclear aplicada aos usos dos tempos de paz, tais desenvolvimentos se tornarão muito mais fáceis.

O presente escrito delinea um programa global mediante o qual as sedutoras possibilidades acima descritas poderão gerar frutos sob a inspiração e a direção de engenheiros do mundo inteiro.

PARTE I

A engenharia em face do momento que atravessamos

Em períodos normais e em consonância com o costume tradicional, o engenheiro está vinculado a tarefas específicas. Seus planos são elaborados à luz das condições existentes e mensuráveis. Mas os planos do engenheiro até o presente não têm sido encarados como capazes de compreender fatores sociais e políticos.

Praticamente todas as atividades da engenharia em tempos de paz tiveram por base uma situação relativamente estática não só nas suas imediações, senão que no mundo inteiro. A engenharia da matéria e das forças materiais tem sido largamente condicionada, em grau variável, pelas relações de empregador e empregado. Não se inclui nela o que poderia denominar-se engenharia dos povos, afetados como são por fatores que escapam à régua de calcular.

N. R. — A tradução para o português foi feita pelo Sr. João Milanez da Cunha Lima, redator da Secção de Publicações do C. N. G.

¹ Edição provisória de uma publicação apresentada ao Congresso Internacional de Engenharia, em Paris, França, de 16 a 21 de setembro de 1946.

Em face da situação total do mundo, há hoje um campo crescente de oportunidade para o engenheiro em que êste pode atuar com autoridade cada vez maior. Em consequência da multiplicação do uso que se prevê para a energia nuclear, do vasto desdobramento das facilidades de comunicação e transporte internacionais, do movimento ascensional da educação, do agrupamento das nações em novos e mais altos tipos de cooperação internacional, e de outros desenvolvimentos na vida do homem sôbre a Terra, o engenheiro, para aumentar seu prestígio e utilidade social, será forçado a traçar suas plantas sob a influência das condições sociais nascentes. Cumpre-lhe ocupar seu lugar próprio no quadro da planificação política e social, onde empreendimentos que envolvem todo o continente ou tôda a Terra terão de ser, mais e mais, considerados. Em alguns casos a realização dos objetivos parece-lhe descoroçoadoramente remota. Em todo caso isto representa o pôsto de honra que o engenheiro deverá ocupar se lhe cabe um papel importante qualquer na solução dos problemas de larga escala e mais prementes — alguns dos quais desafiam a própria sobrevivência da espécie.

Sob semelhante conceituação da engenharia, esta profissão assumiria, como tarefa consentânea com sua larga margem de competência técnica, um combate destinado a eliminar a pobreza que, numa extensão considerável, inútilmente cresta as vidas de uma metade, talvez, dos dois milhões de habitantes do mundo. Desconhecem-se práticas definitivas para se pôr cõbro à pobreza. Seu estudo, tendo o bem estar humano por meta, mal principia. A primeira impressão, o ataque total mais promissor à devastadora penúria, deve consistir numa industrialização generalizada e mais equilibrada, porém com sentido social. O engenheiro tem considerado a parte mecânica implícita como um campo que lhe pertence. Economistas, cientistas, diplomatas, homens de negócio, políticos, médicos, e outros grupos profissionais, continuarão a ter funções específicas a desempenhar nesse avultado e empolgante empreendimento.

Isso, todavia, não retira ao engenheiro uma responsabilidade primária. Os primeiros passos nesse sentido podem ser dados pelo meu próprio corpo de engenheiros.

O eixo do sucesso reside sômente no otimismo sem tibezas. Os temores e apreensões ou mesmo reservas aparentemente justificadas, redundarão em fracasso. Precisamos assumir a atitude confiante que se reflete no "slogan" dos "Sea Bees" (C. B. — Corpo de Engenheiros do Batalhão de Construção da Marinha dos Estados Unidos) usado como epigrama na II Guerra Mundial: "O difícil pode ser feito imediatamente — o impossível leva um tempo pouco maior".

PARTE II

O projeto

A pobreza e o sofrimento dos povos manifestam-se de diferentes maneiras e têm aspectos poucas vêzes similares dentro de uma mesma área. Aglomerados de relativa abundância pontilham regiões caracterizadas pela esqualidez humana. No seio mesmo das cidades mais organizadas nos Estados-Unidos industrializados por um lado, e no Brasil agrícola, por outro, assinalam-se pontos onde a vida humana existe em níveis incrivelmente baixos. Em várias partes do mundo, mas principalmente na Europa e na China, áreas semelhantes emergiram das devastações da guerra.

Entretanto, falando genericamente, pode atestar-se que a industrialização implica um nível de vida relativamente alto. Poderemos servir-nos para a delimitação de nosso problema das estimativas percentuais da população dependente da agricultura nas diversas áreas continentais:

ÁREA	População total (2)	POPULAÇÃO DEPENDENTE DA AGRICULTURA	
		População	Porcentagem do total
Mundial.....	2 029 435	1 188 295	58,6
Europa..... (3).....	373 673	135 770	36,3
América do Norte... (3).....	133 496 (4)	34 031	25,5 (5)
América Latina (tropical).....	94 941	67 286	74,0
América Latina (temperada)..... (3).....	17 953	6 286	35,0
Ásia.....	1 091 623	746 071	68,3
África.....	143 017	109 882	76,8
Austrália e Nova Zelândia... (3).....	8 265	2 031	25,0
U. R. S. S.....	170 467	86 938	51,0

As deduções que podemos tirar daí são francamente favoráveis à conclusão de que benefícios substanciais podem advir aos povos agrícolas, da industrialização, acompanhada, como sói acontecer, pelo incremento das facilidades de transporte.

Os economistas sustentam que, praticamente, todo progresso na industrialização pode ser traduzido em termos de elevação dos padrões de vida. Já mostramos² que há diferenças de padrão na riqueza *per capita* em conformidade com as diferenças do grau de industrialização. Fornecem-nos evidência disso os dados sobre rendimento, relativos aos diversos Estados dos EE.UU. e aos vários países do mundo. Assim, nas distintas regiões dos EE.UU. a diferença entre a riqueza *per capita* nos Estados onde 40% dos trabalhadores labutam na agricultura e naqueles onde se contam apenas 20%, é uma diferença de cerca de \$200, (preços de 1939), equivalente à de 80% para os Estados meridionais e 50% para os norte-orientais. Quanto à Europa, América-Latina e Ásia, a diferença entre os 40% que se dedicam à agricultura e os 20% corresponde a uma transição de \$200 (preços médios de 1925 a 1934). No tocante a certas porções do mundo de desenvolvimento nulo, avanço equivalente na industrialização importaria em aumentar de mais do dobro as riquezas *per capita*.

Demais, reconhece-se que tais melhoramentos podem ser planejados racionalmente, e que resultados substanciais têm sido obtidos mercê de semelhantes planificações. Tomemos um exemplo: a União Soviética, ao que parece, operou

² Os algarismos totais relativamente ao mundo, não montam à cifra presentemente adotada de 2 170 000 000, porque houve mister de usar-se os algarismos de população total anterior e estimativas no que tange a ocupações.

³ As percentagens de população total dependente da agricultura, são mais baixas relativamente à Europa, América do Norte, América Latina temperada, e à Austrália e Nova Zelândia, em virtude da grande concentração da população nas cidades destas áreas. A América do Norte inclui os Estados Unidos, o Canadá, o Alasca, a Terra Nova e Labrador e a América temperada abrange a Argentina, Chile e Uruguai.

⁴ Esta figura é a soma dos índices do censo dos Estados Unidos de 1930, do Canadá de 1931, da Terra Nova e Labrador de 1935 e do Alasca de 1929, — enumerações essas que são para este grupo as últimas que encerram dados ocupacionais.

⁵ Em 1940, só os Estados Unidos possuíam uma média estimada em 23% da sua população dependente da agricultura. Uma estimativa feita em janeiro de 1945, dava o valor de 18% da nossa população total como fixados nas fazendas. Do número total de trabalhadores produtivos dos Estados Unidos, de dez anos para cima, aproximadamente 18,8% estavam engajados nos trabalhos agrícolas em 1940, contrastando com 64,5% em 1850 e 71,9% em 1820.

⁶ Vide *International Industrialization and Per Capita Income*, por Louis H. Bean, parte V dos *Studies in Income and Wealth*, National Bureau of Economic Research Inc., 1946.

pela ação do Estado, transição de uma economia agrícola para a industrial, na década de 1929 a 1939, comparável à que teve lugar nos Estados- Unidos, sem nenhum plano amplificado, nas últimas quatro décadas do século XIX.⁷

Maiores evidências quanto ao efeito do desenvolvimento industrial sobre os padrões de vida podemos aduzir do paralelo entre o consumo de energia para os fins de produção — índice primordial de industrialização — e o rendimento nacional. Certos estudos a que procederam repartições públicas dos Estados Unidos, revelaram o quanto é estreita essa correlação. Demonstraram, ademais, haver conexão direta, embora menos precisa, entre o consumo *total* de energia e o rendimento *per capita*.

Poderá instruir-nos sobre a percentagem de consumo de energia para fins de produção (1937) e seu reflexo no rendimento *per capita* (1925-1934), a análise do seguinte quadro, em que figuram áreas representativas compreendendo uma larga escala de padrões de vida. O quadro contém ainda a percentagem correspondente de trabalhadores agrícolas destacada da população total dos trabalhadores (1930). Estas percentagens são, sem dúvida, rigorosamente correlatas (inversamente), pois o dilatamento do uso de energia vem acompanhado de relativa intensificação nas atividades distintas da agricultura.

O confronto seria ainda mais surpreendente se as três colunas de dados se referissem aos mesmos anos.

ÁREA	Consumo <i>per capita</i> de energia para fins produtivos ⁸	Rendimento <i>per capita</i> ⁹	Percentagem de trabalhadores agrícolas na população total de trabalhadores ¹⁰
Mundial.....	1 250	121,0	—
Estados Unidos.....	7 000	508,0	22
Reino Unido.....	5 500	465,0	6
Europa Ocidental e Central ¹¹	3 630	310,0	26
França.....	2 800	298,0	36
Japão.....	1 250	114,0	50
Europa Oriental e Meridional ¹²	827	109,0	63
Bulgária.....	350	83,0	81
China (exclusão da Mandchúria).....	170	22,0	80

⁷ O *premier* Stalin, em 9 de fevereiro de 1940, assinalou que planejando a recente industrialização da U. R. S. S., o Partido Comunista projetara desenvolver a indústria pesada em oposição às indústrias leves, fornecedoras de bens de consumo, que mais adiante apontou como a forma ordinária do desenvolvimento industrial universal. Posteriormente emitiu a opinião própria de que esta adoção unânime em todo o mundo das indústrias de bens de consumo atendia aos pequenos capitais. Por via de conclusão é de presumir-se que a industrialização, processada, como na primeira hipótese, no sentido da indústria pesada há de pressupor uma vontade da parte do povo ou de seu governo exercida com o fim de impedir ou restringir o uso dos bens de consumo.

E precisa, também, contar-se com os requisitos de fontes de energia pedidos pela indústria pesada, porém muitas áreas que demandam industrialização não dispõem de reservas suficientes para este efeito. É possível, à guisa de exemplo, que a Itália tenha desenvolvido indevidamente suas indústrias pesadas, pois é forçada a importar 60% das suas fontes de energia tanto por mar como através dos Alpes.

⁸ kWh elétrico equivalente de toda a energia obtida ao carvão de pedra, petróleo, combustível vegetal, turfa e gás natural; derivados desses combustíveis (gás, gasolina, eletricidade térmica, etc.); força hidro-elétrica, esforço humano e tração animal. Combustível e força motriz usados para aquecimento doméstico foram excluídos na medida do possível. Entende-se aqui que somente 20% da energia livre aproveitável nos combustíveis é recuperada de fato. Os dados em referência são de 1937, excetuando-se os da Espanha (1935) e Japão (1936). Estes anos foram escolhidos por representarem as mais recentes condições econômicas normais, relativamente ao tempo de paz, em ambos os países.

⁹ Equivalente em dólares por ano calculado do *The Conditions of Economic Progress*; de Colin Clark, Londres, 1940. A riqueza da China estima-se à parte. Os dados exprimem médias relativas aos anos de 1925-1934. Este período inclui o que pode ser considerado um ciclo comercial completo, contando pouco mais ou menos o mesmo número de anos de prosperidade e de depressão.

¹⁰ Inclui caça, pesca e atividades extrativas. Calculado de dados extraídos dos censos oficiais antinantes a vários anos, a partir de 1930.

¹¹ Suécia, Noruega, Dinamarca, Reino Unido, Elre, Nova Zelândia, Bélgica, Luxemburgo, França, Suíça, Áustria, Alemanha e Checoslováquia.

¹² Finlândia, Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, Hungria, România, Bulgária, Grécia Iugoslávia, Itália, Espanha e Portugal.

A êsses ganhos econômicos reais extensivos a tôda população, somam-se certas vantagens — algumas de ordem psicológica — que se dirigem ao trabalhador agrícola exposto à influência de uma industrialização progressiva. E' do domínio de todos nos Estados Unidos que, a partir do momento em que o trator e o automóvel foram introduzidos, os fazendeiros adquiriram uma mentalidade favorável à máquina, tornando-se melhores sabedores de ferramentas e de seu uso competente. Os tratores e carros atraem oficinas de consertos, que, não raro, dão lugar a rudimentos de industrialização local. Daqui por diante o distrito adquire o hábito de falar sôbre cousas mecânicas, às vêzes para increpá-las — de mistura com observações elementares acêrca de colheitas e do tempo. Então se origina um principio de tipo de planejamento mais racional e evoluído. Admite-se que não se pode variar os ventos, mas em contrário, os meios de combater-se-lhes os maus efeitos são, de mais a mais conhecidos. Por esta forma os "Atos de Deus" contra os quais o homem é impotente vão rareando cada vez mais. Tal mudança na psicologia de um povo, talvez, tenha maior importância do que a influência de educação mais ortodoxa.

As influências benéficas da intensiva industrialização americana sôbre as práticas agrícolas constituem sólido argumento nesta discussão. Os agricultores comerciantes americanos, produzindo mercadorias para a praça são, como classe, os mais eficientes trabalhadores agrícolas do mundo. A saída de mercadorias rurais, no último ano, alcançou o valor de 21 bilhões de dólares. O equipamento economizador de trabalho que tornou possível êsse resultado inclui "celifadeiras combinadas", "tratores caçados com pneumáticos", "tratores de grades múltiplas", "segadores de milho", "cortadoras de campo", "tratores" e "truck buck-rakes", "máquinas lança-chamas", "colhedores de algodão", "sacudidor de árvores" e outros mecanismos. Devido ao emprêgo mais amplo da eletricidade nas fazendas nos recentes anos, tornou-se mais fácil e satisfatório o uso de refrigeração, máquinas de laticínios, sistema de águas, incubadoras, ascensores de grãos e feno, trituradores, aquecedores e luz artificial para aumentar a produção de ovos e foi possível o "secador de feno".

A mecanização por si só, todavia, não é suficiente. Com tôda a mecanização que foi introduzida com o propósito de incentivar a produtividade das fazendas americanas, os agricultores estão a braços com o problema de pagar salários mais altos, em face da diminuição da fertilidade do solo e da estabilização dos preços. Estes problemas devem ser enfrentados com melhor planejamento econômico, uso mais econômico da terra e de equipamento e métodos mais fáceis e simples, integrados nos mais modernos desenvolvimentos tecnológicos — técnicas que cumpre ser adotadas em qualquer economia que utilize programa mecanizado. Já se iniciou o primeiro ensaio nessa direção, na forma de um programa nacional, de simplificação do trabalho agrícola desenvolvido por 12 dos colégios concessionários de terra. O programa deixou patente que, pouco mais ou menos o mesmo encurtamento de tempo e energia pode ser obtido assim nas tarefas agrícolas como nas industriais.

Apesar de todo o apresto técnico e da assistência governamental com que podem contar as fazendas nos Estados-Unidos, ainda estão longe de igualar-se os meios ao seu alcance com os proporcionados ordinariamente à indústria por uma equipe de engenheiros industriais. Contudo, a operação de uma fazenda média americana tornou-se, hoje em dia, tão complexa, que um fazendeiro independente pode e necessita utilizar, numa larga medida, as mesmas técnicas de planejamento e organização empregadas por seus colegas da indústria.

É tempo oportuno de que o grupo, cada vez mais numeroso, de agrônomos, aproveite a oportunidade de introduzir a filosofia e alguma das práticas de Frederick W. Taylor e organização científica na agricultura.

Pôsto as fontes de energia convertidas em força mecânica constituam a pedra angular da industrialização, o desenvolvimento das fontes de energia é particularmente aconselhável aos países pobres em outros recursos ditos naturais,¹³ por serem os menos aparelhados para manter o seu povo adequadamente com o só emprêgo de indústrias primárias. A energia assegura-lhes não sômente indústrias de aperfeiçoamento e de transporte que caracterizam economias mais

¹³ Vide *Resources — An Evolving Concept*, Erich W. Zimmermann, professor de Recursos na Universidade do Texas, *Proceedings & Transactions Texas Acad. of Science*, 1944, vol. XXVIII.

equilibradas, como também lhes oferece a oportunidade de sintetizar algumas matérias primeiras e quase primeiras que lhes faltam, tais como os compostos de nitrogênio, "rayon" e fibras brutas, tintas e borracha.

Há quem, talvez, negue acerto à ação de empreender a indústria em áreas que no momento provêm ao mundo de abundantes matérias primas. Entretanto, tôdas as vêzes que as fontes de energia se prestam a tal desenvolvimento, apenas poderá trazer benefícios não somente às próprias áreas sem desenvolvimento algum, como também, mercê de apropriados ajustes comerciais, aos países que, por agora, nestas áreas, apenas enxergam mercados para os seus produtos maquinofaturados.¹⁴

A energia natural faz subir a produtividade individual e, à continuação, provoca uma queda nos preços da mercadoria destinada à venda. O desenvolvimento dos Estados- Unidos está assinalado por espantosas elevações de salário e a multiplicação da produtividade do trabalho que possibilitou essa elevação dos salários, ainda foi mais notável. O resultado líquido disso, foi, de um modo geral, um constante barateamento do custo unitário de muitos objetos do nosso consumo.

A explicação deste paradoxo está na relativa insignificância do custo da energia de fontes naturais. Por fantástico que pareça, um kilowatt-hora de electricidade que mantém acesa nossa lâmpada de 60 watts pelo espaço de 16 horas e nos custa talvez *um cent*, executará maior trabalho do que o homem em 8 horas de esforço exaustivo.¹⁵ Com uma tonelada de carvão de pedra, que custa, em bruto, à boca da mina, \$3 000 pode produzir-se mais trabalho do que o realizado por 500 homens em 6 dias de trabalho de 8 horas cada um.

Os engenheiros e cientistas vêem com otimismo a utilização da desagração do átomo como fonte de energia regulada especialmente para estações geradoras de força. De fato, esta busca já se iniciou. O calor no volume e sob as condições de controle exigidas para gerar a energia mecânica já está sendo produzido mediante a fissura nuclear.

Além disso, parece provável que esta nova fonte de força será desenvolvida primeiramente para uso em novas situações ou em áreas de população esparsa, fora da esfera de permanência normal dos homens onde, em virtude do seu custo ou por outra razão qualquer, as fontes de energia usuais não são praticáveis. Se as promessas dêses primórdios se tornam realidade, então a tarefa delineada no presente impresso simplificar-se-á grandemente, sem prejuízo de apoiarmos as conclusões do mesmo nos recursos imediatamente à mão. A França, dotada com a inspiradora tradição Curie, tem mostrado sua fé confiante no resultado final, consagrando \$12 000 000 à pesquisa nuclear a cargo de Joliot-Curie.

Falando de um modo geral, a industrialização de qualquer nação ou área, depende largamente das fontes de energia realmente contidas naquela área ou em lugares próximos e acessíveis. Os custos do transporte para maiores distâncias tornam-se proibitivos. Apenas 13½ por cento da energia e suprimento de combustíveis mundiais atravessam as fronteiras nacionais. E enquanto a metade dêstes é constituída de petróleo deslocado de uns poucos grandes centros para todos os pontos do globo, a parte restante principal é formada de carvão que percorre curtas distâncias entre países já industrializados — assim da Inglaterra e Alemanha à França, dos Estados- Unidos ao Canadá.

Todo o carvão do mundo está concentrado numa dúzia de países. As regiões sem desenvolvimento econômico em sua quase totalidade estão relativamente privadas de carvão e, a mais disso, extremam-se das outras áreas onde se encontra este produto. Na África unicamente a União Sul-Africana possui reservas substanciais e as quais são inteiramente inexpressivas na

¹⁴ Vide "The Economic Consequences of Power Production", por Fred Henderson, John Day & Company.

¹⁵ Por exemplo, um homem movendo continuamente uma manivela durante 8 horas não chega a produzir 13 milhões de "foot-pounds" de trabalho. (Ver Mark's Handbook, 4.ª ed., pág. 1131). Este é em bruto o equivalente de dois terços de um kilowatt-hora de energia elétrica.

maior parte da América-Central, América-do-Sul, ilhas do Pacífico, Ásia-Ocidental e Meridional. As de quase tôda a Europa-Oriental e Meridional são relativamente insignificantes.

Os combustíveis vegetais, desde que largamente e em alguns casos — como no Brasil — profusamente distribuídos nas áreas industrialmente retardadas, de que estamos tratando, são ineficientes como fonte de energia. Acredita-se, geralmente, no Brasil, por exemplo, que estações de força motriz a queima de madeira, não podem funcionar além de 6 horas por dia. Assim também a turfa apenas desempenha uma função mínima no desenvolvimento econômico. A força eólica em áreas restritas como no norte da Rússia, está tomando desenvolvimento. Todavia a força eólica como fonte de energia geralmente utilizável deve ser no presente posta à margem.¹⁶ O petróleo alcançou tão grande valor para o transporte em navios, automóveis, caminhões e locomotivas, e como lubrificante, que se tornou demasiado dispendioso para ser usado na obtenção de força sob as rigorosas condições de competição que reinam na grande maioria das indústrias de hoje.

Aparentemente, a força motriz hidro-elétrica, está destinada a ser o primeiro fator na industrialização de áreas que ainda não atingiram um nível satisfatório de bem estar econômico. Tais áreas, via de regra, possuem, quando menos, modestas reservas de força hidráulica. Nem, de resto, a maioria delas possui outra cousa, a não ser florestas, ou fonte eólica, ou possivelmente, petróleo, nenhum dos quais podemos ter em linha de conta pelas razões já expostas. Felizmente, algumas das maiores reservas de força hidráulica do mundo estão situadas nesses países menos avançados. Entretanto, a despeito do seu valor potencial, apenas uma reduzidíssima parte dessas reservas está sendo utilizada presentemente. Costuma-se estimar a força hidráulica total do mundo capaz de fornecer cerca de 4 000 bilhões de kilowatt-hora de eletricidade anualmente, ou, em aproximado, a energia equivalente à que é obtida anualmente da totalidade das fontes. Apenas uma vigésima parte desse tipo de energia foi até aqui captada.

Além da produção de força motriz, as unidades hidro-elétricas trariam a estas áreas em via de desenvolvimento certas vantagens positivas à navegação irrigação e controle de inundações. Concomitantemente proporcionariam uma oportunidade multiforme ao trabalho local, exercitando-o no sentido dos requisitos da civilização mecanizada. Como larga percentagem dos fundos necessários às usinas hidro-elétricas se esvai na compra de materiais e trabalhos locais, uma inversão de várias vezes a quantia pode ser recuperada antes que o empréstimo seja saldado.

Se essas usinas forem pequenas unidades descentralizadas, consideradas na maioria das vezes componentes de um sistema que as integra, logo mudarão a situação total, por iniciarem as gentes locais de tôdas as camadas nos processos mais efetivos da indústria; e destarte se tornarão tais instalações partes e parcelas da vida democrática em expansão. Alguns desenvolvimentos relativamente em pequenas proporções, mais ou menos nestes moldes, daria ao nosso movimento um impulso de um a outro extremo do mundo muito mais forte do que se poderia esperar resultasse de mais soberbos e interessantes empreendimentos exemplificativamente, a usina de força sugerida de um bilhão de dólares no rio Yang-tzé, na China.

As unidades de largo poder eventualmente encontram justificação econômica — senão quando considerável medida de industrialização tenha sido alcançada¹⁷ e haja desenvolvido um poder de aquisição correspondente. Contudo os passos iniciais da industrialização devem processar-se através de pequenos centros de força motriz locais como foi o caso dos Estados-Unidos durante os primórdios do século XIX.¹⁸

¹⁶ Vide "Electric Power from the Wind", por Percy H. Thomas, Federal Power Commission, Washington, D. S., March, 1945.

¹⁷ A U. R. S. S., sem embargo do seu programa de indústria pesada, admite que cometeu o erro de construir as suas primeiras instalações hidro-elétricas em grandes proporções.

¹⁸ Desenvolvimentos hidro-elétricos tornam possíveis essas pequenas instalações iniciais. Uma relação das usinas hidro-elétricas japonesas compiladas durante a guerra, revela que de um total de 447 desses mecanismos, 264 desenvolviam de 1 000 a 5 000 kW., 73 de 5 000 a 10 000, 74 de 10 000 a 30 000 e 36 acima de 30 000 kW. Segundo o *World Electrical Markets*, n.º 123, mais de 80 % das usinas de força hidro-elétrica da Itália, até 1934, tinham capacidade para menos de 5 000 kW.; quase 90% para menos de 10 000 kW, e 95% para menos de 20 000 kW.

O apêgo exagerado às obras de grande vulto, acompanhado do desinteresse pelas menos consideráveis tem causado constantes transtornos ao progresso da civilização. Os espaçosos templos construídos em não importa que período da história do homem, não cabe dúvida que inspiraram espíritos humanos embora freqüentemente hajam sido levantados sem a menor preocupação pelas humildes casas e condições das massas.¹⁹ Com a invenção da máquina a vapor e advento da revolução industrial seguiu-se ruínosa concentração da população industrial em torno das estações geratrizes. A transmissão elétrica por cabos nos liberta teoricamente das limitações de eixos, polias e correias de transmissão. Não obstante isso nossa indústria ainda se superpõe geograficamente de modo a tornar bem difícil o viver decente dos trabalhadores.

Os centros congestionados nos Estados-Unidos tais como Pittsburgh, Detroit e Schenectady fazem-nos descrever de uma possível propriedade espiritualizadora na indústria. Conseqüentemente devem essas instalações ser precedidas de cuidadoso planejamento da área circunjacente. A urbanização no sentido que já conhecemos deve ser posta de lado. A Suíça, relativamente ao rio Aar,²⁰ demonstrou como isso pode efetivamente ser feito mesmo numa área altamente industrializada.

O principal propósito da industrialização, particularmente nas áreas menos prósperas, seria o de levantar o poder aquisitivo local, de modo a serem os produtos agrícolas locais consumidos ali mesmo, ao passo que a manufatura e o excedente de produtos agrícolas seriam exportados contra as importações forçadas de objetos de consumo, compra de novas maquinarias e pagamento de empréstimos. A industrialização contudo nem sempre tem revestido esta forma. Haja visto Xangai que nos oferece o exemplo original de um povo industrializado explorando um povo agrícola distante dele, com vantagem tão só para o primeiro. Tal coisa não é exemplo de desenvolvimento, e sim de exploração de um povo atrasado.

Aqui a maquinaria moderna foi introduzida num celeiro de mão de obra barata. Os produtos eram manufaturados por baixo custo, porém vendidos com primazia aos mercados estrangeiros, proporcionando créditos estrangeiros. Xangai não comprava de agricultores chineses a maior porção do seu suprimento de víveres. A quase totalidade do seu trigo lhe vinha dos mercados estrangeiros. O mesmo se dava com o arroz embora em menor escala. Os agricultores chineses, por sua vez, produziam pouco mais do que o suficiente para eles próprios e suas famílias. Não tinham quase nenhum excedente de suas colheitas para com êle efetuar trocas ou vendas e, em conseqüência, seu poder aquisitivo permaneceu baixo, não lhes permitindo comprar muitos dos produtos das indústrias de Xangai.

Se a industrialização da China ou de qualquer outra área, amolda-se a êste sistema à população rural da China não restará mais do que a agricultura de subsistência com seus corolários de baixo poder aquisitivo. Daí poderia resultar um foco de descontentamento social e mesmo de revolução. Todavia se a industrialização da China segue um sistema de descentralização das indústrias de objetos de consumo, abre-se então uma perspectiva mais esperançosa. Os agricultores gradualmente acrescentarão o poder aquisitivo não somente em função do aceleramento da produtividade, mas ainda como resultado do agrandamento da demanda por parte dos trabalhadores da indústria para atenderem à posterior industrialização do país, abrangendo algumas indústrias pesadas e a estrutura social se tornará mais estável no seu conjunto.

Sustentam alguns que o crescimento da população deve ficar submetido a controle até os benefícios da industrialização alcançarem as gentes mais desprovidas de recursos. Êste argumento parece fundado na crença de que uma majoração nas riquezas em áreas deprimidas, necessariamente acarretará a proliferação de famílias mais numerosas e, via de conseqüência, adensará a população e aumentará a miséria. Entanto, a experiência nos Estados-Unidos,

¹⁹ Vide *From Ramses to Rockefeller*, por Charles H. Whitacker, Random House, New York, 1934.

²⁰ Vide *Multiple Purpose Rivers*, por Morris L. Cook, Journal, Franklin Institute, April, 1944.

Inglaterra, França e Checoslováquia demonstrou que ao melhorar-se a situação do trabalhador, as pequenas famílias passam a constituir regra geral e o controle de população voluntário torna-se parte do conteúdo demográfico. O coeficiente de aumento natural de população nos Estados- Unidos, declinou sensivelmente em correlação com o constante aumento da industrialização. De acôrdo com o Census Bureau dos Estados- Unidos "quanto maior o grau de educação, menor o índice de nascimentos" — a educação incluindo em vários graus entre os diversos graus econômicos o "conhecimento sôbre os meios de controlar a proporção de nascimentos".²¹ Com 20 000 000 de pessoas deslocadas ao fim da II Guerra Mundial, não estamos longe de compreender algo sôbre a técnica de demover populações — tanto para medidas de emergência como de maior duração. Devemos ter presente que há áreas carentes de população como as há superpovoadas.

Façamos um sumário em termos globais. O mundo único em que vivemos está habitado por uns 2 bilhões e pouco mais de seres humanos, dependentes do trabalho de uns 800 milhões. Dêsses 800 milhões, 60%, vale dizer, perto de 500 milhões de pessoas, se ocupam de lavrar a terra. Qualquer programa de desenvolvimento econômico de âmbito mundial deveria primar em reduzir tal coeficiente para um terço e isso pode ser efetuado unicamente pela criação de novas e polarizadoras oportunidades em outros campos de atividade para mais de 150 milhões de pessoas presentemente concentradas na agricultura. A industrialização das áreas sem nenhum desenvolvimento poderá garantir um meio de se lograr êste objetivo. Não é de esperar-se que sejam criados 150 milhões de novos misteres na indústria, entretanto para cada mister criado corresponderão novas tarefas nas ocupações intermédias — transporte, comércio ou serviços. Se pudermos criar talvez 75 milhões de novas tarefas pela industrialização das áreas sem nenhum desenvolvimento, portanto, aumentaremos do dôbro os padrões nessas áreas e altearemos de 50 % no mínimo a média mundial.

Podem os Estados- Unidos impor-se um objetivo mais inspirador do que êste? Na sua consecussão a nossa profissão, que ainda está em sua adolescência, poderá ingressar numa nova etapa de existência.

PARTE III

Diretrizes para a execução

Uma vez fixadas algumas das balizas que delinham o empreendimento projetado, como devemos proceder? O sistema das relações internacionais em transformação induz-nos a modificar nossos pontos de vista. Nós, engenheiros, ao lado de outros grupos — os cientistas, por exemplo — devemos "reassumir nosso papel na civilização", devemos fortalecer mais o nosso espírito de comunidade.²² O escritório, a oficina, os laboratórios — tradicionais "igrejinhas" do engenheiro — podem permanecer dominantes em nossas vidas, se bem precisemos reconhecer a necessidade de participação nos assuntos da coletividade — locais, nacionais e internacionais — como dirigentes ou altas personalidades conforme o caso. Variarão muito as técnicas pelas quais nos faremos cidadãos nesse novo e mais amplo sentido, mas a maioria delas se tornará patente logo que uma obrigação e oportunidade fôr reconhecida.

Um resultado direto dessa mudança de atitude em face da vida coletiva da humanidade será o rompimento da linha de separação entre o nosso especialismo e o seu praticismo. A profissão da engenharia não somente cerrará fileiras, como também a mútua dependência entre os seus vários ramos técnicos e as maneiras múltiplas em que se completam uns aos outros ficarão de mais a mais ressaltados. As linhas agudas de delimitação entre nossas sociedades nacionais de engenharia — mecânica, elétrica, civil e química — certamente a regra geral para a Inglaterra e Estados- Unidos — tendem a se esbaterem en-

²¹ Vide *Population Bulletin of the Population Reference Bureau*, vol. 2, ns. 1 — 2, janeiro-fevereiro de 1946.

²² *Science for Democracy*, por Ward Shepard, *Science*, Jan. 18, 1946, e *Science Knocks at the Door of American Politics*, por Morris L. Cooke, *Mechanical Engineering*, September, 1945.

quanto as áreas que cobrem transbordam dos seus limites exteriores. As diversas especializações sem dúvida persistirão. As federações nacionais de engenharia se tornariam, de modo geral, possíveis. Então, pela primeira vez uma federação de sociedades internacionais de engenharia, unificada e funcionando competentemente seria praticável.

O próximo passo e talvez o mais difícil para os engenheiros e suas organizações será manter contacto constante com os respectivos corpos legislativos nacionais e seus membros politicamente ativos e com os departamentos executivos nacionais — tais como o do Exterior, Comércio, Interior e Agricultura — a que serão no futuro afetos os assuntos pertinentes à industrialização nacional e internacional. Tais ligações entre o governo e os engenheiros são comuns em muitos países — exemplificativamente, a Checoslováquia — mas são relativamente recentes nos Estados- Unidos.

Finalmente, mais cômicos da organização internacional poderemos estabelecer vias de contacto com a Organização das Nações Unidas e suas várias agências entre as quais o Conselho Econômico e Social e a Organização do Trabalho Internacional que têm especial interesse no desenvolvimento industrial extensivo a todo o mundo. Um passo nesse sentido já foi dado. O grupo de cientistas internacionais que esteve recentemente em Londres foi bem sucedido com o nome UNESCO,*²³ alterado de Organização Educacional e Cultural das Nações Unidas para Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas, reconhecendo-se-lhe, desta forma, ampliação para os objetivos científicos.

O uso diplomático sugere naturalmente o reconhecimento devido das várias categorias de interesses e de governos — nações, colônias, domínios, mandatos, protetorados e o mais que fôr.

Mas ao terem-se familiarizado os engenheiros com essa hierarquia que constitui a família das nações os canais mais curtos que usarão para obter consideração oficial aos seus propósitos — mesmo à execução de projetos, serão certamente encontrados.

Assim, por exemplo, uma iniciativa preliminar poderia ser tomada, visando interessar o Conselho Econômico e Social da UNO (ONU) em constituir um corpo geral de técnicos, encarregados com a responsabilidade de cuidar dos meios de fomentar a industrialização, aconselhando em problemas relativos ao desenvolvimento econômico e prestando outras colaborações quando a ocasião se apresentar.

Tal instrumento de paz poderia ter uma organização de algum modo comparável à do comando aliado durante a II Guerra Mundial.²⁴ Como os nossos dados são perfeitamente permutáveis, a engenharia em bases internacionais seria relativamente fácil.

Alguns projetos desse tipo têm já recebido financiamentos puramente liberais de setores privados americanos. Em outras ocasiões a parte financeira pode ser contraída de tesouros ou do International Bank for Reconstruction and Development de que trata o ato de Bretton Woods. De acôrdo com o artigo IV da Secção 7 deste documento, todos os empréstimos ligados à construção devem ser aprovados por uma comissão de técnicos. Nosso próprio Export-Import Bank, via de regra, faz do emprêgo de engenheiros americanos uma cláusula desses contratos de empréstimo.

* Em inglês: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, (N. do T.).

²³ Vide *The Charter and Challenge of UNESCO*, por Harlow Shapley, *The American Scientist*, January, 1946.

²⁴ Idéia, ainda que ligeira, dessas operações tão largamente ramificadas, neste campo, nos pode dar o fato de que a Tennessee Valley Authority arrola entre seus empregados cerca de 150 categorias técnicas diferentes, a saber: biólogo do meio aquático, biólogo, botânico químico, planejador social, economista, entomologista, epidemiologista, conservador de floresta, geólogo agrimensor, bibliotecario, malariologista, farmacologista, fotogrametrista, fisiologista vegetal, estatístico, economia de transportes, aliadas a muitas outras variedades de engenheiros especificamente nos ramos: engenharia cartográfica, química, civil, financeira, elétrica, de erosão, estradas, industrial, mecânica, metalúrgica, de minas, navegação, especificação, segurança, estrutural e avaliação.

A educação deve preencher larga parte desse programa. Quando os corpos docentes das escolas de engenharia no mundo inteiro se colocarem num ponto de vista mundial e seus estudos da sociedade forem formulados com ênfase crescente sobre as ciências sociais, os colégios e universidades podem ser utilizados como centros de pesquisa de primeira plana. Podem servir de pontos centrais para o estudo de quase todos os propósitos específicos da industrialização, hidro-elétrica ou qualquer outra. Cada estudo dessa natureza será próprio a interessar os jovens pelo fato de ligá-los à vida palpitante da atualidade. E estudos desta espécie, associados com o programa de ação desenvolvido aqui, teria uma atração especial.

Afluindo de escolas espalhadas por todo o mundo a um determinado centro, tais estudos representariam, por si só, contribuição apreciável à compreensão mundial especialmente se suplementados por conferências internacionais de engenharia. Dever-se-ia criar também um Instituto de Desenvolvimento de Vales Fluviais de âmbito internacional sem fim lucrativo e inteiramente a salvo dos empecilhos diplomáticos de uma repartição governamental.²⁵ Mesmo se uma pequena fração apenas das organizações de engenharia de todo o mundo concordasse em reunir-se uma vez ao ano, ou contribuir com uma única publicação, anualmente, prodigiosa influência material e moral resultaria daí. Assim no decurso do tempo a vida na cidade e no campo se converteria no *background* de mais profunda excogitação científica.

Meu próprio país já se acha aparelhado para prestar uma contribuição proeminente a êsse empreendimento tornando acessíveis dados de diferentes tipos de projetos de industrialização. A construção de usina hidro-elétrica no rio Tennessee,²⁶ determinando desenvolvimentos sociais e econômicos de grande vulto, como foi idealizada e incentivada por aquêles dois grandes americanos: Franklin D. Roosevelt e George W. Norris, tem sido descrita por muitos escritores em diversas línguas. Atesta-nos de que serviu ainda mais diretamente como incentivo ao resto do mundo, o fato de que representantes de mais de 50 nações visitaram o vale e se espalharam por todos os recantos do mundo técnicos instruídos pela TVA.

Não julgo necessário descer a pormenores desta proposta por agora. Agrada-me a minha profissão. Ninguém mais do que eu lhe aprecia o significado da passada atuação, notadamente após a passagem do século. Conheci intimamente e trabalhei com muitos dos mais eminentes engenheiros da minha época — John Fritz, Henri Le Chatelier, Charles de Freminville, Frederick W. Taylor, John R. Freeman, Ambrose Swazey, John Brashear — peritos na ação, mas também sonhadores.

Estou certo que êles me secundariam neste apêlo para que a nossa distinta profissão avoque a si esta tarefa que a nobilitará para todos os tempos. Minha maior esperança é que nalgum dia do porvir se possa avistar nas paredes de um dos edifícios da Organização das Nações Unidas uma inscrição com êstes dizeres:

A Organização das Nações Unidas mandou gravar esta inscrição em homenagem aos *Engenheiros do Mundo* representados por suas sociedades congregadas internacionalmente, e que, horrorizados com o espetáculo da pobreza acossando as vidas de mais da metade da população mundial e inspirados pelos motivos mais elevados de serviço público desinteressado e reconhecendo que os tempos exigiam novos conceitos e novos esforços para salvaguardar e propulsionar nossa civilização — no decorrer dos anos fizeram constantes e fecundas sugestões para melhorar a sorte de nossos semelhantes mais infortunados.

*Quamdiu fecistis uni ex his fratribus
meis minimis, mihi fecistis.*

²⁵ Vide *Regional Development Projects Abroad*, por Morris L. Cooke in *World Economics*, vol. III, ns. 11-12, outubro de 1945.

²⁶ Vide *TVA — Democracy On the March*, por David E. Lilienthal, Harper's, N. Y.; também *Construit pour le Peuple; "TVA" — Une Experience de la Democratie Americane*, Les Editions Transatlantiques, 1945.

Resenha e Opiniões

Política imigratória para o Brasil

Comparece às páginas desta seção para emitir sua opinião sobre a política imigratória do Brasil o Eng. Glycon de Paiva, com a tese apresentada ao II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria, publicada na revista *Mineração e Metalurgia*, em seu n.º 60, vol. X — maio-junho de 1946. Os problemas da imigração têm despertado entre os nossos técnicos expressivos debates quer na imprensa, quer nas reuniões patrocinadas pelas entidades culturais do país, convocando nomes dos mais autorizados para discutirem tão importantes assuntos. Com o objetivo de incrementar esses debates construtivos, inserimos neste número o referido trabalho do Sr. Glycon de Paiva que defende os seguintes pontos de vista:

1 — Que a política imigratória nacional merece ser orientada para a qualidade dos imigrantes e não para a quantidade deles;

2 — Que mais vale importar energia sob a forma de carvão ou de petróleo que de braços;

3 — Que mais vale importar capitais ou aqui atraí-los, para aproveitamento de energia hidráulica, que procurar imigração de músculo humano;

4 — Que tudo deve ser feito para atrair, para o Brasil, cientistas, técnicos e capitalistas, com o mínimo de restrições, colocando-os em igualdade de oportunidade com os brasileiros natos.

Fatores de população — Inicia o Sr. Glycon de Paiva com as apreciações sobre os fatores de população que se seguem:

A quantidade de habitantes que determinada área da Terra pode suportar depende de muitos fatores, mas admite limite já atingido em vários países, de população estacionária. Esse limite pode ser forçado com sacrifício do trem de vida, situação vigente em diversos países do mundo, como a Índia e a China. Também, a descoberta de novas técnicas, pode fazê-lo variar, incrementando-o. O aumento, igualmente, tem limite.

Ensina-se, em Geografia Econômica, que os fatores que presidem à distribuição da população humana são de três ordens:

a) — Influências persistentes e universais de clima, situação e relevo da região considerada;

b) — Recursos naturais disponíveis, como solo, subsolo, água, flora e fauna;

c) — Engenho da população em tirar partido do quadro geográfico caçando, pescando, explorando a floresta, criando nas pastagens, trabalhando o solo, lavrando as minas, fabricando, transportando e comerciando.

Os fatores *a* e *b* conduzem às estimativas de população possível do Brasil, tratadas nas linhas seguintes.

De modo geral, o público associa a idéia de população máxima com a superfície do país. Entre nós, não é raro ler, na imprensa cotidiana, afirmativas sobre a quase infinita capacidade de população do Brasil.

Esta exposição pretende encontrar, pelo exame de certos fatores influenciadores, e pelo que aconteceu no resto do mundo, a noção da ordem de grandeza desse limite, quando, ao mesmo tempo, houver empenho em garantir trem de vida razoável.

São os seguintes, os principais fatores influenciadores da capacidade de população: extensão do país, distribuição e quantidade das precipitações pluviais, temperatura média e sua distribuição, valor agrícola do solo, possibilidades de comércio exterior e disponibilidade de energia.

Em artigo publicado em *Rodovia*, em fevereiro de 1945, tivemos ocasião de analisar o mérito relativo desses fatores no caso brasileiro, conduzindo, cada um, a uma estimativa da capacidade de população do Brasil, conforme o ângulo encarado.

É fácil aqui resumir, para justificar a tese, como agem os diversos fatores no limitar a população possível de um país:

A) — A influência da extensão é óbvia na criação de espaços para a atividade humana. Apenas conside-

rando esse fator, independentemente das limitações porventura proporcionadas pelos outros, e tendo em vista as médias demográficas de países de população já estacionada, a capacidade de população do Brasil seria satisfeita com 390 milhões de habitantes;

B) — A chuva decide, também, da capacidade da população de um país, seja por falta ou por excesso. Não são populados os países onde chove menos de 250 mm por ano. E' escassa, de outro lado, a população dos países onde chove mais de 2 000 mm, com algumas exceções que não ferem a regra geral. Por esse critério, a capacidade de população do Brasil não ultrapassará de 180 milhões de habitantes;

C) — A capacidade alimentar do solo de determinado país, evidentemente tudo tem que ver com o montante da população que pode habitá-lo, admitindo-se o critério de segurança parcial ou total de suficiência alimentar. O exame procedido no citado trabalho, conduz à cifra de 144 milhões de habitantes;

D) — A maior ou menor possibilidade de participação no comércio exterior é fator de crucial importância no estabelecimento do montante da população, desde que se queira gozar de um padrão de vida determinado. Todos os países precisam comprar para complementar suas necessidades.

Em um país como o Brasil, até agora sem fontes substanciais de combustíveis minerais, o comércio exterior merece ser encarado sob o ponto de vista das possibilidades monetárias de importação de carvão e de petróleo, que nos são indispensáveis.

De fato, há relação estreita entre trem de vida e consumo de carvão e petróleo. Se desejarmos, para o brasileiro de amanhã, um trem de vida decente, indispensável é que lhe reservemos quota anual adequada de carvão e de petróleo. Esta é de 3,4 toneladas de carvão e 1,2 de petróleo para o americano médio; de 3,0 e 0,7, respectivamente para o canadense médio.

Como não temos problemas de aquecimento sazonal das habitações, que exigem, no hemisfério norte, 14% da quota de carvão de cada um, e

como, potencialmente, dispomos de electricidade, atribuímos, ao brasileiro médio de amanhã, apenas $\frac{1}{2}$ tonelada de carvão e $\frac{1}{4}$ de tonelada de petróleo, por ano. O preço f. o. b. pôrto exportador desta quota específica de combustível mineral, será de US\$ 6,00 ou de US\$ 9,00, se avaliada c.i.f. pôrto brasileiro.

O cálculo prossegue, na hipótese de que não venhamos a descobrir petróleo comercial entre nós, nem jazidas substanciais de carvão. Isto é, que se faça mister um comércio exterior suficientemente amplo para proporcionar divisas em quantidade adequada à aquisição dos citados combustíveis, na proporção racionalada. De outro lado, quando se analisa, até os bens primários necessários à produção deles, os bens manufaturados que ora importamos, chega-se à conclusão que metade da importação nacional, no fundo, é de carvão e petróleo. Por outras palavras, ao nos ser dada essa almejada quota de combustíveis minerais, nossa importação alcançará US\$ 12,00 a US\$ 18,00 por cabeça, dependendo da bandeira da marinha mercante empregada, a nacional ou a estrangeira. Repetindo, faremos nessa época, um comércio exterior *per capita* de US\$ 24,00 a US\$ 36,00 supondo equilibrada a balança de comércio. Atualmente, nossa participação no comércio mundial é da ordem de US\$ 15,00 *per capita*.

Damos em quadro uma tentativa de classificação das nações pela sua participação no comércio exterior e onde mostramos nossa posição entre os diversos países.

Poucas coisas são tão difíceis a um país como melhorar de posição no comércio exterior, tendo em vista os motivos seguintes:

1 — Não existem monopólios naturais de importância, no comércio exterior de matérias primas;

2 — Os mesmos bens de comércio podem ser produzidos em vários países diferentes;

3 — A participação no comércio exterior é fundamental para todos os países, com exceção da Rússia, e por um lugar melhor todos lutam;

TENTATIVA DE CLASSIFICAÇÃO DAS NAÇÕES PELA SUA PARTICIPAÇÃO NO COMÉRCIO EXTERIOR

Participação especificando comércio exterior	Limites da participação específica	Países característicos	OBSERVAÇÕES
Intensa	Acima de 100 dólares por ano	a) Inglaterra, Bélgica, Holanda, Dinamarca	Países com carvão, densamente povoados, grandemente industrializados, economicamente maduros, de bom padrão de vida, necessitando alimentos e matérias primas do exterior, para sobreviverem nessas condições.
		b) Suécia, Suíça, Noruega	Países sem carvão, grandemente eletrificados, de indústria especializada em qualidade, população moderada de alto padrão de vida, necessitando alimentos e matérias primas para completar sua subsistência e abastecer a indústria.
		c) Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Terra Nova, etc.	Países novos, de grande futuro, com enormes recursos naturais, em início de estágio industrial, com alto padrão de vida, com excesso de produção de alimentos e produtos naturais. População escassa.
Média	Acima de 30 dólares e abaixo de 100	a) Estados Unidos, Alemanha e França	Países com carvão, densamente povoados, grandemente industrializados, de alto padrão de vida, com auto-suficiência alimentar e industrial em grande parte em idade econômica madura.
		b) África do Sul, Argentina, Venezuela e Uruguai	Países escassamente povoados, muito pouco industrializados, de padrão de vida regular a bom, necessitando bens manufaturados do exterior, e exportando grande quantidade de alimentos ou matérias primas.
Fraca	Acima de 10 dólares e abaixo de 30	a) Japão, Java	Países excessivamente povoados, de padrão de vida baixo, necessitando importação de alimentos (Japão) ou manufaturas (Java) para sobreviverem.
		b) Espanha, Itália, Brasil	Países regularmente povoados, semi-industrializados, sem combustível mineral, exportando alimentos, matérias primas ou manufaturas para poder comprá-lo. Padrão de vida médio a baixo.
Muito fraca	Abaixo de 10 dólares	a) Índia, China	Países cujo excesso de população lhes não permite poder de compra apreciável no comércio exterior por carência de excedentes. Padrão de vida dos mais baixos do mundo.
		b) Rússia	País com auto-suficiência econômica quase perfeita, tendo em vista o padrão de vida que é regular, o que é possível manter sem apelo ao comércio exterior.

4 — Os países mais industrializados e de maiores recursos técnicos têm substituído, mediante produtos sintéticos, artigos que usualmente importavam dos países tropicais ou semi-tropicais, caso do salitre, da borracha, etc.

Assim, nossa promoção de 20º lugar que presentemente ocupamos para o 10.º, por exemplo, na lista de participação das nações no comércio exterior do mundo, é extremamente difícil, possível talvez, mas improvável. Ainda assim, em vez de participarmos com 1,3% deste comércio, como agora, fá-lo-íamos com 2,3%. Atualmente, 1% do comércio exterior representa 450 milhões de dólares de negócios, e 2,3% seriam pouco mais de 1 bilhão de dólares. Mas, se nossa promoção ocorresse, quando aumentado o comércio exterior do mundo, 1% dele, então seria representado por 500,600 ou 700 milhões de dólares. Essas cifras e con-

siderações indicam não ser prudente basear nossas futuras transações em quantia superior a 1500 milhões de dólares, antes da guerra realizada por nações como o Canadá e o Japão, que ocupavam o 5.º ou 6.º lugar no citado comércio.

Voltando, agora à quota acima calculada, entre 24 e 36 dólares, relativa à nossa participação específica no comércio exterior, capaz de proporcionar-nos as quantidades de petróleo e de carvão indispensáveis a um padrão de vida decente, encontramos, por divisão, os limites superior e inferior da população possível, de acordo com esse critério.

$$\frac{1\ 500\ 000\ 000}{24} = 62\ 500\ 000$$

$$\frac{1\ 500\ 000\ 000}{36} = 41\ 500\ 000$$

Essas meras estimativas dão lugar às seguintes reflexões:

1) — Uma participação substancial no comércio externo é essencial para um país sem carvão nem petróleo, sob pena de sacrificar demasiado o padrão de vida de seus habitantes, pela impossibilidade de comprar esses artigos;

2) — A existência de marinha mercante nacional, cobrando fretes em moeda do país, é crucial porque libera divisas que podem ser utilizadas na compra de petróleo e carvão para maior número;

3) — Embora o solo do país sem carvão nem petróleo, possa alimentar uma população maior, não é conveniente correr o risco de possuí-la, além de certo limite, se sua participação no comércio exterior não for de molde a facultar compra de petróleo e de carvão em quantidade adequada.

E) — A disponibilidade de energia para consumo específico do habitante é fundamental na limitação da população, de modo que não venha a faltar energia a nenhum, na quota adequada a cada um. O quadro final classifica as nações segundo a natureza da energia consumida, e mostra qual a nossa posição no futuro. Nossa civilização, a julgar pelo quadro, será semelhante à dos países como o nosso, isto é, possuidores de igual natureza de energia disponível.

Os esclarecimentos seguintes melhor servem à compreensão do assunto.

A reserva potencial de energia hidro-elétrica do mundo é de 500 milhões de cavalos. Tudo isto captado e utilizado por uma humanidade de pouco mais de 2 bilhões de habitantes, população atual, conduziria a uma quota *per capita*, de 1 000 quilowatts-hora, equivalente à de alguns países de alto padrão de vida, como a Inglaterra; representando, entretanto, 30% apenas do que recebem o norueguês ou canadense médios, povos que, especificamente, consomem maior quantidade de eletricidade. Dêste total, apenas 11% em todo o mundo, se acha captado; isto é, cerca de 55 milhões de cavalos de força hidro-elétricos são utilizados, dos quais 22 milhões na Europa altamente industrializada, 9 milhões no oriente dos Estados- Unidos,

4 milhões no Japão, 4 milhões no ocidente dos Estados- Unidos, e 16 milhões no resto do mundo, do qual cerca de um milhão no Brasil. A distribuição da energia hidráulica potencial se faz de preferência, pelas regiões tropicais, que encerram cerca de 60% da energia mundial. Só a bacia do rio Congo detém 25% de toda a energia hidráulica potencial do mundo. O continente africano totaliza 40%, a América-do-Sul 12%, dos quais entre 4 a 6% no Brasil, 7% na Índia e 4% na Maláia.

Entretanto, enquanto o hemisfério norte tem captado 98% da energia hidráulica utilizada no mundo, até o presente momento, o hemisfério sul tem apenas 2%, dos quais 1,3% no Brasil.

As vantagens da energia elétrica são, principalmente, inexauribilidade, divisibilidade, limpeza das instalações. São desvantagens, a impossibilidade de acumulação nas horas de procura pequena, para transferi-la para as horas de grande procura.

O potencial hidro-elétrico do Brasil tem sido avaliado, em estiagem mínima, e sem transposição de vales, em 15 000 000 quilowatts.

Tirando-se, em futuro, mais ou menos remoto, todo o partido possível do relêvo e de nossas abundantes precipitações pluviais, aproveitaremos, talvez 25 milhões de quilowatts.

De outro lado, sem carvão nem petróleo, necessitaremos de uma quota anual excepcionalmente alta de energia elétrica, digamos 2 000 quilowatts-hora, *per capita*, intermediária entre a quota do canadense, 2 830 kWh, e a do suíço, de 1 680 kWh. Se se admite a utilização total dessa energia, com fator de carga de 60%, verifica-se que, nessas condições, essa quantidade de energia será suficiente para

$$\frac{25\ 000\ 000 \times 24 \times 360 \times 0,6}{2\ 000} = 64\ 800\ 000 \text{ hs.}$$

Conclusão — Dessas considerações resultam as seguintes conclusões decorrentes do quadro-resumo.

O quadro resume as estimativas anteriores, de acordo com os vários critérios escolhidos, e dá lugar às reflexões do parágrafo final.

CAPACIDADE DE POPULAÇÃO DO BRASIL

CRITÉRIOS ADOTADOS	População em milhões de habitantes	Observação
Extensão territorial.....	390,0	—
Pluviosidade.....	180,0	—
Temperatura.....	106,0	—
Capacidade alimentar dos solos.....	144,0	—
Tendência das atuais densidades demográficas.....	98,1	—
Capacidade de compras externas de combustíveis minerais.....	62,5 ou	} Comércio exterior sob bandeira brasileira ou sob bandeira estrangeira.
Disponibilidade de energia elétrica em quota específica adequada.....	41,5 64,8	

1 — Um padrão de vida decente, no Brasil, será incompatível com população densa, enquanto não aproveitarmos carvão e petróleo brasileiros, em quantidades substanciais.

2 — A existência de uma marinha mercante de longo curso, cobrando fretes de importação em moeda nacional, é fator de relevância, porque sua existência está diretamente ligada ao porte de nosso trem de vida.

3 — A eletrificação do país, e a venda de eletricidade a preço vil, é uma das condições de sobrevivência econômica do Brasil, sem degradação maior do padrão de vida.

4 — Já passou a fase de imigração indiscriminada em quantidade, porque a cepa brasileira existente é suficiente, por crescimento reprodutivo, para preencher nossa capacidade de população. Não precisamos de mais homens, senão de mais energia por homem; mais carvão, mais petróleo e mais quilowatts-hora. Importa trocar a imigração em quantidade, pela imigração em qualidade; isto é, substituir o contingente de população agrícola, técnica e atrasada, dos povos mediterrâneos, pelos agricultores e criadores da Suíça, Alemanha, Holanda, Dinamarca, Suécia e Finlândia, muito mais adiantados; assim como de contramestres, mecânicos e operários especializados das regiões industriais da Europa ocidental.

Recomendações — Do exposto decorrem as seguintes recomendações:

O II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria,

Considerando:

Que há uma relação estreita entre a disponibilidade de energia de um país e o padrão de vida que nele se pode gozar;

Que a quantidade de energia doméstica no Brasil é pequena naquilo que se refere a carvão e petróleo, e elevada, embora limitada, no que se refere a energia hidráulica;

Que o Brasil é país melhor talhado para ter consumo elevado de energia hidráulica, o que segundo a experiência mundial diminui as possibilidades de população elevada;

Recomenda:

a) — Que a política imigratória nacional seja orientada para a qualidade e não para a quantidade de imigrantes;

b) — Que não haja limitações para imigrantes capitalistas;

c) — Que não haja limitações para imigração de cientistas e de técnicos;

d) — Que a aquisição de imigrantes, principalmente se destinados a trabalhos braçais, como a que se tem dirigido para o Brasil até agora, merece com vantagem ser substituída pela importação de energia sob forma de carvão e de petróleo, ou de capitais para captação de energia hidráulica disponível no país;

e) — Que tudo deve ser feito para atrair, para o Brasil, cientistas, técnicos e capitalistas, com o mínimo de restrições, colocando-os em igualdade de oportunidade com os brasileiros natos.

**CLASSIFICAÇÃO DE 17 NAÇÕES, DE ACORDO COM A NATUREZA DA ENERGIA
PREDOMINANTEMENTE UTILIZADA**

PAÍS	NATUREZA DA ENERGIA				Produção mediante predomínio da energia de:
	Muscular %	Carvão %	Petróleo %	Hidráulica %	
China.....	74,00	23,80	2,20	0,00	MÚSCULO
Índia.....	70,00	22,80	5,30	1,90	
Brasil.....	51,00	13,40	11,80	23,80	
Alemanha.....	5,30	88,90	2,40	3,40	CARVÃO
Grã-Bretanha.....	4,40	86,00	8,40	1,20	
França.....	7,65	71,75	6,95	13,65	
Estados Unidos.....	2,40	61,00	29,20	7,40	
Japão.....	19,20	47,20	6,40	27,20	
Austrália.....	9,40	45,40	45,20	0,00	
Espanha.....	25,10	42,80	5,60	26,50	
Rússia.....	35,80	37,80	2,70	23,90	
Argentina.....	20,20	24,30	53,60	1,90	PETRÓLEO
Noruega.....	4,50	17,50	3,00	75,00	HIDRÁULICA
Suíça.....	7,40	22,10	5,65	64,85	
Suécia.....	7,30	27,10	6,85	58,75	
Canadá.....	2,40	40,70	12,90	44,00	
Itália.....	20,50	33,50	6,70	39,30	

★

Ô clima do Brasil

As anomalias do clima — E' natural que um vasto país como o Brasil ofereça grandes diversidades e notáveis anomalias de climas. Sob o equador, o imenso vale do Amazonas é muito quente e chuvoso. São por vêzes aí as precipitações tão regularmente periódicas que, em certas localidades, como na cidade de Belém, o tempo é muitas vêzes referido àquela circunstância na determinação do momento em que tal ou qual fato se deu ou se dará no correr do dia. E' assim que a hora predileta para as visitas é *depois da chuva*.

Produtos característicos de climas muito úmidos florescem vigorosamente em certos trechos do litoral, onde encontram, na abundância das chuvas, o elemento necessário ao seu pleno desenvolvimento. Sirvam de exemplo o cacau e a piaçava do sul da Bahia.

Dêste centro ou região chuvosa, relativamente pequena, caracterizada por êstes produtos, diminuem as chuvas gradualmente ao longo da costa para o norte e para o sul onde se ma-

nifestam uma ou duas estiagens durante o ano, oferecendo, assim condições de clima que favorecem sobremaneira a lavoura da cana de açúcar: a estiagem fortalecendo a seiva sacarina ao mesmo tempo facilitando a colheita, como no norte da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, etc., e no sul, como no Espírito-Santo e na região de Campos.

Enquanto as condições climatéricas são essas na proximidade da costa, da Bahia para o norte, as chuvas diminuem um tanto abruptamente para o interior. A faixa de chuvas medianas é estreita e a região já sofre uma estiagem prolongada. Na Bahia esta região de chuvas leves favorece de modo especial a cultura do fumo pela qual é com justiça afamada.

Do sul de São-Paulo ao Rio-Grande-do-Sul chove no litoral durante todo o ano. No vasto planalto central do país, que em grande parte goza de um clima temperado, as chuvas caem, em geral, durante os meses de calor, ou melhor, durante a estação agrícola. Esta circunstância permite boas safras de café e outros produtos da região e favorece o lavrador com bom tempo para as colheitas. Em outras

N. R. — O presente trabalho, publicado apenas em fevereiro de 1937, foi escrito muito antes dessa data; daí as generalizações devidas à escassez de dados meteorológicos exatos. Não obstante, êle representa ainda hoje uma síntese valiosa da nossa climatologia e meteorologia.

zonas do extremo sul, ao contrário, as precipitações se fazem durante o inverno, sendo sêco o verão, de modo que a lavoura reclama irrigação para conseguir boas safras.

Estudando os mapas físicos do mundo, nota-se uma série de fatos deveras interessantes e significativos, especialmente dentro da região dos trópicos. Por exemplo, nos mares se observa grande analogia nas correntes marítimas e na circulação aérea, e nos continentes, onde as feições topográficas são semelhantes, se notam os efeitos da conjugação do relevo geral do solo com os ventos, influinte sobre as chuvas e a vegetação da região.

Estes característicos de concordância observam-se especialmente ao longo do trópico de Capricórnio na Austrália, na África e na América-do-Sul. Próximo à costa oriental desses continentes existem cordilheiras importantes — na Austrália, o Blue Mountains, na África, o Drakensberg e na América-do-Sul, a serra do Mar. Para oeste dessas cordilheiras, no interior dos três continentes, há vastas regiões que são relativamente planas. E continuando para oeste, ainda se encontram feições semelhantes nas grandes cordilheiras próximas às costas ocidentais que, na América-do-Sul, assumem proporções excepcionais nos Andes.

O clima das regiões costeiras e alpinas desses três continentes na mesma latitude, difere pouco, mas nas regiões do interior apresenta grandes diferenças. Enquanto na Austrália o clima do interior é desértico e na África existe o grande deserto de Kalahari, nas mesmas latitudes do Brasil, depara-se-nos uma vasta região que goza dum clima dos melhores do nosso planeta, com boa e bem distribuída precipitação onde, parece, deveríamos encontrar ao menos condições desérticas.

Uma tal anomalia, apenas aparente, resulta evidentemente do enorme alargamento que, para além, talvez, da latitude de 28 a 29 graus ao sul, sofre as zonas das calmarias equatoriais em virtude da influência do relevo peculiar do solo do continente e sobretudo da cordilheira dos Andes. Esta grande muralha, embora situada muito fora das nossas fronteiras desvia e canaliza os aliseos de NE e SE, de modo a estabelecer a circunstância acima apontada como determinante do clima da região a que nos referimos.

Configuração topográfica — Estudando a configuração topográfica da América-do-Sul, parece que encontramos a explicação dessa grande dilatação da zona das calmarias, a região chuvosa do interior do país, na disposição peculiar das cordilheiras nos dois lados do continente em combinação com os ventos gerais.

Assim, a leste, em direção mais ou menos paralela à costa do Atlântico, ficam as altas serras do Mar, da Mantiqueira, do Espinhaço, etc., que oferecem uma linha de cumiada entre 1 000 e 1 500 metros de altitude, e se estende desde o sul do país até às proximidades do cabo São-Roque. Para oeste do largo vale meridional do São-Francisco, corre outra linha de cumiada pouco mais quebrada do que a primeira, mas também alta, variando de 1 600 metros no sul e baixando gradualmente para o norte (como acontece com a primeira linha de cumiada mencionada), até aproximar-se do mar com a altitude de cerca de 1 000 metros. Nesta segunda linha de cumiada encontramos as serras de Caldas, Canastra, Mata-da-Corda, Salitre, Paraná, Duro, Alpercatas, incluindo as serras do Araripe e Ibiapaba, etc. Esta linhas de serras que, aliás, somente na face oriental tem o caráter de verdadeiras serras, em geral se desfaz para oeste em chapadões muito recortados pelos vales dendríticos dos rios, resultando uma superfície bastante acidentada cuja altitude média deve ser de cerca de 700 metros, com frequentes serranias, em que os pontos culminantes se aproximam ou passam de 1 000 metros de altitude. Assim é grande a região do *divortium aquarum* continental, entre os afluentes do Amazonas e os do Prata.

No lado oeste do continente, encostado ao Pacífico, temos a grande cordilheira dos Andes com uma extensão de milhares de quilômetros em que se apresenta uma linha de cumiada de mais de 400 metros de altitude, com muitos picos que vão além de 5 000 e 6 000 metros de altitude. Com as suas ramificações, ela se estende à costa norte de Venezuela até o extremo sul do continente. Rodeia as cabeceiras do Amazonas, em forma de grande sacco semi-circular até o planalto da Bolívia, donde segue para o sul acompanhando o meridiano. Destacada entre os vales do Amazonas e do Orinoco existe a região montanhosa

das fronteiras da Guiana e da Venezuela, incluindo a alta serra de Roraima com altitude de cerca de 2 000 metros.

Os aliseos — Desde a latitude de 28° S, mais ou menos, sopram os ventos gerais — os aliseos — em direção obliqua ao equador terrestre, no hemisfério setentrional, de nordeste, e no meridional, de sudeste. Sua velocidade varia de 15 a 50 quilômetros por hora quando não encontram obstáculos como no mar. Nos lugares onde predominam estes ventos há geralmente, tempo bom, com raras tempestades, e o clima é sêco, salvo onde êles encontram algumas cordilheiras. Quando passam sobre extensas planícies, o ar quente destes ventos absorve a umidade, resseca o solo e daí resultam condições desérticas.

Assim se explica a origem do Saara, do Kalahari e de diversos outros desertos; assim se explica o clima da região sêca do Nordeste do Brasil, embora grande parte do país, incluída naquela zona goze, pelas razões já indicadas, do excepcional clima referido.

A zona das calmarias acompanha, mais ou menos de perto, o equador terrestre, ora de um lado, ora de outro, conforme a época do ano, seguindo o sol com algum atraso, mas com sensíveis variações devidas à distribuição irregular dos mares e dos continentes. Nos mares é bastante estreita e regular, mas em terra, nos continentes, torna-se muito irregular em virtude dos empecilhos que ao curso livre dos ventos opõem as asperezas da topografia, especialmente as montanhas e cordilheiras maiores. Na região desta cintura equatorial, o ar quente, suprido sempre nos dois lados pelos aliseos do nordeste e do sudeste, sobe vagarosamente e se resfria com a expansão rápida do ar sob baixa pressão resultando daí chuvas copiosas e freqüentes.

E' esta a região das calmarias equatoriais ou os *doldrums* do marinho inglês, região onde o tempo é geralmente encoberto. A cidade do Pará, se acha na margem norte desta zona chuvosa, no mês de janeiro, e em julho perto da margem sul. Um resultado interessante, que provém desta oscilação anual das calmarias equatoriais, está nas duas enchentes anuais do rio Amazonas: a maior, devido às chuvas no lado sul abrangendo as vastas bacias da Madeira, Xingu, etc., e a

menor, devido às chuvas no lado norte, abrangendo uma área menor, sujeita a chuvas mais escassas, como nas fronteiras das Guianas e Venezuela. Esta linha de fronteira é, em grande parte, montanhosa e disposta de forma que, enquanto os lados leste e norte têm um clima muito úmido, os lados opostos, sul e oeste, têm-no sêco, conforme o coronel Church e as observações meteorológicas do Dr. Roderic Crandall, em Boa-Vista, no alto rio Branco, afluente do rio Negro, onde demorou cerca de dois anos com uma turma da Defesa da Borracha. Em geral, o tempo chuvoso ao norte do equador abrange os meses de março e setembro numa zona bastante regular em largura, e ao sul os meses de setembro a março, seguindo em movimento a marcha do sol com algum atraso.

Devido à configuração topográfica especial do continente, que influi sobremaneira na circulação atmosférica, especialmente na direção e força dos ventos, esta zona chuvosa sofre uma grande dilatação no interior do Brasil, de forma que a maior parte do país fica incluída nesta região de calmarias equatoriais, embora muito retirada do equador terrestre. Assim é que a maior parte do país goza, em geral, dum clima privilegiado, com chuvas abundantes e bem distribuídas durante a estação quente, época em que são necessárias para a agricultura. Esta região chuvosa alcança o norte do Rio-Grande-do-Sul e abrange francamente os Estados do Paraná, São-Paulo e sul de Mato-Grosso.

Em janeiro, os ventos invadem o continente pelos vales abertos do Orinoco e do Amazonas, ficando contidos e um tanto desviados pelos Andes no grande saco semi-circular; e transpondo o equador terrestre sofrem um desvio para a esquerda, tornando-se assim ventos do norte ou de noroeste.

Normalmente, quando transpõem essa linha, tornam-se em ventos de norte e noroeste porque o ar já tendo adquirido a velocidade da superfície dessa latitude, torna-se mais veloz do que o da superfície em latitudes menores e tendem, portanto, a avançar para leste. No alto Amazonas esta variação dos ventos deve ser mais acentuada devido aos ventos frios de oeste e de sudoeste que vêm dos Andes, especialmente do planalto boliviano, como notou o coronel Church, causando

as tempestades características do alto Amazonas e do Acre, que são muito prejudiciais aos habitantes daquelas paragens.*

Esta transformação dos ventos gerais de NE em ventos de NO se observa também no Ceará durante os anos de chuvas. Mais para o sul, na costa oriental do Brasil, durante a estação calmosa os aliseos de sudeste mudam frequentemente de rumo tornando-se de ESEE, ou mesmo de ENE como na costa sul da Bahia, Espírito-Santo e do Estado do Rio-de-Janeiro até Cabo-Frio. Esta mudança frequentemente na direção dos ventos, determinando nas enseadas ondas de rumos diferentes, traz, como consequência, a concentração nas praias dos minerais pesados contidos nas areias. Assim se explica nestes lugares a maioria dos depósitos de areia monazítica — produto de grande valor econômico — cuja acumulação não se daria se os ventos fôsse mais constantes em rumo.

Ainda mais para o sul, desviados talvez pelo grande bloco de serras do Estado do Espírito-Santo, estes ventos de ENE vêm bater contra a serra do Mar em Santa-Catarina e Paraná.

Para o interior, em São-Paulo, Minas-Gerais, Goiás, etc., passando as serras do Mar, Espinhaço e outras diminuem de intensidade e, atravessando uma região bastante acidentada, o que causa contínuas ressacas e rebojos, se enfraquecem ainda mais, de sorte que o resultado final destas combinações topográficas (os Andes a oeste e a serra do Mar a leste) sobre os ventos, é alargar imensamente a zona das calmarias e dar a esta grande região central do Brasil uma boa distribuição de chuvas durante a estação cálida (de setembro até abril). Durante os outros seis meses do ano, de maio até setembro, os aliseos de sudoeste batem sem interrupção, embora enfraquecidos no interior, e este grande *hinterland* goza de um tempo uniformemente bom e sêco para as colheitas, com

raras chuvas esporádicas nas regiões mais acidentadas. Observações acumuladas durante muitos anos fornecem elementos valiosos sobre o clima e mostram que as deduções são essencialmente exatas.

Destas observações, sobressaem as do Dr. Thomas Canty que tem estudado e meditado muito a respeito de tal assunto.

De Curralinho, em Minas, escreveu-me o Dr. Canty em princípios de 1914:

“Durante os últimos sete anos tenho passado a maior parte do tempo no norte e oeste de Minas.

Desde primeiro de abril até primeiro de setembro os ventos dominantes no interior são de leste. Durante este tempo os ventos são frescos, secos e vigorantes. O céu é quase sempre límpido. A temperatura sobe até 20° e 25° C, de meio dia às duas horas da tarde, para cair quase a zero das 3 às 4 horas da madrugada. De vez em quando, um vento fresco de oeste aparece para continuar durante dois ou três dias. O tempo torna-se quente e abafado. As noites não são tão frescas. O termômetro marca 10° a 15° às 5 horas da manhã. Depois de 2 ou 3 dias assim, com este vento de oeste de tempo quente e abafado, nuvens negras aparecem em diferentes partes do céu, geralmente à tarde. Porém logo, o vento fresco de leste renova-se, desaparecem as nuvens e o tempo torna-se firme. Nos princípios de agosto, estes ventos quentes e abafados de oeste tornam-se mais frequentes e continuam durante uma semana ou mais.

Enquanto prevalecem, o céu torna-se bastante nublado com frequentes trovoadas, porém chove pouco. As chuvas raramente principiam antes de meados de setembro. Com o avanço da estação, os ventos de oeste acentuam-se mais e mais e os de leste diminuem; os céus são mais encobertos e chove mais.

Desde primeiro de outubro até princípios de abril, o tempo é geralmente chuvoso enquanto prevalecem estes ventos de oeste.

No meado da estação cálida, durante dezembro, janeiro e fevereiro, um outro característico se nota. As chuvas mais fortes vêm de oeste sem serem precedidas de ventos oeste. O banco de nuvens sobe do horizonte ocidental e vem se aproximando enquan-

* Atualmente, graças às melhores informações de que se dispõe, sabe-se que o fenómeno conhecido no S. W. do Amazonas e no Acre, por “friagem” não resulta da invasão de massas de ar provenientes dos Andes. A massa de ar frio vem do sul para o norte ao longo da depressão do Paraná-Paraguai, transpõe o divisor de águas e vai alcançar o sudoeste da planície amazônica.

Para informes mais detalhados sobre o assunto, ver o trabalho *As Ondas de Frio da Bacia Amazônica*, por Adalberto Serra e Leandro Ratisbonna, publicado no n.º 26 deste *Boletim*, relativo a maio de 1945.

to sopra o vento leste. Logo que êste cessa, aparecem borrascas e ventos irregulares de pouca duração, seguidos de calmarias. As nuvens, às vêzes, acompanhadas de relâmpagos, encobrem os céus. A princípio é quente e a chuva pesada, porém, logo se torna fresco, cessam as trovoadas e a tempestade muda para uma chuva geral e fria. O sol não aparece durante uma semana ou mais.

Cai quase todo tempo uma chuva fina e fria, e o tempo torna-se tão frio que o povo levemente vestido e os animais sofrem bastante, embora o sol esteja quase no zênite.

Finalmente, o vento de leste reaparece, as chuvas cessam e o tempo torna-se bom e sêco.

Quer no inverno, quer no verão, enquanto sopram os ventos de leste, o tempo é sêco, mas durante os dias são mais quentes e as noites não são tão frescas como durante o inverno. Durante os meados de dezembro ou principios de janeiro, geralmente há um período de tempo quente e sêco com vento leste e céu limpo — o *veranico*.

Êste período dura de uma a duas semanas e freqüentemente causa muito prejuizo às plantações por estar a terra muito dura, raspada apenas com a enxada. Se fôsse arada, a terra fôfa havia de conservar umidade suficiente para poderem as plantas passar duas ou três semanas sem sentir a falta de chuva.

Durante a estação cálida, depois de alguns dias com vento quente e sêco de leste, tenho visto, de noite, o clarear de relâmpagos por baixo do horizonte ocidental.

No dia seguinte, ou dois dias depois, nuvens aparecem no oeste annunciando chuvas para a noite. Os ventos de leste continuam soprando até poucas horas antes da chuva, quando acalmam; as nuvens encobrem rapidamente o céu e a chuva segue."

Viajando no oeste de Minas-Gerais e no sul de Goiás, nos fins de 1914 e depois em 1917, tive ocasião de observar a fidelidade das observações do Dr. Canty. O vento dominante estava sempre de E ou de ESE — uma brisa leve que mais se notava à tarde. Nesta época do ano o aparecimento de nuvens no norte, noroeste ou oeste, é sinal certo de chuva e os viajantes desta região pouco habitada logo têm de procurar abrigo ou de servir-se de

seus ponches. Ao contrário, pouco devem se importar com as nuvens que se formam a leste ou ao sul. Estas observações se aplicam também ao interior de São-Paulo, parecendo, todavia, que, aí, os ventos perturbadores vêm mais do oeste.

Em certos trechos, como no norte do Espírito-Santo e sul da Bahia, onde as serras são altas e dispostas normalmente à direção dos ventos aliseos, o clima torna-se muito úmido e chove todos os meses do ano. Nesta região o cacau e a piaçava são produtos principais. Na mesma latitude, mas para oeste, no norte de Minas e sul da Bahia, na face oriental e acima da serra do Espinhaço, no mês de julho, o frio é muito sensível, e, embora não chova, cai um orvalho pesado. Aí o capim e as árvores se conservam verdejantes durante o ano, enquanto na face ocidental da serra e da grande planície que vai desde o sopé da serra até muito além do rio São-Francisco, isto não se dá; toda a vegetação é queimada e despida das folhas, com exclusão do juazeiro que se conserva verde durante as sêcas mais intensas.

O autor passou muitas noites aí ao relento, sem ao menos necessitar de cobertor. O ar é muito sêco e as noites agradáveis; durante o dia, mesmo em julho, desde meio dia até às duas horas da tarde, o sol é abrasador e o abrigo de uma sombra é muito agradável. Assim, muitas vêzes, em hora de descanso, observam-se nuvens, quase a encobrirem o céu no alto da serra, correndo sempre para oeste, para logo desaparecerem, dissolvidas no ar, talvez devido ao calor emanado da planície.

Desde o paralelo de latitude de 15° para norte, no nordeste do Brasil, as chuvas têm o caráter esporádico, ao menos no interior, conforme as nossas observações que são demasiadamente limitadas para estabelecer uma regra geral.

Chuvas gerais durante dias ou semanas são excepcionais. Em Juazeiro (Bahia), vi, diversas vêzes, a noroeste, a formação de temporais que atravessaram a planície para leste, passando ao norte da cidade, onde não chovia, conservandô-se o tempo em relativa calma, com freqüentes borrascas irregulares.

No último dia de outubro, em viagem rio acima, pretendia chegar a Xiquexique, mas tarde formou um temporal no oeste que veio se aproximando

do com ventania forte, de modo que me abriguei numa fazenda onde apenas chovisçou.

No dia seguinte, continuei viagem, atravessando um trecho de um a dois quilômetros de largura onde tinha chovido bastante à tarde. Daí até a vila não havia indício de chuva recente.

Alguns dias mais tarde, do alto da serra de Açuruá, perto de Santo-Inácio, vi uma lista verde através da planície ao norte, à distância de uns seis quilômetros, que se estendia no sentido leste-oeste. Parecia a verdura ao longo do rio, embora muito uniforme em cor, largura e direção. Perguntando aos companheiros se passava por aí algum riacho, responderam que aquêlê risco verde através da caatinga mostrava onde tinha passado uma manga d'água, havia umas semanas.

Sobre o clima de Juazeiro, onde, passou diversos anos, escreveu em carta particular, o Dr. Léo Zehntner, diretor do Hôrto Florestal daquela cidade:

"As chuvas e trovoadas armam-se a leste com vento incerto, virando para norte, noroeste e oeste, e é destas direções que recebemos chuvas abundantes. Estas chuvas são gerais e acompanhadas de pouco vento ou mesmo de calmaria completa. Sômente uma vez notei uma chuva em forma de manga no Nordeste. Geralmente as trovoadas vindas de nordeste são pouco freqüentes e de pouca duração e são acompanhadas de vento impetuoso."

Mais para norte, onde as "sêcas" são talvez mais pronunciadas, temos observado freqüentes perturbações dos ventos por causa da feição topográfica especial. Um exemplo desta perturbação se encontra nos ventos de Aracati no Ceará. Os aliseos de sudeste, rodeando o cabo de São-Roque, vindos de ESE, passam ininterruptamente sobre os terrenos baixos próximos da costa, e entram no largo vale do rio Jaguaribe (que serve de aquecedor) com rumo de ENE ou NE assim determinando, o caráter sêco dêste vale, em grande parte. Os ventos para sul dêsse cabo perdem a sua força e umidade contra as serras da Borborema, Martins, Pereira, etc., de modo que na chapada da serra do Pereira, na altitude geral de 700 metros, as grutas e córregos tinham água corrente em janeiro de 1910, e tôda a vegetação estava verde e viçosa, fazendo lembrar a região do sul de Minas; enquanto ao

pé da serra, já no vale do rio Jaguaribe, apenas três ou quatro quilômetros para oeste, na altitude de cêrca de 100 metros, estava completamente sêca, nada verde, nem capim, nem brotos de *caatinga* numa largura de 6 a 8 léguas e numa estação em que, de um modo geral, tinha havido boas chuvas em todo o Estado.

Um exemplo interessante da influência da topografia sobre as chuvas se observou em março de 1910 perto da cidade de Iguatu. Algumas léguas a noroeste daquela cidade, a serra do Maia forma um espigão alto, de umas dezenas de quilômetros de comprimento no sentido norte-sul. A serra se levanta um tanto bruscamente da planície pouco ondulada, na qual corre o rio Quinque de norte para o sul, alguns quilômetros a leste da serra. Ao longo dêste rio, no lado oeste, tinha sido recentemente construído o trecho novo da estrada de ferro Baturité. Na serra e no lado oeste do rio Quinque tinham caído chuvas fortes originando enchentes que destruíram alguns pontilhões e levaram centenas de metros de atêrro, enquanto no lado oposto do rio, para leste, não tinha caído chuva alguma; tudo estava sêco, faltando água nos açudes das fazendas. Devido a estas circunstâncias, parece que melhor locação para a estrada de ferro teria sido no lado dêsse rio, onde a conservação no futuro certamente seria mais fácil.

As irregularidades do clima no Nordeste do país são notáveis; há poucos anos sofreu a região uma sêca geral que perdurou durante quase dois anos, seguidos de dois ou três anos de chuvas boas, e atualmente (1919) está nas garras de outra sêca terrível. O ano de 1917 foi muito chuvoso em todo o Nordeste. Em princípios de junho dêsse ano, em companhia do coronel Raimundo Fontenelle, de Viçosa, o autor estava em viagem de Itaúna para Chaval no extremo noroeste daquele Estado, quando veio do noroeste ao seu encontro um bando de nuvens negras que se estendia através do horizonte de nordeste a sudoeste. O vento que tinha sido fraco de leste mudou de repente para uma borrasca forte de noroeste, seguida imediatamente de uma chuva torrencial. O vento parou logo, continuando o tempo calmo e chuvoso até o dia seguinte, quando se limpou o tempo e voltou o vento de leste.

A região chuvosa da serra do Mar. Na face oriental da serra do Mar desde o sul da Bahia até as proximidades de Pôrto-Alegre, as chuvas são muito pesadas e distribuídas durante o ano inteiro, chovendo quase tôdas as semanas em certas zonas. A variação é devida, aparentemente, à orientação dêstes trechos da serra em relação à direção dos ventos reinantes. Assim no sul da Bahia e norte do Espirito-Santo, a orientação da serra é quase norte-sul, normal à direção dos ventos durante todo o ano, encontrando-se as mesmas condições no sul de São-Paulo, Paraná, Santa-Catarina e norte do Rio-Grande-do-Sul. Nestes trechos, a precipitação deve ser de cerca de quatro metros, mais do que a quantidade registrada no alto da serra em São-Paulo, visto a orientação da serra, desde o cabo Frio até Iguape, no sul de São-Paulo, ser disposta obliquamente à direção dos ventos principais nestes trechos. De fato, esta orientação de grande muralha parece servir para desviar êsses ventos mais para o sul, causando portanto, maior precipitação no extremo sul.

No extremo sul do país, no Rio-Grande-do-Sul, já fora da influência dos alíseos, um vento muito característico é o *minuano*, vento frio e forte do sul ou sudoeste. No interior dêste Estado, a estação mais chuvosa é de abril até agosto, havendo estiagens durante a estação agrícola. Devido a estas condições, a irrigação tem um desenvolvimento considerável nesta região. Também, aí, de vez em quando, vem do sudoeste o *pampeiro* que corresponde ao *blizzard* da região dos *Great Plains* dos Estados-Unidos.

Nas páginas precedentes, o autor tem procurado interpretar as suas próprias observações e outras, escassas, que no mesmo sentido pôde encontrar. A região, porém, é muito vasta e as observações, demasiadamente deficientes não permitem estabelecer regras gerais num assunto tão complicado. Quem pode dizer donde vem o vento ou para onde vai? Entretanto, da exposição feita, evidentemente, a cordilheira dos Andes exerce uma influência poderosa sobre o clima do Brasil, e devido a esta influência, há no interior uma grande dilatação das calmarias resultando um clima excepcional para esta grande região. Conforme os fatos e combinações notadas acima, êste resultado parece devido ao desvio dos ventos de seu curso normal cau-

sado pela cordilheira sem tomar em conta a influência das variações de temperatura e pressão barométrica sobre a região.

E' lícito perguntar, como seria o clima se não existisse essa cordilheira. Resposta cabal, encontramos nas formações geológicas, no interior, onde indicações fidedignas sugerem uma época em que o clima foi talvez desértico em outra idade geológica, antes de existir esta cordilheira, senão em escala relativamente insignificante. Entre as grandes cordilheiras do mundo, talvez os Andes seja a mais nova. Sabemos que surgiu do mar e se levantou às alturas majestosas durante os fins ou depois da idade terciária, porque encontramos os sedimentos terciários formando imensas planícies nos planaltos do Peru, Bolívia e Chile, na altitude de 4 200 metros. Os movimentos orogênicos que deram origem a esta extensa cordilheira, ainda perduram, como provam os numerosos vulcões e os frequentes terremotos em tôda a região andina. As indicações a que aludimos, se encontram no planalto de Minas-Gerais, para oeste do rio São-Francisco, na região drenada pelos rios Indaiá, Abaeté e alto Paranaíba. A feição dominante da região consiste em extenso chapadão, muito dessecado, formado por camadas horizontais de grês e eruptivas mesozóicas que constituem a serra da Mata-da-Corda que, nesta região tem a altitude geral de 1 000 a 1 100 metros e que atravessa a região no sentido norte-sul. Esta série de rochas horizontais descansa sobre uma superfície antiga de quartzitos, xistos e conglomerados paleozóicos inclinados e geralmente bastante dobrados, que foram desnudados (*baselevelled*) antes da deposição das rochas mesozóicas. Êste peneplano sobre o qual descansa a serra da Mata-da-Corda tem a altitude de cerca de 850 metros, alteando para o sul e baixando para o norte ligeiramente. Atravessando esta área, os rios Indaiá, Borra-chudo, Abaeté, etc., correm em vales estreitos, fundos e tortuosos em forma de V. Nos espigões e planícies antigas entre êstes rios, existem outeiros de formação mesozóica, tais como o Canastrão, Pião, Capacete, Alcaçuz, etc. Diversas indicações parecem suficientes para provar que, na época da sua deposição, êste antigo peneplano se achava sob condições semi-áridas ou talvez desérticas. Entre estas indicações observadas por mim, talvez a mais

concludente é a existência de camadas de arenito na formação horizontal, representando depósitos *eólios* sobre uma região extensa, assim como *dunas solidificadas* e camadas grossas de grês, cuja estratificação irregular pode ser atribuída quase somente à ação do vento. Depósitos desta natureza se observam na serra de Capacete, perto de Tiros, na vizinhança de Patos, nos altos próximos de Capela-do-Corte onde o acamamento das rochas é bem característico, mas ainda melhor exemplo se acha no lugar Pedras-Pretas situado no alto, cêrca de légua e meia a oeste do rio Indaiá, onde a estrada de Morada-Nova para Moradinha passa por meio e por cima de uma série de dunas fósseis solidificadas com uma espessura de mais de 60 metros, desde o contacto dos xistos inclinados, em baixo, até o alto do morro.

Outros indícios de igual valor diagnóstico, são talvez os *seixos facetados* que se encontram espalhados nessa superfície ao pé dos outeiros e em diferentes lugares sobre áreas consideráveis. A ocorrência d'esses seixos foi descoberta, em 1905, pelo laureado Dr. Miguel Arrojado Lisboa, da qual dá uma admirável descrição nos *Anais da Escola de Minas* de 1906 e também no *American Journal of Science* de janeiro de 1907. No seu estudo, o Dr. Lisboa aponta as duas teorias geralmente aceitas para explicar a origem d'estes seixos: uma atribuindo a forma curiosa d'estes à ação de geleiras, outra aos efeitos produzidos pelo atrito de areia soprada pelo vento. Devido à forma especial de muitos d'estes seixos por mim encontrados e à sua proximidade da duna e de depósitos eólios em outros lugares, onde estes têm desaparecido, não estamos inclinados a atribuir sua origem à ação do vento. Em todo caso, a existência de dunas não é concludente para indicar um clima desértico porque existem no mundo fenômenos semelhantes em regiões que gozam de chuvas regulares como na costa da França, da Bélgica, de Indiana, Michigan, etc.

Em adição à ocorrência de seixos facetados encontrados pelo Dr. Lisboa ao norte de Morada-Nova, o autor tem encontrado depósitos semelhantes em toda esta área, perto de Moradinha, a oeste do morro do Capacete, entre Tiros e Capela-de-Chumbo, perto de Lagoa-Formosa, etc. indicando assim um clima talvez árido ou semi-árido sobre uma grande região do interior.

Estudos desta natureza, sob um ponto de vista geral, tanto geológico como topográfico, podem trazer algum auxílio ao meteorologista no sentido de melhor compreensão das várias fases do fenômeno que estuda e despertar a curiosidade e a observação dos que viajam no interior.

Horace E. Williams.

★

Estrada de ferro Brasil-Bolívia

I

Não vejo a construção da ferrovia Corumbá—Santa-Cruz-de-la-Sierra como um elemento de discórdia da família sul-americana, considerando-a um instrumento de concorrência aos nossos amigos do Prata nas terras ferazes do Oriente Boliviano. Enxergo sim, na majestosa linha que unirá Santos a Arica mais uma vitória da inteligência humana. Ficaremos com mais uma passagem transcontinental, ligando o Atlântico ao Pacífico, passando quase pelo coração da América Meridional e com 4 010 quilômetros de desenvolvimento, realizando a premisa de Euclides da Cunha.

A questão do Acre, sàbiamente solucionada pelo barão do Rio Branco, acarretou e facilitou o trabalho de aproximação e de colaboração entre os governos da Bolívia e do Brasil. Na ocasião da assinatura do Tratado de Petrópolis, era a borracha que ditava as condições econômicas da vida brasileira e, no famoso diploma, foi incluída a construção da estrada de ferro Pôrto-Velho—Guajaramirim, com um ramal de Pôrto-Murtinho a Vila-Bela, o qual obrigava uma ponte sobre o Mamoré.

A estrada chamada dos "dormentes de ouro" feita com muito sacrificio de vidas, por não ter sido atacado em primeira urgência o problema da defesa sanitária dos trabalhadores, foi concluída e até hoje estão em tráfego os seus 365 quilômetros. O ramal, todavia, nunca andou para diante, graças não só às dificuldades antolhadas para construir-se a supra referida obra darte, como também porque não era de necessidade premente.

A borracha subiu vertiginosamente, para depois cair, sem haver um ponto de apoio que a sustivesse. A região amazônica foi perdendo a importância qual cidadão rico que houvesse perdido a fortuna.

O interesse comum dos dois governos transfere-se mais para o sul, máxime depois que foi descoberta a riqueza petrolífera da faixa sub-andina. O milhão de libras ouro que deveria ser empregado no ramal citado passaria a ter emprego mais útil na Estrada de Ferro Corumbá—Santa-Cruz-de-la-Sierra, completando um plano que o emérito presidente Aniceto Arge havia imaginado e posto em execução com a construção da ferrovia que, partindo de Antofogasta, galgara os Andes.

Na primeira convenção internacional de Washington, em 1890, surgiu a idéia de ligar-se o Paraguai à cidade fundada por Nulfo Chaves e esta aos trilhos que vinham das ourelas do Pacífico.

O benemérito presidente quis exibir seu sonho no *ecran* da História e, entre muitas realizações, concedeu, no mesmo ano de 1890, uma concessão à firma inglesa para a construção de uma estrada de ferro de bitola de 1 metro ligando Santa-Cruz ao rio Paraguai. Nada de prático foi feito e, em 1901, a concessão era transferida à companhia belga "L'Africaine", para continuar sob a ação da inércia.

Corre o tempo e o problema viatório da Bolívia é entregue ao Dr. Hans Grether que viu a respiração do Oriente Boliviano por dois potentíssimos pulmões — o Amazonas e o Prata.

O grande plano do Dr. Grether, no qual colaborou o engenheiro patriótico Dr. Estanislau Bousquet, via Santa-Cruz ligada ao Amazonas pela estrada de ferro que a uniria a um ponto no rio Ichilo (Projeto Grether) e por este ao Mamoré e pela estrada de ferro Guajaramirim—Pôrto-Velho ao rio Madeira.

O Prata seria alcançado através da ferrovia Santa-Cruz—Pôrto-Suarez—Corumbá.

A Argentina sempre procurou relações com seus vizinhos, levando-lhes até às linhas extremas a ponta dos trilhos de suas vias férreas.

A capital do Paraguai está ligada a Buenos-Aires por um trem que vence a distância que as separa em 48 horas, havendo uma baldeação em Posadas para a travessia do Paraná, em *ferry-boat*.

O ferro-carril andino liga a pérola do Prata a Santiago em 32 horas, atravessando a cordilheira dos Andes por um túnel de mais de três quilômetros de extensão. A fim de evitar que a neve obstrua o tráfego, constroem anteparos de madeira sustentados por possantes moirões.

La-Paz também tem comunicação ferroviária com a Argentina passando a estrada de ferro por cima do rio La-Quiaca que aparta os territórios das duas grandes nações. Os argentinos tiveram que enfrentar um sério problema para atingir as raias bolivianas — a quebrada de Humahuaca. Entre as estações de León e de Volcán, o trem sobe 450 metros em 15 quilômetros de cremalheira. De início a serra se apresenta totalmente verde, pela vegetação pujante que a cobre; depois surge a pedraria de cores variadas, ora roxa, ora verde, ora azul. Uma pessoa, vendo um quadro daquela esquisita paisagem, por certo acreditará que o artista o fantasiou. Uma lagoa que fica a 1 quilômetro de Volcán e a 2 000 metros de altitude, apresenta a coloração rósea devido à reflexão dos raios solares nos rochedos vizinhos. Apesar da altitude, a lagoa é muito piscosa. O trem continua para Tumbaba, Purmamarca e Maimará. Este nome em quíchua significa "campo de estrêla" por haver ali caído, segundo rezam os remanescentes autóctones, um grande aerólito que foi tomado pelos índios como um aviso celeste do aniquilamento de sua raça. Em Tilcara é atingida a altitude de 2 500 metros. Este povoado foi eleito estação de cura, pela uniformidade de sua temperatura, constantemente de 18°. Admirando-se sempre panoramas campestres chegase a Humahuaca, situada a 3 000 metros acima do nível do mar. É um centro relativamente adiantado e onde os pintores daquela região magnífica se abrigam. Serpeando por desfiladzeiros apertadíssimos, o trem chega a Três-Cruces já no altiplano de La-Puma com 3 275 metros de altitude, o qual se desenvolve por uma centena de quilômetros, prosseguindo pelo território boliviano. La-Quiaca é um regular centro de comércio com a Bolívia e fica situada a 284 quilômetros de Jujuí, ou 1 435 quilômetros de Santa-Fé nas barrancas do volumoso Paraná. Várias vezes o traçado desta importante estrada foi modificado, em virtude das grandes enxurradas que atulham

de pedra e barro o seu leito. Apesar disto os argentinos mantêm, com uma persistência elogiável, a comunicação que idealizaram.

Por força do Tratado de 25 de fevereiro de 1938, a Argentina e a Bolívia exprimiram o desejo de "estretar as atuais relações mediante a construção de uma ferrovia ligando Santa-Cruz-de-la-Sierra e Sucre com a rede da Estrada de Ferro Central Norte Argentina".

Em Yacuiba, na fronteira argentino-boliviana, chega a linha férrea que vem de Embarcación, convergência das que vêm de Tucuman e de Formosa. A Argentina se propôs prolongar essa linha até Santa-Cruz com um ramal para Sucre. Uma comissão mista dos dois países deveria encetar seus estudos. E a construção do trecho Yacuiba-Sanandita começaria sem demora. Assim, Santa-Cruz será ligada à rede ferroviária argentina, por dois pontos. La-Quiaca: comunicação pelo planalto; Yacuiba: comunicação com a planície. A Argentina terá seu trabalho facilitado com a concessão para captação e exploração da energia hidráulica proveniente da queda brusca do altiplano boliviano (3 800 metros) para o Chaco (150 metros).

A construção das vias-férreas atravessando a cordilheira andina, serpenteando na mesopotâmia parano-uruguai e grimpendo a quebrada de Humahuaca, serve de prova patente para derrocar a balela de que a Argentina possui rede ferroviária desenvolvida mercê da feição plana do seu solo. As dificuldades existem em toda parte; saber vencê-las é que constitui o verdadeiro mérito. Contemplando-se a curva do desenvolvimento das estradas de ferro na Argentina, fica-se surpreso das verdades cristalinas dos números. A 30 de agosto de 1857 foram inaugurados os primeiros dez quilômetros ligando Buenos-Aires a Floresta. Hoje a quilometragem ultrapassa 50 000 e da bela capital parte um denso e extensíssimo aranhão de trilhos para todos os recantos do país.

Antônio Rebouças que com seu irmão André se tornaram glórias verdadeiras da engenharia nacional, projetou uma estrada de ferro unindo Curitiba a Miranda, em Mato-Grosso. Este projeto foi bafejado pelo visconde de Mauá, ordenando fossem levados a efeito os estudos a êle atinentes. Somente neste século, em 1914, a construção da Estrada de Ferro Noroeste

do Brasil, de Bauru a Pôrto-Esperança, materializou o que haviam muitos brasileiros de valor imaginado. Entre os nomes que merecem a nossa veneração, pelo estudo e trabalho desenvolvido na construção da via, destaca-se a do engenheiro Emilio Schnoor. Com a E.F. NO.B. esticava o Brasil seus braços amigos e acolhedores às duas repúblicas mediterrâneas. Ficava assim a Bolívia com dois pólos de atração — a Estrada de Ferro de Guajaramirim—Pôrto-Velho e a de Corumbá-Santos.

O jovem e culto engenheiro Glycon de Paiva foi o assessor técnico da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana, criada pelos protocolos de novembro de 1936. São dêle as palavras que se seguem:

"Os traços essenciais da faixa estudada são os seguintes:

a) Proveniente do norte argentino a faixa petrolífera, com 100 quilômetros de largura, entra em território boliviano, grosseiramente perlongando o meridiano de Santa-Cruz-de-La-Sierra, até esta cidade. Daí, inflete para o noroeste boliviano e acaba por ingressar no Peru. Sua marcha através do território da Bolívia alcança 1 100 quilômetros.

b) A potencialidade petrolífera da faixa é indicada por 70 exudações naturais do petróleo, dispersas segundo o comprimento dela, uma das quais bastante importante para permitir, facto raro em indústria de petróleo, exploração comercial em pequena escala (Espejos). Apenas os primeiros 300 quilômetros meridionais foram objeto de prospecção geológica por poços profundos, em total de 32 poços praticados, dos quais 13 resultaram produtivos e, destes, 4 em trabalho satisfazendo, com folga, 40% do consumo nacional boliviano;

c) os 800 quilômetros restantes setentrionais da faixa petrolífera são geologicamente idênticos aos primeiros 300. Sob o ponto de vista do petróleo são balizados por exudações semelhantes às citadas, vertendo petróleo quimicamente igual ao explorado. Resta para completar a identidade com os 300 quilômetros meridionais, experimentar o terreno "perfurando 6 estruturas uniformemente afastadas segundo o desenvolvimento da faixa, praticando 3 poços em cada uma, num total de 18 poços, solução esta indicada à Comissão Mista pelo presente autor e unânimemente aceita".

Pelo Tratado de 25 de novembro de 1937, firmado em La-Paz, as pretensões argentinas ficaram definitivamente limitadas a um total de 300 quilômetros da faixa petrolífera, contados da sua fronteira ao rio Parapiti, que corre na altura do paralelo de 20°.

Os Tratados assinados pelo Bolívia e o Brasil impressionam, diz Glycon de Paiva, pela harmonia econômica que refletem: ter-se-á petróleo de 1.ª qualidade em região do Brasil onde, no momento, ele é mais caro (Mato-Grosso). Fica igualmente assegurada a alimentação em combustível líquido do sul do Brasil, enquanto o norte continua sobre o raio de ação comercial do petróleo americano e venezuelano. Ainda mais, grande parte do petróleo boliviana será pago com mercadorias do parque industrial de São-Paulo.

Este petróleo virá inicialmente, pela Estrada de Ferro Corumbá—Santa-Cruz garantindo-lhe pois um tráfego na infância da ferrovia, enquanto paulatinamente se desenvolvem os campos petrolíferos reservados ao Brasil. Atingida a produção boliviana na zona de concessão brasileira um montante de 15 000 barris por dia, a técnica aconselha transporte em *pipe-line* (oleoduto), já previsto no Tratado, e que será concedido a uma sociedade privada brasileiro-boliviana.”

II

O *divortium-aquarum* das bacias do Prata e do Amazonas, chamado planalto Chiquitano, é constituído das serranias de Sunsas, de Santiago e de San-José. Constitui o terreno mais firme para ir-se da bacia do Alto-Paraguai à cordilheira andina, se bem que se ache completamente isolado desta última. Mal comparando é uma verdadeira ilha, tendo ao norte as águas que irrigam as planícies do Beni e do Mamoré; a oeste a planície repleta de dunas que vai até o rio Grande; ao sul o famoso Chaco e a leste e nordeste o terreno onde se desenvolve a galhada hídrica de muitos contribuintes do Alto-Paraguai.

As serranias de San-José e Santiago correm na direção geral de NNW para ESE, apresentando, na região de contacto das duas, o monte Chochis, considerado o ponto culminante do conjunto Chiquitano, com 1 400 metros de altitude. Nas proximidades dessa culminância que exhibe belíssimos penhascos, nascem o San-Lorenzo e o

Chochis tributários do soberbo Tucabaca que corre paralelamente à direção da serra de Santiago, cavando profundo e apertado vale entre ela e a de Sunsas. Na altura do meridiano de 59°, esse rio inflete para o sul para receber o Aguas-Calientes e formar o rio Otuquis que vai perder-se no banhado do mesmo nome. Nascendo o Aguas-Calientes — que tem este nome mercê das águas termais de 41° existentes nas suas cabeceiras — nas proximidades do supra referido monte Chochis abraça, num largo amplexo, com seu irmão — o Tucabaca, a serra de Santiago.

O arenito constitui o principal elemento geológico do conjunto descrito. A erosão tem trabalhado com afã, para gáudio dos viajantes que podem contemplar paredões avermelhados, caindo quase *ex-abrupto* e ostentando uma queda de nível da ordem de 800 metros.

Segundo se depreende do estudo do *Relatório da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana*, apresentado aos Exmos. ministros das Relações Exteriores e da Viação e Obras Públicas, relativo aos exercícios de 1938 e 1939, a formação de calcários dolomíticos estende-se de Corumbá até Cerrito: daí até Taquaral predomina a argila marmosa que se não presta para aterros: deste último ponto até El-Carmen, como fruto da decomposição das elevações das cercanias, surgem enormes areiões. Como já dissemos o arenito ferruginoso caracteriza toda a região abrangida pelas serranias, que vai da extremidade oeste da serra de San-José até o corte do rio Grande é denominada Monte-Grande, e apresenta “sucessões de *lomas* ou ondulações”, verdadeira série de dunas, conhecidas por *lomeiros*. Do rio Grande para Santa-Cruz continuam os infínitos areais sem qualquer acidente geográfico notável que quebre a monotonia do cenário.

Desde a lagoa Uberaba até Coimbra, uma série de elevações bordam a margem ocidental do Paraguai. A partir de Corumbá, a serra Urucum, exibindo altitudes superiores a 1 000 metros, toma o aspecto de uma verdadeira cordilheira constituindo-se a corda do caprichoso arco de círculo que o caudal descreve para leste entre a antiga Albuquerque e Pôrto-Esperança. Segundo Virgílio Correia Filho, “em Urucum, distinguem-se duas forma-

ções, a superior de arenito ferruginoso, em camadas concordantes, com minério de ferro e manganês, e a inferior, de argoses grosseiros de elementos graníticos e calcáreos.

A região atravessada pela ferrovia apresenta mais variada vestimenta, cujo porte e feição dependem do solo. As florestas ciliares dos rios, principalmente as do Grande, apresentam espécimes florísticos bem desenvolvidos que podem ser excelentemente empregados como dormentes. Nas zonas desprovidas de irrigação, a vegetação é de tipo caatinga, baixa, retorcida e espinhenta. Nos trechos alagadiços aparece com tôda a pujança a palmeira carandá. Nas proximidades da serra-nia de Santiago topam-se formações campestres com inconfundíveis *nuances* locais; a *abayoy* constituída de arbustos formando moitas compactas e e *arboleda* caracterizada por árvores baixas e espaçadas. Nas cercanias do monte Chochis há uma grande mancha de floresta compacta, do tipo da que denominamos capoeirão de machado.

A estrada terá um desenvolvimento de 662 quilômetros contados de Corumbá a Santa-Cruz-de-la-Sierra. As altitudes dos pontos extremos são, respectivamente, 166 e 426 metros. Examinando-se o perfil longitudinal, verifica-se que o ponto de menor cota encontra-se no quilômetro 50, próximo do banhado em Taquaral, com 104 metros, um pouco mais alto do que o fundo do rio Paraguai, que está a 97 metros acima do nível do mar. A altitude máxima transposta pelos trilhos é de 506 metros com El-Porton, nas proximidades do monte Chochis. A diretriz geral do traçado foi fixada cuidadosamente, evitando-se trabalhos superfluos e procurando servir do melhor modo a região percorrida.

De Corumbá a El-Carmen, o trabalho acompanha uma carreteira existente, procurando passar do melhor modo nos banhados do Taquaral e Guapurucito. De El-Carmen a Roboré a estrada segue as faldas da serra-nia de Santiago, cruzando o corte do rio Tucabaca para seguir acompanhando o vale do Aguas-Calientes. A Comissão pensou em acompanhar o curso do primeiro, aproveitando o seu trabalho pluri-secular em cavar sua passagem na serra. Teria assim um caminho para o norte da serra-nia de Santiago e facilidade em continuar o traçado, apoiando-se nas abas setentrionais da

serra-nia de San-José. Isto que no mapa surge com ares de grande facilidade, na prática se torna difícil, porquanto o Tucabaca é muito sinuoso e corre através de um terreno assaz acidentado. Levando em devida conta o lado econômico, o itinerário pelo sul se impunha pela presença de Roboré e Santiago, dois núcleos agro-pecuários muito futurosos.

O trecho Roboré—San-José-de-Chiquito foi, na determinação do traçado, o mais dificultoso — a serra teria que ser atravessada.

No trecho San-José—Santa-Cruz foram estudados um traçado mais curto cruzando o monte Grande e transpondo o rio Grande, e uma variante acompanhando o vale de San-Miguel para entroncar-se em Montero, ponto obrigatório da ferrovia Villa-Vila—Santa-Cruz-de-la-Sierra. Sômente após a exploração das duas diretrizes pode-se dizer qual a mais convinável. A escolha do ponto de passagem do rio Grande também influiu de modo absoluto na escolha. Antes de assentar essa diretriz geral do traçado, a Comissão executou um vôo de reconhecimento, no avião "Bolívar", do Lóide Aéreo Boliviano, nos dias 17 e 19 de setembro de 1938. Esta mesma empreza com a assistência técnica do Sindicato Condor realizou um levantamento aerofotogramétrico, que foi dado como concluído em 30 de novembro do mesmo ano.

As normas técnicas constantes do Regulamento de Estudos da Comissão Mista, aprovado pelos dois governos são as seguintes:

- bitola de 1 metro;
- rampa máxima de 10 mm/m (1%) compensada nas curvas;
- raio mínimo de 300 metros;
- tangentes entre curvas de sentido contrário, com uma extensão mínima de 40 metros;
- plataforma da linha em secção transversal com largura mínima de 4 metros;
- faixa de terreno da estrada com largura mínima de 30 metros;
- determinação da longitude e da latitude das localidades mais importantes ao longo da linha ou em suas proximidades até uma distância de 6 quilômetros.

O serviço de exploração foi atacado ao longo de tôda a diretriz do traçado.

A fim de que fôsse aproveitado o pôrto de Ladário para o recebimento de material, foram construídos 6 675 metros de linha entre êsse pôrto e Corumbá, sendo aproveitado um trecho de estrada de ferro abandonado entre Urucum e Ladário, que servirá a Companhia de Minas e Viação de Urucum. A fim de ligar Pôrto-Esperança, ponto terminal da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e Corumbá, ponto inicial da ligação ferroviária Brasil-Bolívia, foi prevista a construção de 77 quilômetros de estrada de ferro que deverá cruzar o rio Paraguai sobre magnífica ponte. O problema nessa região foi bastante complicado. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, para chegar a Pôrto-Esperança, apoiou seu traçado nas trombas de Maracaju e contrafortes da Bodoquena executando, mesmo assim, forte atêrro numa extensão de 40 quilômetros. A altitude dêsse atêrro foi duplicada, para alcançar o nível do tabuleiro da ponte que foi iniciada em janeiro de 1939.

Já se acham concluídos 250 quilômetros da E. F. B. B. que foram por mim, agora, percorridos. Os argentinos, segundo *vox-populi* em tôda a região boliviana por mim perlustrada, empenham-se vivamente, em atingir Santa-Cruz-de-la-Sierra no próximo ano. Enquanto isso surgem mil empecilhos nos prosseguimentos dos trabalhos da Brasil-Bolívia, consoante afirmam à puridade alguns brasileiros.

Que bom seria se brasileiros e argentinos chegassem à garrida Santa-Cruz ao mesmo tempo com seus trilhôs. Então poderia haver uma bela festa de confraternização americana...

Lima Figueiredo

★

Percy Lau — Um artista a serviço da Geografia

Por mais que afirmem o contrário os defensores do subjetivismo artístico, a arte tem um compromisso profundo com a vida social. Isso, porém, não faz desaparecer o elemento desinteressado que caracteriza esta manifestação de espírito, desde que se trate de uma atitude indiferente do artista em

face do meio que êle quer representar. Dotado de faculdades privilegiadas o artista, ao invés de homem de ciência, colhe as sugestões que a realidade lhe oferece, sem preocupar-se, como êste último, em explicar e esquematizar esta mesma realidade. Para não ser um mero jôgo do espírito a arte tem de apoiar-se nos dados sensíveis para tirar dêles a matéria prima das suas concepções. O elemento personalista e exclusivista só pode presidir à técnica do artista e ao seu modo particular de sentir e transmitir as impressões recebidas. Ai entra a sua vocação e o seu temperamento excepcional. As escolas e estilos não raro deturpam a visão da realidade. O gôsto, êste, em última análise, é o critério supremo que guia o homem na satisfação dos seus ideais artísticos.

No desenho de Percy Lau, encontramos bem caracterizado êste cunho de arte intuitivo e espontâneo que definimos. Nêle as preocupações de escola e de estilo ocupam o segundo plano. São os valores da vida que têm preeminência. Êles transbordam dos quadros rígidos e unilaterais pré-estabelecidos.

Diante de uma cena da natureza, de um aspecto cultural, diante desta variedade caleidoscópica de combinações que a vida lhe oferece, o artista profundamente impressionado, depõe as suas fórmulas racionais, e deixa-se levar pelo sentimento, pela integração com o objeto que se lhe apresenta.

O desenho de Percy Lau tem profundas raízes na realidade brasileira. Inspirando-se em motivos regionais, descrevendo aspectos típicos da nossa terra e da nossa gente, alcançou êle uma originalidade e uma unidade realmente admiráveis. Os seus trabalhos são verdadeiras cópias ao vivo, especialmente aquêles que retratam o Nordeste brasileiro, onde viveu quase tôda a sua mocidade e cuja paisagem cultural e humana gravou-se-lhe no ânimo com singular intensidade, como atestam os seus trabalhos cheios de minuciosidade e significação.

Inúmeras criações de Percy Lau, que refletem o nosso meio, têm ilustrado publicações do C.N.G., como a *Revista Brasileira de Geografia*, o *Boletim Geográfico* e últimamente a publicação *Tipos e Aspectos do Brasil*,



ENGENHO DE AGUA (Pernambuco). Neste pequeno quadro evoca o "Engenho de Agua" em seu primitivismo e rusticidade, reflexos do estágio elementar da técnica do homem aplicada à cultura do açúcar. As moendas de madeira, as carroças puxadas a juntas de bois, a "casa grande", os casebres de moradores em redor e além o canalizante ondulante reportam-nos a uma fase bem característica do desenvolvimento da cultura açucareira no Nordeste que lastreou o atual regime econômico daquela região.



COQUEIRAL. Recanto de praia povoado de "pés de coqueiros" e perdida entre eles uma choupana de pescador. Um "apanhador de cocos" aparece na gravura transportando nos seus "jacás encangados", um carregamento de côco da praia para ser vendido.



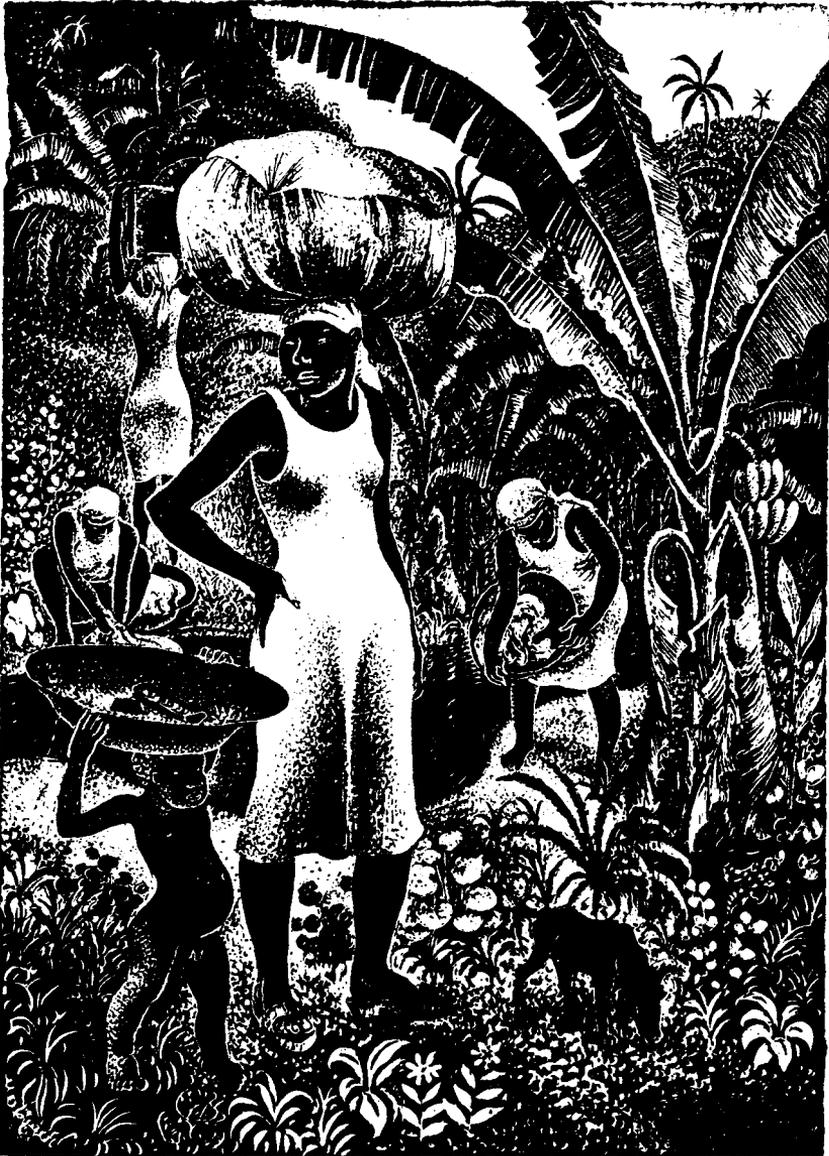
Esta gravura poderia chamar-se — Aspecto de uma feira de animais numa cidade do interior nordestino. Atente-se na indumentária dos dois “matutos” no primeiro plano: o “chapéu de vaqueiro”, o jaleco mal feito, as pantalonas grosseiras e as alpercatas de couro batido.

editada em português, francês, inglês, espanhol e esperanto, estampou uma interessante série dessas realizações.

Graças a tal divulgação puderam ser mais amplamente conhecidos e apreciados os referidos trabalhos, pois a modéstia impediu Percy Lau de ex-

por sua obra com o devido relêvo. Apenas em duas ocasiões expôs: uma no Recife e outra no Rio-de-Janeiro.

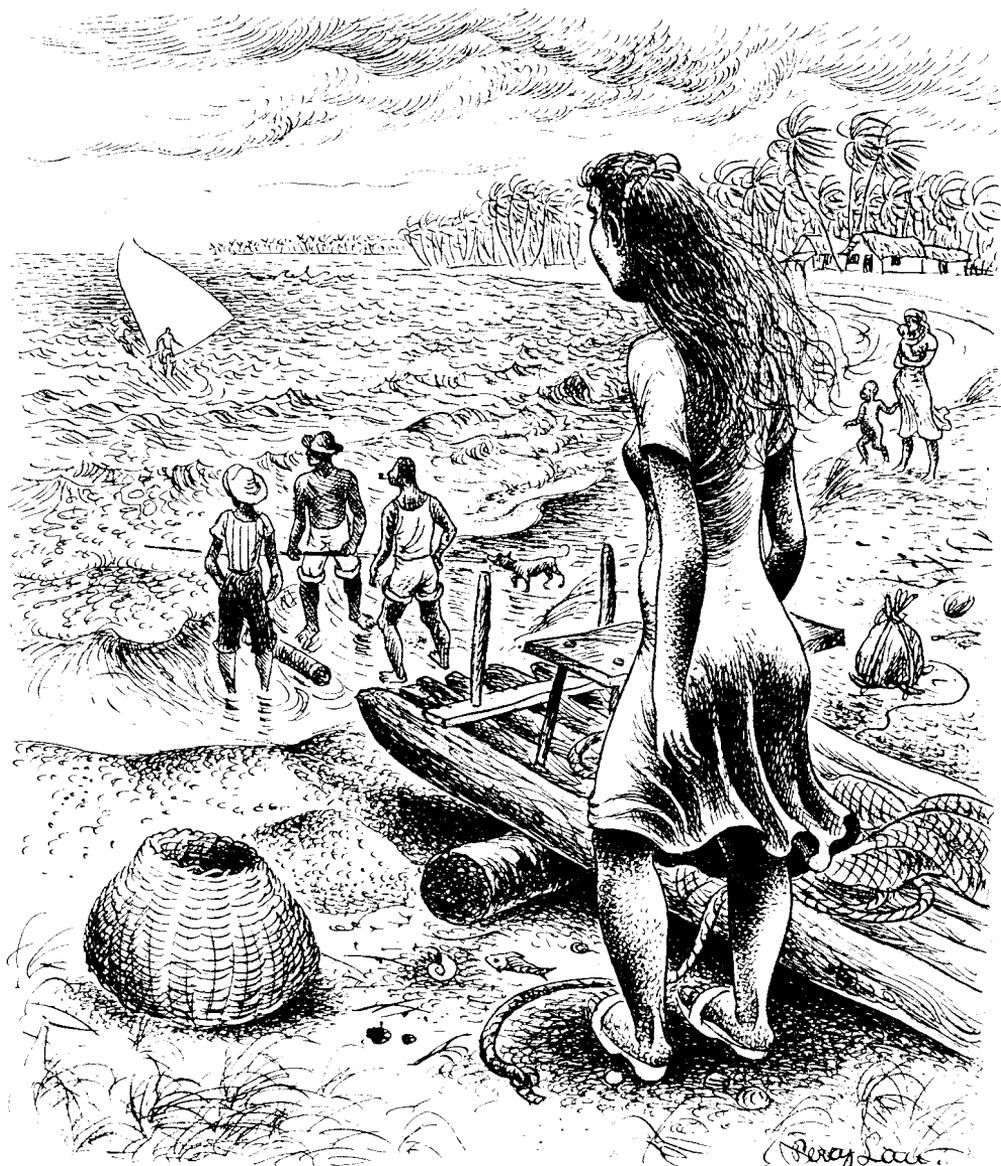
Tudo o que ficou dito acima, justifica a repercussão que vêm tendo, não só em nosso país como no estrangeiro. Reproduções de gravuras suas



AS LAVADEIRAS: Intitula-se a sugestiva estampa acima. Agachadas à beira da corrente essas mulheres de pano amarrado à cabeça passam o dia ao sol, "batendo roupa" e recolhendo-se ao anoitecer com a "trouxa" de roupas secadas sobre as relvas ribeirinhas.

já agora aparecem constantemente em publicações brasileiras. Acêrca da importância da colaboração de Percy Lau à divulgação de aspectos brasileiros a revista *Inter-american* dos Estados-Unidos, em seu número 7, vol. V, publicou o artigo "Artist at work", assinado por Jane Watson Crane, de que extraímos os seguintes trechos:

"Em Pernambuco Percy Lau, aprendendo por si mesmo, elaborou pequenos e trabalhosos esboços da vida que o cercava. Pintou os trabalhadores das fazendas, as mulheres às margens dos rios sombreados de coqueiros, com os minúsculos casebres ao fundo. Não usando côres, conseguiu representar a luxuriante verdura da



UM ASPECTO DE PRAIA NORDESTINA. Praiunos aguardando o recolhimento de uma jangada que vem de mar alto. Um cesto que recolherá o pescado. A beira-praia outra jangada montada em rolos, pronta para ser "rolada" ao mar. Famílias de pescadores.

região. Desenhava natural e facilmente, atendo-se aos detalhes, mas fazendo ressaltar com vida os cenários locais."

"Lau não fala de si mesmo como artista, mas como "desenhista de tipos e aspectos do Brasil." Até aqui, pintou o lado agrícola, porém da sua pena habilidosa e ativa aspectos urbanos também surgiram facilmente. Goza da fama de aplicar-se a assuntos que conhece e sente profundamente".

"Gravador nato, seu trabalho tem o traçado decidido dos antigos artifices, sem as asperezas dos seus continuadores. Mesmo quando insiste nos detalhes nunca é mecânico."

Os inéditos que estampamos aqui dão idéia concreta das peculiaridades mais marcantes do labor artístico de Percy Lau, que procuramos frisar neste breve comentário.

João Milanez da Cunha Lima

★

O Piauí

Saindo-se de Tianguá, última cidade cearense, Teresina está a 275 quilômetros — inicia em artigo para o *Correio da Manhã*, desta capital, o Sr. Pimentel Gomes. O automóvel primeiro desliza entre as culturas numerosas e belas da Ibiapaba embora ainda não tenha chegado a mecanização da lavoura e princípios outros agrônômicos capazes de triplicar ou mesmo quintuplicar a produção do rincão fertilíssimo. O ar frio da serra é uma prolongada e deliciosa carícia. Há farrapos de névoas enganchadas nos babaçus agigantados. As jaqueiras atiram-se para o alto com o tronco robusto pejado de grandes frutos. As jabuticabeiras aglomeram-se nas encostas, como meninas bem comportadas. Os cafêzais, embora constituam a riqueza maior da zona são mal plantados e insuficientemente cuidados. Os canaviais enchem as várzeas dos rios perenes que são todos os que percorrem o chapadão futuroso. Os eucaliptos, espetam-se por aqui e por ali.

O automóvel desliza para o Carasco, trecho alto e fresco, mas de terras pobres, ainda não aproveitadas embora não lhe faltem finalidades econômicas. O reflorestamento com essências apropriadas seria talvez a mais

importante numa região em que o desmatamento se fez de uma maneira absurda, irracional sem a menor previsão das necessidades futuras.

Agora descemos para os planaltos e planícies piauienses que se alargam além até o horizonte longínquo entrecortado por duas ou três manchas azuladas de serras distantes. O terreno muda rapidamente de aspecto. A montanha se desdobra em alguns poucos contrafortes poderosos em colinas baixas e florestadas e acham-se de súbito numa planície imensa levemente ondulada. Voltam a aparecer os carnaubais que tínhamos deixado há muitas léguas de distância à leste de Ibiapaba. Adiante surge outra palmeira de valor — o tucum, produtora de uma fibra muito estimada. Não tem a elegância da carnaubeira. Apresenta-se ora isolada ora em grupos compactos com suas copas verde escuras espinhosas, desgrenhadas pelo vento livre da campanha. As oiticicas agigantadas, de folhas duras, ásperas celulósicas quase córneas de um verde acinzentado alinham-se ao longo dos rios e riachos fundos, de águas quase paradas, leitos pedregosos. Os babaçuais, depois de se apresentarem abundantíssimos na Ibiapaba fomos encontrá-los além de Altos, formando florestas compactas nas várzeas do Parnaíba e de seus afluentes principais. Aí estão os quatro grandes produtos extrativos que formam no momento a riqueza principal do Piauí e a razão de um progresso que poderia ser muito intenso se melhores e mais numerosos fossem os seus meios de comunicação. A pecuária é outra possibilidade extraordinária ainda péssimamente aproveitada. E no Piauí, em que pese as suas grandes e valiosíssimas riquezas extrativas é principalmente o boi. Foi a pecuária que provocou o povoamento deste rincão promissor. Os seus campos imensos levemente ondulados semeados de lagoas, espetados de palmeiras e de pequeníssimos grupos de árvores, savana tropical belíssima, estranhamente semelhante em vários trechos e sob vários pontos de vista, à campanha sul-riograndense, revestese de gramíneas ricas, como o mimoso, apreciadíssimas pelos herbívoros. Os rebanhos desde os primeiros dias da colonização multiplicam-se naturalmente quase que sem qualquer interferência do homem. Os campos continuam abertos em sua quase totalidade. Na planície indivisa manchada cá

e lá de lagoas rasas onde as garças passeiam entre as plantas aquáticas, avistam-se rebanhos de bovinos, ovinos e caprinos, eqüinos e raríssimos suínos. De vez em vez, encourado dos pés à cabeça, surge a figura quase lendária do vaqueiro. E ainda mais raramente aproveitando os pontos mais elevados da planície chata, as casas acaçapadas e alpendradas dos fazendeiros quase sempre ausentes, as casinholas dos moradores, as instalações rusticísimas, parcas e precárias da grande maioria das propriedades rurais do Piauí. O gado é pequenino e seródio. Os touros, péssimamente escolhidos. Vez por outra, um bovino melhor, quase sempre um zebu de recente importação, que acumula as esperanças maiores do pecuarista regional. Infelizmente nos campos abertos a ação desses raros zebuínos é perturbada e diminuída pelo número enorme de maus reprodutores, alguns se destacando apenas pelo comprimento e grossura das aspas. Touros como os desejaria um fabricante de pentes de chifre. E é por isto que o Piauí será muito longe de ser o que poderia ser. Felizmente há uma reação e esta reação fui encontrá-la principalmente no município de Campo-Maior — um trecho do pampa pela planura da terra, uma savana belíssima e riquíssima envolvendo a cidadezinha que se coloca à margem do rio Surubim, um dos primeiros afluentes do Longá.

O prefeito local, Sr. Werneck Bona, está de fato resolvendo os problemas econômicos do seu município, cujas arrecadações ultrapassam de muito os três milhões de cruzeiros. Homem prático, o Sr. Bona voltou-se para a economia de sua gleba. Como a falta de lenha e de madeira é tremenda, a Prefeitura assinou um acôrdo com o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Os serviços de florestamento e reflorestamento estão começando às margens do Surubim a mil metros da cidade. Aproveitando as águas da barragem que outro prefeito construiu, criando uma lâmina d'água com seis quilômetros de extensão, far-se-ão os viveiros e plantar-se-á um parque e uma floresta que constituirão, talvez em futuro próximo, um dos mais belos rincões do Piauí. Cedeu, ao Departamento de Indústria Pastoral do Ministério da Agricultura 2 000 hectares de boas pastagens entre os rios Longá e Jenipapeiro para a organização de uma fazenda modelo que vai

ser a base do progresso pecuário do Piauí. Adquiriu em Uberaba, durante a última exposição pecuária, setenta e cinco reprodutores zebuínos que serão, ao que me disse sorteados entre os fazendeiros do município. Comprou uma máquina de perfurar poços com a qual pretende atingir o lençol artésiano sobre o qual repousa o município feliz. A água dos poços, ao que se informa, jorrará a grande altura e possibilitará a irrigação barata de amplas áreas. Pretende construir três barragens. Não sei nesta época de carência de produção de melhor programa municipal de governo. Tivessem os outros municípios do Brasil, dentro de suas possibilidades, programas semelhantes, pensassem, por algum tempo mais em fomento da produção do que em obras suntuárias e, em breve, estaríamos em condições de construí-las, e bem maiores e mais ricas, sem qualquer sacrifício. E o Brasil seria o celeiro, a terra farta e feliz que deve e pode ser.

★

Significado de alguns topônimos

Sob êsse título, *Formação* — Revista de Educação — publicou em seu n.º 97, agôsto de 1946, um artigo da lavra do Sr. R. F. Mansur Guérios, em que o autor reúne diversos vocábulos, dando a etimologia e, de modo sucinto, expõe o valor dos topônimos.

A secção lingüística que estuda, sob todos os aspectos, os nomes de lugares (países, províncias, cidades, vilas, mares, lagos, rios, montanhas, etc.) — inicia o Sr. Mansur Guérios — tem o nome especial de *Toponímia*. e faz parte da *Onomatologia* — tratado dos nomes próprios.

Exporei, muito perfunctôriamente, o valor dos topônimos, principalmente na Lingüística, e em seguida apresentarei algumas etimologias:

1.º) Os topônimos possuem interesse lingüístico de primeira ordem; conservam elementos mui arcaicos;

2.º) em geral têm sentido cristalizado;

3.º) guardam caracteres gramaticais da época da sua formação pela língua falada na região;

4.º) muitas vezes os topônimos se transformam segundo as leis fonéticas próprias do idioma anterior à língua sobreposta ou vitoriosa;

5.º) em vista da possível insuficiência de meios informativos lingüísticos, recorre-se com proveito ao método das áreas ou da geografia lingüística, auxiliado pela história;

6.º) em virtude de peculiaridades naturais do terreno, de um fato etc., os topônimos, em princípio, não se transferem de um local para outro; permanecem no lugar de criação;

7.º) os topônimos podem ser devidos a empréstimos por mistura de populações; portanto podem ser de origem afastada em relação ao local;

8.º) para a investigação etimológica, não basta a forma atual do nome; é preciso remontar ao passado para o estabelecimento das formas intermediárias até o ponto mais antigo em que a história faz menção;

9.º) pode haver também formas convergentes e divergentes;

10.º) para estudo completo, é de mister o conhecimento da história não só política, senão também social e econômica, da geografia humana e física, e da geologia;

11.º) a fixidez dos topônimos não exclui a possibilidade das comparações, necessárias à constituição da ciência;

12.º) a designação originária dos lugares é um curioso capítulo de psicologia social;

13.º) a toponímia, conjujada com a história, indica ou precisa os movimentos antigos dos povos, as migrações, as áreas de colonização, as regiões em que tal ou qual grupo lingüístico deixou traços;

14.º) nas designações das localidades, há frequentemente manifestos fenômenos místicos ou de origem religiosa;

15.º) também na toponomástica há o império da moda e das opiniões pessoais;

16.º) os topônimos favorecem o achado ou a confirmação dos deslocamentos de fronteiras lingüísticas num território dado;

17.º) eles precisam as datas de predomínios lingüísticos;

18.º) reconstituem a cronologia das evoluções morfológicas e sintáticas;

19.º) os topônimos podem oferecer importantes fósseis gramaticais e lexicais;

20.º) a toponímia auxilia a reconstituição de certas leis fonéticas ou de fenômenos de regressão.

Brasil é nome abreviado da expressão *pau-brasil*, isto é, um lenho corante encontrado primeiramente no sul de Pôrto-Seguro, na Bahia. Esse *pau-brasil* era muito parecido com a espécie já conhecida na Europa, a qual provinha de Sumatra e outros lugares do Oriente. Nos mercados italianos do século XIV era muito vulgar esse madeiro sob a denominação de *verzino ameri* ou simplesmente *ameri*. Deveria ter existido uma forma aproximada de *verzino* (mais ou menos como — *berzi* —, — *berezi* — ou — *brezi* —), a qual se confundiu com o nome *brasa*, por sua vez de origem germânica. E' por isto que se diz "pau semelhante à côr da brasa".

Houve uma região, ou mais de uma, com o nome que se pode aproximar da atual forma *Brasil*, talvez *Prisilia*.

América — Esta palavra baseia-se em *ameri*, de origem asiática, também nome de um lenho tintorial. A primeira terra a receber esse nome foi o Brasil, como se vê nos mapas antiquíssimos. O nome do navegador *Amerigo Vespucci* contribuiu para a divulgação de *América*, mas foi por ele que se denominou esta.

Paraná é o tupi *Paraná*, pronúncia primitiva; quer dizer "mar". Forma talvez abreviada é *Pará*.

Curitiba é igualmente de procedência tupinica: "lugar onde há abundância (*tyba*) de pinheiros, de pinhão (*curi*)". O *y*, por convenção antiga, representa o fonema especial velar desse idioma; aproxima-se de *ü* (*g*), que, por sua vez, deriva-se de *w*. *Curitiba*, em contradicho em documentos, embora anterior, alternava com *Curitiba*.

Copacabana é proveniente de uma língua indígena da Bolívia, do aimará, e significa "miradouro, esplanada". O nome foi dado em atenção a Nossa Senhora de Copacabana, venerada no Rio-de-Janeiro, mas cujo culto é originário do célebre santuário da Virgem de *Copacabana*, localizado às margens do grande lago de Titicaca, na Bolívia. Esse belvedere se refere, pois, às circunvizinhanças maravilhosas desse lago.

Berlím é nome de origem eslava; baseia-se em *berlo*, "estaca", isto é, "vila cercada de estacas". Nada tem com o urso que figura em suas armas, ou, melhor, o urso é explicado por etimologia popular, em atenção a *Bär*.

Pernambuco é transformação do tupi *Paraná mbuk*: "furo do mar".

Iguaçu — tupi: "rio (*yg*) grande (*uaçu*)".

Sergipe — "no (*pe*) rio (*yg*) dos siris (*ciri*)". Nome típico.

Sorocaba — tupi: "ruptura (do chão)".

Guaratuba — tupi: "lugar onde há muitos (*tuba*) guarás (aves)".

Cajuru — tupi: "bôca ou entrada (*jurú*) do mato (*caá*)".

Guarapuava — tupi: "latido (*pua*-*ba*) do guará (espécie de lobo)".

Pequim — nome chinês: "capital ou côrte (*king*) do norte (*pé*)".

Mississipi — natchês (língua indígena norte-americana): "grande rio".

Popocatepetl é topônimo nauatle (língua indígena do México), e significa "montanha fumegante".

Niágara é nome iroquês (idioma dos Estados-Unidos): "água tonante".

Canadá — iroquês: "cabanas".

Guatrá — nome guarani da cidade das Missões paraguaias, destruída pelos bandeirantes paulistas (1538). Era a denominação de um valente cacique, que vivia no lugar. Foram descobertos os vestígios dessa localidade em 1773.

Itália provém de um idioma itálico extinto: "terra de vitelas, de novilhas".

Cartago, Cartágena de origem fenícia: "cidade nova".

Bruxelas quer dizer "cidade do pantanal" (germânico).

Lácio do latim *Latium*: "larga (planície)".

Wladivostock, eslavo: "a soberana do leste".

México do asteca: "manancial ou terra do licor ou vinho de *maguey*", nome de uma planta nacional.

Austrália é baseado em "terra austral".

Marianas (Ilhas) — Nome dado em honra de Mariana da Austria, mulher de Filipe IV da Espanha.

Oxford é anglo-saxão: "vau (*ford*) do boi (*ox*)". Forma port.: *Oxônia*.

Suécia — germânico: "país dos Suevos (*Sverige*)". Outra etimologia proposta, melhor — "Reino próprio" — do sueco antigo.

Noruega — germânico: "país do Norte", ou "caminho do Norte".

Andaluzia quer dizer "país dos Vândalos"; denominação dada pelos Arabes.

Califórnia é expressão abreviada do latim *calida fornax* — "fornalha quente". Alusão ao clima.

Terra do Fogo explica-se pelos fogos ou fogueiras acesas pelos selvagens, e avistadas pelo navegador Fernão de Magalhães.

Roma, segundo uns, do grego *rhôme*, "força, potência". Segundo outros, de um idioma itálico: "(a cidade) da correnteza, do rio". Há ainda quem o faça provir do etrusco.

Tâmisa é céltico: "rio (*isis*) plácido (*tham*)".

Fénicia do grego *Phoinike*: "terra dos mariscos vermelhos".

Panamá do caraíba: "mariposa".

Hollywood — inglês: "bosque de *hollies*" (nome de uma planta).

Himalaia do irânico: "palácio de neve".

Etna de uma língua itálica: "(monte) incandescente".

Báltico do eslavo: "branco, luzente".

Polônia do eslavo: "campina, prado, planície".

Bagdad do irânico: "presente de Deus".

Arcádia — grego: "terra dos ursos".

Bastilha do francês antigo: "bataluarte, antemuralha".

Waterloo do inglês: "floresta molhada, úmida". O 2.º elemento é flamengo.

Londres — céltico — "cidade dos navios". Há outro étimo proposto.

Milão — céltico — "planície do meio".

Orleans — latim *Aurelianus*, do nome do imperador Aurélio.

Viena — céltico: "fundação (*bona*) branca (*vindo*)".

Luxemburgo — germânico: "cidade pequena".

Douro — céltico: "água, rio".

Haiti — taino: "país pedregoso, ou montanhoso".

Guanabara — tupi: "enseada", ou "seio do mar". Com os elementos em outra colocação: *Paranaguá*.

O BRASIL NO MUNDO

Interesses Brasileiros na África e na Ásia

Prof.^a LÉA QUINTIERE
Da Secção Cultural do C. N. G.

I

I — Introdução: A cultura brasileira é particularmente ocidental e européia. — Entretanto, desde os tempos coloniais, devido às relações dos portugueses (Macau, Índia, China) tivemos comércio asiático.

— A nossa situação no hemisfério sul nos predispôs a relações com a África. O comércio negreiro e os maiores contactos com a África central (Congo, Angola) e meridional (Moçambique).

II — Desenvolvimento:

1.^a parte: *O Brasil produtor* de matérias primas e de artigos tropicais.

— Concorrência com a África e a Ásia tropicais.

— Os casos do café, cacau, arroz nos mercados europeus que os recebem de suas respectivas colônias. Ex.: Inglaterra, França, Holanda.

2.^a parte: *O Brasil e a África*

— **O meio africano:** estudo físico (situação, relêvo, clima, vegetação) e humano (raças, gêneros de vida).

— **A África do norte** e sua íntima relação com a vida européia. Conseqüência histórico-geográfica.

— **A África central:** produtos tropicais idênticos aos nossos. Poucas possibilidades de comércio com o Brasil. Nossos concorrentes nos mercados europeus. Ex.: cacau, fumo, óleos, fibras, etc.

A África do Sul

a) Analogias geológicas e geográficas com o Brasil (estrutura gondwana, depósitos minerais, planalto de escarpas exteriores que se inclina para uma depressão central).

b) Comércio do Brasil com a União Sul-Africana (1939-40).

— importação: lã, carvão de pedra, cabelos e pêlos, vegetais para medicina.

Valor total: Cr\$ 6 192,334;

— exportação: café, carnes em conserva, castanha do Pará, arroz, couros, madeiras e artefatos de madeira.

Valor total: Cr\$ 30 351,126.

— Interesses brasileiros na África

— Mercados coloniais fornecedores de matérias primas para as indústrias brasileiras. Pequenos mercados consumidores (franco poder aquisitivo) e o predomínio político-financeiro das metrópoles.

— Nossas relações comerciais tendem a aumentar com a progressiva autonomia da União Sul-Africana e com a industrialização do Brasil passando, no futuro, aquêlê mercado a consumir, além do nosso algodão e tecidos, artigos manufaturados.

Este novo plano é publicado, como aliás todos os outros, com o mesmo critério de sugestão ao professor e não com caráter oficial. Não sendo rígido pode ser adaptado ao nível mental da turma, assim como permite ao professor dar a aula de acôrdo com o seu método e a sua personalidade. Dêste modo os planos de aulas variarão direta e indiretamente conforme os alunos e o professor.

MATERIAL DIDÁTICO:

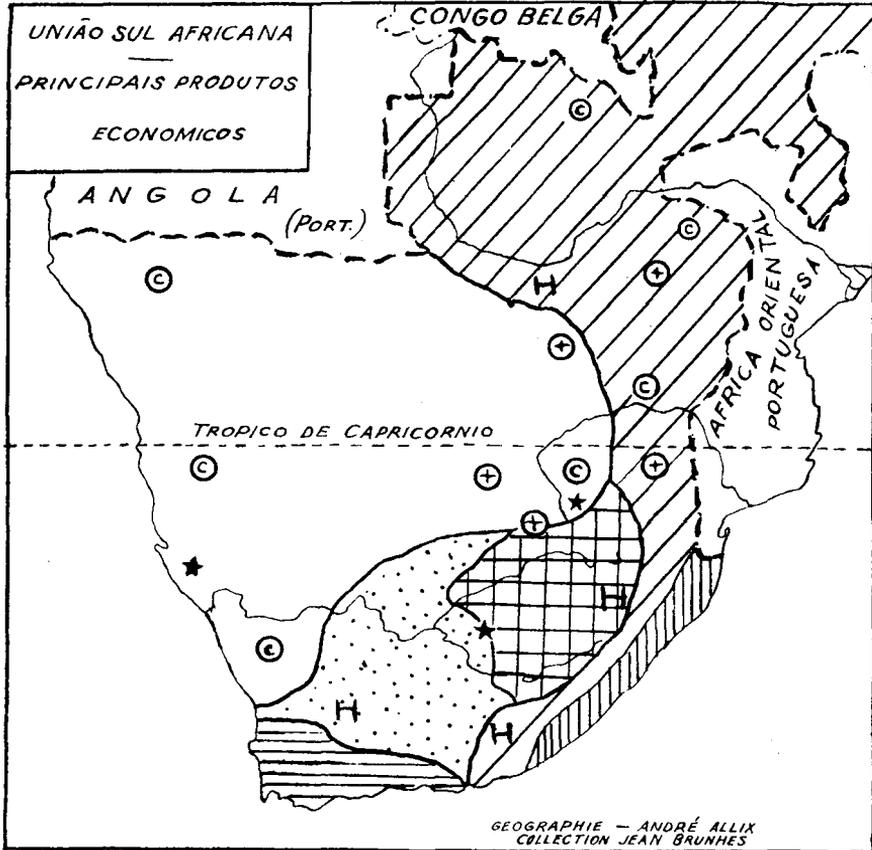
— Mapas: físico e político da África.

Principais linhas de transportes transcontinentais.

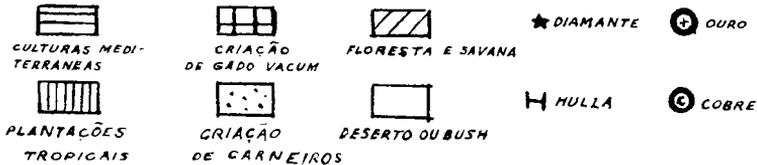
Gráficos: evolução do comércio com a União Sul-Africana.

Fotografias: desembarque de mercadorias brasileiras na União Sul-Africana.

— Principais portos da União Sul-Africana (Capetown, Pôrto-Elizabeth, Durban).



GEOGRAPHIE — ANDRÉ ALLIX
COLLECTION JEAN BRUNHES



BIBLIOGRAFIA:

- Bandeira de Melo, Afonso de Toledo — *Politique Commerciale du Brésil* — 1935 — Rio-de-Janeiro.
- *Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior* — Rio-de-Janeiro. Ns. 1 e seguintes.
- *Observador Econômico e Financeiro* — Rio-de-Janeiro. Ns. 1 e seguintes.
- *Brasil* — 1939, 1940 e 1945. Ministério das Relações Exteriores. Rio-de-Janeiro.

Aspectos Fisiográficos das Regiões Fronteiriças

IX

A Bacia do Uruguai

F. A. RAJA GABAGLIA

Membro do Diretório Central do C. N. G.

SUMARIO: — 1 — A bacia do Uruguai: Caracteres gerais de sua bacia. 2 — Traços climáticos e fitogeográficos. 3 — O Uruguai e o Quaraim, rios lindeiros. 4 — A fronteira seca sul-riograndense, as coxilhas do Haedo e de Sant'Ana.

1. — A fronteira Brasil-Argentina, das nascentes do Peperi-Guaçu desce por esse rio até a sua foz no rio Uruguai e por este segue até que o mesmo recebe o Quaraim. Está compreendida na região fronteiriça que se inclui na bacia do Uruguai.

A bacia do Uruguai, cuja área foi computada, por Réclus, em 380 000 quilômetros quadrados, ocupa mais de 50% do território sul-riograndense e tem, por limites gerais, ao N e a W, o rio Uruguai e o Pelotas e, a E, as elevações do maciço Atlântico e, ao S, as serras de São-Martinho e o dorso da coxilha Grande, até penetrar na República Oriental do Uruguai. Sob o ponto de vista fisiográfico, constitui uma região, a que se poderia chamar, segundo K. Walther, Sul-Brasileo-Uruguaia.

Relativamente à estrutura geológica e à sua morfologia, a bacia é um socalco cristalino antigo, coberto de sedimentos horizontais discordantes permotriássicos e rochas efusivas, e análogo às porções mais orientais dos Andes — as denominadas serras Pampeanas. Entre a região Sul-Brasileo-Uruguaia e a ourela costeira do Brasil Meridional há um nítido contraste geomorfológico, determinando o Alto e o Baixo Rio-Grande-do-Sul, este constituído pela faixa ou, melhor, pela zona litorânea, abrangendo o sistema lacustre Patos-Mirim.

O Alto Rio-Grande-do-Sul é um planalto, profundamente cortado pelos vales do Pelotas e do Uruguai, e que se inclina suavemente para W e avança para o S, em pequenas ondulações. O planalto propriamente dito é a chamada Região Serrana e está dividida em duas bacias hidrográficas: a do Uruguai, coletando as águas dos rios que correm para o N e para W, e a do Jacuí, que drena as águas que vão ter ao sistema lacustre Patos-Mirim.

Geologicamente, a bacia do Uruguai apresenta enormes derrames basálticos sobre terrenos cristalinos e cobertos, a W, N e S por sedimentos post-gondwânicos, isto é, posteriores ao continente de Gondwana que terá ligado as Índias à Austrália e provavelmente com a África ao S da cordilheira do Atlas e com a América, ao S da depressão amazônica. Esses derrames que abrangem grande parte da nossa Região Missioneira, o NW da República do Uruguai e o nordeste da província argentina de Corrientes, assemelham-se, por seus caracteres, aos derrames balsáticos triássicos da África-do-Sul e os *trapps* do Decan, no Indostão e, conforme Viktor Oppenheim, podem ser limitados, cronologicamente, entre o triássico superior, em baixo e o biássico, em cima. E' a Província Magmática do Brasil Meridional, a que se refere Djalma Guimarães que estudou a petrografia das nossas rochas efusivas que a formam.

A composição dessas rochas no Brasil, diz Oppenheim, apoiado em Djalma Guimarães e em trabalhos próprios, é praticamente a mesma. Em sua quase totalidade, são basaltos, isentos de olivina, — basaltitos (plagioclásio com fenocristais de augita e magnetita), diabásios e meláfiros. Quanto à cor, os derrames variam desde o preto e o cinzento (coloração dominante) até o violáceo arroxeado e esverdeado. Essas tonalidades dependem, não só da composição magmática (presença de clorita ou de hematita) como dos agentes geológicos superficiais (chuva, vento, águas) decompondo as rochas.

2. — Sob o ponto de vista climático, o vale do rio Uruguai é uma sub-região da província climática sul-riograndense e pode ser subdividido, pelo paralelo 28°, em Alto Vale do Uruguai e Baixo Vale do Uruguai.

O Alto Vale é região de chuvas abundantes, (cêrca de 2 000 m/m anuais) e de invernos amenizados pelas serras que abrigam o vale.

Na Região Missioneira, a temperatura média anual é de 18°, 9 C., devida ao efeito da altitude; nesta região a mais continental do Estado do Rio-Grande-do-Sul, a temperatura média começa a subir em julho, posto que até agosto ainda seja baixa.

Em relação às temperaturas mínimas absolutas, não se tem registrado, no vale do Uruguai, temperatura inferior a 2 graus abaixo de zero.

Em Uruguaiana há, normalmente, 15 dias de geada e em São-Luis-das-Missões, 10; o que é expressivo, quando se compara com Bajé (na Campanha), com 16 dias; Encruzilhada (na região de sudeste) com 17; Vacaria (no Planalto), com 32; Caxias (na serra do Nordeste), com 17.

Em relação às chuvas sul-riograndenses e classificando-as, como faz Cousirat de Araújo, em chuvas de outono, chuvas de inverno, chuvas de primavera e chuvas bem distribuídas em tôdas as estações do ano, o vale do Alto Uruguai entra nesta última categoria e o rio Uruguai e seu afluente Quaraim, entram na área das chuvas de outono: as chuvas iniciam-se em julho e finalizam em setembro.

Quanto aos ventos, a direção geral dos mesmos é, no vale do Uruguai, de E; na Região Missioneira é de SE.

Sob o ponto de vista fitogeográfico, o Alto Uruguai, é uma região florestal. A E do Uruguai, na Região Missioneira, encontram-se campos que se podem filiar aos chamados campos da Vacaria que revestem os altos divisores entre o Paraná e o Paraguai e se desenvolvem para o sul.

Lindmann escreve que o vale do rio Uruguai é terreno ocupado por campos interrompidos por espigões irregulares mas que, em geral, para o N tem uma altitude maior que ao S; para SW, isto é, para a República do Uruguai, não tem limites bem definido.

O rio Uruguai deixa a mata atrás do si na latitude 28° S.

3. — Geomorfologicamente, o Uruguai é um rio de planalto. Nasce, com o nome de rio Pelotas, a 1 600 metros de altitude, nos campos de Santa-Bárbara, na serra do Mar, em Santa-Catarina. Recebe, depois, o Canoas e toma o nome de Uruguai.

Os geógrafos dividem-no em 3 secções: o Baixo Uruguai, foz pouco acima da ilha de Martin-Garcia — geologicamente pertencente ao maciço Sul-Brasileo-Uruguaio até aos barrancos da Independência; o Médio Uruguai, daí ao Salto Oriental; e o Alto Uruguai, dêste às nascentes.

O rio Uruguai é lindeiro neste terceiro trecho, da barra do Quaraim à foz do Peperi-Guaçu, numa extensão de 718 quilômetros.

Esta fronteira fluvial, das mais extensas das fronteiras potâmicas do Brasil, foi levantada e demarcada e a linha divisória tem exatamente início na intersecção do canal navegável do rio Uruguai com a normal traçada entre as duas margens do mesmo rio, um pouco a jusante da extremidade sudoeste da ilha Brasileira da bôca do Quaraim, pelo meio do dito canal navegável, segue passando entre a mencionada ilha Brasileira (por vêzes chamada do Quaraim e a margem direita do rio Uruguai até à altura da linha que une o marco brasileiro da barra do Quaraim ao seu confrontante argentino, da margem direita do Uruguai. As coordenadas dêste marco brasileiro são: 30°11'02" latitude S e 57°35'48" longitude W.Gr.

Está, aí, um dos 9 pontos de trijunção dos nossos lindes: Brasil-Argentina-Uruguai.

O trecho lindeiro do rio Uruguai, cuja margem brasileira é mais alta que a argentina é atravancado de numerosas ilhas, que estão, pelos Artigos Declaratórios da Demarcação das nossas fronteiras com a Argentina (1910), distribuídas a uma ou outra das duas nações, não existindo pois nenhuma internacional. Pouco após de receber o sinuoso Peperi-Guaçu, o rio Uruguai, a 7 quilômetros da barra daquele rio, é obstruído pelo Salto-Grande ou de Mucunã que se

desenvolve em sentido longitudinal numa extensão de 2 600 metros. A largura do rio, acima do Salto, é de 660 metros, mas, imediatamente, precipitam-se as águas por um canal de 40 metros de largura.

O rio Uruguai tem o seu curso interrompido ainda por saltos numerosos e corredeiras, os quais, nas cheias, desaparecem. Fato curioso é também o número considerável de ilhas flutuantes, balseiros ou camalotes que descem, rio abaixo, ficando, na vazante, dependurados, à semelhança de festões, nas árvores da ribanceira. Assim, a navegação do Uruguai é precária e, no rio, só uma comunicação é feita de modo permanente: Uruguiana-Itaqui.

O afluente lindeiro do Uruguai é o Quaraim, que nasce na coxilha do Haedo.

Tem dois galhos: a) o Espinilho, assim chamado na carta do centenário de 1922 de que conserva o nome de Quaraim na carta da Comissão Demarcadora de Limites, (de 1859), nascendo entre os marcos 44 e 45 e tendo como afluente o capão do Inglês e que alguns consideram como o seu formador; b) o arroio Invernada ou do Maneco, que nasce no nó formado pela coxilha do Haedo e de Belém, próximo ao marco 49 (hoje Massoler) da fronteira. O arroio Invernada recebe, pela margem direita, o arroio dos Mourões, do qual o arroio Florêncio é o principal formador (nasce junto ao marco 48).

O Mourões é engrossado, pela margem direita, pelo Trilha que nasce próximo do marco 47.

Entre o arroio dos Mourões e o do Trilha está o Rincão do Florêncio e entre o arroio do Trilha, o arroio dos Mourões, e o Invernada ou Maneco, de um lado e o chamado Espinilho ou Quaraim está o Rincão de Artigas.

O Rincão do Maneco é limitado pela margem direita do arroio Invernada ou do Maneco pela margem esquerda do arroio dos Mourões, desde a sua foz até a boca do braço mais ocidental dos seus formadores, até a nascente deste e, ainda, pela coxilha de Haedo, desde a nascente até a do Invernada ou Maneco. E' a área que foi, pela Comissão do barão de Caçapava, proposta à República Oriental do Uruguai para ser permutada pelo "território do Cunhaperu", ao S da coxilha de Sant'Ana, entre o sêro do Trindade e o arroio Cunhaperu. Se tal permuta se tivesse efetuado, não teríamos, hoje, a secção do "Corredor Internacional", onde se conjugam as cidades de Sant'Ana-do-Livramento (brasileira) e Rivera (Oriental). Todos êsses arroios têm os leitos cavados em escarpa, extremamente pedregosos, com águas permanentes, tornando-se, quando essas abundantes, difficilima a passagem, quer pela correnteza, quer pela grande quantidade de pedregulhos nos seus leitos. São poucos os vaus ou passos, onde atravessam os viajantes, já embarcados ou a cavalo ou, como se diz no Rio Grande, de bola pé, isto é, apeado.

A continuação do rio Quaraim até a cidade do mesmo nome apresenta o mesmo aspecto das suas cabeceiras; à proporção, porém, que desce para W. e S. W., suas águas se avolumam e seu leito se alarga, atingindo 70 metros nas proximidades daquela cidade. O trecho lindeiro do Quaraim desenvolve-se por 265 quilômetros.

Outro afluente notável do Uruguai é o rio Negro, que não é lindeiro, nascendo, porém na serra de Santa Tecla não mais longe do arroio lindeiro São Luís, oriundo da Serrilhada, continuação da coxilha de Sant'Ana que se prende à de Haedo e cujas vertentes separam a bacia do Taquarembó, uruguio, da do Ibicuí.

4. — A fronteira Brasil-Uruguai foi demarcada entre 1853 e 1862, erigindo-se 13 marcos grandes e 49 pequenos, desde à barra do Xuí até à ilha Brasileira, na boca do Quaraim, onde está o marco principal n.º 13.

A Comissão Mista foi chefiada, por parte do Brasil, pelo barão de Caçapava, primeiramente e, depois, pelo brigadeiro Pedro de Alcântara Bellegarde.

De 1913 a 1916, voltou a fronteira a ser levantada, em alguns trechos, por uma Comissão Mista, cujo chefe brasileiro foi o marechal Botafogo. Mais tarde, desde 1920 e até 1930, o marechal Botafogo e, a seguir, até 37, o coronel Leopoldo Néri da Fonseca Júnior, operaram no levantamento e demarcação da fronteira, hoje, estando tais trabalhos sob a chefia do coronel Claudino Cruz.

A fronteira sêca Uruguai-Brasil se desenvolve pelas coxilhas de Haedo, Sant'Ana e Serrilhada.

Na coxilha de Sant'Ana, a fronteira é constituída por uma série de linhas retas, de marco a marco, entre as duas coxilhas, de Haedo e Serrilhada. E' neste

trecho da fronteira — o “Corredor Internacional” — que estão situados os cerros Itaquiã, do Trindade, Chapéu e Caqueira e as duas cidades geminadas: Sant’Ana-do-Livramento e Rivera.

A fronteira é constituída ainda pelo arroio São-Luís. Uma linha reta, da confluência do arroio São-Luís com o Negro, numa extensão de 37 quilômetros, é a linha divisória até o cêrro do Aceguá, onde tem origem o arroio da Mina, o qual corre para o Jaguarão-Chico ou Guabiju. Esse que nasce em território brasileiro, na coxilha Grande — de que o Aceguá é uma continuação — é lindeiro, desde a foz do arroio da Mina até confluir com o Jaguarão (bacia da lagoa Mirim).

O marco internacional do cêrro do Aceguá está aos 30°52’15”,4 latitude S e 54°09’39”,32 longitude WGr.

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

As indicações bibliográficas são distribuídas em três itens: a) o das *obras gerais*; b) o de trabalhos de *exploradores, viajantes e demarcadores*; c) o de *monografias, teses, etc.*

TRABALHOS ANTIGOS

Elisée Réclus, *Geog. Univ.* (tomos XVIII e XIX); ed. Paris, 1894.

Keane, *Central and South Am.* (vol. I), in “Stanford’s Compendium”; ed. Edw. Stanford; Londres, 1901.

TRABALHOS RECENTES

Pierre Denis, in *Geog. Univ. de Vidal La Blanche e L. Gallois*; tomo XV (Paris, 1927).

Raja Gabaglia, *As Fronteiras do Brasil*; Rio, 1916.

Lima Figueiredo, *Limites do Brasil*; Rio, 1936.

J. S. Fonseca Hermes Júnior e Murilo M. Bastos, *Limites do Brasil*, in “An. IX Cong. Bras. Geog.”.

Dr. Franz Kuhn, *Fundamentos de la Fisiografia Argentina*; Buenos-Aires, 1922.

General Dionísio Cerqueira, Anexo ao Relat. do Min. das Rel. Ext. (1902).

Dr. Lindman, *A vegetação no R. G. S.*; ed. Pôrto-Alegre, 1906.

K. Walther, *Estudios geomorfológicos e geológicos*; ed. Montevidéu, 1924.

L. Cousirat de Araújo, *Mem. sôbre o clima do R. G. S.*; ed. Rio, 1930.

Paulino F. de Carvalho, *Reconh. geol. no Est. do R. G. S.*; “Boletim n.º 66” do Serv. Geol. Min. (1932).

Djalma Guimarães, *Prov. magmática do Brasil Merid.*; “Boletim n.º 44” do Inst. Geol. Min. (1933).

Vitor Oppenheim, *Rochas gondwânicas e Geol. do petróleo no Brasil Merid.*; “Boletim n.º 5” do Dep. Nac. Prod. Min. (1934).

General Sousa Doca, *Limites entre o Brasil e o Uruguai*; Rio, 1939.

De Paranhos Antunes, *A ilha Brasileira na desemboc. do Quarai.* in “An. IX C. B. de Geog.” (vol. V).

J. Resende Silva, *A Fronteira Sul*, Imp. Nac., 1922.

DOCUMENTAÇÃO DA AULA

1 — *Mapa geológico do Brasil e de parte dos países vizinhos.* Escala de 1:7 000 000. Avelino I. de Oliveira.

2 — *Carta da ilha Brasileira do rio Quaraim* (Mapoteca do Itamarati).

3 — *Carta das ilhas do rio Uruguai* (Mapoteca do Itamarati).

FOTOGRAFIAS

1 — Vista aérea da ilha Brasileira.

2 — O rio Uruguai, entre Salto e Concórdia (Entre-Rios).

3 — As margens do Quaraim (Comissão de Limites).

4 — Quaraim: travessia em balsa.

5 — Comissão Mista: transpondo um rio da fronteira Brasil-Uruguai.

6 — Praça Internacional (Sant’Ana-do-Livramento—Rivera).

Seminários de Estudos Geográficos

ATA DO 4.º SEMINÁRIO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS, REALIZADO EM 19 DE JULHO DE 1946, NA SEDE DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

A CAMPANHA DA BORRACHA

Dando início à sessão o Dr. Heitor Bracet, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apresentou congratulações a todos os delegados e pessoas presentes, passando depois a palavra ao secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, Eng.º Christovam Leite de Castro.

Referindo-se à VII reunião da assembléia geral da qual fazem parte delegados dos Estados da União para debaterem assuntos de interesses geográficos em regime federativo, esclareceu que vários delegados das regiões Norte e Nordeste tiveram ocasião de abordar em seus relatórios a memorável Campanha da Borracha. O assunto suscitou debates tão interessantes que surgiu a moção de autoria do Dr. Péricles de Melo Carvalho * visando despertar outros debates sobre o problema ainda em foco. Julgou-se, então, conveniente estabelecer contacto da assembléia geral com técnicos e outras autoridades, daí a idéia da convocação de um seminário. Como a Campanha da Borracha envolve muitos e importantes aspectos foi necessário distingui-los de acôrdo com as finalidades da assembléia e com a do C.N.G. Assim sendo, a Secretaria Geral estabeleceu o seguinte temário:

I

A campanha sob o ponto de vista da organização, como técnica aplicada de deslocamento populacional: método empregado, dificuldades surgidas, resultados práticos obtidos, advertências para futuras campanhas análogas.

II

A campanha sob o ponto de vista especulativo: contribuições ao estudo das migrações; depoimento da estatística, da higiene e da sociologia; distribuição territorial dos fatos e sua interpretação.

* É o seguinte o texto da moção que motivou esse seminário:

Considerando que a recuperação da Amazonia é um dos maiores problemas nacionais;

Considerando que a baixa densidade demográfica da região impõe planos e providências necessários não só à atração de correntes migratórias, senão também à fixação do elemento humano já colocado naquela região;

Considerando que para esse objetivo de colonização ou conquista econômica do vale amazônico serão enormes os esforços que se impõem ao governo federal e aos governos dos Estados e Território da região, para a elevação do *standard* de vida com a assistência técnica agrícola, educacional e médica dos trabalhadores e famílias colocadas naquela extensa área do país;

Considerando, finalmente, que durante os últimos anos o governo federal em cooperação com os governos estaduais do Nordeste e da Amazônia com enormes sacrifícios, colocou no vale do rio Amazonas um grande número de trabalhadores nacionais e famílias cuja fixação está ameaçada pela crise econômica que decorrerá de cessação do acôrdo brasileiro-norte americano para a manutenção do prego da borracha, e da falta de assistência aos brasileiros encaminhados para aquela região.

A assembléia nacional de Geografia apela para o digno Sr. Presidente da República, para os governos do Amazonas, Pará, Território do Acre e Guaporé, especialmente, bem como para os demais órgãos federais ou estaduais ligados diretamente ao problema, no sentido de que se congreguem para mútua e patriótica cooperação, procurem uma solução urgente de amparo aos trabalhadores e famílias localizados nas regiões gomíferas, dando-lhes a adequada assistência de que carecem, quer no sentido de fixá-los na região, quer fazendo-os retornar aos lugares de origem quando suas condições de saúde não permitirem a continuação no vale amazônico.

Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1946.

III

A Campanha sob o ponto de vista humanitário: a indicação aprovada pela assembléa.

O Dr. Heitor, Bracet deu início aos debates.

Com a palavra o delegado do Pará — Dr. Aloísio Chaves, pediu que fôsse encarado o aspecto do "Encaminhamento de populações nordestinas para a Amazônia". Este assunto que o interessava particularmente, quer como estudioso da matéria, quer como delegado do Pará à assembléa, não tinha sido ventilado em seu relatório, razão pela qual fôra interpelado pelo general Cândido Mariano Rondon e por outras pessoas. Justificou-se pela ausência de elementos precisos a este respeito, pois, a referida Campanha não tinha sido planejada técnica-mente, o que todos estavam de acôrdo. Os dados estatísticos jamais foram amplamente divulgados no Estado do Pará, sob qualquer ponto de vista. Deixava de apreciar como assunto discutível, por considerar heresia, a matéria concernente às más condições geográficas para o povoamento efetivo da planície amazônica.

Quanto ao encaminhamento dos trabalhadores para a Amazônia, sabemos que a legislação foi feita pelo governo federal de modo que, a responsabilidade de qualquer Estado é indireta. Se há alguma crítica, esta deve ser feita ao Conselho Nacional de Imigração por ter sido o órgão técnico consultado. O serviço próprio de localização foi feito por este órgão e pelo Banco da Borracha.

Aparteando, o Dr. Firmo Dutra, presidente do Banco da Borracha, afirmou que este nunca foi ouvido mesmo porque a sua finalidade é amparar e não localizar o seringueiro. Não devemos confundir legislações com instruções.

Respondendo-lhe, o Dr. Aloísio Chaves fez ver que o Banco em suas atribuições, ao entrar em entendimentos com os intermediários estes se queixavam das dificuldades da mão de obra e conseqüentemente falavam na ausência ou distribuição deficiente do trabalhador. O Banco da Borracha, insistiu o Dr. Firmo Dutra, não tem esta finalidade. Assim sendo, prossegue o Dr. Aloísio Chaves, pressupõe-se que o Banco já tinha um conhecimento da questão e, portanto, havia dados que não foram divulgados. Como o Dr. Firmo Dutra disse que a respeito havia uma vastíssima literatura especializada e mesmo relatórios de homens de responsabilidade, o Dr. Aloísio Chaves ponderou que muito do que se publicava era apenas propaganda.

Apoiando suas palavras, o deputado Dr. Paulo Sarasate relatou o fato pessoal da censura da imprensa sofrida por um jornal ao considerar objetivamente a questão.

Continuando, o Dr. Aloísio Chaves disse que o número de nordestinos deslocados para a Amazônia só pode ser obtido nos portos de embarque. Para sabermos a situação real desta população em número e sua localização seria necessário irnos *in loco*, através dos rios, aos seringais, o que é impraticável. Ora sabemos que quando o homem não encontra condições de vida propícia, se dissemina pela floresta; emigra para os Estados vizinhos, chega a Mato-Grosso, Goiás ou Minas-Gerais e daí até mesmo São-Paulo. Dizermos, portanto, que estão na Amazônia 10 000 ou 15 000 homens (dados de registro dos portos) é falso. Se quisermos determinar o índice demográfico deste pessoal não será nos gabinetes burocráticos.

Assim sendo, interrompe o deputado Paulo Sarasate, qual a conclusão a que se chega?

O Dr. Aloísio Chaves reafirmou que, sendo os dados inexatos, não devem ser divulgados para não tumultuar o problema. Criou-se uma literatura de que o nordestino trocou a farda militar pela blusa de seringueiro. E se o fizeram foram premiados pelas condições climatológicas e também pelo móvel econômico uma vez que a borracha tivera o preço estabilizado. Considerando tais condições pergunta-se: devemos reorganizar o antigo plano ou elaborar novo para este deslocamento de população?

Pedindo a palavra o ministro João Alberto concordou com o representante do Pará no que dizia respeito à responsabilidade indireta dos governos do Pará e do Amazonas. Se houve ou não erro no resultado da campanha não lhes cabe culpa. Como coordenador da Mobilização Econômica tivera oportunidade de entrar em entendimento com os americanos que lhe pediram a colaboração no sentido da localização de maior número de braços para a região amazônica, a fim de se aumentar a produção da borracha, matéria estratégica das mais importantes. Compreendendo o apêlo fêz ver que a solução não dependia só de boa vontade de qualquer nordestino (cearense, paraibano, etc.) mas, também, de condições materiais. Chegou mesmo a fazer uma estimativa de Cr\$ 2 000,00 para as despesas *per capita*, o que foi aceito. Como partia em breve para os Estados-Unidos, encaminhou o problema a outras mãos brasileiras e em Washington tratou de planificar a idéia: a princípio cogitou do transporte até Belém e daí aos seringais propriamente ditos. Só se poderia assistir os trabalhadores se estivessemos em condições de localizá-los em núcleos, em tórno dos seringais ou às margens dos rios, onde ficariam as famílias e de onde, por ocasião da colheita, partiria sozinho o seringueiro. Um dos grandes males dos seringueiros é o pouco que têm a fazer no inverno quando gastam as suas pequenas reservas. De regresso ao Rio-de-Janeiro, continuou o ministro João Alberto, encontrei um outro serviço encarregado de transportar os trabalhadores de Belém para os seringais — a Rubber Reserve Co., com a qual entrei em contacto. Esta Companhia chegou mesmo a armazenar grande quantidade de gêneros alimentícios, que se deterioraram por falta de continuidade dos trabalhos dos outros órgãos americanos, cuja atenção estava voltada para a guerra. Assim, apesar da borracha ser considerada matéria estratégica, o resultado não foi o esperado.

O nosso desejo era transportar os trabalhadores com o mínimo de sacrifícios. No momento de uma guerra, ninguém vai perguntar quem foi o responsável por uma derrota do exército inglês na África. O importante é vencer. Se no momento atual fôssemos tomar medidas apressadas impondo sacrifícios aos homens nordestinos seria uma crueldade, mas naquela ocasião era preciso obter a borracha a qualquer preço, de qualquer maneira. A guerra o exigia, era a nossa cooperação.

A Amazônia é um conjunto de problemas: saneamento, povoamento, etc., daí ser necessário não um único técnico, mas sim vários. Devemos aproveitar a oportunidade para se obter um ensinamento. Todos nós temos uma certa dose de boa fé quando iniciamos um empreendimento. O Conselho de Imigração achava — quanto ao povoamento da Amazônia — que se deveria levar a família do nordestino e eu que se devia levar apenas o trabalhador, por ser mais fácil o seu retorno. Ambos tínhamos razão. Repito: o problema da Amazônia é complexo. Devemos nos preparar para outra campanha e não nos determos em discutir erros alheios.

Nos Estados-Unidos encontrei um certo temor da imigração para o Brasil. A Amazônia é o Brasil para o estrangeiro; é o inferno verde; são os jacarés, etc. A culpa é da nossa propaganda. Por que o homem que se adapta tão bem em todos os ambientes não poderá viver na Amazônia? Nessas condições devemos tomar medidas de saneamento, pois, só assim aqueles núcleos poderão se desenvolver. Devemos aproveitar esta reunião onde todos têm o interesse de colaborar, utilizando a contribuição de todos.

Em seguida, o Eng.º Christovam Leite de Castro disse que o ministro João Alberto tinha refletido bem o item I do temário, isto é, o da objetividade do assunto.

Tomando a palavra o representante do Ceará, Dr. Joaquim Alves, teve a oportunidade de dizer: Quando levantei a estatística deste caminharmento dos nordestinos, consultando bibliotecas e arquivos particulares foi para ver como situar o fato. Quando houve a emigração, o homem não procurou as autoridades; foi por conta própria. Fiz mesmo vários artigos incentivando este povoamento sob a forma de núcleos, com assistência direta às famílias, etc. Entretanto, sabemos como se processou tal movimento daí a pergunta que hoje se

impõe: qual a situação dos nordestinos na Amazônia? Disse o Dr. Aloísio Chaves que eles se disseminaram, mas como, se os meios de transporte eram difíceis e os homens pouco capazes uma vez que não tinham conseguido vencer as dificuldades do meio? Em 1910 o câmbio dava para um quilo de borracha o valor de 20\$000 e da produção total do Brasil 38% era constituída por este produto. Logo, conclui-se que as condições econômicas não eram tão ruins e, portanto, a vida humana não tão difícil. Hoje, quando outros produtos sintéticos fazem concorrência no mercado mundial, uma nova crise se anuncia para a borracha da Amazônia. Os homens que não têm posição definida podem voltar ou permanecer na Amazônia ocupando-se com a extração de minérios, exploração de carnaúba, oiticica, nos trabalhos portuários, etc., ou mesmo se dedicar à agricultura que é uma das bases econômicas da região. A Amazônia atrai o Nordeste e o Nordeste atrai a Amazônia. O problema agora assim se apresenta: como o governo poderá resolver a questão? Deverão voltar ao Ceará ou permanecer na Amazônia? Não se acusa o governo de tal ou tal Estado nem o Federal; acusam-se as deficiências econômicas. O homem fracassou porque a nossa borracha ficou em situação inferior à da Bolívia e do Peru.

Devemos fixar homens na Amazônia e no Brasil Central. Localizarmos no sul as futuras correntes imigratórias não é conveniente, pois, já temos muitos elementos estrangeiros nesta região. E' o caso do polonês, que devido à sua própria nacionalidade é sempre um revoltado, de assimilação difícil.

Aparteando, o ministro João Alberto propôs que aguardassem o planejamento do assunto. Em princípio estamos tratando de transportar elementos de países da Europa Central. A maior parte deles, agricultores, operários, mineiros, etc., são desajustados. Se escolhermos dentre estes 120 000, o resultado não será mau. Existe na Itália um grande número de desocupados que poderiam ser aproveitados no Brasil. A questão é de financiamento.

Quanto à dificuldade de assimilação do polonês, referida pelo representante do Ceará, não estou seguro. Posso entretanto afirmar que uma criança polonesa poderá vir a ser um bom brasileiro. Em geral a corrente eslava é humilde ao passo que a germânica, possuindo maiores recursos, educa os seus filhos dentro de seus princípios, daí a reação à outra nacionalidade. Devemos entretanto considerar que o fenômeno também se apresenta nos Estados-Unidos. Em uma localidade próxima de Boston se encontra um quisto germânico. Alguns inconvenientes existem no problema imigratório; o que devemos fazer é preparar um Brasil do futuro: precisamos de plasma sanguíneo. Estamos dispostos a localizar a corrente imigratória em qualquer parte do Nordeste desde que as condições o permitam.

Respondendo-lhe, o Dr. Joaquim Alves ponderou que a colonização da Amazônia deveria ser feita por nacionais.

O Dr. Heitor Bracet deu em seguida a palavra ao diretor do Conselho Nacional de Imigração, Dr. Péricles de Melo Carvalho, que fez um apêlo a todos os presentes no sentido de limitar os debates ao problema da Amazônia, por si só bastante vasto. Qual o caminho a seguir: análise de fatos pregressos ou a questão de despesas e caracterização de responsabilidades? Discordo da opinião geral de "fracasso" do problema. Distinguem-se nele duas fases: uma anterior a 1945 e outra posterior até os nossos dias, quando cessaram os recursos do exterior. Na 1.^a fase não reputo fracasso da Batalha da Borracha porque os três objetivos visados pelo governo ao encaminhar nordestinos para a Amazônia foram atendidos: 1.^o) a premência da guerra; 2.^o) oportunidade de oferecer colocação à massa de trabalhadores que ficara sem trabalho em consequência da estiagem.

Interrompendo, o Dr. Joaquim Alves disse que de fato houve seca, porém, não de tamanha importância que determinasse uma leva tão grande, no que foi apoiado pelo deputado Sarasate.

Respondendo-lhe, o Dr. Péricles ponderou que se a seca não foi preponderante, foi contudo um dos fatores da migração para o interior. O 3.^o objetivo foi o da produção da borracha. Ao lado destes havia uma intensa propaganda

à procura de braços para a Amazônia, que sem dúvida teve influência sobre os trabalhadores. Houve tendência da parte do governo para colocar elementos estranhos, como porto-riquenses, na Amazônia, mas a predominância do elemento nacional deve existir.

A Campanha da Borracha não foi um fracasso, conforme observamos nos gráficos. Podemos distinguir duas fases: uma de êxito e outra, que por falta de assistência, poderá vir a redundar num fracasso. O retorno de fato houve e até mesmo espontâneo. Alguns elementos que contraíram malária retiraram-se da região, mas agora, restabelecidos pretendem voltar. O governo federal deve assim continuar em conjugação de esforços com os governos estaduais.

Respondendo ao representante do Ceará que o interpelara, primeiro sobre o modo pelo qual se processava esta conjugação de esforços e segundo qual o número de nordestinos encaminhados, disse ser de acordo com os pedidos dos seringueiros e com o Banco da Borracha. Quanto ao número dos chamados soldados da borracha calcula-se em cerca de 10 000.

Aparteando, o representante do Amazonas, Sr. Ulisses Uchoa Bittencourt, disse que na Amazônia não se trabalhava só na borracha.

Como o deputado Sarasate insistisse no número exato o Dr. Péricles prontificou-se a apresentar os dados noutra ocasião por não tê-los no momento, convidando-os a visitar o C.N.I. E continuando: Uma vez verificado o aspecto da mobilização dos trabalhadores para a Amazônia pode-se passar a outros problemas. Se foram ou não desviados da borracha, vemos que houve esta preocupação de povoamento. Em resumo: não houve um total fracasso na Campanha.

Concordando o Sr. Uchoa disse que a produção do vale aumentara.

Continuando, o Dr. Péricles reafirmou que o índice dos fracassados pela malária foi pequeno. Sabemos que o problema de saneamento é muito difícil. E' natural que o Ceará e o Amazonas reclamem mão de obra pois a nossa densidade de população é muito fraca. Também não devemos culpar totalmente os americanos, pois, eles tiveram prejuízo no revendimento dos gêneros alimentícios para sustentarem a campanha.

Aparteando o deputado Sarasate declarou que o caso já tinha sido levado à Constituinte, onde fôra organizada uma comissão da qual fazem parte os representantes do Amazonas ali presentes, para estudar o problema.

A seguir o Dr. H. Bracet deu a palavra ao Sr. Carlos Dodsworth Machado, assistente de administração do D.A.S.P. (Secção de Imigração) que disse nada ter a acrescentar ao que fôra dito, apenas que na identificação das causas do problema podíamos distinguir: 1.º causa *estática* — a falta de unidade de comando, daí os choques. 2.º causa *dinâmica* — funcionamento de sistemas diferentes (a influência do transporte americano). 3.º causa *econômica* — desvalorização do produto e concorrência no mercado.

Pedindo a palavra, o Eng.º Firmo Dutra assim se exprimiu: Sou daqueles que não acreditam em "fracasso" senão quando ele é francamente confessado. Há entre nós, brasileiros, uma espécie de moléstia — a preocupação de não acreditarmos em nosso êxito. E' como se não tivéssemos crença de que todos somos capazes de resolver o problema. O caso dos soldados da borracha é um exemplo. Não foi bem situado. Infelizmente, disse ele, não trouxe documentação que demonstre o número de trabalhadores nordestinos idos para a Amazônia. Dos 54 000 que se destinaram a esta região não exagere dizendo que somente 30 000 eram trabalhadores. Quantos regressaram não sei precisamente, pois, os dados não passaram pelas minhas mãos. Entre 1942 e 1945 o aumento da produção da borracha, exclusivamente no vale do Amazonas foi de mais de 8 000 toneladas. Se levarmos em conta que a produção média do seringueiro é de 500 quilos, chegamos à conclusão de que houve um aumento de braços de 14 000 a 15 000 homens, que chegaram e que aí permaneceram até 1946. Se efetivamente, 15 000 seringueiros foram conservados nos seringais e deram êste aumento de produção, eles não foram sôzinhos para lá, pois, em geral não

são solteiros. Em 1914, por ocasião de uma crise, houve um grande êxodo de mulheres e crianças para os seringais onde eram melhores as condições de vida. Cruzeiro-do-Sul tornou-se uma espécie de celeiro da região amazônica.

Se dos 30 000 trabalhadores encaminhados para a Amazônia 15 000 permaneceram nos seringais e 14 000 regressaram não será difícil saber o número dos que faltam para regressar aos seus lares. Entre 1941 e 1944 por acordos entre o Brasil e os Estados-Unidos foi restringida a extração de determinados produtos. De 1943 para cá êsses produtos, como a castanha, o pau-rosa, etc., foram de tal maneira valorizados que superaram a borracha. Muitos dos seringueiros se dedicaram à extração dêstes produtos, o que se explica por que em geral os seringueiros dos altos rios, principalmente dos afluentes da margem esquerda do Amazonas produzem outros produtos, como a castanha. Os seringueiros que foram para lá nos primeiros anos se dedicaram a outros produtos mais valorizados e de mais fácil extração. O que se deu na Amazônia não foi um drama, nem um fracasso; foi uma alucinação dos nordestinos que se lembraram do período áureo de 1910. Passados os anos de amargura viam outra oportunidade de enriquecerem. Não foram enganados, pois, a maior parte dos que lá penetraram eram homens conhecedores do meio em que iam viver. O "fracasso" é devido à falta primordial de educação dos "arigós". Para tornarem-se seringueiros é necessário pelo menos um ano de adaptação. Os jornais de Belém e Manaus noticiam constantemente que homens estão regressando ao trabalho dos seringais. Entretanto, eu sei, por experiência própria, que não há braços na Amazônia para cortar lenha, daí a falta de luz na própria cidade de Manaus. Necessito pelo menos de 7 000 seringueiros e não os encontro. Isto numa região saneada, com escolas, hospitais, com assistência direta ao homem, com bom pagamento, sem intermediários e, entretanto, com falta de braços. Nem mesmo a Fordlândia tem trabalhadores. Muitas serrarias com grandes encomendas não funcionam por falta de operários. Não há no Amazonas madeira senão em quantidade mínima. Portanto é difícil de acreditar na pobreza dos homens que pedem esmolas nas ruas de Manaus e Belém.

Aparteando-o, o Dr. Péricles de M. Carvalho diz que êste interessante depoimento vem mais uma vez provar que não houve fracasso.

Continuando, disse o Dr. F. Dutra, como presidente do Banco da Borracha não tenho receio ou pânico a respeito do problema da borracha. Quando se diz que os acordos de Washington ao terminarem poderão modificar as condições econômicas do vale mostramos uma falta de fé nos nossos próprios destinos. Nunca a Amazônia produziu mais de 40 000 toneladas a não ser em 1914. Em 1941 a borracha era produto tão essencial como o aço. Em 1945 tivemos 12 000 toneladas de borracha seca que equivalem a 16 000 de borracha bruta. Se a nossa produção é de 30 000 000 de quilos de borracha bruta teremos 7 000 000 quilos de borracha seca e dêstes só transportamos 5 000 000 para os Estados-Unidos. Em 1938-1939 as fábricas de pneus de São-Paulo consumiram 16 000 000 de quilos de borracha bruta. Ainda não satisfeito lhes asseguro que em qualquer situação o Brasil venderá de 4 000 a 5 000 toneladas de borracha seca. Não é somente êste o lado simpático da questão: no Oriente há mais de um ano se trava uma luta trágica entre os povos que há séculos são escravizados e que agora não o querem continuar. O primeiro contrato que controlava o comércio da borracha terminou com a Inglaterra, Holanda e França. A Inglaterra estabeleceu um preço mínimo de um dólar e meio pelo quilo da borracha, sendo seguido pelos outros países. Nenhum dêles, porém, voltou a renovar os contratos. A borracha brasileira, se houver continuidade da Campanha, poderá ser vendida por êste preço. O Banco da Borracha tem crédito para mantê-lo e, portanto, amparar os trabalhadores. Fala-se em acôrdo americano e em outras cousas mais, porém não devemos acreditar em histórias mal contadas. O convênio que os americanos têm com o Brasil é igual ao que têm com outros países produtores de borracha. A República Argentina, por exemplo, só possui um acôrdo assinado com a Bolívia. A borracha brasileira que aqui se vende a Cr\$ 28,00 poderá ser vendida sem prejuizo a Cr\$ 15,00 por quilo. Deve-se programar o assunto da borracha porque êste problema já deixou de ser regional para ser nacional. Um país como o Brasil que detém tal matéria prima deve defendê-la. Só há dois países capazes de produzir borracha sintética: Rússia e Estados-Unidos e quanto ao seu uso ainda não foi aplicado integralmente.

Os técnicos concluíram que, na melhor das hipóteses, a borracha sintética representará 60% das exigências industriais. Não tenho nenhum temor a respeito do futuro da borracha porque é este a espinha dorsal de toda a economia do vale amazônico. O ciclo de 1910 a 1914 poderá voltar hoje que as condições de assistência são bem melhores. Ouve-se continuamente divagar sobre o saneamento da Amazônia como se fosse possível sanear tão grande extensão — cerca de 3 500 000 quilômetros quadrados. Há instituições como a S.E.P., o Banco Industrial, cujos trabalhos são beneméritos. O que se deve fazer é levar assistência direta, educação pessoal para que o homem se defenda por si só. E' a educação de homem para homem. Outra grande campanha foi iniciada pelo Banco da Borracha criando o crédito agrícola visando tornar o seringueiro um pequeno proprietário mais ou menos sedentário. Outro problema sério é o de transportes. Há, a este respeito, tentativas no sentido de se modificar toda a frota dos rios amazônicos. Quanto aos seringueiros há os contratos obrigatórios; eles têm 60% do lucro da borracha que colhem. O Banco tem tomado a si vários assuntos que muitos desconhecem; retém dos seringalistas uma parte da borracha para com isto pagar aos seringueiros. Com esta medida o trabalhador terá, sempre, um órgão de confiança a que poderá recorrer. Estou certo de que não voltaremos à tragédia que durante 36 anos transformou a Amazônia. Insisto em que se estabeleça novo plano: "quando se erra começa-se outra vez". Cogita-se da organização de três patronatos agrícolas que receberão filhos dos trabalhadores que se tornarão mestres de seringueiros.

Aparteando, o Dr. Péricles M. Carvalho esclarece que já existem escolas de seringueiros e de enfermagem. O que se deve fazer é prosseguir.

Pedindo a palavra, o Dr. Gavião Gonzaga disse que pelas estatísticas pode-se concluir que não houve um grande êxodo dos seringueiros para o Nordeste, e mesmo que tivesse havido, não seria de admirar porque isto faz parte do problema imigratório em geral. Na aparência houve um grande retôrno, porém, a produção aumentou e, como já concluíram anteriormente, deve ter também havido um aumento de braços.

Tomando novamente a palavra o Dr. F. Dutra lembrou a conferência nacional que realizar-se-á a 22 do corrente com o fim de programar a política a ser seguida pelo Brasil a partir de 1947. Teremos ocasião de vender a borracha a quem quisermos. Será portanto uma oportunidade de contribuição à economia amazônica.

Em seguida o Sr. Uchoa fez algumas considerações que apoiavam este ponto de vista.

Resumindo o problema, o Eng.^o Leite de Castro disse que não só o C.N.G. como a cultura brasileira estão de parabéns. O primeiro porque teve a iniciativa de realizar uma reunião para se tratar do assunto e o segundo, porque o problema foi debatido, podendo tirar-se conclusões nitidas. Desde logo a assembléia desligou-se da crítica ao passado para encarar de frente o problema do futuro. O primeiro ponto considerado foi a questão do método. Este procurou atender a uma finalidade, a uma emergência imediata. A Campanha da Borracha não foi exclusivamente nacional. Na hora precisa em que a cooperação internacional devia surgir, fracassou, trazendo sérios embaraços. O segundo aspecto da questão é o dos resultados obtidos. O depoimento do presidente do Banco da Borracha foi realmente impressionante e demonstra que não houve fracasso.

Retomando a palavra, o Dr. F. Dutra disse que o seringueiro não é em geral castanheiro; não se dedica a nenhuma outra ocupação senão a da exploração da borracha e, como a castanha, o pau-rosa, etc., estão hoje em dia valorizados é bem possível que eles tenham trocado de ocupação. O que afirmo, mais uma vez, é que há um pouco de exagêro ao número de mortos. Quero chamar atenção para que a Amazônia atravessa um período de dificuldades alimentares. Paradoxalmente parece pobre, mas talvez seja uma das regiões de estrutura econômica mais sólida. Nada impede que a Amazônia preencha a lacuna deixada pelas Filipinas.

Continuando, o Eng. Leite de Castro disse que de fato foi aplicado um método especial e houve resultados efetivos. Os depoimentos do presidente do Banco da Borracha são concludentes e o aumento da produção da borracha é evidente. Por outro lado a produção de muitos outros artigos valorizados tem aumentado também. Se levarmos em consideração vários fatores como o da adaptação do seringueiro em seu trabalho não será exagerado avaliarmos um contingente para os outros produtos.

Sob o aspecto geográfico a Amazônia é um notável exemplo de divisão regional. Sente-se em tudo isto uma unidade geográfica nacional, pois, as regiões se completam. É um belo exemplo de duas regiões tão distintas, porém, com inteira interdependência: região Norte e do Nordeste. Quanto à Campanha da Borracha, por si só, constitui ótimo estudo para a Geografia Humana e o C.N.G. propõe-se a empreendê-lo.

Estão realmente, em linhas gerais, esclarecidos os aspectos que nos interessam da Campanha da Borracha e o C.N.G. sente-se sensibilizado com a previsão de uma brilhante página para a Geografia Humana.

O Dr. Heitor Bracet, agradecendo o acolhimento dado à reunião, encerrou a sessão.

Noticiário

Capital Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Conselho Nacional de Imigração

CINQUENTENÁRIO DA COLONIZAÇÃO POLONESA — Por motivo da passagem do cinquentenário da colonização polonesa, na cidade de Prudentópolis, no Paraná, o Conselho Nacional de Imigração aprovou, unanimemente, um voto de congratulações com os poloneses daquela região e com o governo paranaense, proposto pelo Sr. Napolieão Lopes.

★

Conselho Nacional do Petróleo

AUTORIZAÇÕES PARA INSTALAÇÃO DE REFINARIAS NESTA CAPITAL — O Conselho Nacional do Petróleo, promoveu no dia 5 de setembro próximo passado, uma reunião pública, a fim de proceder à entrega aos respectivos outorgados, das autorizações para instalação de refinarias de petróleo nesta capital.

Presidiu os trabalhos o general João Carlos Barreto, o qual declarou que o Conselho estará disposto a promover concorrência análoga à que fôra feita no Rio, no sentido de possibilitar a instalação de refinarias também em São Paulo, informando ainda aos presentes que o Conselho Nacional do Petróleo estava movimentando pessoal e material para as bacias do Amazonas, e do Paraná, onde seriam levados a efeito estudos de caráter geológico.

☆

REMUNERAÇÃO A TÉCNICO EM MISSÃO NA AMAZÔNIA — Em portaria de 14 de agosto o presidente do Conselho Nacional do Petróleo resolveu, mediante requerimento do interessado, e devidamente autorizado pelas atribuições que lhe confere a lei, conceder ajuda de custo correspondente a um mês de ordenado ao técnico daquele órgão, Eng. Décio Savério Oddone, designado em fevereiro do corrente ano para acompanhar em viagem à bacia amazônica, o vice-presidente e o supervisor de trabalhos de campo da firma Geographical Service Inc.

★

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ENCERRAMENTO DA VII ASSEMBLÉIA GERAL DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS — O encerramento dos trabalhos da VII assembleia geral dos órgãos deliberativos do I. B. G. E., instalados nesta capital no dia 1 de julho, teve lugar a 27 do mesmo mês, em sessão solene realizada no auditório do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob a presidência do embaixador José Carlos de Macedo Soares, atual interventor federal em São Paulo e presidente efetivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

à qual compareceram tôdas as delegações federais e regionais, altas autoridades, técnicos, estatísticos, geógrafos e funcionários das duas repartições.

Em nome do Conselho Nacional de Geografia e do Conselho Nacional de Estatística, falaram os seus respectivos secretários-gerais — Eng. Christovam Leite de Castro e Dr. M. A. Teixeira de Freitas, sendo intérpretes das despedidas das delegações regionais os Srs. professor Valdemar Lefèvre e Dr. Abelardo Jurema, aquele representante de São Paulo na assembleia do C. N. G. e este da Paraíba junto à assembleia do C.N.E.

A seguir, discursou o Eng. Moacir M. Silva, representante do Ministério da Viação no Conselho Nacional de Estatística, em nome da delegação federal integrante da assembleia geral deste órgão, seguindo-se-lhe com a palavra pela delegação federal à assembleia do C.N.G., o Sr. Sousa Brasil.

Finalmente, encerrando a cerimônia, falou o embaixador Macedo Soares, congratulando-se com os congressistas pelo êxito dos trabalhos então ultimados e concitando-os a prosseguir no desdobramento dos esforços que têm assegurado ao sistema estatístico-geográfico orientado pelo I.B.G.E. crescente e eficaz desenvolvimento.

RELATÓRIO DO ENGENHEIRO LEITE DE CASTRO — É o seguinte o relatório apresentado pelo Eng. Christovam Leite de Castro, relativo às atividades desenvolvidas na assembleia de Geografia:

Excelentíssimo senhor presidente, ilustres membros da Mesa, dignos representantes da Estatística, prezados colegas da assembleia nacional de Geografia.

Estou certo de que interpreto bem o sentimento dos participantes da assembleia geral de Geografia, consagrando as minhas primeiras palavras a uma saudação amiga e calorosa ao nosso insigne presidente efetivo, embaixador José Carlos de Macedo Soares, que, na hora final dos nossos trabalhos, se dignou de participar do nosso convívio.

Homenagens sempre devemos ao embaixador Macedo Soares, não somente nós, senão todos os brasileiros, pela posição que merecidamente ocupa na vida nacional, em reconhecimento legítimo da sua inteligência, da sua cultura e do seu patriotismo.

Agradecimentos lhe deve esta assembleia, que, comovida, reconhece o esforço feito para nos confortar agora com a sua presença honrosa e amiga.

Agradecimentos ainda pela delicadeza que teve em nos mimosear, na reunião plenária do dia 15, com uma mensagem telefônica, oportuna e expressiva, com a segurança da sua presença espiritual, que nos foi acalentadora e auspiciosa.

Entretanto, acima das homenagens tão merecidas, acima dos agradecimentos que se impõem, tenho a assinalar o alto significado do

magnífico exemplo que nos dá o nosso abnegado presidente efetivo, exemplo que é um facho luminoso a conduzir quantos se entregam às tarefas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Exemplo de compreensão, exemplo de devotamento, exemplo de patriotismo, compreensão, devotamento e patriotismo que chegam às raízes do sacrifício, a serviço do bem coletivo; exemplo sublime, portanto.

É o que testemunhamos, com emoção, no momento presente, em que o nosso presidente troca os enlivos da vida privada, tranqüila e plena de conforto físico e espiritual, pela vida pública, trabalhosa e agitada, pelo árduo desempenho de cargo cheio de altas responsabilidades na administração e na política do país.

E, assim em vez das delícias do estudo sedutor ou da leitura amena e proveitosa, absorvem-lhe o espírito as soluções dos angustiosos problemas públicos do momento; em lugar da convivência delicada e suave com os entes queridos, assoberbam-no as audiências exigentes, quantas vèzes irritantes no conflito dos interesses mesquinhos de pessoas desconhecidas; substituindo as excursões recreativas, deleitosas e repousantes, ocorrem-lhe as locomoções urgentes, sucessivas e fatigantes; e o ambiente sereno, luminoso e elevado da compreensão fraterna, que lhe é tão familiar, perturba-se freqüentemente com as molestias incompreensões dos interessetros, dos tendenciosos e dos fanáticos.

Bem compreendemos e admiramos o sacrifício do senhor presidente, e por isso sabemos bem avaliar o mérito do seu exemplo, de que os ibgeanos somos os mais beneficiados.

Em nossa trilha, o serviço do I. B. G. E. e do Brasil, tudo faremos, querido embaixador Macedo Soares, para seguir o seu nobre exemplo de compreensão, de devotamento e de patriotismo.

A VII sessão ordinária da assembléia geral do Conselho Nacional de Geografia termina hoje a sua tarefa.

Iniciando as atividades em 1.º do corrente, a assembléia realizou 19 reuniões plenárias, cuja duração variou de 3 a 5 horas.

Em apreciável esforço, a assembléia aprovou 39 Resoluções, de ns. 173 a 211, e apreciou os relatórios das atividades geográficas e cartográficas em 1945 nos setores da administração federal e das administrações estaduais, principalmente em relação aos empreendimentos coordenados pelo Conselho Nacional de Geografia.

As atividades da assembléia compõem um belo conjunto cultural, que cumpre definir.

Em virtude do regulamento, cabe ao secretário-geral tal missão.

Oxalá, que, de futuro, alguém iluminado por mais vívida inteligência e amparado em cultura mais extensa e profunda, faça a apreciação das atividades da assembléia com o brilho e o fulgor que reflitam a eficiência duma atuação compatível com a magnitude, a elevação e a importância do cargo.

Há nos estudos geográficos modernos uma norma, um sentido e uma tendência que propiciam à Geografia apreciáveis condições de desenvolvimento.

A norma é a explicação, que assegura à Geografia legítimo fóro de ciência, caracterizada por objeto próprio e por método adequado de pesquisa.

O sentido é o humano, procurando fazer da Geografia uma ciência do Homem para o Homem, de modo que, nas suas investigações, haja sempre que possível a consideração da atitude humana, a dar às paisagens um significado ativo não só nas condições atuais, como também nas perspectivas das transformações futuras.

A tendência é o regionalismo, a imprimir unidade científica no estudo geográfico, pelo qual não se deve considerar êsse ou aquêle aspecto isoladamente, senão como, preferentemente, a resultante dos fatores geográficos, que é a paisagem, em uma expressão fisionômica de conjunto, cuja definição constitui a finalidade mesma da orientação regionalista.

Em síntese, o geógrafo moderno tem a preocupação de conhecer cada região estudada em sua fisionomia de conjunto, procurando explicar as causas e os efeitos de tal fisionomia, sobretudo quanto à atitude humana que nela se desenvolve ou que de futuro deva desenvolver-se.

A definição de paisagem cultural da presente assembléia não é fácil, porque as suas atividades foram abundantes e, além disso, porque, sob numerosos aspectos, elas se desdobram.

Constituída de ilustres técnicos, convocados para o estudo das momentosas questões do trabalho geográfico e cartográfico do país, a assembléia projetou-se maravilhosamente, repercutindo nos meios culturais os seus auspiciosos resultados.

Sua excelência o professor Dr. Ernesto de Sousa Campos, digno ministro da Educação e Saúde, recebeu em audiência coletiva os membros da assembléia, com os quais demoradamente se entendeu a respeito do ensino da Geografia e da sua difusão cultural.

As sugestões levadas a S. Exa. pela assembléia, em expressiva mensagem, tiveram tão bom acolhimento, que o senhor ministro lhe deu incumbência outra, que a assembléia desempenhou mediante a Resolução n.º 210, no sentido de oferecer uma contribuição acérra do currículo do ensino da Geografia e da História para o curso secundário.

Evidentemente, a missão escapava à atribuição do Conselho, mas a assembléia aceitou-a de bom grado, numa demonstração inequívoca do seu espírito de cooperação, que é a norma básica da instituição; e, assim, prontamente convocou eminentes professores de Geografia e de História, resultando das conversações uma sugestão de currículos bem interessante que, a um tempo, atende às modernas conquistas de pedagogia de uma e de outra disciplina, e propicia a indispensável correlação do ensino dessas duas matérias — a Geografia e a História —, que naturalmente se entrosam, visto que o espaço e o tempo são elementos indispensáveis ao estudo dos fatos humanos.

O alone com que o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, o ilustre engenheiro Hildebrando de Araújo Góis, distinguiu a assembléia, representou homenagem, que foi por todos devidamente apreciada, como de apreço ao movimento cultural da Geografia Nacional.

Gratas visitas de personalidades ilustres revelam o interesse despertado pela assembléia, sendo merecedoras de menção as seguintes: a do Sr. general Mário Travassos, ensaísta de reconhecido renome pelos excelentes estudos que sobre a matéria tem publicado; a do distinto deputado Pereira da Silva, do Estado do Amazonas, que fez interessantes depoimentos acérra da sedutora região amazônica; a do eminente comandante Thiers Fleming, devotado estudioso dos problemas de limites interestaduais e patriótico pugnador das suas soluções;

do coronel Paul C. Schauer, da U. S. Air Force, que está encarregado dos trabalhos de Trime-trogon no Brasil.

Teve a assembléa, conforme acontece anualmente, a convivência fraterna e coadjuvante da assembléa do Conselho Nacional de Estatística, em constantes visitas, nas quais bem se ressaltou o espírito ibgeano de cooperação e mais se evidenciaram as relações entre a Geografia e a Estatística, no afã nobilitante do conhecimento da terra e da gente do Brasil.

Em demonstração confortadora da projeção da assembléa, cumpre assinalar como acontecimento relevante a realização, com excepcional êxito, do seminário referente à "Campanha da Borracha", que contou com a colaboração, do presidente do Banco de Crédito da Borracha, do diretor-geral do Departamento Nacional de Imigração, de ilustres parlamentares, de técnicos que atuaram na referida campanha, oferecendo todos depoimentos pessoais de grande valia, os quais revelaram aspectos interessantes daquela discutida campanha.

Com satisfação geral, revelou o seminário, através dos dados e informações, que a campanha não redundou no fracasso lamentável tão propalado, porquanto o aumento efetivo da produção da borracha e o desenvolvimento surpreendente de outros produtos amazônicos respondem pela fixação na Amazônia de numeroso contingente dos nordestinos, que são os soldados do exército da borracha.

Decidiu-se, então, que o Conselho efetuará um estudo de Geografia Humana, em que se procure sobretudo conhecer o aspecto da fixação do nordestino na Amazônia, no sentido de evidenciar a correlação geográfica das duas regiões brasileiras que, embora contíguas, oferecem características fisiográficas tão diferenciadas.

E de grande significação cultural foi a série de conferências realizadas no corrente ano, as quais congregaram na sede do Conselho grandes expoentes da cultura geográfica e cartográfica do país.

Foram elas proferidas: uma pelo ilustre Eng.º Moacir Silva, consultor-técnico do Ministério da Viação e Obras Públicas, que dissertou brilhantemente sobre aspectos geográficos do transporte no Brasil; outra, pelo digno Dr. Artur Hehl Neiva, sobre aspectos geográficos da imigração e da colonização no Brasil, assunto em que é categorizado especialista; e, finalmente, outra pelo secretário-geral, que desenvolveu o tema — "Perspectivas da Cartografia Brasileira".

A obra da assembléa apresenta uma fisionomia de conjunto que é formada de três ordens de assuntos: — os administrativos, os geográficos e os cartográficos.

Refletem esses três setores as linhas gerais do trabalho realizado, todo êle de natureza cultural.

Até a matéria administrativa não perde a feição cultural, uma vez que a administração da pesquisa geográfica e da técnica cartográfica é essencialmente especializada.

Nessa apreciação geral, cumpre insistir na diferenciação adotada pelo Conselho entre Geografia e Cartografia, para melhor distribuição das atividades, que dia a dia se desenvolvem, e por isso mesmo exigem rigorosa ordenação.

Na Geografia se agrupam os estudos e trabalhos de nomenclatura e de descrição do território e, sobretudo, as pesquisas dos fatos de superfície.

Na Cartografia estão compreendidas tôdas as operações referentes ao mapeamento do território.

A Geografia é ciência, a Cartografia é técnica.

A assembléa deu tratamento harmônico aos problemas administrativos, geográficos e cartográficos, que estavam exigindo soluções para a boa marcha dos empreendimentos do Conselho Nacional de Geografia.

Sob o ponto de vista administrativo, a assembléa baixou duas séries de Resoluções: uma de natureza estrutural, dando composição às suas Comissões Regimentais e às Comissões Técnicas do Conselho, obedientes a um novo esquema e dispondo acerca da criação de órgãos geográficos estaduais; outra de natureza funcional, aprovando os atos e contas dos órgãos do Conselho, dispondo sobre a publicação de Leis e Resoluções relativas ao Conselho e promovendo o pagamento da nova sede do Conselho.

Sob o ponto de vista geográfico, as deliberações da assembléa foram abundantes, podendo ser classificadas segundo o interesse relativo ao ensino da Geografia, à pesquisa e à divulgação geográficas.

Quanto à pesquisa geográfica, há que assinalar: 1) a instituição do serviço de excursões de estudos, destinado a facilitar o conhecimento das paisagens geográficas pelos interessados e estudiosos, sobretudo pelos professores de Geografia dos diferentes graus de ensino; 2) a realização de inquéritos nacionais sobre assuntos de Geografia Humana; 3) a inclusão de geógrafos no quadro de técnicos dos serviços de Cartografia; 4) a organização da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História como órgão de coordenação das atividades geográficas no continente; 5) a participação científica do Brasil na IV assembléa geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, a realizar-se em Caracas no mês de agosto vindouro.

Quanto ao ensino da Geografia, cumpre ressaltar: 1) a organização dos cursos de férias, destinado aos professores de Geografia, sendo um de informações nas férias pequenas, outro de aperfeiçoamento nas grandes férias escolares; 2) a instituição dos cursos de informações geográficas, destinados aos professores de Geografia das capitais das unidades federadas e das suas principais cidades; 3) a sugestão da criação do ensino da Geografia Regional nas faculdades de filosofia do país; 4) a instituição do cadastro dos professores de Geografia, para facilitar o intercâmbio com o Setor Didático do Conselho e a realização de determinados inquéritos; 5) a sugestão dos currículos do ensino da Geografia e da História, em vista da solicitação do senhor ministro da Educação e Saúde.

Quanto à divulgação geográfica, de tanta importância para a cultura popular, a assembléa prestou a máxima atenção, como se pode certificar pelo ementário deduzido das seguintes decisões: 1) O preparo de pequenas geografias do Brasil e das suas unidades federadas, destinadas à divulgação geral e às escolas; 2) a divulgação, nos semanários ilustrados, de assuntos geográficos brasileiros; 3) a publicação de informações geográficas sobre os municípios brasileiros; 4) a realização do concurso anual de informações geográficas acerca dos municípios brasileiros, relativo a 1947.

Do ponto de vista cartográfico, a assembléa teve de arcar com importantes problemas, aos quais procurou dar soluções adequadas.

O Plano Nacional de Cartografia, prevista no Decreto-lei n.º 9 210, de 29 de abril de 1946, reclamou cuidadosos estudos no intuito de se recomendarem medidas oportunas e úteis à comissão que fixará definitivamente aquêlê Plano,

— comissão que deverá ser constituída de técnicos dos Estados-Maiores militares e do Conselho Nacional de Geografia.

Para as questões de demarcação de limites interestaduais, dentre os quais sobreleva o momento caso surgido entre Minas Gerais e o Espírito Santo, a assembléa votou prudentes recomendações, já que não lhe competia solucioná-las.

O levantamento de plantas das cidades e vilas brasileiras, como contribuição cartográfica ao censo de 1950, representa iniciativa de indiscutível mérito e oportunidade.

O preparo e impressão de mapas gerais do Brasil e das unidades da Federação é empreendimento merecedor de aplausos.

A fixação dos novos valores das áreas do Brasil e das suas unidades políticas representa incontestável aperfeiçoamento da Cartografia Brasileira.

A tiragem de fotografias aéreas de todo o território nacional, em regime de cooperação, é tarefa digna de todo o apoio, porquanto ela é valiosíssima documentação não só para os trabalhos cartográficos, senão também para os demais pesquisadores do território. — Inegavelmente um dos mais relevantes serviços prestados à nossa pátria.

Enriquecendo a paisagem cultural da assembléa, que, como vimos, se patenteou em oportunos e abundantes pronunciamentos a respeito de matéria administrativa, geográfica e cartográfica, há que considerar algumas outras iniciativas de caráter geral, que a assembléa aprovou com grande elevação intelectual, tais como: o preito de saudade rendido aos geógrafos, cartógrafos e geometristas brasileiros falecidos desde a última sessão da assembléa; a homenagem prestada à Assembléa Nacional Constituinte, que, no estudo da Constituição Brasileira, tem de considerar importantes assuntos geográficos assinalados pela assembléa geral; a participação do Conselho nas comemorações do centenário da cidade de São Leopoldo e do cinqüentenário da cidade de Belo Horizonte, bem como no II Congresso de História da Revolução de 1894 que se realizará na cidade de Belo Horizonte, em novembro vindouro, e no I Congresso Pan-Americano de Engenharia de Minas e Geologia, que se efetuará no Rio de Janeiro, em outubro próximo; a campanha que será promovida pelo Conselho para a ereção de um monumento de significação continental, em praça pública de Cuiabá, por ocasião da comemoração do 2.º centenário do Tratado de Madrid, obra-prima do grande brasileiro Alexandre de Gusmão.

Animadoras expectativas anunciam-se ante as decisões tomadas pela assembléa. Para se ter a certeza disso, basta relancear a vista pelo que de principal oferecem as Resoluções aprovadas, cujo panorama rico e multiforme vem de ser esboçado em suas linhas gerais.

Se forem postas em prática as medidas recomendadas pela assembléa, quanto à estrutura e ao fornecimento da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, cuja direção está entregue ao Conselho, o Brasil passará a ter atuação de grande realce no cenário pan-americano, porquanto lhe caberá chefiar o movimento geográfico no continente americano, nos setores da pesquisa, do ensino e da divulgação da Geografia.

Se surtirem efeito as sugestões da assembléa, dentro em curto tempo estarão resolvidas tôdas as questões de demarcação de limites interestaduais, para satisfação dos brasileiros e afirmação da nossa cultura.

Se as providências determinadas forem coroadas de êxito, dentro em breve teremos as plantas das cidades e vilas brasileiras, de excepcional vantagem para o recenseamento de 1950 e para os administradores dos municípios brasileiros.

Se tudo quanto previu a assembléa se converter em realidade, a participação do Brasil na IV assembléa geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História significará notável afirmação cultural do Brasil.

Se as disposições fixadas se concretizarem, os brasileiros estudiosos do território local participarão duma grande campanha cooperativa cultural, oferecendo cada um o resultado dos seus estudos no concurso anual de informações geográficas sobre os municípios brasileiros.

Se as previsões corresponderem a nossas expectativas, em futuro próximo os professores de Geografia, não só das capitais, mas também das principais cidades do país, encontrarão facilidades para o aperfeiçoamento dos seus conhecimentos especializados, quer freqüentando os cursos de férias, quer participando das excursões de estudos.

Se saírem a lume as publicações preconizadas pela assembléa, a cultura popular brasileira receberá valiosos subsídios de formação, com base nos ensinamentos da Geografia e da Cartografia.

Se as providências baixadas pela assembléa tiverem a necessária e desejada efetivação, em menos de dois anos o território brasileiro estará totalmente fotografado, e as respectivas fotografias aéreas hão-de documentar valiosamente a nossa terra, oferecendo inestimável auxílio aos estudos de relêvo, de geologia, de águas, de vegetação, assim como aos estudos agrícolas, demográficos, econômicos e similares.

Se o futuro corresponder aos anseios do presente, dentro de alguns anos teremos uma carta real do Brasil, baseada nas fotografias aéreas do território nacional, devidamente aproveitadas segundo processos técnicos modernos, carta que será de valor insuperável para o grande impulso civilizador que a nação brasileira há-de experimentar nesse luminoso porvir.

O que importa, o que convém, o que envolve o compromisso dos responsáveis pelas atividades geográficas e cartográficas, é transformar o *SI* de hoje no *SIM* de amanhã, é substituir a condicional presente pela afirmativa próxima.

E tudo isso tem por símbolo uma simples letra que, é bem verdade, sendo o *M*, esconde um mundo de ideais, de propósitos e de dedicações.

Eu tenho fé no milagre dessa letra sugestiva, que é, a um tempo, um símbolo maravilhoso e uma evocação suave.

O *M*, na sua origem, diz-nos a paleografia, era um traço horizontal sinuoso que, na escrita hieroglífica egípcia simbolizava a água, êsse elemento precioso e universal.

Depois, nos antigos alfabetos latinos, passou a ser representado por traços verticais, em número de 4 inicialmente e de 3 em seguida, como que a simbolizar no paralelismo a procura do divino que se oculta no infinito, e no verticalismo a elevação dos sentimentos, cujo aperfeiçoamento conduz aos céus.

Mais tarde, o *M* humanizou-se na sua forma, tomando no alfabeto latino a sua conformação atual, em que apresenta três apoios, ficando aliás a única letra a denunciar tão bem o equilíbrio e a estabilidade, que só a trindade proporciona.

E, quanto a mim, meus amigos, — permitam-me que deixe falar um coração saudoso, — confio religiosamente no poder mágico dessa letra, evocadora de um nome santo, que, segundo tão lindamente reza a canção popular, "principia na palma da minha mão".

★

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Junta Executiva Central

AFASTAMENTO DO INSPETOR REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL — CONGRATULAÇÕES COM OS PROFS. CARNEIRO FILIPE E ALEXANDER DE MORAIS — Sob a presidência do Dr. Heitor Bracet, presidente em exercício do Instituto, reuniu-se em sessão ordinária a 1.º de setembro, a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística.

No expediente, o Sr. secretário-geral do Instituto comunicou o afastamento do Sr. Mem de Sá das funções de inspetor regional no Estado do Rio Grande do Sul, em virtude de ter de voltar à sua cátedra na Universidade de Porto Alegre, para cuja efetivação vai realizar concurso. Propôs, ao concluir, um voto de agradecimentos pelos serviços prestados.

Foram também insertos na ata dos trabalhos votos de pesar, pelo falecimento do saudoso educador, Prof. Venâncio Filho e votos de congratulações com o Sr. Benedito Silva, por sua escolha para a ONU, e com os Srs. professores Carneiro Filipe e O. Alexander de Moraes, por sua indicação para o Comitê do Censo Continental de 1950, com sede em Washington.

A casa tomou várias deliberações referentes à economia interna do Instituto, inclusive quanto à aprovação das instruções para preenchimento dos cargos vagos do quadro permanente da Secretaria Geral, bem assim com referência à modificação das séries funcionais. Foi aprovada a Resolução n.º 231, com a seguinte ementa: "Substitui as séries funcionais existentes na Secretaria Geral do Instituto e dá outras providências".

O Sr. secretário-geral fez uma exposição acerca de recente decreto-lei, que determina o levantamento de estoques de gêneros alimentícios, pelo Ministério da Agricultura e da Fazenda, informando que a realização desse inquérito, abrangendo vários outros produtos, vem sendo efetuada pelo Instituto nas capitais, em condições satisfatórias. Dos entendimentos já verificados, para o alargamento do plano ora em execução, resultaram providências no sentido da ampliação de outros inquéritos, de maneira a atender-se inteiramente às necessidades dos Ministérios da Fazenda e da Agricultura. Ainda o secretário-geral reportou-se às medidas adotadas para breve decretação da "guia de exportação", com o que se normalizará inteiramente o levantamento das correntes internas do comércio.

Foram designados para relator e suplentes no mês de setembro, respectivamente, os Srs. cônsul Carlos Alberto Gonçalves, delegado do Ministério das Relações Exteriores, e José Lara Pinto, suplente do representante do Ministério da Fazenda.

Tratou-se ainda da organização dos elementos estatísticos — quadros, tabelas, gráficos, etc. destinados ao Sr. Presidente da República, tendo sido prestadas informações sobre o andamento dos respectivos trabalhos, cujo emprego depende exclusivamente do prelo das estantes que foram encomendadas.

★

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Diretório Central

HOMENAGEM AO EMBAIXADOR MACEDO SOARES PELA SUA INVESTIDURA NA PRESIDÊNCIA DO INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA — CONGRATULAÇÕES PELO ÊXITO DA REUNIÃO DE CARACAS — Sob a presidência do ministro Adriano de Sousa Quartim, representante do Ministério das Relações Exteriores, realizou-se no dia 5 de setembro próximo passado, a primeira reunião do mês, do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia. No início da reunião, depois da leitura da ata e do expediente, por iniciativa do Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães, secretário-geral interino, foram aprovadas pela Casa os seguintes votos de congratulações: ao Eng.º Christovam Leite de Castro, secretário-geral efetivo do C. N. G., pelo êxito da IV assembléia geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História; ultimamente realizado em Caracas, na qual o Brasil foi representado por uma delegação sob a presidência daquele técnico; ao embaixador José Carlos de Macedo Soares, pela sua recente eleição para presidir os destinos do Instituto Pan-Americano de Geografia e História; ao general Cândido Rondon, presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, pela pacificação da tribo dos Xavantes e finalmente, aos professores Everado Backheuser e Francis Ruellan pela justa homenagem que receberam ao serem distinguidos com o título de sócios correspondentes do Instituto de Investigações Geográficas da Universidade do Uruguai.

Na ordem do dia, considerando o Diretório a merecida distinção de que foi alvo o Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, ao ser eleito presidente do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, distinção essa que reflete seus méritos pessoais e a sua incansável atividade em prol da cultura geográfica e histórica do continente, resolveu adotar uma Resolução que tomou o n.º 247, na qual foram expressas congratulações pelo acontecimento.

☆

VISITA DA DELEGAÇÃO ARGENTINA A ASSEMBLÉIA DE CARACAS — Em trânsito por esta capital, vários técnicos, geógrafos e historiadores argentinos, integrantes da delegação daquele país à IV assembléia geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História que vem de ser realizada em Caracas, estiveram em visita ao Conselho Nacional de Geografia, afim de observar os trabalhos efetuados e os métodos adotados na execução das tarefas atribuídas a este órgão do I. B. G. E.

Os visitantes em apêço foram os seguintes: general E. Helbing, diretor do Instituto Geográfico Militar Argentino e chefe da delegação; coronel Pedro Roberto Quiroga, tenente Odilon A. Nunez, capitão de fragata Hector Wilkinson Dirube, Eng.º Heliodoro Negri, Drs. Carlos D. Storni, Roberto Hector Marfani, Mariano Andrés Balay, Domingo Ruggeri, Leon Picard, Enrique Abel e os oficiais da Aeronáutica Guillermo Zinny e Juan Francisco Fabri.

Após percorrerem acompanhados pelos professores Jorge Zalur, Fábio de Macedo Soares Guimarães e Orlando Valverde, Eng.º Virgílio Corrêa Filho e Dr. Alberto Raja Gabaglia, tôdas as dependências do Conselho e examinarem os serviços em execução, os técnicos e

geógrafos argentinos foram alvo de expressiva homenagem a qual constou de um almoço de confraternização que teve lugar no restaurante do Aeroporto Santos Dumont.

☆

REGRESSO DE DELEGADOS DO BRASIL À REUNIÃO DE CARACAS — Procedentes de Caracas, onde representaram o Brasil na IV assembléa geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e na III Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, realizadas ali conjuntamente, regressaram ao Rio, no dia 5 de setembro próximo passado, os Profs. Jorge Zarur, Alirio Hugueney de Matos e Eng.º Virgílio Correia Filho, respectivamente sub-diretor, assistente coordenador de Cartografia e chefe da Secção de Documentação do Conselho Nacional de Geografia.

☆

REGRESSO DO ENGENHEIRO LEITE DE CASTRO — A 13 do mesmo mês regressou também a esta capital, o Eng.º Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, a cargo de quem esteve a chefia da delegação brasileira à IV assembléa geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e à III Conferência Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia que acabam de ser realizadas em Caracas, com a participação de delegados de todos os países do hemisfério.

☆

VISITA DE GEÓGRAFOS NORTE-AMERICANOS — A 19 de agosto estiveram em visita ao Conselho Nacional de Geografia os geógrafos norte-americanos: almirante Leo Otis Colbert, diretor do U. S. Coast and Geodetic Survey; Dr. Thomas W. McKnew, secretário da National Geographic Society e Dr. Kiess do National Bureau of Standards, que vieram em comissão ao Brasil, fazer estudos preliminares relativos ao eclipse solar de 1947, no Estado de Minas Gerais. Em companhia do Eng.º Fábio de Macedo Soares Guimarães, secretário-geral em exercício do C. N. G. e do Dr. Alberto Raja Gabaglia, secretário-assistente, percorreram os ilustres visitantes todas as secções e setores administrativos e técnicos do Conselho.

☆

VISITA DO INTERVENTOR AMAZONENSE — Por ocasião da sua recente estada no Rio, visitou o Serviço de Geografia e Cartografia do Conselho Nacional de Geografia, o Sr. Júlio Néri, interventor federal no Amazonas.

Sua Exa. que se fazia acompanhar do Prof. Júlio Uchoa, delegado amazonense à VII assembléa geral do C. N. G., foi recebido pelo Prof. Alirio de Matos, assistente coordenador de Cartografia e Eng. Pedro Grande, tendo oportunidade de examinar os trabalhos de levantamento da carta geográfica do Amazonas, que ali estão sendo efetuados, prestando na ocasião valiosas informações aos técnicos incumbidos dos mesmos.

★

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Universidade Rural

DISPENSA E NOMEAÇÃO DE PROFESSORES — A 23 de julho o presidente da República assinou decretos na pasta da Agricultura exonerando Valdemar Raythe Queirós e Silva do cargo de reitor da Universidade Rural, e nomeando-o diretor-geral da C. N. E. P. A.; dispensando Artur Eugênio Magarinos Tórres Filho de diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, e nomeando-o diretor da Universidade Rural; e nomeando Tomás da Rocha Lago, diretor da Escola Nacional de Veterinária da Universidade do Brasil.

☆

Serviço de Proteção aos Índios

PACIFICAÇÃO DOS XAVANTES — A propósito da pacificação dos índios Xavantes, o Serviço de Proteção aos Índios, forneceu aos representantes da imprensa acreditados no Ministério da Agricultura as seguintes informações:

“O Serviço de Pacificação de Índios Xavantes, na região do rio das Mortes, foi reconstituído após o desastre em que pereceram, vítimas desses índios, o Eng.º Pimentel Barbosa e seus seis companheiros, todos do Serviço de Proteção aos Índios.

Sob a orientação da atual diretoria desse órgão do Ministério da Agricultura, estabeleceu-se um plano de trabalho na região dos citados índios, nos moldes do que fóra adotado para a pacificação dos índios Botocudos de Santa Catarina, e que tão bons resultados tinham dado.

Assim, manteve-se o antigo Pósto Pimentel Barbosa como base de expedições na região do baixo rio das Mortes e, a cerca de 40 léguas acima, na confluência do rio Pindaíba com o das Mortes, construiu-se um novo pósto-base, para servir também como ponto de apoio para a travessia Aruana (antiga Leopoldina, à margem do Araguaia) ao referido pósto, de que dista 90 quilômetros.

Apolados nestes dois postos-bases, intensificaram-se as expedições das turmas volantes, ora em lancha a motor pelo rio das Mortes, ora em caminhadas, a cavalo e a pé, até o antigo local do sacrifício da turma Pimentel Barbosa, distante cerca de 72 quilômetros do pósto do mesmo nome.

Mediante um trabalho incessante, em que essas turmas procuravam todos os meios para se comunicarem com os índios Xavantes, de começo inteiramente arredios e evitando contacto com qualquer outra pessoa que não fosse de seu grupo, aos poucos foi o pessoal do S. P. I. infundindo confiança no ânimo do Xavante desconfiado, culminando essa ação, agora, pelo primeiro contacto positivo, de caráter amistoso, com o numeroso grupo desses índios.

Embora parecesse contra-indicado procurar-se a aproximação com eles no local onde, em 1941, atacaram e trucidaram a turma do S. P. I., chefiada pelo engenheiro Genésio Pimentel Barbosa, que também pereceu no desastre, pela experiência de outras pacificações já realizadas, assentou-se que o principal local para a colocação de brindes seria aquele do sacrifício da referida turma.

Assim, em cada quinzena, para ali se dirigia uma das turmas volantes do Serviço e deixava os presentes destinados aos índios; observando sempre a mesma disposição, para mais fácil identificação, por parte dos selvícolas.

A princípio desconfiados, elles não tocavam nos brindes; pouco a pouco, porém, começaram a retirá-los, deixando em seu lugar objetos do seu uso, como cestos ou suas armas.

Amiudaram-se as visitas da nossa gente ao local e accentuou-se, igualmente, a confiança dos índios, que já tiravam os presentes quase á vista dos doadores.

Além disso, aos sinais de fogo (fumaça), da nossa gente, respondiam elles com outros semelhantes, mas, desta vez, das suas aldeias, como que convidando para uma visita ás mesmas.

Na roça do Fôsto Pimentel Barbosa, penetravam elles francamente, e dali tiravam manivas e mudas de bananeiras, para as plantações nas roças das suas aldeias.

Tornando-se mais frequentes essas demonstrações de amizade e de confiança, culminaram as mesmas pelo encontro últimamente occorrido entre elles e a turma chefiada pelo inspetor Meireles, no citado local do sacrificio de Pimentel Barbosa.

Pode-se considerar esse acontecimento como o passo definitivo para a pacificação desses índios. Isso não quer dizer, entretanto, que essa ingente tarefa esteja concluída; bem ao contrário, entra a mesma na sua fase mais delicada — a da consolidação da pacificação.

Continuará ainda por algum tempo essa fase de "namôro", ou seja, de agradamentos, entre selvícolas e o pessoal, intensificando-se, naturalmente, os contactos amistosos, até que se consolide esse novo estado de coisas.

Esse é um período em que se exige do pessoal do Serviço toda a cautela, prudência e tato nas relações com os selvícolas, de modo a não despertar no seu animo primitivo a minima desconfiança ou descontentamento, o que, fatalmente, acarretaria a derrocada de todos os resultados obtidos, com conseqüências imprevisíveis.

Por esse motivo, recomendou a directoria do S. P. I. ao inspetor Meireles todo o empenho em evitar que pessoas estranhas ao Serviço, sejam ellas quais forem, sem autorização expressa da mesma directoria, tenham contacto com esses índios, até nova ordem.

Nesse sentido, entendeu-se o director do S. P. I. com o ministro João Alberto solicitando-lhe a mesma providência junto ás bases da Fundação Brasil-Central e com a cooperação das mesmas nos rios das Mortes e Araguaia, vias de acesso á região dos Xavantes com o que S. Exa. concordou plenamente".

★

MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

CONVENIO DEFINITIVO REFERENTE A LINHA DE LIMITES DOS ESTADOS DE PERNAMBUCO E ALAGOAS — A propósito do convênio definitivo, relativo á linha de limites dos Estados de Pernambuco e Alagoas, o Sr. Carlos Luz, ministro da Justiça, encaminhou ao presidente da República a seguinte exposição de motivos:

"Por despacho exarado na Exposição de Motivos G. M. /65, de 27 de maio último, autorizou V. Exa. fôsssem promulgadas pelos Estados de Pernambuco e Alagoas, decretos-leis aprovando o convênio definitivo referente á linha de limites dos referidos Estados, convênio esse firmado a 2 de abril do corrente ano, na cidade de Maceió.

Em conseqüência, expediu a Interventoria Federal em Pernambuco o Decreto-lei 1 380 e a Interventoria Federal em Alagoas o de n.º 3 177, ambos de 29 de maio próximo findo.

A vista do disposto no artigo 16 da Constituição vigente há necessidade de ser assinado decreto-lei federal que homologue os atos dos governos estaduais.

Nestas condições, tenho a honra de submeter á consideração de V. Exa. o anexo anteprojecto de decreto-lei, que consubstancia a medida acima indicada.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. os protestos do meu mais profundo respeito. — Carlos Luz."

Em conseqüência, o presidente da República assinou a 13 de agosto o Decreto-lei n.º 9 578, homologando os referidos atos estaduais.

☆

Arquivo Nacional

DOCUMENTOS PARA OS ARQUIVOS DE LISBOA — No dia 30 de agosto, realizou-se na sala 7 de Setembro do Arquivo Nacional, a entrega, em ato solene, ao embaixador de Portugal no Brasil, de grandes e valiosas colleções de documentos de interesse histórico, destinados aos arquivos de Lisboa.

Durante o ato fizeram uso da palavra o Dr. Vilhena de Moraes, director do Arquivo Nacional, e o Sr. Teotônio Pereira, agradecendo a oferta, em nome do seu país.

Entre os documentos enviados a Portugal, cumpre destacar pela sua importância e raridade os abaixo relacionados:

Documentos históricos originaes — Contas dos governadores do Reino, relatórios pelas juntas governativas de Portugal enviados aos príncipe regente Dom João, num total de 23 volumes. Barão de Eben, documentos referentes a esse brigadeiro do exército português. Revolução Francesa, segundas vias de alguns boletins de correspondência secreta, inédita, enviada na época a Portugal por Francisco José Maria de Brito.

Documentos históricos em reprodução fotografica — Cartas de soberanos e pessoas reais, 31 cartas e 139 documentos. Dom João VI cartas e minutas. Carta régia da elevação do Brasil a reino e decreto concedendo armas ao Brasil, dois documentos. Memórias inéditas de Vandelé, 3 volumes. Vária miscelânea, documentos inéditos, 4 volumes. Pareceres dos conselheiros de Estado 1 volume. Memoire de la campagne du Portugal em 1762, pelo conde de Lippe, 1 pasta. Mapas sobre as manobras do exército prussiano em 1771, 1 volume.

Mapas — Diagramas genealógicos de Dom Pedro II, Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança e Dona Isabel Cristina de Bragança, condessa d'Eu. Balanço dos gêneros e rendimentos do terreno público de Lisboa, em 1818 e 1819.

Documentos históricos em reprodução fotografica — Manobras do exército prussiano em 1771 (micro-filme).

Documentos históricos em reprodução fotografica — Processo dos Távoras (24 ampliações).

Estes volumes são todos encadernados e encerrados em caixa especial e os mapas acondicionados em estojos apropriados.

★

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**Comissão Brasileira Demarcadora de Limites**

DISPENSADO O SEU SECRETÁRIO — O ministro de Estado das Relações Exteriores, assinou, a 5 de julho do corrente ano, portaria dispensando da função de secretário da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites o Sr. Luis de Sousa Martins.

☆

Instituto Brasileiro de Educação, Ciências e Cultura

ELEIÇÃO DE NOVO MEMBRO — Em assembléa geral extraordinária, realizada a 16 de agosto, decidiu o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, eleger para a vaga aberta no seu Conselho Deliberativo, com o falecimento do Prof. Venâncio Filho, o Prof. Maurício de Medeiros, representante do Pen Clube do Brasil.

☆

INSTITUIÇÃO DE VALIOSOS PRÊMIOS —

A Diretoria do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura decidiu conceder, anualmente, quatro prêmios, de Cr\$ 50.000,00 cada um, denominados "Prêmio de Educação", "Prêmio de Ciência", "Prêmio de Literatura" e "Prêmio de Arte", respectivamente ao educador, cientista, escritor e artista, brasileiros que, pelo conjunto de sua obra, independentemente de candidatura ou inscrição, fôr julgado merecedor de tal homenagem.

"O Prêmio de Educação" será conferido a quem haja prestado à educação serviços de alta relevância, mediante estudos ou realizações; o "Prêmio de Ciência", em cada ano, sucessivamente, a uma das categorias seguintes: ciências matemáticas, ciências físicas e químicas, ciências biológicas, ciências sociais; o de "Literatura", anual e sucessivamente, a cada uma das categorias seguintes: literatura de ficção (poesia ou prosa), literatura positiva (história, ensaio, crítica, jornalismo, etc.) e o de "Arte", também anual e sucessivamente, a uma das categorias seguintes: música, artes plásticas, teatro ou cinema (direção ou desempenho).

Não poderão ser premiados os membros da Diretoria de IBECC, ou da Comissão Julgadora nem quem haja obtido o mesmo prêmio anteriormente.

Para emitir parecer sobre a concessão de cada prêmio, a Diretoria do Instituto nomeará uma comissão julgadora, de 5 pessoas de sua livre escolha. Junto a cada Comissão, funcionarão, sem voto, um dos secretários do IBECC.

A Diretoria do IBECC, em novembro de cada ano, deliberará definitivamente, em escrutínio secreto, sobre a concessão dos prêmios, depois de apreciar os pareceres apresentados, aprovando-os ou rejeitando-os. Rejeitado pela Diretoria o parecer, o prêmio, respectivo não será conferido nesse ano, e a Diretoria resolverá se no ano seguinte será outorgado na mesma categoria ou na categoria imediata. Se não

apresentado parecer no prazo estipulado, a Diretoria deliberará livremente sobre a concessão do prêmio correspondente. Os prêmios concedidos serão entregues, em sessão solene, na 2.ª quinzena de dezembro.

Para concessão dos prêmios de 1946, que serão de "Educação", "Literatura de Ficção", "Matemática", as comissões julgadoras designadas emitirão seus pareceres até 15 de novembro vindouro.

★

UNIVERSIDADE DO BRASIL**Faculdade Nacional de Filosofia**

PROFESSOR LYNN SMITH — SEU REGRESSO AOS ESTADOS UNIDOS — Após permanecer algum tempo no Brasil, realizando um curso para professores de Geografia na Faculdade Nacional de Filosofia, a convite do Departamento Geográfico da mesma Faculdade, regressou aos Estados Unidos, no dia 3 de setembro, o sociólogo norte-americano Prof. Lynn Smith, diretor do Institut of Population Research da Universidade de Louisiana, e dedicado estudioso das cousas do nosso país, sendo autor do livro *Brazil — Peoples and Institutions*, fruto de experiências e observações diretas levadas a efeito durante o tempo em que, exercendo a função de analista agrícola da Embaixada dos Estados Unidos, percorreu o território nacional em várias direções, usando todos os meios de transportes necessários à locomoção do homem através da nossa hinterlândia.

★

Escola Nacional de Música

PESQUISAS FOLCLÓRICAS EM COLABORAÇÃO COM A ESCOLA DE MÚSICA DA BAHIA — A Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil, ciente de que a Escola de Música da Bahia vem realizando trabalhos de pesquisas e investigações folclóricas, propôs que as referidas pesquisas e investigações fossem, de agora em diante, realizadas em colaboração, ficando nesse sentido estabelecido um intercâmbio entre as duas escolas superiores de música.

★

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL**Secretaria da Viação e Obras Públicas**

POSSE DO SECRETÁRIO-GERAL — No dia 23 de agosto, tomou posse no cargo de secretário-geral da Secretaria da Viação e Obras Públicas do Distrito Federal o Eng.º Carlos Schwerin Filho.

A cerimônia teve lugar no gabinete do prefeito da cidade e contou com a presença de várias autoridades municipais, notadamente dos secretários gerais de Saúde e Assistência; Agricultura, Indústria e Comércio e Educação e Cultura.

★

Instituições particulares

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS

Secção Regional do Rio-de-Janeiro

ENTREGA DE TÍTULOS DE SÓCIOS CORRESPONDENTES DO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÕES GEOGRÁFICAS DO URUGUAI — Na sede do Conselho Nacional de Geografia realizou-se, a 23 de agosto, expressiva solenidade destinada à entrega aos professores Everardo Backheuser e Francis Rueilan, da Associação dos Geógrafos Brasileiros, dos títulos de sócios correspondentes do Instituto de Investigações Geográficas do Uruguai, dos quais foi portadora a Sra. Blanca Mieres de Botto, professora da Universidade do Uruguai, que já tendo estado aqui, representando o seu país na II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, voltara ao Brasil afim de fazer observações acerca do ensino superior da Geografia.

Durante a solenidade de entrega dos aludidos títulos, foram tributadas também significativas homenagens à professora Blanca Mieres de Botto.

★

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

(Fundação Mauá)

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DO BRASIL — A 29 de agosto o Prof. Lynn Smith, catedrático de Sociologia Rural da Universidade de Luisiana, realizou, sob o título acima, uma conferência, a qual teve lugar na Faculdade de Ciências Económicas da Fundação Mauá.

Estudioso da Geografia e das cousas do Brasil, convém assinalar ser o ilustre conferencista, autor de interessante livro sobre o nosso país, intitulado: *Brazil — People and Institutions*.

★

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

INICIATIVAS DA NOVA DIRETORIA SOBRE IMPORTANTES ASSUNTOS TÉCNICOS — Em sua primeira reunião ordinária, realizada em princípio do mês de setembro, a nova diretoria da Sociedade Brasileira de Estatística, apreciou vários assuntos de grande interesse.

Relativamente ao censo continental de 1950, a Sociedade deliberou promover uma "mesa redonda" de especialistas afim de colher sugestões a serem enviadas ao Instituto Interamericano de Estatística. Reuniões análogas serão ainda dedicadas ao estudo de outros problemas relevantes da estatística nacional e internacional, como o levantamento da renda nacional, a balança de pagamento e o *Anuário Interamericano de Estatística*.

Por proposta do Sr. O. Alexander de Moraes, as sessões bimestrais de estudos passarão a ser, alternadamente, de exposição em nível mais elevado e de divulgação.

A diretoria assentou a imediata realização do concurso dos prêmios Eulhões de Carvalho e a execução de várias iniciativas constantes de plano de trabalhos da Sociedade, anteriormente aprovado.

★

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

DEVASTAÇÃO FLORESTAL NO PAÍS — OS BENEFÍCIOS DA FLORESTA — A ÁRVORE — Sob o título acima o major Jônatas Salatiel Dias da Rocha, realizou a 22 de agosto, na Sociedade Brasileira de Geografia, interessante conferência integrante da série de palestras de caráter cultural promovida por iniciativa daquela tradicional instituição.

★

Certames

IV ASSEMBLÉIA GERAL DO INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA — III REUNIÃO PAN-AMERICANA DE CONSULTA SOBRE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

SUA REALIZAÇÃO CONJUNTA EM CARACAS — ELEIÇÃO DO EMBAIXADOR MACEDO SOARES PARA A PRESIDÊNCIA DA IMPORTANTE INSTITUIÇÃO CONTINENTAL — Encerraram-se no dia 3 do mês passado, os trabalhos da IV assembléia geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, que, instalada a 22 de agosto na capital venezuelana, tivera ali realização conjunta com a III Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia.

Sendo o Brasil membro dos mais reputados no seio da importante instituição de âmbito continental, teve eficiente atuação nos memoráveis certames em que se fez representar por competente delegação liderada pelo Eng.º Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia e presidente da Comissão de Geografia do mencionado Instituto, sediada no Brasil. Além do Eng.º Leite

de Castro integraram a referida delegação os Srs. Profs. Jorge Zarur, Alirio Huguency de Matos, Eng.º Virgílio Correia Filho, técnicos e dirigentes do C. N. G.; comandante Ari dos Santos Rongel, chefe do Gabinete do Ministro da Marinha, e o cartógrafo da mesma Secretaria de Estado António Augusto Cardoso de Castro.

É grata para o Brasil a notícia da eleição, durante aqueles certames, do embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do I. B. G. E., para a presidência do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, em substituição ao eminente cientista norte-americano John C. Merriam recentemente falecido.

★

REUNIÃO CONJUNTA DAS SOCIEDADES DE BIOLOGIA DO BRASIL

SUA REALIZAÇÃO EM SÃO PAULO — Instalada a 4 de setembro próximo passado, sob a presidência de honra do ministro da Educação, realizou-se em São Paulo a Primeira Reunião Conjunta das Sociedades de Biologia

do Brasil, patrocinada pela Universidade de São Paulo, Instituto Osvaldo Cruz e Instituto Biológico de São Paulo.

No importante certame fizeram-se representar vários Estados e instituições científicas do país.

★

II REUNIÃO PLENA DA COMISSÃO DE ESTADÍSTICAS AGRÍCOLAS DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE ESTATÍSTICA

No dia 9 de julho realizou-se nos Estados Unidos, a Segunda Reunião Plena da Comissão de Estatísticas Agrícolas, do Instituto Interamericano de Estatística, a qual teve por sede o Serviço de Economia Agrícola do Departamento de Agricultura. Participaram da reunião representantes de países americanos e de entidades oficiais de economia rural e estatística agrícola, inclusive do Brasil, que ali se fez representar pelo Sr. Germano Jardim, técnico brasileiro em estatística, servindo atualmente na sede do I. I. E., em Washington.

Oportunas deliberações de caráter objetivo, resultaram dessa reunião, sobretudo no que se prende à coordenação das iniciativas estatísticas no setor da agricultura, com o planejamento do censo agrícola de 1950, em todo o hemisfério a ser levado a efeito, por ocasião do censo da população do continente, previsto para o referido ano. Foi decidida, também, a criação, no Instituto de uma seção especialmente dedicada às investigações agrícolas, a qual deverá atuar como um dos setores orgânicos do Instituto, no regime de colaboração com as organizações de estatística, nacionais e internacionais, e em especial com a F. A. O. ("Food and Agriculture Organization"), das Nações Unidas.

Além, a iniciativa da Comissão de Estatísticas Agrícolas, daquele Instituto, criando a Seção de Agricultura, corresponde a uma das deliberações do Comitê Diretor do Instituto, aprovadas na sua última reunião efetuada nesta capital, em janeiro deste ano, e, em particular, às da Terceira Conferência Interamericana de Agricultura, realizada em Caracas, na Venezuela, em julho-agosto de 1945.

São as seguintes as principais atividades que deverão ocupar a Seção: a) trabalhos subsidiários ao planejamento do censo agrícola de 1950, a ser combinado com o censo da população continental; b) aperfeiçoamento das estatísticas, treinamento de pessoal nos respectivos serviços compreendendo intercâmbio de técnicos, estudos e trabalhos práticos e conhecimentos peculiares aos diferentes países; c) ampliação do plano de estatísticas nos ramos da agricultura, destinadas ao *Anuário Interamericano de Estatística*, e preparo de bibliografias e informações especiais; d) divulgação de conhecimentos e técnicas censitárias em agricultura e assuntos correlatos, e estímulo a traduções de matéria adequada aos fins estatísticos, para impressão e distribuição, nas línguas dos países americanos; e) encaminhamento de medidas, visando ao aperfeiçoamento intensivo das estatísticas segundo os melhores métodos de coleta, elaboração e apresentação.

Em outros itens do relatório apresentado pela Comissão, sugere-se o sistema de rodízio, já utilizado com ótimos resultados nos trabalhos técnicos da Secretaria-Geral do Instituto Interamericano de Estatística. Dessa maneira o pessoal fixo da entidade e os elementos das repartições estatísticas dos países membros dessa organização interamericana poderão trabalhar juntos e entrar no conhecimento de problemas mútuos, com reais vantagens para a estatística interamericana e a consecução dos ideais pan-americanos.

★

Unidades Federadas

BAHIA

LEVANTAMENTO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO — O interventor federal no Estado da Bahia assinou decreto, no dia 30 de agosto, abrindo na Secretaria da Fazenda, à Secretaria da Agricultura, um crédito especial de oitenta mil cruzeiros, com o fim de dar andamento, no corrente exercício, aos serviços de levantamento da bacia do São Francisco, que estão sendo organizados em cooperação com o Conselho Nacional de Geografia.

☆

NOMEAÇÃO DE NOVO INTERVENTOR —

Por decreto-lei assinado a 20 de julho, o presidente da República nomeou, para a interventoria da Bahia, o general Cândido Caldas.

★

MATO-GROSSO

POSSE DO NOVO INTERVENTOR — Foi empossado a 12 de julho no cargo de interventor federal no Estado de Mato-Grosso, o Sr. José Marcelo Moreira.

O ato teve lugar no gabinete do titular da Justiça, tendo usado da palavra durante o mesmo, o Sr. ministro Carlos Luz e o novo chefe do executivo matogrossense.

★

MINAS-GERAIS

Departamento de Águas e Energia Elétrica

DESIGNAÇÃO DE NOVOS CHEFES — Recentemente o interventor federal em Minas Gerais assinou decreto designando para chefiar os diversos setores do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado, os engenheiros Décio de Vasconcelos, Alberto Alves Peres, Asdrubal Teixeira de Sousa e Francisco Assis da Fonseca Sobrinho.

☆

MUDANÇA DE DENOMINAÇÃO DE LOCALIDADE — Em vista de parecer do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Comissão de Estudo dos Negócios Estaduais, na sua sessão ordinária de 30 de agosto, resolveu opinar pelo indeferimento de um pedido de autorização da Interventoria Federal em Minas Gerais, para expedir ato modificando a denominação do distrito de "Japaraíba", município de São João Nepomuceno, naquele Estado, para "Rochedo de Minas".

☆

NOMEADO NOVO INTERVENTOR — A 12 de agosto o presidente da República assinou decreto-lei nomeando para a função de interventor federal no Estado de Minas-Gerais o

Dr. Júlio Ferreira de Carvalho, que vinha exercendo o cargo de presidente do Conselho Administrativo naquela unidade federada.

☆

Instituto Histórico e Geográfico

COMEMORAÇÕES DO 39.º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO — POSSE DA NOVA DIRETORIA — Sob a presidência do Eng.º Benedito Quintino dos Santos, reuniu-se a 15 de agosto, em sessão solene comemorativa do seu 39.º aniversário de fundação, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, sendo nesta ocasião empossada a nova diretoria eleita para o triênio 1946-1949, constituída do seguinte modo:

Presidente, Dr. Benedito Quintino dos Santos; vice-presidentes, Cel. Herculano Teixeira de Assunção, Prof. Lourenço Baeta Neves e Dr. J. Guimarães Menegale; secretário-geral, Dr. Salomão de Vasconcelos; 1.º secretário, Dr. Copérnico Pinto Coelho; 2.º secretário, Dr. João Dornas Filho; oradores, Dr. Roberto de Vasconcelos e Prof. Anibal Matos; tesoureiro, Dr. Valdemar Lobato; bibliotecário, Dr. Alvaro Benício de Paiva. Comissões Permanentes — *Fundos e Orçamentos*: Noronha Guaraní, Caio Néilson de Sena, Augusto Couto e Manuel Casassanta.

Sindicância e Admissão de Sócios: Tancredo Martins, Décio de Vasconcelos, Policarpo de Magalhães Viotti e Inácio Murta Júnior.

Contas e Regulamentos: Alvaro Benício de Paiva, Guerinio Casassanta, Herculano Assunção e Hildebrando Clark.

História e Ciências Correlatas: Néilson Coelho de Sena, Valdemar Tavares Pais, Mário Casassanta e Arduino Bolívar.

Geografia e Ciências Correlatas: Benedito Quintino dos Santos, Anibal Matos, Tabajara Pedrosa, Arnaldo Cathoud e Haroldo V. Walter.

Redação da Revista: Salomão de Vasconcelos, Copérnico Pinto Coelho, João Dornas Filho, José Osvaldo de Araújo e Múcio de Abreu Lima.

★

PARANÁ

RECONHECIMENTO DE ESTANCIA CLIMÁTICA — Na sua 29.ª sessão ordinária deste ano, realizada a 16 de agosto, decidiu a Comissão de Estudo dos Negócios Estaduais opinar pelo arquivamento do processo n.º 273-46, referente ao pedido de reconhecimento, como estância climática, das Águas Termais Iara, Fonte São Domingos, em Bandeirantes, encaminhado pelo interventor federal no Estado.

★

RIO-DE-JANEIRO

Departamento Estadual de Estatística

Serviços de Estudos e Pesquisas

SUA CRIAÇÃO — A 5 do mês passado o interventor federal no Estado do Rio de Janeiro, baixou decreto-lei, criando, no Departamento Estadual de Estatística, o Serviço de Estudos e Pesquisas (S. E. P.), ao qual competirá:

I — A análise e interpretação dos trabalhos executados pelos demais Serviços;

II — A elaboração de trabalhos expositivos ou analíticos sobre as estatísticas confiadas aos demais órgãos especializados;

III — O planejamento de trabalhos cartográficos, bem como o estudo e execução de trabalhos estatísticos não atribuídos às organizações existentes;

IV — A elaboração de trabalhos solicitados por consulentes do D. E. E.;

V — A coleta de dados apurados em outras repartições.

VI — O planejamento de trabalhos gráficos e de desenhos.

VII — O preparo e divulgação das publicações técnicas do D. E. E.;

VIII — A elaboração de publicidade estatística para jornais, revistas e obras técnicas em geral;

IX — O planejamento e execução da contribuição do D. E. E. para exposições, feiras e outros certames nacionais, estaduais ou municipais;

X — A realização de inquéritos e pesquisas especiais que não sejam da competência dos demais serviços;

XI — A organização e manutenção dos documentos informativos do D. E. E.;

XII — A organização, registro e arquivamento da documentação gráfica do serviço;

XIII — A organização e manutenção da biblioteca e mapoteca do D. E. E.;

XIV — A coleção de recortes da imprensa em geral e organização do fichário da legislação estadual e federal sobre a estatística e assuntos que nela incidam, e

XV — A organização e manutenção do fichário das publicações periódicas especializadas, consignando os respectivos assentos para melhor orientação dos trabalhos do D. E. E.

O decreto-lei em apreço tem o n.º 1 735, achando-se publicado integralmente na secção competente deste *Boletim*.

☆

Secretaria de Educação e Saúde

Instituto de Educação

SUPRESSÃO E CRIAÇÃO DE CARGOS — O interventor federal no Rio de Janeiro baixou, a 24 de agosto, decreto-lei pelo qual ficou extinto, no Instituto de Educação do Estado um cargo classe E, do Q. P., de professor de História Natural, e criado um de professor de Geografia, Corografia do Brasil e Cosmografia de idêntica classe e no mesmo quadro.

☆

CRÉDITO DESTINADO A CONCLUSÃO DAS OBRAS DA USINA HIDRO-ELETRICA DE MACABU — A 23 de agosto o interventor federal no Rio de Janeiro, assinou decreto-lei, autorizando o Estado a realizar uma operação de crédito com a Caixa Econômica Federal até a quantia de Cr\$ 25 000 000,00, destinada à conclusão das obras da usina hidro-elétrica de Macabu.

★

RIO-GRANDE-DO-SUL

LIMITES MUNICIPAIS — Pelos respectivos prefeitos, Srs. Mário Azambuja, Artur Ferreira Filho e Romeu Scheibe, vêm de ser retificados os limites entre os municípios riograndenses de Sarandi, Passo Fundo e Carazinho,

conforme acôrdo firmado no dia 30 de agôsto, nesta última cidade e pelo qual a localidade denominada Pontão, passará a pertencer ao município de Passo Fundo.

☆

União Sul-Brasileira de Educação

FINANCIAMENTO PARA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA RIOGRANDENSE — O interventor federal no Estado do Rio-Grande-do-Sul, assinou a 12 de agôsto, decreto concedendo a subvenção de Cr\$ 4 500 000,00, à União Sul Brasileira de Educação, dotação destinada ao financiamento para criação da Universidade Católica do Estado.

★

SAO-PAULO

Associação Paulista de Municípios

SUA INSTALAÇÃO — CONFERÊNCIA DO DR. RAFAEL XAVIER — Sob a presidência do tenente Guedes Figueiredo, representante, do interventor Macêdo Soares, e comparecimento de vários prefeitos, teve lugar a 28 de agôsto, no salão nobre da Biblioteca Municipal da capital bandeirante, a instalação solene da Associação Paulista de Municípios.

Na ocasião foi ouvida uma conferência do Dr. Rafael Xavier, diretor do Serviço Nacional de Recenseamento, subordinada ao tema: "Problemas Económicos e Sociais do Município de São Paulo".

☆

EMPRÉSTIMO PARA OBRAS DE URBANISMO — Em decreto assinado a 12 de agôsto, o interventor federal em São Paulo autorizou o Estado a contrair um empréstimo de duzentos milhões de cruzeiros, para obras de urbanismo, ligadas à construção da Cidade Universitária.

☆

Instituto Histórico e Geográfico

SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO — CONFERÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE BAURU — HOMENAGEM A PRINCESA ISABEL. — O Instituto Histórico e Geográfico de São-Paulo realizou no dia 5 de agôsto do corrente ano, em sua sede social, a sétima sessão ordinária do ano, com a maioria dos sócios. Na ausência do presidente do Instituto, Dr. José Tôrres de Oliveira, e dos vice-presidentes, assumiu a direção dos trabalhos o 1.º secretário, Sr. Tito Lívio Ferreira, secretariado pelos Srs. Carlos Alberto Nunes, em função de 1.º secretário, e Alfredo Gomes, convidado para funcionar como 2.º secretário, no lugar daquele sócio. A convite do Sr. presidente tomou parte na mesa o Sr. César Lacerda Vergueiro, na qualidade de representante do prefeito de Bauru, Sr. Ernesto Monte.

Dando início aos trabalhos, o Sr. presidente consultou a Casa a respeito das vantagens de ser invertida sua ordem, para que os presentes pudessem ouvir logo a conferência do Sr. José Fernandes, convidado especial do Instituto, que iria dissertar sobre o histórico e a formação de Bauru, cujo cinquentenário se comemora no corrente ano. Aprovada a idéa, o Sr. presidente designa o Sr. Tenório de Brito para saudar o conferencista e fazer a sua apresentação. Com a palavra o Sr. José Fernandes, agradece os conceitos do presidente e se congratula com a casa e com a cidade de

Bauru pelo acôrto com que se houve o prefeito dessa cidade encarregando o Sr. César Lacerda Vergueiro de representá-lo, por pertencer êle a uma família cujo nome está ligado intimamente à história da Bauru, desde a época do desbravamento do sertão e da obra de catequese que precedeu à colonização própria dita. Entrando no tema de sua palestra, o Sr. José Fernandes lembra os vaticínios de quantos se referiram à região lendária e cheia de mistérios que se encontrava situada no fundo oeste da Província, no ângulo entre o Tietê e o Paraná, desde o meado do século passado, quando o governo imperial dava os primeiros passos em favor do desbravamento da região. A luta entre os índios autóctones e os brancos invasores ocupa detidamente a atenção do conferencista, que descreve a série de conflitos surgidos pelo antagonismo entre as duas culturas, desde o trucidamento de Pedro Francisco Pinto, o primeiro de que se tem memória, em 1852, até os que se contaram durante a construção da E. F. Noroeste do Brasil. Refere-se, a seguir, ao patrimônio de Bauru, mostrando como surgiu êle em terras da antiga fazenda das Flores que pertencera a João Batista Monteiro até 1856 e nas que Felicíssimo Antônio de Sousa Pereira comprara por volta do mesmo ano a Antônio Teixeira, Manuel José da Costa e Filipe Antônio Moreira. O surto de progresso que se verificou naquela zona condicionou o seu desmembramento da freguesia do Espírito-Santo da Fortaleza, elevada à categoria de vila em 1887, havendo o conferencista relatado os episódios mais interessantes do conflito inevitável que se operava entre a vila decadente e a parte progressista do município, que culminou com a decisão da câmara eleita em 1895, tóda ela composta de vereadores baurense, de mudar para Bauru a sede da Municipalidade, medida que apesar de ilegal, por violenta e arbitrária, foi referendada pelo governo do Estado, quando o presidente Campos Sales promulgou a lei n.º 428, de 1 de agôsto de 1896, referendada por Dino Bueno, então secretário do Interior, e que em seu laconismo impressionante tornava inúteis os protestos dos moradores de Fortaleza: "Art. 1.º: O município do Espírito-Santo de Fortaleza passa a denominar-se Bauru, mudando-se a sua sede para esta última povoação. Art. 2.º: Revogam-se as disposições em contrário". Depois de referir-se ao afluxo de colonos estrangeiros para a zona desbravada pelos pioneiros nacionais, o Sr. José Fernandes termina a sua conferência com uma profissão de fé idealista, fundada na realização grandiosa de quantos cooperaram para a criação desse recanto da pátria que constitui padrão, dificilmente igualável, de brasilidade e de esforço construtivo.

Na segunda parte dos trabalhos o 2.º secretário lê as atas das sessões ordinárias de junho e julho, que ficaram aprovadas sem discussão. O 1.º secretário lê uma carta do Sr. Tomás Oscar Marcondes de Sousa, em que pede um voto de pesar pelo falecimento do sócio efetivo Dr. Gustavo Edwall, illustre botânico succo que prestou relevantes serviços ao Brasil e, em particular, ao Estado de São-Paulo. Na mesma ordem de idéias, refere-se o Sr. presidente ao falecimento do Dr. Jorge Villares, sócio do Instituto, ocorrido há pouco em São-Paulo. A seguir, o 1.º secretário lê uma indicação assinada pelos Srs. Leite Cordeiro e Amador Florence, no sentido de comemorar o Instituto condignamente o centenário do general Francisco Glicério de Cerqueira Leite, convidado para fazer o elogio histórico do distinto morto o Dr. Pelágio Lôbo e solicitando do Sr. prefeito municipal a solidariedade do município nas comemorações dessa efeméride.

Com a palavra o Sr. Tenório de Brito, pede que o Instituto se alie às comemorações que ora se realizam referentes ao centenário do nascimento do maestro paulista João Gomes de Araújo, figura de relevo em nosso mundo artístico. O Sr. presidente esclarece que o Instituto já oficiara nesse sentido à família do grande maestro, em resposta ao convite recebido para tomar parte nas comemorações. O Sr. Leite Cordeiro recapitula o que foi feito nas comemorações do centenário do nascimento da princesa Isabel, pedindo que a casa oficiasse ao escultor Luís Marrone, que nada cobrara pela placa de sua autoria, com a effigie da princesa e inscrição significativa, colocada na rua que passou a denominar-se da Princesa Isabel, assim como às instituições e pessoas que cooperaram para o brilhantismo das comemorações; Departamento do Arquivo do Estado, Museu da Curia Metropolitana, Museu Ipiranga e Srs. Franchini Neto, Zwinglio Homem de Melo e Alvaro da Veiga Coimbra. Com a palavra o Sr. Alfredo Gomes, lembra que sejam extensivos esses agradecimentos aos órgãos da imprensa local, que emprestaram inteiro apoio aos festejos do centenário e que muito contribuíram para o seu brilho. O Sr. Tenório de Brito pede a palavra para dizer que não podiam ficar esquecidos os nomes do cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo e o do Dr. Leite Cordeiro, que não pouparam esforços no mesmo sentido. O Sr. presidente lembra aos Srs. Leite Cordeiro e Amador Florence que a casa continuava aguardando os relatórios sobre as comemorações relativas ao centenário da princesa Isabel e de Álvares Machado, realizados por iniciativa do Instituto, a fim de serem oportunamente publicadas na *Revista*. A seguir, em sessão secreta, foram discutidas, votadas e aprovadas por unanimidade duas novas propostas para sócios efetivos e uma para sócio correspondente, respectivamente, dos Srs. Afonso Schmidt, Sérgio Buarque de Holanda e Lourenço Lacombe.

★

Universidade Católica

REGALIAS DE UNIVERSIDADE LIVRE EQUIPARADA — Na presença de várias personalidades eclesiásticas e parlamentares, o

presidente da República assinou, a 23 de agosto, decreto-lei concedendo as regalias de universidade livre equiparada à Universidade Católica de São-Paulo.

Durante o ato fizeram uso da palavra o monsenhor Emílio José Salim, em nome do arcebispo de São-Paulo, e o deputado Ataliba Nogueira que falou em nome da bancada paulista à Assembléia Nacional Constituinte.

★

SERGIFE

CRIADA A COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM — O interventor federal em Sergipe assinou a 31 de julho do ano vigente decreto-lei, criando no Estado a Comissão de Estradas de Rodagem, a qual subordina-se diretamente ao govêrno, competindo-lhe as seguintes atribuições:

a) executar e fiscalizar todos os serviços técnicos e administrativos concernentes a estudos, projetos, especificações, orçamentos locação, construção, reconstrução, e melhoramentos das estradas estaduais inclusive pontes e demais obras suplementares;

b) conservar permanentemente as estradas estaduais;

c) organizar e proceder à revisão periódica do plano rodoviário do Estado;

d) exercer quaisquer outras atividades tendentes ao desenvolvimento da viação rodoviária;

O ato em apêço que tem o n.º 1 036, será publicado integralmente na secção competente d'êste *Boletim*, no próximo número.

★

TERRITÓRIO FEDERAL DO GUAPORÉ

Centro Guaporense de Letras

SUA RECENTE INSTALAÇÃO — Sob os auspícios do governador Joaquim Rondon, foi instalado recentemente o Centro Guaporense de Letras, constituída de secções de Literatura, Geografia, História, Economia e Sociologia.

★

Exterior

CANADA

Repartição Internacional do Trabalho

Comissão Permanente de Migrações

SUA INSTALAÇÃO — Em Montreal, no Canadá, instalou-se a 26 de agosto a Comissão Permanente de Migrações da Repartição Internacional do Trabalho, na qual se fez representar o Brasil pelo Sr. Henrique Dória de Vasconcelos.

★

CUBA

Comissão Pan-Americana de Cooperação Inter-Municipal

DESIGNADO O DELEGADO DO BRASIL — Foi recentemente designado para representar o Brasil na Comissão Pan-Americana de Cooperação Inter-Municipal, sediada em Havana, o Dr. Rafael Xavier, diretor do Serviço Nacional de Recenseamento e um dos principais dirigentes da Associação Brasileira de Municípios.

★

MEXICO

Academia Nacional de História e Geografia

DISTINGUIDO COM O TÍTULO DE SÓCIO CORRESPONDENTE UM GEÓGRAFO BRASILEIRO — A Academia Nacional de História e Geografia do México, vem de conceder ao geógrafo patricio professor Afonso Várzea, o título de sócio correspondente.

Geógrafo conceituado, autor de numerosos trabalhos de análise, tem-se feito notar o homenageado pelos seus estudos e verificações microgeográficas nas áreas do Distrito Federal e no Estado do Rio-de-Janeiro, fazendo jus portanto à honra que lhe acaba de ser dada em documento firmado pelo general Juan Manuel Torrea, presidente da importante instituição científica que funciona sob os auspícios do Ministério das Relações Exteriores daquele país amigo.

Relatórios de Instituições de Geografia

e ciências afins

Relatórios dos Representantes Estaduais Apresentados à VII Reunião Ordinária da Assembléia Geral do C. N. G.

BAHIA

O Eng. Lauro Sampaio, secretário do Diretório Regional de Geografia no Estado da Bahia, apresentou à VII assembléia geral do C. N. G., realizada em julho do corrente ano, o seguinte relatório das atividades geográficas daquele Diretório no ano de 1945:

Durante o ano de 1945 os labôres do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, na Bahia, prosseguiram em seu curso normal, incentivados pelas providências relativas à entrega dos mapas municipais, exigidos pela última divisão territorial (Decreto-lei n.º 141, de 31 de dezembro de 1943 e Decreto n.º 12 978, de 1 de junho de 1944, do governo do Estado).

DIRETÓRIO REGIONAL

A constituição do Diretório Regional sofreu diversas modificações, motivadas pela mudança de seu presidente, tendo assumido este cargo sucessivamente, os senhores Dr. Paulo Campos Porto, agrônomo Antonio Nonato Marques e Orlando Gonçalves Teixeira.

Nenhuma modificação houve quanto aos demais membros.

Sessões realizadas — Foram realizadas 5 sessões, sendo 4 ordinárias, da 27.ª à 30.ª e uma extraordinária, reunida à Junta Regional de Estatística, em comemoração do aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a 29 de maio.

As sessões estêve sempre presente o assistente-técnico do Conselho Nacional de Geografia, Eng. Oscar de Sousa Carrasqueira, cooperando sempre com o Diretório, entusiasticamente, nas suas realizações.

Como auxílio, da Secretaria serviu durante o ano D. Durvília da Silva Guimarães, funcionária do Departamento de Geografia do Estado.

Expediente — O movimento de papéis na Secretaria do Diretório acusou o resultado abaixo:

Ofícios recebidos	163
Telegramas recebidos ...	117
Ofícios expedidos	60
Telegramas expedidos	77
Circulares expedidas	2

Resoluções aprovadas — O Diretório Regional, em suas sessões aprovou duas Resoluções:

N.º 32: Dispondo sobre a denominação Recôncavo da Bahia;

N.º 33: Reconstituo o quadro de consultores-técnicos do Diretório, sujeitando-o à aprovação do Diretório Central do Conselho.

O referido quadro foi aprovado pela Resolução n.º 225, de 4 de fevereiro de 1946, do Diretório Central, estando assim constituído:

- I — *Documentação geográfica*
Eng. civil — Arnaldo Pimenta da Cunha.
- II — *Fisiografia*
Eng. civil — Pedro de Moura.
- III — *Regiões naturais*
Eng. civil — Alberto de Sá Oliveira.
- IV — *Biogeografia*
Padre G. Camilo Torrend.
- V — *Levantamentos e cartografia*
Eng. civil — Aurélio Brito de Menezes.
- VI — *Geografia histórica*
Dr. Francisco Conceição Menezes.
- VII — *Geografia política*
Dr. Epaminondas Berbert de Castro.
- VIII — *Geografia da produção*
Eng. civil — Elísio de Carvalho Lisboa.
- IX — *Geografia das comunicações*
Eng. civil — Reinaldo Soares da Silva Lima.
- X — *Geografia social*
Dr. Néelson de Sousa Oliveira.

DIRETÓRIOS MUNICIPAIS

Sofreram êstes continuas modificações, especialmente na sua presidência, em virtude das mudanças dos prefeitos municipais.

Sua atividade essencial foi providenciar a organização, para as Prefeituras que se achavam a isso obrigadas, dos novos mapas municipais.

Êstes, de acôrdo com o decreto que alterou o prazo de apresentação, deveriam ser entregues até 31 de dezembro.

Em virtude, porém, das contínuas mudanças de prefeitos, ocasionando perturbações sensíveis na vida municipal, o governo do Estado, deliberou temporizar sobre esta obrigação, dilatando o prazo, como tolerância, até março do corrente ano.

DIVISÃO REGIONAL DO ESTADO

Foram procedidos a estudos sobre a nova divisão regional do Estado, sendo o projeto respectivo aprovado pelo Diretório. Estes estudos, revistos no C. N. G., com modificações, foram transformados em projeto de Resolução, conjuntamente com os dos outros Estados.

A Resolução n.º 143, de 13 de julho de 1945, da assembléia geral do C. N. G., aprovou a divisão regional para todo o país.

Esta medida trará benefícios à administração pública, normalizando os serviços dos diversos departamentos no tocante à distribuição territorial das suas atividades.

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

A adoção de convenções cartográficas estabelecidas pela Resolução n.º 199, de 20 de agosto de 1945, do Diretório Central, para a escala de 1:500 000, é um fato que merece realce, dadas as vantagens que trará à Cartografia nacional.

Publicadas em elegantes cadernos pelo Serviço Gráfico do I. B. G. E., foram pelo Estado distribuídas às diversas Secretarias e Prefeituras da capital, mandando-se adotar em seus trabalhos, tendo sido expedidos os necessários atos.

CONCURSO DE MONOGRAFIAS DE 1945

A este certame, que tem tido sempre a colaboração dos municípios baianos, deixaram, entretanto, os mesmos de concorrer, em virtude de terem chegado demasiadamente tarde aqui, por atraso no correio, as instruções que o regularizaram.

Só em dezembro foram recebidos os impressos relativos ao concurso, não havendo assim tempo para a distribuição e apresentação nos prazos especificados, mesmo que houvesse alguma tolerância para os pareceres deste Diretório e remessa final.

DESENHISTAS DO C. N. G. EM SERVIÇO

No sentido de obter dados para a carta geral do país e facilitar a organização da carta do Estado, o C. N. G., de acordo com o governo estadual, mandou servir no Departamento de Geografia os desenhistas Salatiel Lupi e Amaro Alves de Sousa, aos quais foi arbitrado um auxílio mensal para despesas de hospedagem, pago pelo Estado. Estes técnicos se acham em serviço desde o mês de outubro. Posteriormente vieram auxiliá-los os desenhistas Bernardo Condorcet Pôrto e Paulo Souto Maior, chegados ainda no exercício passado, por conta exclusiva do Conselho Nacional de Geografia. Desnecessário é encarecer as vantagens mútuas para ambas as partes interessadas, num serviço de cooperação como este, que trará uniformidade nas representações cartográficas da carta geral do Brasil e da do Estado, também em organização, para breve publicação.

VI ASSEMBLÉIA GERAL DO C. N. G.

A VI assembléia geral do C. N. G., reunida em 1945, cujos trabalhos profícuos deram como aprovadas as Resoluções de ns. 130 a 172, teve como seu representante, por parte do Estado, o secretário do Diretório Regional.

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Os serviços do Departamento de Geografia constaram de trabalhos em cooperação com o C. N. G., da fiscalização de contrato de levantamento aerofotogramétrico de uma pequena área, dos serviços cartográficos para obtenção da carta geral do Estado, além de outros de natureza técnica. Dos dois primeiros serão dadas menções especiais, a seguir, neste relato.

Os serviços de desenho da futura carta do Estado estão sendo efetuados com a coleta de dados oferecidos pelos levantamentos efetuados em cooperação com o C. N. G., elementos outros de diversas origens, especialmente das rodovias estaduais e construídas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado e outras entidades, dos mapas municipais, etc.

Este trabalho vem se fazendo vagarosamente, em virtude da escassez de pessoal técnico, mas está sendo agora bastante incentivado com o concurso inestimável dos desenhistas do Conselho Nacional de Geografia.

A publicação de uma nova carta do Estado é necessidade premente, dada a falta absoluta de qualquer edição anterior, mesmo deficiente.

O Departamento está empenhado em satisfazer a este reclamo dentro do mais curto espaço possível, oferecendo ao público uma carta do Estado, contendo os melhores elementos geográficos disponíveis até agora.

LEVANTAMENTO DA ZONA DO MONTE PASCOAL

A 29 de dezembro de 1944 o Estado da Bahia firmou contrato com os Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, para o levantamento aerofotogramétrico da zona destinada ao Parque Nacional do Monte Pascoal, ocupando uma área estimada em 300 quilômetros quadrados, da qual será fornecida planta final, na escala de 1:20 000.

Foram iniciados os trabalhos, que tiveram interrupções, determinadas pelo mau tempo, tendo sido efetuados os seguintes serviços:

- a) exploração e sinalização da rede de triangulação;
- b) medição da rede secundária;
- c) poligonagem e nivelamento;
- d) sinalização e marcação da base geodésica.

Tornou-se impossível a realização do vôo fotogramétrico, devido às más condições meteorológicas, sendo adiado para o presente exercício, quando termina também o serviço terrestre.

O prazo de entrega das plantas é de 6 meses após a realização do vôo.

EXPEDIÇÃO A ZONA SUDOESTE DO ESTADO

(Baía do São-Francisco)

Em prosseguimento ao programa dos anos anteriores procedeu-se ao levantamento, em cooperação com o Conselho Nacional de Geografia, de uma extensa zona, interessando total ou parcialmente aos municípios de Barreiras,

Santa-Maria da Vitória, Carinhanha, Correntina, Bom-Jesus da Lapa, Palmas de Monte-Alto, Riacho de Santana, Macaúbas, Caetité, Caculé, Guanambi, Urandi e Jacaraçá.

A expedição foi mais uma vez chefiada pelo engenheiro civil Gilvandro Simas Pereira, funcionário estadual posto à disposição do C. N. G., a quem coube também os encargos de levantamento de coordenadas geográficas e determinação de declinação magnética.

Do serviço topográfico encarregaram-se os agrônomos Álvaro Martins Sampaio, José Gonçalves de Amorim Filho e Mário de Sousa Dias e o topógrafo Moacir Dória, contratados pelo Estado.

Ainda como técnico, para o estudo geológico da região e auxiliando enormemente o levantamento topográfico, prestou magníficos serviços o geólogo A. Pôrto Domingues, técnico do C. N. G.

A área levantada foi de cerca de 65 000 quilômetros quadrados, tendo sido determinados 18 novos pontos de coordenadas geográficas e 881 de altitudes, mais de 5 500 quilômetros de alinhamentos, representando o resultado obtido um índice elevado de produção.

Os caminhamentos são expeditos, mas ligados sempre a pontos de coordenadas. As altitudes, determinadas com o máximo cuidado, são referidas aos barômetros de uma estação meteorológica instalada e calculadas pela fórmula clássica.

Os desenhos dos levantamentos foram executados no Departamento de Geografia, na escala de 1:250 000.

Custearam as despesas da expedição as duas partes cooperantes, o C. N. G. e o Estado.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

O Diretório cumpre o dever de externar aqui seu agradecimento a todos quantos lhe têm remetido publicações diversas, muitas das quais de alto valor geográfico.

Dentre as diversas entidades cumpre realçar as publicações abaixo:

Do Conselho Nacional de Geografia:

Revista Brasileira de Geografia

Boletim Geográfico

Convenções cartográficas para 1:500 000

Novo mapa do Brasil, que representa uma magnífica realização do Serviço Gráfico do I. B. G. E.

Publicações da Biblioteca do C. N. G. Cartogramas e publicações outras.

Do Estado de São-Paulo:

O I. G. G., magnífico órgão do Instituto Geográfico e Geológico.

Mapas gerais e parciais do Estado e publicações diversas.

Dos Estados de Minas-Gerais, Rio-Grande-do-Sul, Rio-Grande-do-Norte:

Publicações e boletins sobre Estatística e Geografia.

Da Coordenação Americana:

Mapas diversos

Folhetos sobre assuntos interessantes

Publicações periódicas.

Estas ofertas vieram enriquecer a modesta biblioteca conjunta do Diretório Regional e do Departamento de Geografia.

CONCLUSÃO

Ao terminar este relato não pode o Diretório Regional calar o seu entusiasmo pelo auxílio e encorajamento dispensados pelo C. N. G. aos empreendimentos geográficos no Estado.

A esta cooperação muito devem as realizações, embora modestas, aqui referidas, concorrendo para o melhoramento gradual da carta do Estado, e, em consequência, melhor conhecimento da Geografia nacional.

Salvador, junho de 1946.

 A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

Bibliografia

Apontamentos

Bio-bibliográficos

Cândido Mariano da Silva Rondon

A vida e a obra de Cândido Mariano da Silva Rondon trazidas às páginas deste *Boletim*, no momento em que culmina a sua atuação como "Civilizador dos Sertões", com a pacificação dos Xavantes, destinam-se unicamente a prestar simples e expressivo tributo àquele ilustre sertanista e não a fazer obra de divulgação. É que a grandiosidade de sua invulgar personalidade possibilita trabalho biográfico de fôlego excedendo de muito os objetivos destes apontamentos, com que se rende homenagem aos méritos dos especialistas da ciência geográfica.

Nasceu Cândido Rondon aos 5 de maio de 1865, no lugar denominado "Mimoso", nas cercanias de Cuiabá, no Estado de Mato-Grosso. Seus primeiros estudos foram feitos no Liceu Cuiabano, naquela cidade, para onde fôra transportado sob a tutela de seu tio Manuel R. da Silva Rondon. Aos 16 anos recebeu, com a conclusão do curso do Liceu, o diploma de professor primário. Em 1881, vencendo a oposição de seu tio, obteve deste permissão para transportar-se para o Rio-de-Janeiro e assentar praça no Exército, com o fim de matricular-se na Escola Militar da Praia-Vermelha, o que conseguiu em comêço de 1883. Três anos depois era nomeado alferes-aluno, grau êste conferido apenas, aos que alcançavam aprovação plenamente em tôdas as matérias do respectivo curso. Concluindo-o em 1890 recebe o diploma de engenheiro militar e bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais.

Sucessivamente promovido aos postos de 2.º e 1.º tenente, nesse último, seguiu para Mato-Grosso, como ajudante da Comissão de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, sob a chefia de Gomes Carneiro que, mais tarde, recebendo do governo nova missão, o indicou para substituí-lo.

Discípulo de Benjamin Constant — o construtor da República — foi o jovem militar por êle nomeado substituto de uma cadeira de Matemática da Escola Militar, cadeira esta que posteriormente veio a reger cumulativamente com a de Astronomia.

Seus pendores naturais impeliam-no para as arrojadas investidas pelos sertões, e cedendo a êsses impulsos solicita demissão do cargo de professor, sendo nomeado chefe do distrito telegráfico de Mato-Grosso e encarregado da conservação da linha Cuiabá-Araguaia.

Promovido ao pòsto de capitão, em 1892, foi chamado ao Rio nesse mesmo ano e encarregado da construção de uma estrada de rodagem de Cuiabá ao Araguaia, cujo trabalho foi suspenso dois anos mais tarde. Novamente mandado para o distrito telegráfico de Mato-Grosso regressou ao Rio em 1898, para exercer as funções de auxiliar técnico da Intendência Geral da Guerra.

Já agora o capitão Rondon tinha seu nome intimamente ligado ao desbravamento do sertão, e mister se fazia, pelos inestimáveis serviços até en-

Nota — Serviu-nos de roteiro para êstes apontamentos, além de artigos e conferências esparsas, a excelente obra do Cel. Amílcar A. Botelho de Magalhães intitulada *Rondon — Uma Relíquia da Pátria*.

O Cel. Amílcar Botelho de Magalhães é de longa data companheiro do general Rondon, e presentemente exerce as funções de secretário do Conselho Nacional de Proteção aos Índios.

tão prestados, confiar-lhe a chefia da construção duma linha telegráfica de Cuiabá a Corumbá, com ramificações para Aquidauana e Forte-Coimbra, obra que exigia para sua execução, competência e intrepidez, pela travessia de vasta zona de pantanais e alagadiços. Essa linha foi inaugurada em 1904, vencidas tôdas as dificuldades. No decorrer dêsse notável empreendimento foi Rondon promovido a major e no seu término escolhido para prolongar a linha sul do Estado de Mato-Grosso a fim de levar o telégrafo a Nioaque, Miranda, Pôrto-Murtinho, Margarida e Bela-Vista, na fronteira com o Paraguaí.

Finda essa tarefa em 1906, confia-lhe o governo nova e mais árdua empreza: a construção de uma linha telegráfica ligando, pelo sertão, o Estado do Mato-Grosso ao do Amazonas, desde Cuiabá até às margens do rio Madeira, passando pelos pontos povoados do norte de Mato-Grosso: Guia, Brotas, Rosário-Oeste, Diamantino e mais ainda os ramais de Cáceres à cidade de Mato-Grosso, de Parecis à Barra dos Bugres, de Santo Antônio do Madeira a Guajará-Mirim.

Envolvia, também, êste gigantesco empreendimento para sua efetivação: explorações geológicas, geográficas, botânicas, determinação de coordenadas geográficas, catequese de índios; e somente poderia ser levado a bom termo por força humana que sobrepujasse a agressividade dos sertões.

Se já não lhe bastassem os méritos conquistados, êsses anos de exaustivos trabalhos assegurariam para sempre a Rondon a admiração e o respeito do povo brasileiro e o ligariam a tôda a história do desbravamento a serviço da civilização. Nessa empreza Rondon, em oito anos de infatigáveis trabalhos, construiu 2 268 quilômetros de linhas telegráficas, dos quais 1 200 em pleno sertão nunca antes conhecido; fêz a determinação de 200 coordenadas geográficas de pontos notáveis; descobriu e inscreveu no mapa de Mato-Grosso 15 novos rios: "Nhambiquaras", "2 de Outubro" e "Iquê" da bacia do Jurueña; "Ananás" (depois denominado Marques de Sousa), "Marciano Ávila", "Festa da Bandeira" e "Dúvida" — da bacia do Roosevelt; "Comemoração de Floriano", "Pimenta Bueno", "Luís de Albuquerque", "Antônio João", "Rolim de Moura", "Luís de Alincourt", "Lacerda e Almeida" e "Ricardo Franco" — da bacia do Gi-Paraná ou Macha-

do". Dela resultaram, ainda, explorações, por terra e por via fluvial de 35 000 quilômetros compreendendo os levantamentos dos rios: Sangue, Papagaio, Jurueña, Iquê, Marques-de-Sousa, Roosevelt, Gi-Paraná, Jamari, Jaci-Paraná, Cautário, São-Miguel, Corumbiara, Paranatinga, São-Manuel, Jarú, Amari, Machadinho, trechos do Madeira e diversos outros cursos d'água. Adveio dos trabalhos da Comissão a correção de inúmeros erros existentes nas cartas de Mato-Grosso entre os quais a localização das nascentes dos rios Jaci-Paraná, Jamari e Gi-Paraná, deslocadas de 2 graus de latitude e longitude.

A par dessas atividades, essencialmente geográficas, desenvolveu Rondon, metódicamente, a pacificação de numerosas tribos de índios, com as quais manteve relações amistosas, possibilitando múltiplos estudos etnográficos, incorporando à Pátria o território e a gente aborígenes. Ao ensejo dêsses apontamentos divulga a imprensa a auspiciosa notícia dos primeiros encontros entre Xavantes e brancos civilizados, na região do rio das Mortes. Finalmente, rendem-se à civilização, depois de longos anos de infrutíferas aproximações das quais resultou o sacrifício de laboriosas vidas do Serviço de Proteção aos Índios.

Promovido, por merecimento, em agôsto de 1908 a tenente-coronel, prossegue na chefia da Comissão, e em 1910, foi nomeado para o cargo de diretor geral do Serviço de Proteção aos Índios, criado no Ministério da Agricultura. Em 1912, foi promovido a coronel e um ano depois, a 21 de novembro, foi designado pelo governo federal para acompanhar o Cel. Teodoro Roosevelt, ex-presidente dos Estados Unidos-da-América-do-Norte, na viagem através do Brasil, desde a bacia do Paraguaí à do Amazonas, sendo encarregado de organizar programa e itinerário e indicar o pessoal necessário para que tivessem bom êxito as explorações da Expedição Científica Roosevelt-Rondon. A Expedição atingiu o Amazonas em abril de 1914, terminando aí a incumbência cometida a Rondon. Dela resultaram notáveis explorações científicas do âmbito de Geografia, da Etnografia, da Geologia, da Botânica e a excelente obra de Roosevelt *Through the Brazilian Wilderness*, escrita durante o percurso feito pela Expedição. Reassumindo suas

funções procede Rondon a várias inspeções nos trabalhos levados a efeito pela Comissão Telegráfica.

A 13 de junho de 1919, atinge ao generalato e é pouco depois nomeado diretor de Engenharia do Exército, realizando, agora, novas inspeções de obras militares executadas pela Diretoria. Ao ser promovido, em 1925, ao mais alto posto da carreira militar — o de general de Divisão — foi exonerado, a pedido, daquele cargo.

Nesse intervalo comandou as forças legalistas em operações no Paraná e Santa-Catarina, de 1924 a 1925, contra os rebeldes da revolução de São-Paulo de 1924, fazendo com que recuassem do Paraná e passassem para Mato-Grosso.

Com a criação, em 1926, da Inspeção de Fronteiras, recebe as funções de seu primeiro chefe e percorre tôdas as nossas linhas limítrofes com os países vizinhos, durante cerca de um ano, desde a fronteira do Rio-Grande-do-Sul com o Uruguai até às zonas limítrofes com as três Guianas.

Vitorioso o movimento revolucionário de 1930 é, contudo, o general Rondon mantido naquele cargo até que em 1934 recebe nova e importante missão, a de delegado do Brasil na Comissão Mista Peru-Colômbia. Sua permanência na Comissão foi até 1938, quando as duas Repúblicas irmãs deram por completamente resolvida a questão política internacional suscitada pelo conflito de Leticia.

Em novembro de 1939, criado o Conselho de Proteção aos Índios — órgão destinado a fomentar o interesse da nacionalidade pela solução brasileira do problema indígena e a cooperar em estudos etnográficos, — é nomeado para o cargo de presidente, função essa que exerce presentemente.

O general Cândido Rondon, que, como delegado do seu Estado natal, participou de vários Congressos de Geografia, levando sempre preciosas colaborações, foi, pouco antes de ter sido nomeado para essa última função, distinguido pelo Conselho Nacional de Geografia, que:

“Considerando a grandiosidade científica e humana da obra de civilização empreendida pelo general Cândido Mariano da Silva Rondon;

Considerando, ainda, a feição essencialmente nacionalizadora dessa obra, no triplice aspecto de reconhecimento geográfico de imensa região, construção de extensa rede de linhas telegráficas e proteção ao índio;

Considerando que, efetivamente, na chefia de várias Comissões, alongadas por cerca de 40 anos, o general Rondon penetrou e devassou o território matogrossense e suas adjacências realizando, como explorador-cientista, o reconhecimento geográfico e naturalístico do Brasil centro-ocidental;

Considerando que, portador da civilização, o general Rondon, verdadeiro bandeirante das intercomunicações, deu sentido econômico e social à integração do sertão ocidental na grande vida da Pátria;

Considerando que, como protetor do silvícola, o general Rondon desenvolveu notável atuação de brasilidade, constituindo-se autêntico missionário da fraternidade humana;

Considerando que, como geógrafo, o general Rondon é classificado mundialmente entre os maiores exploradores de regiões centro-continentais;

Resolveu:

Exaltando a obra benemérita do grande geógrafo e explorador general Cândido Mariano da Silva Rondon, e prestando a essa nobre figura de servidor do Brasil, a maior e mais alta homenagem do seu aprêço, proclamá-lo perante a Nação agradecida, para que assim se lhe inscreva o nome no bronze da História — O CIVILIZADOR DO SERTÃO.

Pertence o general Cândido Mariano da Silva Rondon a várias sociedades de Geografia, cumprindo citar as que se seguem: Sociedades Geográficas da Bélgica, Haia, Itália, New-York, Paris e Peru, e às dos Estados brasileiros da Bahia, Espírito-Santo, Paraná e São-Paulo, e ainda ao Instituto Histórico do Ceará, Amazonas e Maranhão, Instituto Histórico e Arqueológico de Pernambuco. E' também presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Mato-Grosso e do Instituto Histórico e Geográfico

Brasileiro, membro honorário do Museu Nacional e do "Club of Explorers of United States of America", sócio benemérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Consultor-técnico do Conselho Nacional de Geografia — Secção Etnográfica — desde a sua fundação, é o general Rondon autor de inúmeras publicações científicas.

Entre os muitos trabalhos de sua especialidade, destacam-se: numerosos relatórios oficiais sobre a inspeção de fronteiras, como resultado das atividades desenvolvidas pela Comissão de Linhas Telegráficas de Mato-Grosso ao

Amazonas; Carta Esquemática do Estado de Mato-Grosso e regiões circunvizinhas, indicando os principais serviços realizados sob sua direção, no período de 1890 a 1922, quando naturalistas do Museu Nacional, que acompanharam essas Comissões, estudaram assuntos de Botânica, Zoologia, Geologia e Etnografia, e dos quais resultaram diversas obras de Rondon sobre esses assuntos. Cumpre-nos, igualmente, assinalar que aos Congressos de Geografia, apresentou o general Rondon preciosas teses de relevante valor científico.

M. B. G.

Registos e

comentários bibliográficos

Livros

ALBERTO CASTELLANOS Y R. A. PEREZ MOREAU — *Los Tipos de Vegetación de la República Argentina* — Instituto de Estudios Geográficos — Facultad de Filosofía y Letras. Tucumán (Argentina), 1944.

Constitui um autorizado estudo fitogeográfico da República Argentina. Nêle se procura classificar os diversos tipos aglomerados de vegetação que ocorrem em distintas regiões daquele país, dando-se a identificação de cada um de acôrdo com os vários critérios científicos de especificação. A distribuição dessas formações está ilustrada com um mapa, ao passo que uma série de fotografias fixam interessantes aspectos das mesmas. Documenta vasta bibliografia referente ao assunto tratado.

J.M.C.L.

★

Recommendations for Standards, Practices and Procedures — Aeronautical Charts (maps) — Provisional International Civil Aviation Organization. Montreal, February, 1946. Canadá.

Encerra a presente publicação uma série de instruções sôbre convenções e símbolos requeridos na elaboração das cartas e mapas aeronáuticos como foram fixados nas diversas reuniões da Divisão de Mapas e Cartas Aeronáuticas da Comissão de Navegação Aérea, com a colaboração de representantes dos Estados membros da Organização Provisória da Aviação Civil Internacional e aprovadas pelo Conselho Interino da P.I.C.A.O.

J.M.C.L.

★

VALENTIM F. BOUÇAS — *História da Dívida Externa da União* — Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda. Vol. XV da série "Finanças do Brasil". 1.ª Parte — 1824-1937. Rio-de-Janeiro, 1946.

Constitui o presente volume da série "Finanças do Brasil" a primeira

parte de um estudo detalhado da vida econômica e financeira do Brasil, compreendida no período de 1808 a 1937, documentado com os valores dos nossos empréstimos externos correspondentes a este interregno. Apoiado em fundamentos históricos o autor nos oferece uma visão de conjunto das flutuações da dívida externa da União, analisando-lhe as diversas fases e os fatores políticos e econômicos que influíram no seu curso.

Em princípio o autor, à guisa de introdução, retrata algumas considerações gerais sôbre a formação e o desenvolvimento do crédito público, a partir do século XVII. Em seguida passa a examinar as finanças da Colônia, do Império e da República (até a Constituição de 10 de novembro de 1937), arrolando os diversos atos dos governos, no decorrer desse imenso período, para regular as finanças do país em face das tremendas crises por que tem atravessado.

Trata-se de uma contribuição das mais úteis para a compreensão global dos variados aspectos da política financeira do Brasil e dos seus efeitos.

J.M.C.L.

★

HÍLTON SETTE — *Regiões Naturais do Estado de Pernambuco* — 1946.

Cópia mimeografada da tese apresentada pelo Sr. Hilton Sette a concurso para provimento da cadeira de Geografia do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco, o presente trabalho destina-se a fornecer um quadro das regiões naturais que o autor realiza, partindo do estudo dos elementos fisiográficos. O autor faz uma descrição demorada das condições geológicas, orográficas, climáticas, hidrográficas e botânicas que informam a individualização das quatro zonas naturais que dividem o Estado de Pernambuco, designadas aqui por: Zonas da Mata, do Litoral, do Agreste e do Sertão.

J.M.C.L.

Periódicos

REVISTA DE ÍNDIAS — *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* — Instituto “Gonzalo Fernández de Oviedo” — Año VI — N.º 22 — Madrid, Octubre- Diciembre, 1945.

Como nos números anteriores esta erudita revista dedicada aos assuntos hispano-americanos edita uma série de trabalhos interessantes em que se fixam aspectos da cultura dos povos da fala espanhola. Contém os artigos: “Ecos de América em Trento”, por F. Mateos, S.L.; “Los Indios y sus litigios, según la Recopilación de 1680”,

por Pio Ballesteros; “El ingeniero Gimón Dernaux y su proyecto de Academias Militares en América”, por José Antonio Calderón Quijano; “El Alcaide de las Afarazanas de Sevilla a fines del siglo XVI”, por Florentino Pérez Embid e mais um “Miscelanea” comprendendo diversos trabalhos biográficos; extensas notas bibliográficas contendo o comentário “El americanismo en las revistas”, por Manuel Ballesteros Gaibrois y J. Campos; e uma “Cronica del Mundo Hispanico” que abrange acontecimentos da atualidade.

J.M.C.L.

Contribuição

bibliográfica especializada

Catálogo Geral das Publicações da Antiga Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato-Grosso ao Amazonas e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios

I

Comissão de Linhas Telegráficas de Mato-Grosso ao Amazonas

Relatório Geral

Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato-Grosso ao Amazonas — Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão Geral de Engenharia (G.5) do Departamento da Guerra, pelo coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, chefe da Comissão — 1.º volume, contendo: 363 págs., 42 fotografuras e anexo um fascículo de "errata" contendo 27 páginas *In folio* — Pap. Luis Macedo — Rio.

Anexo n.º 5

História Natural — Etnografia, pelo coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, chefe da Comissão. Contendo: — 57 págs. e 39 fotografuras fora do texto. *In folio* — Pap. Macedo — Rio.

Anexo n.º 1

Serviço Astronômico — Relatório do ajudante da Expedição — 1.º Tte. João Salustiano Lira. Contendo: — 7 págs. e 5 tabelas de coordenadas geográficas. *In folio* — Pap. Macedo — Rio.

Anexo n.º 1

Serviço Astronômico — Relatório do encarregado do Pôsto Astronômico de Cuiabá — 1.º Tte. Renato Barbosa Rodrigues Pereira — 1909 — Contendo: — 16 págs. e 6 fls. com as latitudes de Cuiabá, *In folio* — Pap. Macedo.

Anexo n.º 2

Exploração do rio Jaci-Paraná, pelo capitão Manuel Teófilo da Costa Pinheiro, ajudante da Comissão — 1910 — Contendo: — 82 págs. inclusive 8 págs. de tabela. *In folio* — Pap. Macedo — Rio.

Anexo n.º 3

Levantamento e locação do trecho compreendido entre os rios Zolairuiná (Buriti) e Juruena pelo 1.º tenente de Engenharia Emanuel Silvestre do Amarante. Contendo: 46 págs. sendo 16 de tabelas e notas. *In folio* — Pap. Macedo — Rio-de-Janeiro.

Anexo n.º 3

Variante da Ponte de Pedra ao salto Utiariti e Aldeia Queimada,

pelo 1.º tenente ajudante João Salustiano Lira. Contendo: — 18 págs. *In folio* — Pap. Macedo — Rio.

Anexo n.º 5

História Natural — Botânica — Parte I — Bromeliáceas — Pontederiáceas — Liliáceas — Amarillidáceas — Iridáceas — Orquidáceas, por F. C. Hoehne. Contendo: 71 págs. *In folio* — Rio, 1910 — Dezembro.

Anexo n.º 5

História Natural Botânica — Parte II — Leguminosas determinadas pelo Dr. H. Harms — Organização e tradução de F. C. Hoehne. Contém 15 págs. *In folio*. Rio-de-Janeiro — Agosto de 1912.

Anexo n.º 5

História Natural — Parte III — Malastomáceas — Cucurbitáceas e Orquidáceas, estudadas e determinadas pelo Dr. Alfredo Cogniaux — Organizada e traduzida por F. C. Hoehne. Contém 15 págs. e 2 gravuras do texto. *In folio*. Rio-de-Janeiro — Agosto de 1912.

Anexo n.º 5

História Natural — Botânica — parte IV — Alismatáceas — Butomáceas, Hydrocaritáceas, Pontederiáceas, Orquidáceas e Ninfacáceas, por F. C. Hoehne. Contém 33 págs. e 14 fotografuras fora do texto. *In folio*. Rio-de-Janeiro — Agosto de 1912.

Anexo n.º 5

História Natural — Botânica — Atlas — Parte I — Bromeliáceas, Pontederiáceas, Liliáceas, Amarillidáceas, Iridáceas, Orquidáceas, Aristoloquiáceas, Droseráceas e Passifloráceas, por F. C. Hoehne. Contém 60 fotografuras e uma pág. de "errata". *In folio*. Rio-de-Janeiro — Dezembro de 1910.

Anexo n.º 5

História Natural — Zoologia, Crustáceos, por Carlos Moreira. Contém 21 págs. e 7 págs. com fotografuras e 1 pág. com gravura colorida e 1 pág. de corrigenda. *In folio* — Setembro de 1913 — Pap. Macedo — Rio.

Anexo n.º 5

História Natural — Zoologia, Tabanídeos, pelo Dr. Adolfo Lutz. Contém 9 págs. e 1 pág. com 7 cromolitografias fora do texto. *In folio*. Pap. Macedo — Rio-de-Janeiro, 1912.

Anexo n.º 5

História Natural — Zoologia, Pimelodidae, Trachycorystidae, Cestopsidae, Bunocephalidae, Auchenipteridae e Hypophthalmidae por Alípio de Miranda Ribeiro. Contém 13 págs. — 1 gravura colorida e 1 fotografura fora do texto. *In folio*. Rio-de-Janeiro — Fevereiro de 1914.

Anexo n.º 5

História Natural — Zoologia, Loricaridae, Callichthyidae, Doralidae e Trichomycteridae, por Alípio de Miranda Ribeiro. Contém 31 páginas. 1 fotografura e 1 pág. de "errata". *In folio*. Rio-de-Janeiro — Setembro de 1912.

Anexo n.º 5

História Natural — Zoologia, Mamíferos, Cebidae, Hapalidae, Vespertilionidae, Emballonuridae, Phyllostomatidae, Felidae, Mustelidae, Canidae, Procyonidae, Tapuridae, Suida Cervidae, Scuridae, Muridae, Octodontidae, Coenduidae, Dasyproctidae, Caviidae e Leporidae, Platanistidae, Bradybonidae, Myrmecophagidae, Dasypodidae, Didelphyidae, por Alípio de Miranda Ribeiro. Contém 49 págs. 25 fotografuras e 3 págs. de "apêndice". *In folio*. Rio-de-Janeiro.

Anexo n.º 5

História Natural — Mineralogia e Geologia, pelo Dr. Alberto Betim Pais Leme. Contém 23 págs. *In folio*. Pap. Luis Macedo — Rio-de-Janeiro.

Anexo n.º 6

Serviço Sanitário — Expedição de 1909, pelo Dr. Joaquim Augusto Tanajura, médico da Expedição. Contém 50 págs. e 10 relações da turma expedicionária. *In folio*. Pap. Macedo — Rio-de-Janeiro.

Anexo n.º 6

Serviço Sanitário — Secção de Cáceres a Mato-Grosso, pelo Dr. Armando Calasans, 1.º tenente médico. Contendo 31 págs., com 6 mapas nosológicos dos doentes e relatório. *In folio*. Pap. Luís Macedo — Rio-de-Janeiro.

Anexo n.º 4

Relatório apresentado pelo chefe da 1.ª Secção — major de Engenharia Félix Fleury de Sousa Amorim ao chefe da Comissão, major de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon. Contém 10 págs. *In folio*. 1 de dezembro de 1907.

Anexo n.º 5

Moluscos, pelo professor Dr. Hermann von Ihering. Contém 14 págs. e 3 estampas cromo-litográficas. *In folio*. Rio-de-Janeiro, 1915.

Anexo n.º 5

História Natural — Geologia, Observações geológicas, geográficas e etnográficas sobre a viagem de exploração de Cuiabá à serra do Norte, passando por São-Luis-de-Cáceres, pelo geólogo Carl Carnier e traduzido do alemão para o português pelo guarda-fio de 2.ª classe — João Brueggemann. Contém 14 págs. *In folio*. Pap. Macedo — Rio-de-Janeiro, 1909.

Anexo n.º 5

Quatro mapas de História Natural, "Mineralogia e Geologia", a saber: 1.º) Geologia de uma parte do Estado de Mato-Grosso, impressa em diversas côres. Mede 0,750 x 0,700; 2.º) Caminhamento entre Pousos-Macacos e Aldeia-Queimada no Estado de Mato-Grosso. Impressa a 3 côres. Mede 0,950 x 0,290. Escala: 1:150 000; 3.º) Geologia da linha de Cáceres ao rio Sangrador-Grande. Impressa a diversas côres. Mede 0,330 x 0,380. Escala: 1:200 000; 4.º) Caminhamento entre Santo-do-Rio-Sepotuba e Pôrto-dos-Bugres no Estado de Mato-Grosso. Mede 0,910 x 0,290. Esc. 1:100 000.

Mapa

Um mapa do levantamento expedido do rio Juru, afluente do rio Gi-Paraná. Executado pelo 2.º te-

nente Antônio Pirineus de Sousa, subalterno da Comissão em 1909. Completado com um trecho levantado pela turma dirigida pessoalmente pelo tenente coronel chefe da Comissão. Impresso a 3 côres. Mede 1,560 x 0,455. Escala: 1:100 000.

Relatório Geral

Relatório apresentado à Divisão de Engenharia (G. 5 do Departamento da Guerra e à Diretoria Geral dos Telégrafos, pelo coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, chefe da Comissão — 3.º volume. Compreendendo o 2.º relatório parcial correspondente aos anos de 1911 e 1912. Contém 346 páginas e 2 mapas: 1.º Levantamento expedido do rio Juruena. Entre o passo da Linha Telegráfica e a foz do rio São-Manuel e dos rios Curusu, Bararati e do Varadouro para o Sucundurizinho. Feito pela Expedição a cargo do capitão Manuel Teófilo da Costa Pinheiro, ajudante da Comissão completado com um trecho da linha telegráfica, mostrando os contribuintes da margem direita do Juruena. Impresso a diversas côres. Mede: 0,640 x 1,360. Escala: 1:500 000, 1912; 2.º Linha-tronco de Vilhena a José-Bonifácio, contendo as explorações dos campos de Comemoração de Floriano, aos campos de Maria de Molina e variante do vale do Veado-Prêto — Impresso a diversas côres. Mede 0,930 x 0,610. Na parte esquerda superior do mapa encontra-se um pequeno esquema com os seguintes dizeres: "Esquema das explorações entre o Juruena e o Madeira". Impresso a 4 côres. Mede 0,050 x 0,090. Escala: 1:4 000 000. *In folio*.

Anexo n.º 4

Relatório dos trabalhos realizados durante o ano de 1908 por Alípio de Miranda Ribeiro, na qualidade de zoólogo. Contém — 40 págs. *In folio*. Rio-de-Janeiro, 1916.

Anexo n.º 4

Relatório dos trabalhos de Botânica e viagens executadas durante os anos de 1908 e 1909 por F. C. Hoehne. Contém 54 págs. *In folio*. Rio-de-Janeiro, 1916.

Anexo n.º 2

Exploração do rio Iquê (1912-13). Relatório pelo 1.º tenente de Engenharia, Júlio Caetano Horta Barbosa. Contém 24 págs. *In folio*. 4.º — Rio de Janeiro, 1916.

Anexo n.º 4

Relatório do Serviço de Conservação da Linha Telegráfica no período de junho de 1913 a setembro de 1914, pelo 1.º tenente Júlio Caetano Horta Barbosa, ajudante da Comissão e chefe de Distrito de Conservação. Contém 24 págs. *In folio* 4.º — Rio-de-Janeiro, 1916.

Anexo n.º 2

Exploração dos campos de Comemoração de Floriano ao rio Guaporé (1912) e da zona compreendida entre os rios Comemoração-de-Floriano e Pimenta-Bueno (1913). Relatórios apresentados por Francisco Moritz, engenheiro de minas. 1916. Contém 22 págs. *In folio*. 4.º

Anexo n.º 6

Serviço Sanitário. Relatório apresentado pelo capitão-médico graduado João Florentino Meira de Faria. Contém 18 págs. *In folio*. 4.º — 1916.

Anexo n.º 5

História Natural — Botânica — parte VII — Pteridophytes (Estampas I-V com 6 fig.) por A. J. de Sampaio, Prof. de Botânica do Museu Nacional. Contém 34 págs. *In folio*. 4.º — Rio-de-Janeiro, 1916.

Anexo n.º 2

Exploração do rio Paranatinga e seu levantamento topográfico, bem como o dos rios São-Manuel e Teles-Pires. Relatório apresentado pelo 1.º Tte. Antônio Pirineus de Sousa — 1915-1916. Contém 124 págs. inclusive 1 quadro de pressões atmosféricas e temperaturas. *In folio* 4.º — Rio-de-Janeiro, 1916.

Anexo n.º 5

História Natural — Zoologia, Himenoptera, 2.º edição por Adolfo Ducke. Contém 175 págs.; 2 índices: um geral e outro alfabético e 5 págs. de "errata". *In folio* 4.º — 1916.

Anexo n.º 5

Zoologia — Ixodidas, pelo Dr. Henrique de Beaurepaire Aragão, assistente do Instituto Osvaldo Cruz — (revisão do autor). Contém 19 páginas. *In folio* 4.º — 1916.

Anexo n.º 4

Relatórios diversos projetos, orçamentos, medições, observações meteorológicas, etc. Contém 216 páginas. *In folio*. Pap. Macedo — Rio-de-Janeiro.

Relatório n.º 5

Monografia das Asclepiadáceas brasileiras (Monografia Asclepiadacearum Brasiliensium) — Relação e descrição das Asclepiadáceas brasileiras encontradas nos diversos herbários do Brasil, por F. C. Hoehne. Fascículos I e II Exypetalum, R. Br. e Calostigma, Dcne. Contém 131 págs. do fascículo de Oxypetalum, com 13 págs. de gravuras foto-litográficas de desenho de plantas e 46 págs. de gravuras segundo fotografias diretas de plantas fora do texto e 29 págs. do fascículo Calostigma, Dcne. com 2 págs. de gravuras foto-litográficas, de desenho de plantas, 10 páginas de gravuras de plantas, segundo fotografia direta fora do texto e uma "addenda" ao fascículo I, contendo 13 págs. 1 de gravura foto-litográfica de desenho de plantas e 2 págs. com gravuras de plantas, segundo fotografias diretas, fora do texto. *In folio*.

Relatório

Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento da Guerra pelo tenente coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, chefe da Comissão (2.º volume). Construção (1907 a 1910). Contém 134 págs. 30 fotogravuras fora do texto e 14 suplementos de coordenadas geográficas. *In folio*. Pap. Macedo — Rio-de-Janeiro.

Anexo n.º 5

História Natural — Botânica — Parte V — Malacáceas, Xiridáceas, Comelináceas, Zingiberáceas, Canáceas, Marantáceas, Burmanliáceas, Orquidáceas, Aristolochiáceas, Fitolocáceas, Nictagináceas, Passifloráceas e Onagráceas, por F. C. Hoehne. Contém 87 págs. inclusive

3 págs. com explicações das estampas e 26 págs. de gravuras fotolíticas de desenho de plantas e 7 gravuras foto-litográficas, de fotografias diretas de plantas de herbário, fora do texto. *In folio*. Rio-de-Janeiro, 1915.

Anexo n.º 5

História Natural, Botânica — Parte IV, por F. C. Hoehne. Adição para Alismatáceas e Butonáceas da parte IV. Triuridáceas, Palmeiras, Cyantáceas, Rapatáceas, adição para a Amarilidáceas das partes I e V e do Burmaniáceas da parte V, Proteáceas, Opiláceas, Olacáceas, Balanoforáceas, Alizoáceas, Cariofiláceas, adição para as Ninfáceas, da parte IV, Ranunculáceas, Papaveráceas, Caparidáceas, Droceráceas, Oxalidáceas, Humiriáceas, Burseráceas, Meliáceas, Voquiseáceas, Ramnáceas, Vitáceas, Ochnáceas, Cariocaráceas, Bixáceas, Cochlospermáceas, Turneráceas, Loassáceas, Cactáceas, Halorragidáceas, Araliáceas, Umbelíferas, Ericáceas, Ebenáceas, Loganiáceas, Centiáceas, Apocináceas, Hidrofiláceas, Pedaláceas, Campanuláceas e Martináceas. Contém 95 págs. inclusive 2 de “explicações para as estampas” e 20 págs., sendo 10 de foto-litografia e 10 de gravuras, segundo fotografia direta da planta, fora do texto. *In folio*. Rio-de-Janeiro, setembro de 1915.

Conferências

Conferências realizadas nos dias 5, 7 e 9 de outubro de 1915, pelo coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, no Teatro Fênix do Rio-de-Janeiro sobre trabalhos da Expedição Roosevelt e da Comissão Telegráfica. Contém 261 págs., inclusive 22 fotogravuras impressas a 1 só côr (de variada tonalidade, sendo 13 de retratos) — 1 esquema das “Alterações cartográficas do noroeste de Mato-Grosso” a duas côres, mede 0,245 x 0,215 — 1 “Carta de um trecho da carta da Nova-Lusitânia”, de Silva Pontes, 1798 (1804?) — Impressa a negro; mede 0,255 x 0,320 — 1 reprodução do do esquema projetado durante a conferência do Cel. Rondon com o que se mostra que os trabalhos da Comissão, por êle dirigida fecharam o circuito telegráfico do Brasil”. Impresso em azul, mede 0,155 x 0,155, 1 carta do noroeste de Mato-Grosso de acôrdo com os trabalhos da Comissão Rondon — 1915”. Reprodução do esquema projetado durante a conferência do Cel. Rondon e onde se vê o traçado da linha telegráfica, a estrada de automóveis e os principais rios descobertos ou explorados”. Impresso a azul-escuro, mede 0,155 x 0,150. *In folio* 4.º — Rio-de-Janeiro, 1916.

N. R. — O próximo número do *Boletim* publicará a II Parte desse catálogo geral.

 Concorra para que o Brasil seja cartograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

Retrospecto geográfico

e cartográfico

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Índice, por assunto, dos trabalhos publicados nos volumes 90 a 185

(LETRA M)

- Machado (José de Alcântara)* — Elogio feito por Pedro Calmon — 1941 — vol. 176 — págs. 555-562.
- Mac-Dowell (Dr. José Maria de)* — Pa-recer da Comissão de Geografia sobre os seus trabalhos — 1922 — vol. 146 — t. 92 — pág. 404.
- Mac-Dowell (O conselheiro Samuel Wallace)* — Christovam Leite de Castro — 1943 — vol. 181 — págs. 45-73.
- Sessão comemorativa do centenário do nascimento do... em 9 de julho de 1943 — 1943 — vol. 181 — pág. 142.
- Macedo (Frei Manuel de)* — Biografia feita por B. F. Ramiz Galvão — 1922 — vol. 146 — t. 92 — pág. 31.
- Macedo (O Dr.)* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — vol. 149 — t. 95 — págs. 262-266.
- Macedo (Antônio Ribeiro de)* — Comunicação do seu falecimento, em sessão de 6 de outubro de 1931 — 1931 — vol. 164 — pág. 487.
- Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1931 — vol. 164 — pág. 531.
- Macedo Costa (Antônio de)* — Ver — Costa (Antônio de Macedo).
- Macedo Soares (José Carlos de)* — Ver — Soares (José Carlos de Macedo).
- Maceiro da Misericórdia (O)* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — vol. 149 — t. 95 — págs. 37-41.
- Machadeiros (Os)* — Magalhães Correia — 1933 (1.^o) — vol. 167 — págs. 67-81.
- Maciel (José Alves)* — Nélson de Sena — 1932 (2.^o) — vol. 166 — pág. 597.
- Macumba (A)* — Magalhães Correia — 1933 (1.^o) — vol. 167 — págs. 215-222.
- Mãe Benta* — José Vieira Fazenda — 1923 — vol. 147 — t. 93 — págs. 219-223.
- Mãe do Bispo (A)* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — vol. 149 — t. 95 — págs. 33-37.
- Magalhães (Teodoro)* — Voto de pesar pelo seu falecimento — 1922 — vol. 146 — t. 92 — pág. 392.
- Magalhães (Basílio de)* — Elevado a sócio benemérito o Sr... — 1931 — vol. 164 — pág. 552.
- Magalhães (Fernando de)* — Proclamado sócio efetivo do Instituto — 1931 — vol. 164 — pág. 552.
- Elogio histórico feito por Pedro Calmon — 1944 (4.^o tri.) — vol. 185 — págs. 169-170.

- Magalhães (José Vieira Couto de)* — Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1931 — vol. 164 — pág. 532.
- Sessão especial comemorativa do centenário do nascimento do general... — 1937 — vol. 172 — págs. 632-667.
- Trabalho de Afonso Celso sobre o general... — 1937 — vol. 172 — págs. 642-667.
- Magni Nominis Umbra* — Alfredo Nascimento — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 64-689.
- Maia (Cláudio Velho da Mota)* — Oferecimento do seu arquivo ao Instituto, o qual será denominado coleção Mota Maia — 1927 — vol. 155 — t. 101 — págs. 261-262.
- Maia (Francisco do Rêgo)* — Comunicação do seu falecimento, em sessão de 7 de abril de 1928 — 1928 — vol. 158 — t. 104 — pág. 772.
- Elogio por B. F. Ramiz Galvão — 1928 — vol. 158 — t. 104 — pág. 1128.
- Maior dos brasileiros (O)* — A. Cândido Rodrigues — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 11-13.
- Maldonado (O roteiro de)* — José Vieira Fazenda — 1923 — vol. 147 — t. 93 — págs. 405-418.
- Mananciais da zona rural (Os). Planícies de Jacarepaguá, Guaratiba e Sepetiba. As fontes de Santa-Cruz* — Magalhães Correia — 1935 — vol. 170 — pág. 181.
- Manequinho (O) e o chafariz do Maracanã* — Magalhães Correia — 1935 — vol. 170 — pág. 161.
- Manuel Alves Branco (Visconde de Caravelas)* — Ver — Branco (Manuel Alves).
- Manuel Antônio de Almeida* — Ver — Almeida (Manuel Antônio de).
- Manuel Antônio Alvares de Azevedo* — Ver — Azevedo (Manuel Antônio Alvares de).
- Manuel Augusto Pirajá da Silva* — Ver — Silva (Manuel Augusto Pirajá da).
- Manuel Barata* — Ver — Barata (Manuel).
- Manuel Bonfim* — Ver — Bonfim (Manuel).
- Manuel da Cunha* — Ver — Cunha (Manuel da).
- Manuel de Araújo Pôrto Alegre (Barão de Santo Angelo)* — Ver — Pôrto Alegre (Manuel de Araújo).
- Manuel de Jesus Valdetaro* — Ver — Valdetaro (Manuel de Jesus).
- Manuel de Oliveira Lima* — Ver — Lima (Manuel de Oliveira).
- Manuel Deodoro da Fonseca* — Ver — Fonseca (Manuel Deodoro da).
- Manuel do Destêrro (Frei)* — Ver — Destêrro (Frei Manuel do).
- Manuel de Macedo (Frei)* — Ver — Macedo (Manuel de).
- Manuel Ferraz de Campos Sales* — Ver — Sales (Manuel Ferraz de Campos).
- Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá* — Ver — Sá (Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e).
- Manuel Jacinto Nogueira da Gama* — Ver — Gama (Manuel Jacinto Nogueira da).
- Manuel Luis Osório* — Ver — Osório (Manuel Luis).
- Manuel Pedro de Peña* — Ver — Peña (Manuel Pedro de).
- Manuel Pinto de Sousa Dantas* — Ver — Dantas (Manuel Pinto de Sousa).
- Manuel Tavares Cavalcanti* — Ver — Cavalcanti (Manuel Tavares).
- Manuel Vieira Tosta Filho (Barão de Muritiba)* — Ver — Tosta Filho (Manuel Vieira).
- Manuela Lucci* — Ver — Lucci (Manuela).
- Mão furada* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — vol. 149 — t. 95 — págs. 284-288.

- Mapa das fontes públicas da cidade — Chafariz do largo do Paço — Magalhães Correia — 1935 — vol. 170 — pág. 25.*
- Mapas antigos — R. Garcia — 1924 — vol. 150 — t. 96 — págs. 331-332.*
- Maranhão (Afonso de Albuquerque) — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — vol. 153 — t. 99 — págs. 240-41.*
- Maratona intelectual — Parecer de Wanderley Pinho — 1938 — vol. 173 — págs. 783-784.*
- Maravilhas da religião e da arte na igreja e no convento de São Francisco da Bahia — Frei Pedro Sinzig, O.F.M. — 1932 — vol. 165 — págs. 5-334.*
- Marcos Antônio Monteiro de Barros — Ver — Barros (Marcos Antônio Monteiro de).*
- Marcos Portugal — Ver — Portugal (Marcos).*
- Margarida Preziosi — Ver — Preziosi (Margarida).*
- Maria Carolina Max Fleiuss — Ver — Fleiuss (Maria Carolina Max).*
- Maria Guerrero — Ver — Guerrero (Maria).*
- Mariano Filho (José) — Crítica de seus "Estudos da Arte Brasileira", por Feijó Bittencourt — 1944 (4.º tri.) — vol. 185 — págs. 259-269.*
- Mariano José Pereira da Fonseca — Ver — Fonseca (Mariano José Pereira da).*
- Mariano Procópio Ferreira Laje — Ver — Laje (Mariano Procópio Ferreira).*
- Marinha de outrora (A) — Visconde de Ouro Preto — 1932 — vol. 166 — págs. 5-381.*
- Marinho Moderno (Um) — Max Fleiuss — 1927 — vol. 155 — t. 101 — págs. 262-271.*
- Mário Augusto Teixeira de Freitas — Ver — Freitas (Mário Augusto Teixeira de).*
- Mário Castelo Branco Barreto — Ver — Barreto (Mário Castelo Branco).*
- Mário de Sousa Ferreira — Ver — Ferreira (Mário de Sousa).*
- Marquês de Barbacena — Ver — Pontes (Felsberto Caldeira Brant).*
- Marquês de Caxias — Ver — Silva (Luís Alves de Lima e).*
- Marquês de Olinda — Ver — Lima (Pedro de Araújo).*
- Marquês de Queluz — Ver — Costa (João Severiano Maciel da).*
- Marquês de Paraná — Ver — Leão (Honório Hermeto Carneiro).*
- Marquês de Paranaguá — Ver — Paranaguá (João Lustosa da Cunha).*
- Marquês de São Vicente — Ver — Bueno (José Antônio Pimenta).*
- Marquês do Erval — Ver — Osório (Manuel Luís).*
- Marrecas — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — vol. 149 — t. 95 — págs. 679-684.*
- Martim Francisco Ribeiro de Andrada — Ver — Andrada (Martim Francisco Ribeiro de).*
- Martim Francisco (O centenário de) — A. de Sousa Costa — 1944 (2.º tri.) — vol. 183 — págs. 252-267.*
- Alocução de Pedro Calmon, a propósito da passagem do centenário do falecimento de... — 1944 (4.º tri.) — vol. 185 — pág. 281-282.*
- Martin (Percy Alvin) — Proposta para que seja admitido como sócio honorário o Sr... — 1926 — vol. 153 — t. 9 — pág. 317.*
- Proclamado sócio honorário do Instituto o Sr... em sessão de 13 de setembro de 1930 — 1930 — vol. 161 — t. 107 — pág. 754.*
- Comunicação do seu falecimento, em sessão de 14 de abril de 1942 — 1942 — vol. 177 — pág. 511.*
- Elogio feito por Pedro Calmon — 1942 — vol. 17 — págs. 677-679.*

- Martinho Nobre de Melo* — Ver — Melo (Martinho Nobre de).
Martins (Gaspar Silveira) — Palavras de Afonso Celso acêrca do centenário natalício de... — 1935 — vol. 170 — págs. 287-289.
 Discurso de Raul Bittencourt — 1935 — vol. 170 — págs. 293-294.
 Discurso de Ramiz Galvão em homenagem ao centenário natalício de... — 1935 — vol. 170 — págs. 289-293.
Martius — Moção de aplauso à glorificação de... — 1934 — vol. 169 — pág. 527.
Mascarenhas (Dom José Joaquim Justiniano) — Biografia feita por B. F. Ramiz Galvão — 1922 — vol. 146 — t. 92 — pág. 63.
Mascarenhas (Dom Francisco de Assis) — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — vol. 153 — t. 99 — pág. 253.
Matos (Frei Eusébio de) — Biografia feita por B. F. Ramiz Galvão — 1922 — vol. 146 — t. 92 — pág. 48.
Matos (Antônio Joaquim de) — Lafaite Silva — 1934 — vol. 169 — págs. 148-152.
Matos (Armando de) — Proposta para sócio correspondente — 1934 — vol. 167 — pág. 315.
 Proclamado sócio correspondente do Instituto, em sessão de 15 de dezembro de 1934 — 1934 — vol. 169 — pág. 533.
Matos (Luís Norton de) — Proposta para ser admitido como sócio correspondente, em sessão de 14 de abril de 1939 — 1939 — vol. 174 — pág. 686.
 Proclamado sócio correspondente do Instituto em sessão de 31 de maio de 1939 — 1939 — vol. 174 — pág. 756.
Matos (Raimundo José da Cunha) — Memórias da campanha do Senhor Dom Pedro de Alcântara — 1925 — vol. 151 — t. 97 — págs. 5-90.
 Conferência de Feijó Bittencourt — 1939 — vol. 174 — págs. 673-682.
Matos (Cunha) — Inauguração do busto de ... Discurso de M. Cícero — 1943 — vol. 181 — págs. 137-140.
Matoso Maia Forte — Ver — Forte (José Matoso Maia).
Matriz da Glória — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — vol. 149 — t. 95 — págs. 549-554.
Maurtua (Vitor Manuel) — Proposta para que seja admitido como sócio honorário o Sr... — 1924 — vol. 150 — t. 96 — pág. 435.
 Parecer da Comissão de Admissão de Sócios, favoráveis à eleição do Sr... como sócio honorário. — 1925 — vol. 151 — t. 97 — pág. 342.
 Comunicação do seu falecimento, em sessão de 21 de junho de 1937 — 1937 — vol. 172 — pág. 514.
 Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1937 — vol. 172 — pág. 616.
Max Fleiuss visto por outro prisma — Norival de Freitas — 1944 (4.^o tri.) — vol. 185 — págs. 114-123.
Médicos do Paço — Olímpio da Fonseca — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 174-185.
Medina (Alberto Diez de) — Proposta para que seja admitido como sócio honorário o Sr... — 1924 — vol. 150 — t. 96 — pág. 436.
Melo (Alfredo Pinto Vieira de) — Comunicação do seu falecimento, em sessão de 20 de julho de 1923 — 1923 — vol. 148 — t. 94 — pág. 566.
 Elogio feito por B. F. Galvão — 1923 — vol. 148 — t. 94 — pág. 885.
Melo (Francisco de Paula Sousa e) — Traços biográficos do Sr... por A. Tavares de Lira — 1923 — vol. 148 — t. 94 — pág. 576.
Melo (Luís José de Carvalho e) — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — vol. 153 — t. 99 — pág. 248.

- Melo (Luís José de Carvalho) Visconde da Cachoeira* — Oferecimento feito ao Instituto pelos bacharelados de Direito, de um retrato do... — 1927 — vol. 155 — t. 101 — pág. 341.
- Melo (Jerônimo Avelar Figueira de)* — Proposta para ser transferido à classe de efetivo o sócio correspondente — 1944 — (4.º tri.) — vol. 185 — págs. 316-403.
- Melo (Jesuino da Silva)* — Comunicação do seu falecimento, em sessão de 27 de abril de 1934 — 1934 — vol. 169 — pág. 259.
- Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1934 — vol. 169 — pág. 425.
- Melo (Francisco Inácio Marcondes Homem de) (Barão)* — Palavras de Manuel Cicero, sobre o centenário do nascimento do... — 1937 — vol. 172 — págs. 442-443.
- Palestra de Alfredo Nascimento da Silva — 1937 — vol. 172 — págs. 443-453.
- Melo (Martinho Nobre de)* — Proposta para que seja admitido como sócio honorário do Instituto, em sessão de 29 de agosto de 1938 — 1938 — vol. 173 — pág. 782.
- Eleito sócio honorário do Instituto em sessão de 17 de outubro de 1938 — 1938 — vol. 173 — pág. 816.
- Melo (Custódio José de)* — Comandante Adalberto Rechsteiner — 1939 — vol. 174 — págs. 336-339.
- Melo (Tobias Laureano Figueira de)* — Comunicação do seu falecimento, em sessão de 11 de abril de 1927 — 1927 — vol. 155 — t. 101 — pág. 139.
- Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1927 — vol. 155 — t. 101 — pág. 442.
- Melo (Pedro Américo de Figueiredo e)* — Centenário do nascimento de... — comemorado em sessão de 3 de maio de 1943 — 1943 — vol. 181 — pág. 130.
- Palavras de J. M. Cardoso de Oliveira — 1943 — vol. 181 — pág. 133-134.
- Melo Franco (Afrânio de)* — Ver — Franco (Afrânio de Melo).
- Melo Franco (Caio de)* — Ver — Franco (Caio de Melo).
- Melo Franco (Virgílio Martins de)* — Ver — Franco (Virgílio Martins de Melo).
- Melo Franco de Andrade (Rodrigo)* — Ver — Andrade (Rodrigo Melo Franco de).
- Melo Viana* — Ver — Viana (João de Melo).
- Memórias da campanha do Senhor Dom Pedro de Alcântara, ex-imperador do Brasil, no reino de Portugal* — General Raimundo José da Cunha Matos — 1925 — vol. 151 — t. 97 — págs. 5-90.
- Memórias sobre as fortificações de Mato-Grosso* — Antônio Leôncio Pereira Ferraz — 1937 — vol. 156 — t. 102 — págs. 501-566.
- "*Memórias de um magistrado do império*" — Hélio Viana — 1944 — vol. 182 — págs. 169-171.
- Mendes (Luís José Oliveira)* — Traços biográficos por A. Tavares de Lira. — 1926 — vol. 153 — t. 99 — pág. 238.
- Mendes de Almeida Júnior (João)* — Ver — Almeida Júnior — (João Mendes de)
- Mendonça (João Gomes da Silveira)* — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — vol. 153 — t. 99 — pág. 258.
- Mendonça (Jacinto Furtado de)* — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — vol. 153 — t. 99 — pág. 262.
- Mendonça (Estêvão de)* — Eleito sócio correspondente, em sessão de 22 de agosto de 1931 — 1931 — vol. 164 — pág. 437.
- Meneses (Rodrigo Otávio de Langgaard)* — Biografia de Carlos de Carvalho — 1927 — vol. 155 — t. 101 — págs. 95-116.
- Homenagem ao Sr... — 1927 — vol. 155 — t. 101 — pág. 481.

- Aclamado sócio grande benemérito do Instituto, em sessão de 14 de abril de 1939 — 1939 — vol. 174 — pág. 687.
- Bio-bibliografia do sócio grande benemérito... organizada por Maria Carolina Max Fleiuss — 1941 — vol. 176 — págs. 588-611.
- Elogio histórico, por Pedro Calmon — 1944 (4.º tri.) — vol. 185 — págs. 171-175.
- Proclamado sócio efetivo, em sessão de 22 de agosto de 1931 — 1931 — vol. 164 — pág. 436.
- "Mentiras históricas"* — Alberto Lamego — 1940 — vol. 175 — págs. 115-131.
- Mercado (O novo)* — José Vieira Fazenda — 1923 — vol. 147 — t. 93 — págs. 281-284.
- Mesa (José Luís Lopez de)* — Homenagens ao chanceler da Colômbia em sessão especial de 11 de outubro de 1941 — 1941 — vol. 176 — págs. 503-539.
- Mesquita (José de)* — Proposta para que seja admitido sócio correspondente do Instituto, em sessão de 20 de abril de 1937 — 1937 — vol. 172 — pág. 422.
- Proclamado sócio correspondente do Instituto, em sessão de 12 de maio de 1937 — 1937 — vol. 172 — pág. 490.
- Miguel Calmon du Pin e Almeida* — Ver — Almeida (Miguel Calmon du Pin e)
- "Miguel Couto, uma vida exemplar"*, de Phocion Serpa — Feijó Bittencourt — 1944 (2.º tri.) — vol. 183 — págs. 300-301.
- Minas-Gerais (Revolução de 1842 em)* — Ver — Revolução de 1842 em Minas-Gerais (A).
- Minha passagem pelo Senado* — Conferência pelo ministro A. Tavares de Lira — 1943 — vol. 180 — págs. 201-214.
- Ministério de 7 de junho de 1839* — Conferência do Sr. José Bonifácio — 1922 — vol. 146 — t. 92 — págs. 410-452.
- Ministério de 16 de julho de 1868* — Conferência pelo Sr. José Bonifácio — 1922 — vol. 146 — t. 92 — págs. 458-485.
- Ministério Paraná* — Conferência do Sr. Agenor de Roure — 1923 — vol. 148 — t. 94 — págs. 734-768.
- Ministério da Justiça* — Augusto Tavares de Lira — 1943 — vol. 179 — págs. 5-15.
- Missão do Império (A)* — Berilo Neves — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 690-695.
- Missão cultural uruguaia (A)* — Sessão especial em homenagem a... em 13 de agosto de 1937 — 1937 — vol. 172 — pág. 539.
- Missão artística francesa de 1816, no Rio-de-Janeiro (A expressão histórica da)* — Conferência do Sr. Feijó Bittencourt — 1941 — vol. 176 — págs. 347-378.
- Missionários* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — vol. 149 — t. 95 págs. 110-115.
- Mocidade e a Liga das Nações (A)* — Discurso do Sr. conde de Afonso Celso e resposta do ministro Félix Pacheco — 1925 — vol. 151 — t. 97 págs. 379-392.
- Moderna biografia (A)* — Conferência do Sr. Philip Guedala — 1939 — vol. 174 — págs. 851-860.
- Moedeiros (Os)* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — vol. 149 — t. 95 — págs. 484-487.
- Moléstia do imperador* — Olímpio da Fonseca — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 189-193.
- Monstregos* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — vol. 149 — t. 95 — págs. 455-459.
- Mont'Alverne (Fr. Francisco de)* — Biografia feita por B. F. Ramiz Galvão — 1922 — vol. 148 — t. 92 — pág. 114.
- Monte Santiago (Combate de)* — Sousa Docca — 1927 — vol. 155 — t. 101 — págs. 141-167.

- Raul Tavares — 1927 — vol. 155 — t. 101 — págs. 168-180.
- Monte Santiago (A batalha naval de)* — Henrique Fleiuss — 1927 — vol. 155 — t. 101 — págs. 181-183.
- Monte Santiago (O combate de)* — Mozart Monteiro — 1927 — vol. 155 — t. 101 — págs. 181-195.
Lucas Boiteux — 1927 — vol. 155 — t. 101 — págs. 195-203.
- Monteiro (Tobias do Régo)* — Proposta para ser admitido como sócio honorário, em sessão de 14 de abril de 1939 — 1939 — vol. 174 — pág. 686.
- Monteiro de Barros* — Ver — Barros (Antônio Lucas Monteiro de).
- Montenegro (Caetano Pinto de Miranda)* — Traços biográficos por A. Tavares de Lira — 1926 — vol. 153 — t. 99 — págs. 263-264.
- Morais (Evaristo de)* — Voto de pesar pelo seu falecimento — 1939 — vol. 174 — pág. 792.
- Morais (Visconde de)* — Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1931 — vol. 164 — pág. 527.
- Moreira (Juliano)* — Proposta para ser elevado a sócio honorário, em sessão de 22 de agosto de 1931 — 1931 — vol. 164 — pág. 521.
- Comunicação do seu falecimento em sessão de 27 de maio de 1933 — 1933 — vol. 168 — pág. 724.
- Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1933 — vol. 168 — págs. 777-779.
- Moreira Guimarães (José Maria)* — Ver — Guimarães (José Maria Moreira).
- Moreno (Enrique)* — Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1923 — vol. 148 — t. 94 — pág. 878.
- Morgan (Edwin)* — Comunicação do seu falecimento, em sessão de 27 de abril de 1934 — 1934 — vol. 169 — pág. 259.
- Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1934 — vol. 169 — págs. 427-428.
- Morize (Henrique)* — Votação do parecer do Sr. . . , favorável à conferência de geografia proposta pelo Sr. Otelo Reis — 1926 — vol. 153 — t. 99 — pág. 228.
- Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1930 — vol. 161 — t. 107 — págs. 811-813.
- Morize (Augusto)* — Comunicação do seu falecimento, em sessão de 28 de abril de 1930 — 1930 — vol. 161 — t. 107 — pág. 678.
- Morro da Glória* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — vol. 149 — t. 95 — págs. 24-28.
- Morro da Viúva* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — vol. 149 — t. 95 — págs. 346-349.
- Morro do Graça ou da Graça* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — vol. 149 — t. 95 — págs. 650-654.
- Morro de Santo-Antônio a quem pertence?* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) — vol. 149 — t. 95 — págs. 310-324.
- Morros de Santa-Teresa* — Ver — Santa-Teresa — (Morros de).
- Morte de Bobadela* — Ver — Bobadela (Morte de).
- Morte de um bispo* — José Vieira Fazenda — 1923 — vol. 147 — t. 93 — págs. 563-567.
- Morte do regente* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.^a ed.) vol. 149 — t. 95 — págs. 545-549.
- Morte do Imperador (A)* — Godofredo de Escragnolle Taunay — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 194-207.
- Moura (Gentil de Assis)* — Comunicação do seu falecimento, em sessão de 20 de abril de 1929 — 1929 — vol. 160 — t. 106 — págs. 248.
- Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1929 — vol. 160 — t. 106 — págs. 458-461.
- Mourão (João Martins de Carvalho)* — Notícia de sua eleição para sócio efetivo do Instituto — 1943 — vol. 180 — pág. 264.

- Proposto para sócio efetivo, em sessão de 22 de fevereiro de 1943 — 1943 — vol. 181 — pág. 122.
- Parecer favorável à sua admissão — Nomeado para fazer parte da Comissão de fundos e orçamentos — 1944 — (2.º tri.) — vol. 183 — pág. 324.
- Müller (Lauro Severiano)* — Elogio feito por B. F. Ramiz Galvão — 1926 — vol. 153 — t. 99 — págs. 493-498.
- Müller (Fritz)* — Inauguração da sua estátua em Blumenau — 1929 — vol. 160 — t. 106 — pág. 321.
- Mulher brasileira (O espírito e o heroísmo da)* — Ver — O espírito e o heroísmo da mulher brasileira.
- Muniz (João Bráulio)* — José Vieira Fazenda — 1943 (2.ª ed.) — vol. 149 — t. 95 — págs. 545-549.
- Museu britânico* — Catálogo da livreria de Southey — 1943 — vol. 178 — págs. 71-154.
- Museu Imperial (Anuário do)* — Apreciações de Hélio Viana — 1944 — (4.º tri.) — vol. 185 — págs. 258-259.



Leis e Resoluções

Legislação federal

Ementário dos decretos-lei publicados no período de 16 de agosto a 10 de setembro de 1946 *

- Decreto-lei n.º 9 547, de 5 de agosto de 1946** —
"Altera, com redução de despesa, os Quadros Permanente e Suplementar do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 12-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 548, de 5 de agosto de 1946** —
"Altera, com redução de despesa, os Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Marinha e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 28-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 554, de 6 de agosto de 1946** —
"Dispõe sobre a escala-padrão de salários dos extranumerários-mensalistas da União".
"Diário Oficial" de 13-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 560, de 9 de agosto de 1946** —
"Extingue a Comissão da Indústria de Material Elétrico (C. I. M. E.) e a Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 12-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 561, de 9 de agosto de 1946** —
"Modifica o decreto de 11 de abril de 1938, que concedeu reforma ao major da Polícia Militar do Distrito Federal, Alfredo Leão de Paula Madureira".
"Diário Oficial" de 12-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 563, de 9 de agosto de 1946** —
"Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 30 000 000,00, para pagamento à Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 12-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 564, de 9 de agosto de 1946** —
"Estabelece multa para as liquidações que excederem os prazos de que trata o Decreto-lei n.º 9 523, de 26 de julho de 1946".
"Diário Oficial" de 12-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 565, de 9 de agosto de 1946** —
"Estabelece multa pela falta de depósito, em moeda nacional, dos títulos em moeda estrangeira de que trata o Decreto-lei n.º 2 703, de 28 de outubro de 1940, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 12-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 566, de 10 de agosto de 1946** —
"Concede uma pensão especial à viúva e aos filhos menores de um guarda-civil, vitimado em serviço, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 13-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 567, de 10 de agosto de 1946** —
"Dispõe sobre aposentadoria de funcionários que menciona".
"Diário Oficial" de 12-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 568, de 12 de agosto de 1946** —
"Retifica a alínea h do art. 14 do Decreto-lei n.º 8 393, de 17 de dezembro de 1945, modificado pelo Decreto-lei n.º 9 377, de 18 de junho de 1946."
"Diário Oficial" de 14-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 569, de 12 de agosto de 1946** —
"Altera, com redução de despesa, os Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 27-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 570, de 12 de agosto de 1946** —
"Altera, com redução de despesa, os Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 3-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 571, de 12 de agosto de 1946** —
"Modifica o Decreto-lei n.º 7 833, de 6 de agosto de 1946".
"Diário Oficial" de 14-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 572, de 12 de agosto de 1946** —
"Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder isenção do imposto de transmissão *causa-mortis*.
"Diário Oficial" de 14-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 573, de 12 de agosto de 1946** —
"Altera o artigo 22 do Decreto-lei n.º 7 961, de 18 de setembro de 1945, revogando o

N. R. — Os decretos-leis 9 562 e 9 690, ainda não foram publicados.

- Decreto-lei n.º 8 306, de 6 de dezembro de 1945, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 14-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 574, de 12 de agosto de 1946 — "Dispõe sobre o pessoal da extinta Comissão Executiva de Fitas".
"Diário Oficial" de 14-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 575, de 12 de agosto de 1946 — "Suspende a exportação de suínos de corte e seus produtos destinados à alimentação e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 14-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 576, de 12 de agosto de 1946 — "Modifica disposições do Decreto-lei n.º 4 481, de 16 de julho de 1942".
"Diário Oficial" de 14-8-946.
- * Decreto-lei n.º 9 577, de 13 de agosto de 1946 — "Altera, com redução de despesa, os Quadros Permanente e Suplementar, do Ministério da Agricultura e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 578, de 13 de agosto de 1946 — "Aprova a linha divisória entre os Estados de Pernambuco e Alagoas".
"Diário Oficial" de 15-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 579, de 13 de agosto de 1946 — "Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a The American Bible Society do imposto que menciona".
"Diário Oficial" de 15-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 580, de 14 de agosto de 1946 — "Retifica o artigo 32, do Decreto-lei n.º 9 034, de 6 de março de 1946."
"Diário Oficial" de 17-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 581, de 14 de agosto de 1946 — "Altera a redação do artigo 1.º, do Decreto-lei n.º 7 619, de 7 de junho de 1945".
"Diário Oficial" de 17-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 582, de 14 de agosto de 1946 — "Dispõe sobre distribuição de crédito e registro de despesa relativos ao aumento de proventos e pensões".
"Diário Oficial" de 17-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 583, de 14 de agosto de 1946 — "Cria uma coletoria federal no município de Registro, no Estado de São Paulo, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 17-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 584, de 14 de agosto de 1946 — "Altera, com redução de despesa, os Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Guerra, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 29-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 585, de 15 de agosto de 1946 — "Concede o título de Engenheiro-Agrônomo aos diplomados por estabelecimentos de ensino superior de Agronomia".
"Diário Oficial" de 17-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 586, de 16 de agosto de 1946 — "Transfere a sede do 5.º Distrito Naval".
"Diário Oficial" de 19-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 587, de 16 de agosto de 1946 — "Restabelece a vigência do Decreto-lei n.º 5 429, de 27 de abril de 1943".
"Diário Oficial" de 19-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 588, de 16 de agosto de 1946 — "Dispõe sobre a venda de semoventos em público leilão nas localidades em que não haja leiloeiro matriculado".
"Diário Oficial" de 19-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 589, de 16 de agosto de 1946 — "Retifica o § 2.º, do artigo 22 do Decreto-lei n.º 9 202, de 26 de abril de 1946".
"Diário Oficial" de 19-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 590, de 16 de agosto de 1946 — "Modifica dispositivo da Lei do Selo".
"Diário Oficial" de 19-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 591, de 16 de agosto de 1946 — "Altera disposição do Decreto-lei n.º 6 763, de 3 de agosto de 1944, que autorizou a União a liquidar dívidas do Estado do Amazonas".
"Diário Oficial" de 19-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 592, de 16 de agosto de 1946 — "Reduz a dotação concedida ao Ministério da Agricultura para profilaxia e combate a epizootias e abre crédito suplementar ao mesmo Ministério".
"Diário Oficial" de 19-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 593, de 16 de agosto de 1946 — "Desapropria, por utilidade pública, terrenos que menciona, situados no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 19-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 594, de 16 de agosto de 1946 — "Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 20 266,70, para pagamento de gratificação de magistério".
"Diário Oficial" de 19-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 595, de 16 de agosto de 1946 — "Dispõe sobre a contribuição para o montepio civil, estabelece a pensão correspondente e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 19-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 596, de 16 de agosto de 1946 — "Dispõe sobre a melhoria de vida a militares transferidos para a reserva ou reformados a pedido".
"Diário Oficial" de 23-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 597, de 16 de agosto de 1946 — "Suspende até 31 de dezembro de 1946 a cobrança dos direitos de importação e taxas aduaneiras que incidem sobre sucata de ferro e aço".
"Diário Oficial" de 17-8-946.

- Decreto-lei n.º 9 598, de 16 de agosto de 1946** —
 “Suspense até 31 de dezembro de 1946 a cobrança dos direitos de importação e taxas que especifica, incidentes sobre gêneros de primeira necessidade”.
 “Diário Oficial” de 17-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 599, de 16 de agosto de 1946** —
 “Suspense o vencimento de obrigações assumidas pelos suinocultores e dá outras providências”.
 “Diário Oficial” de 17-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 600, de 16 de agosto de 1946** —
 “Autoriza a Estrada de Ferro Central do Brasil a adquirir materiais e equipamentos estrangeiros, e a contratar, com o Banco do Brasil S. A. as necessárias operações de crédito”.
 “Diário Oficial” de 19-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 601, de 16 de agosto de 1946** —
 “Autoriza a intervenção pelo governo na Manaus Tramways & Light Co. Ltd”.
 “Diário Oficial” de 19-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 602, de 16 de agosto de 1946** —
 “Dispõe sobre operações de câmbio e dá outras providências”.
 “Diário Oficial” de 19-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 603, de 16 de agosto de 1946** —
 “Dispõe sobre as sociedades de crédito, financiamento ou investimento, e dá outras providências”.
 “Diário Oficial” de 19-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 604, de 16 de agosto de 1946** —
 “Prorroga o prazo de isenção de impostos, selos e taxas para as transformações, incorporações ou fusões de sociedades de atividades bancária, e dá outras providências”.
 “Diário Oficial” de 19-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 605, de 19 de agosto de 1946** —
 “Dá nova redação ao n.º II do art. 16 do Código de Minas”.
 “Diário Oficial” de 21-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 606, de 19 de agosto de 1946** —
 “Dilata o prazo de que trata o art. 2.º do Decreto-lei n.º 7 807, de 21 de julho de 1945”.
 “Diário Oficial” de 21-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 607, de 19 de agosto de 1946** —
 “Dispõe sobre a exigência do estágio a que se refere o art. 2.º do Decreto-lei n.º 8 546, de 3 de janeiro de 1946”.
 “Diário Oficial” de 21-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 608, de 19 de agosto de 1946** —
 “Dispõe sobre a organização do Ministério Público Federal e dá outras providências”.
 “Diário Oficial” de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 609, de 19 de agosto de 1946** —
 “Considera reformado no posto e com soldo de 2.º tenente um sub-oficial da Armada”.
 “Diário Oficial” de 21-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 610, de 19 de agosto de 1946** —
 “Autoriza a locação de bens incorporados ao Patrimônio Nacional e dá outras providências”.
 “Diário Oficial” de 21-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 611, de 19 de agosto de 1946** —
 “Retifica o Decreto-lei n.º 9 490, de 19 de julho de 1946”.
 “Diário Oficial” de 21-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 612, de 20 de agosto de 1946** —
 “Dá nova redação à alínea f, inciso II, art. 2.º do Decreto-lei n.º 7 469, de 17 de abril de 1945”.
 “Diário Oficial” de 22-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 613, de 20 de agosto de 1946** —
 “Lei Orgânica do Ensino Agrícola”.
 “Diário Oficial” de 23-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 614, de 20 de agosto de 1946** —
 “Disposições transitórias para execução da lei orgânica do ensino agrícola”.
 “Diário Oficial” de 23-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 615, de 20 de agosto de 1946** —
 “Dá nova redação ao art. 594 da Consolidação das Leis do Trabalho”.
 “Diário Oficial” de 22-8-946.
- * Decreto-lei n.º 9 616, de 21 de agosto de 1946** —
 “Altera, com redução de despesa, os Quadros I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências”.
 “Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 617, de 21 de agosto de 1946** —
 “Altera, com redução de despesa, os Quadros Permanente, Suplementar e Especial do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências”.
 “Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 618, de 21 de agosto de 1946** —
 “Dispõe sobre a administração das empresas e bens a que se refere o art. 2.º do Decreto-lei n.º 9 521, de 26 de julho de 1946, e dá outras providências”.
 “Diário Oficial” de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 619, de 21 de agosto de 1946** —
 “Prorroga por um ano o prazo para a vigência dos Decretos-leis ns. 7 974, de 20 de setembro, 8 128, de 25 de outubro, ambos de 1945 e 8 947, de 26 de janeiro de 1946”.
 “Diário Oficial” de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 620, de 21 de agosto de 1946** —
 “Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto-lei n.º 1 117, de 24 de fevereiro de 1939”.
 “Diário Oficial” de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 621, de 21 de agosto de 1946** —
 “Dispõe sobre a execução dos serviços da Fundação da Casa Popular, e dá outras providências”.
 “Diário Oficial” de 24-8-946.

- Decreto-lei n.º 9 622, de 22 de agosto de 1946** —
"Prorroga prazo para registro de partidos políticos".
"Diário Oficial" de 22-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 623, de 22 de agosto de 1946** —
"Dá nova redação ao item III do art. 32 do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1946".
"Diário Oficial" de 22-8-946.
- * **Decreto-lei n.º 9 624, de 22 de agosto de 1946** —
"Dispõe sobre os Quadros Permanente e Suplementar da Prefeitura do Distrito Federal".
"Diário Oficial" de 5-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 625, de 22 de agosto de 1946** —
"Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar o P. E. N. Clube do Brasil do pagamento do imposto que menciona".
"Diário Oficial" de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 626, de 22 de agosto de 1946** —
"Dispõe sobre o imposto de transmissão de propriedade inter-vivos no Distrito Federal".
"Diário Oficial" de 2-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 627, de 22 de agosto de 1946** —
"Extingue a Caixa Reguladora de Empréstimo da Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 628, de 22 de agosto de 1946** —
"Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar o Clube de Regatas do Flamengo do pagamento de emolumentos de obras".
"Diário Oficial" de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 629, de 22 de agosto de 1946** —
"Autoriza a exploração, mediante concessão, da Estação Rodoviária Mariano Procópio".
"Diário Oficial" de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 630, de 22 de agosto de 1946** —
"Autoriza a Administração do Porto do Rio-de-Janeiro a suprimir funções em sua Tabela Numérica de Mensalistas e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 631, de 22 de agosto de 1946** —
"Dispõe sobre o aproveitamento no serviço ativo da F. A. B. de oficiais subalternos da reserva de 2.ª classe da Aeronáutica".
"Diário Oficial" de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 632, de 2 de agosto de 1946** —
"Dispõe sobre a equiparação da Universidade Católica de São-Paulo".
"Diário Oficial" de 5-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 633, de 22 de agosto de 1946** —
"Dispõe sobre arrolamento e inventário do material do Ministério da Agricultura, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 634, de 22 de agosto de 1946** —
"Retifica o nome do Posto Fiscal em Montenegro".
"Diário Oficial" de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 635, de 22 de agosto de 1946** —
"Altera o art. 9.º do Decreto-lei n.º 3 100, de 7 de março de 1941".
"Diário Oficial" de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 636, de 22 de agosto de 1946** —
"Encorpara ao patrimônio da União o Hospital Geral São Francisco de Assis, de propriedade da Prefeitura do Distrito Federal, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 637, de 22 de agosto de 1946** —
"Altera o Orçamento Geral da República sem aumento de despesas".
"Diário Oficial" de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 638, de 22 de agosto de 1946** —
"Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República".
"Diário Oficial" de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 639, de 22 de agosto de 1946** —
"Aceita a doação feita à União de um terreno situado na cidade de Baturité, município do mesmo nome, Estado do Ceará e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 640, de 22 de agosto de 1946** —
"Aceita a doação feita à União, de um imóvel, terreno e prédio situado na vila de Guaimbé, município de Getulina, Estado de São-Paulo, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 641, de 22 de agosto de 1946** —
"Aceita as doações feitas à União, de quatro terrenos situados no município de Sousa, Estado da Paraíba, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 642, de 22 de agosto de 1946** —
"Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 10 541,90, para pagamento de gratificação de magistério".
"Diário Oficial" de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 643, de 2 de agosto de 1946** —
"Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 51 296,80, para pagamento de gratificação de magistério".
"Diário Oficial" de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 644, de 22 de agosto de 1946** —
"Estende ao Ministério da Marinha as disposições do Decreto-lei n.º 7 611, de 5 de julho de 1945".
"Diário Oficial" de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 645, de 2 de agosto de 1946** —
"Dá nova redação ao art. 10 do Decreto-lei n.º 7 675, de 26 de agosto de 1946".
"Diário Oficial" de 24-8-946.

- Decreto-lei n.º 9 646, de 22 de agosto de 1946** —
"Reorganiza os Serviços da Presidência da República e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 23-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 647, de 22 de agosto de 1946** —
"Proíbe a exportação de gêneros de primeira necessidade, couros e madeiras, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 23-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 648, de 23 de agosto de 1946** —
"Dispõe sobre o preenchimento e a extinção dos cargos que especifica, do Quadro Suplementar da Prefeitura do Distrito Federal".
"Diário Oficial" de 2-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 649, de 23 de agosto de 1946** —
"Torna sem aplicação a importância de Cr\$ 2 000 000,00 (dois milhões de cruzeiros) do crédito aberto pelo Decreto-lei n.º 7 526, de 7 de maio de 1945 e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 26-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 650, de 23 de agosto de 1946** —
"Modifica a redução do art. 1.º do Decreto-lei n.º 9 598, de 16 de agosto de 1946".
"Diário Oficial" de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 651, de 23 de agosto de 1946** —
"Extingue o regime de incorporação de saldos orçamentários aos Fundos e Caixas Econômicas".
"Diário Oficial" de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 652, de 23 de agosto de 1946** —
"Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras, até o fim de 1946, às ferramentas agrícolas, máquinas para lavoura e outros materiais".
"Diário Oficial" de 24-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 653, de 24 de agosto de 1946** —
"Cria a Divisão de Bioquímica na Diretoria de Saúde da Aeronáutica".
"Diário Oficial" de 27-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 654, de 26 de agosto de 1946** —
"Altera, com redução de despesa, os Quadros Permanente e Suplementar e o Quadro da Justiça — Partes Permanente e Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 4-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 655, de 27 de agosto de 1946** —
"Cria, sem aumento de despesa, no Serviço Nacional de Malária, do Departamento Nacional de Saúde, o Instituto de Malariologia".
"Diário Oficial" de 29-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 656, de 27 de agosto de 1946** —
"Dispõe sobre os balanços do exercício de 1945".
"Diário Oficial" de 29-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 657, de 28 de agosto de 1946** —
"Altera, com redução de despesa, os Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Fazenda e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 658, de 28 de agosto de 1946** —
"Dispõe sobre condições de alienação dos bens pertencentes às empresas incorporadas ao Patrimônio Nacional".
"Diário Oficial" de 30-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 659, de 28 de agosto de 1946** —
"Excluindo do regime de intervenção pelo governo federal a firma que menciona, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 30-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 660, de 28 de agosto de 1946** —
"Altera a doação feita à União, de um imóvel situado na cidade de Herculândia, Estado de São-Paulo".
"Diário Oficial" de 30-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 661, de 28 de agosto de 1946** —
"Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 50 000 000,00, para atender a despesas efetuadas pela Estrada de Ferro Central do Brasil com a construção do trecho ferroviário Montes Claros-Monte Azul".
"Diário Oficial" de 30-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 662, de 28 de agosto de 1946** —
"Concede adiantamento à Navegação Aérea Brasileira S. A. e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 29-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 663, de 28 de agosto de 1946** —
"Dá nova redação ao art. 3.º do Decreto-lei n.º 9 527, de 27 de julho de 1946".
"Diário Oficial" de 30-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 664, de 28 de agosto de 1946** —
"Abre ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 10 000 000,00 para execução de um plano de emergência, de fomento da produção animal, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 30-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 665, de 28 de agosto de 1946** —
"Dá nova redação ao Decreto-lei n.º 9 403, de 25 de junho de 1946".
"Diário Oficial" de 30-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 666, de 28 de agosto de 1946** —
"Dá nova redação ao art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho".
"Diário Oficial" de 30-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 667, de 29 de agosto de 1946** —
"Concede pensão especial a Agenor Alves Pereira".
"Diário Oficial" de 31-8-946.
- Decreto-lei n.º 9 668, de 29 de agosto de 1946** —
"Dispõe sobre a execução de serviços radio-telefônicos público interior e público restrito interior pela Companhia Rádio Internacional do Brasil".
"Diário Oficial" de 31-8-946.

Decreto-lei n.º 9 669, de 29 de agosto de 1946 —
"Regula a locação de prédios urbanos".

"Diário Oficial" de 31-8-946.

Decreto-lei n.º 9 670, de 29 de agosto de 1946 —
"Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a União dos Discípulos de Jesus do imposto que menciona".

"Diário Oficial" de 31-8-946.

Decreto-lei n.º 9 671, de 29 de agosto de 1946 —
"Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 21 388 200,00 às verbas que especifica".

"Diário Oficial" de 31-8-946.

Decreto-lei n.º 9 672, de 29 de agosto de 1946 —
"Altera, sem aumento de despesa, o atual Orçamento do Ministério da Guerra".

"Diário Oficial" de 31-8-946.

Decreto-lei n.º 9 673, de 29 de agosto de 1946 —
"Dá nova redação aos arts. 21 a 61 da Lei do Ensino Militar".

"Diário Oficial" de 31-8-946.

Decreto-lei n.º 9 674, de 29 de agosto de 1946 —
"Regula o acesso dos oficiais médicos da reserva de 2.ª classe, convocados para o serviço ativo do Exército".

"Diário Oficial" de 31-8-946.

Decreto-lei n.º 9 675, de 29 de agosto de 1946 —
"Altera a redação dos arts. 7.º e 8.º do Decreto-lei n.º 9 502, de 23 de julho de 1945 e do parágrafo único do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 31-8-946.

Decreto-lei n.º 9 676, de 29 de agosto de 1946 —
"Altera a redação do art. 4.º do Decreto-lei n.º 8 547, de 3 de janeiro de 1946".

"Diário Oficial" de 31-8-946.

Decreto-lei n.º 9 677, de 30 de agosto de 1946 —
"Altera dispositivo do Decreto-lei n.º 9 202, de 26 de abril de 1946, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 2-9-946.

Decreto-lei n.º 9 678, de 30 de agosto de 1946 —
"Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a baixar regulamento para as instalações de agosto dos prédios do Distrito Federal e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 2-9-946.

Decreto-lei n.º 9 679, de 30 de agosto de 1946 —
"Dispõe sobre bens e direitos decorrentes dos testamentos de Antônio e Helena Zerenner".

"Diário Oficial" de 2-9-946.

Decreto-lei n.º 9 680, de 30 de agosto de 1946 —
"Dispõe sobre os bens e direitos da Companhia Brasileira de Águas e Esgotos de Niterói e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 2-9-946.

Decreto-lei n.º 9 681, de 30 de agosto de 1946 —
"Autoriza a emissão de Obrigações Portuárias e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 2-9-946.

Decreto-lei n.º 9 682, de 30 de agosto de 1946 —
"Extingue a Comissão Central de Requisições e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 2-9-946.

Decreto-lei n.º 9 683, de 30 de agosto de 1946 —
"Dispõe sobre segurados, contribuições e benefícios; relativamente ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 2-9-946.

Decreto-lei n.º 9 684, de 30 de agosto de 1946 —
"Transforma em Divisão de Orçamento a Comissão de Orçamento do Ministério da Aeronáutica".

"Diário Oficial" de 2-9-946.

Decreto-lei n.º 9 685, de 30 de agosto de 1946 —
"Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a realizar com a Caixa Econômica Federal do Rio-de-Janeiro, a operação de crédito que menciona e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 31-8-946.

Decreto-lei n.º 9 686, de 30 de agosto de 1946 —
"Suspense o vencimento das obrigações assumidas pelos pecuaristas e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 31-8-946.

Decreto-lei n.º 9 687, de 30 de agosto de 1946 —
"Altera os Decretos-lei ns. 1 713, de 28 de outubro de 1939 e 8 542, de 2 de janeiro de 1946, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 6-9-946.

Decreto-lei n.º 9 688, de 30 de agosto de 1946 —
"Dá nova redação ao item IV e parágrafo 1.º e acrescenta um parágrafo 5.º ao art. 9.º do Decreto-lei n.º 7 729, de 12 de julho de 1945".

"Diário Oficial" de 6-9-946.

Decreto-lei n.º 9 689, de 30 de agosto de 1946 —
"Dispõe sobre a concessão de ajuda de custo, transporte, diária e gratificação de representação a militares em missão ou a serviço no estrangeiro e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 6-9-946.

Decreto-lei n.º 9 691, de 2 de setembro de 1946 —
"Dispõe sobre arrolamento e inventário do material do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 4-9-946.

Decreto-lei n.º 9 692, de 2 de setembro de 1946 —
"Altera a redação do art. 1.º alínea a do Decreto-lei n.º 9 320, de 3 de junho de 1946".

"Diário Oficial" de 4-9-946.

- Decreto-lei n.º 9 693, de 2 de agosto de 1946** — “Cria na Prefeitura do Distrito Federal o Serviço de Doenças Venéreas e dá outras providências”.
“Diário Oficial” de 4-9-1946.
- Decreto-lei n.º 9 694, de 2 de agosto de 1946** — “Dispõe sobre a reorganização do Interior e da Justiça, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores”.
“Diário Oficial” de 4-9-1946.
- Decreto-lei n.º 9 695, de 2 de setembro de 1946** — “Torna extensivo dispositivo do Decreto-lei n.º 3 836, de 18 de novembro de 1941”.
“Diário Oficial” de 4-9-1946.
- Decreto-lei n.º 9 696, de 2 de setembro de 1946** — “Reorganiza a Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior e dá outras providências”.
“Diário Oficial” de 6-9-1946.
- Decreto-lei n.º 9 697, de 2 de setembro de 1946** — “Dispõe sobre os pagamentos efetuados pela delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior e dá outras providências”.
“Diário Oficial” de 6-9-1946.
- Decreto-lei n.º 9 698, de 2 de setembro de 1946** — “Aprova o Estatuto dos Militares”.
“Diário Oficial” de 6-9-1946.
- Decreto-lei n.º 9 699, de 2 de setembro de 1946** — “Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 144 000,00 para despesas referentes à Secretaria do Senado Federal”.
“Diário Oficial” de 5-9-1946.
- Decreto-lei n.º 9 700, de 2 de setembro de 1946** — “Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 97 000,00 à verba que especifica”.
“Diário Oficial” de 5-9-1946.
- Decreto-lei n.º 9 701, de 3 de setembro de 1946** — “Dispõe sobre a guarda de filhos menores no desquite judicial”.
“Diário Oficial” de 5-9-1946.
- Decreto-lei n.º 9 702, de 3 de setembro de 1946** — “Abre ao Ministério da Guerra o crédito suplementar de Cr\$ 2 000 000,00 à verba que especifica”.
“Diário Oficial” de 5-9-1946.
- Decreto-lei n.º 9 703, de 3 de setembro de 1946** — “Dispõe sobre a cobrança da taxa sobre kW criada pelo Decreto-lei n.º 2 281, de 5 de junho de 1940, e sobre a fixação dos valores das quotas respectivas no exercício de 1947”.
“Diário Oficial” de 5-9-1946.
- Decreto-lei n.º 9 704, de 3 de setembro de 1946** — “Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 23 361,30, para pagamento de gratificação de magistério”.
“Diário Oficial” de 5-9-1946.
- Decreto-lei n.º 9 705, de 3 de setembro de 1946** — “Torna sem aplicação parte de dotação da Verba 3 — Serviço e Encargos; do Ministério da Agricultura, e abre crédito suplementar ao mesmo Ministério e dá outras providências”.
“Diário Oficial” de 5-9-1946.
- Decreto-lei n.º 9 706, de 3 de setembro de 1946** — “Altera, com redução de despesa, o orçamento do Plano de Obras e Equipamentos”.
“Diário Oficial” de 5-9-1946.
- Decreto-lei n.º 9 707, de 3 de setembro de 1946** — “Altera a denominação das Seções da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário e dá outras providências”.
“Diário Oficial” de 5-9-1946.
- Decreto-lei n.º 9 708, de 3 de setembro de 1946** — “Revoga o art. 10 do Decreto-lei n.º 4 642, de 2 de setembro de 1942”.
“Diário Oficial” de 5-9-1946.
- Decreto-lei n.º 9 709, de 3 de setembro de 1946** — “Altera a tabela III que acompanha o Decreto-lei n.º 8 512, de 31 de dezembro de 1945”.
“Diário Oficial” de 5-9-1946.
- Decreto-lei n.º 9 710, de 3 de setembro de 1946** — “Dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei n.º 9 295, de 27 de maio de 1946”.
“Diário Oficial” de 5-9-1946.
- Decreto-lei n.º 9 711, de 3 de setembro de 1946** — “Determina o destino a ser dado aos pneumáticos e câmaras de ar apreendidos por motivo de infração das disposições legais em vigor”.
“Diário Oficial” de 5-9-1946.
- Decreto-lei n.º 9 712, de 3 de setembro de 1946** — “Concede pensão especial a Maria de Barros Portilho”.
“Diário Oficial” de 5-9-1946.
- Decreto-lei n.º 9 713, de 3 de setembro de 1946** — “Altera, sem aumento de despesa, o orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores”.
“Diário Oficial” de 5-9-1946.
- Decreto-lei n.º 9 714, de 3 de setembro de 1946** — “Abre ao Ministério da Marinha o crédito especial de Cr\$ 2 720 583,40, para despesas com a representação do governo brasileiro na posse do presidente eleito da República Argentina”.
“Diário Oficial” de 5-9-1946.
- Decreto-lei n.º 9 715, de 3 de setembro de 1946** — “Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 149 715,20, para pagamento de fornecimentos feitos pela firma F. Passos & Companhia”.
“Diário Oficial” de 5-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 716, de 3 de setembro de 1946
— "Concede favores aduaneiros, inclusive imposto de consumo e dispensa de multas fiscais, à Companhia Siderúrgica Nacional".

"Diário Oficial" de 6-9-946.

Decreto-lei n.º 9 717, de 3 de setembro de 1946
— "Extingue a coletoria federal em Boa-Vista e cria a mesa de rendas alfandegárias na mesma localidade e transfere a coletoria federal de Moura para Barcelos".

"Diário Oficial" de 6-9-946.

Decreto-lei n.º 9 718, de 3 de setembro de 1946
— "Dispõe sobre a subordinação das repartições da Fazenda, sediadas no Território Federal do Guaporé".

"Diário Oficial" de 6-9-946.

Decreto-lei n.º 9 719, de 3 de setembro de 1946
— "Dispõe sobre a inspeção e fiscalização do imposto de consumo".

"Diário Oficial" de 6-9-946.

Decreto-lei n.º 9 720, de 3 de setembro de 1946
— "Modifica o disposto nos Decretos-leis ns. 4 451, de 9 de julho de 1942, e 5 185, de 12 de janeiro de 1943, relativa à constituição e atribuição do Banco de Crédito da Borraça S. A., e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 6-9-946.

Decreto-lei n.º 9 721, de 3 de setembro de 1946
— "Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 148 615,60, para indenização à Comissão de Marinha Mercante".

"Diário Oficial" de 5-9-946.

Decreto-lei n.º 9 722, de 3 de setembro de 1946
— "Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 1 639 000,00 à verba que especifica".

"Diário Oficial" de 5-9-946.

Decreto-lei n.º 9 723, de 3 de setembro de 1946
— "Dispõe sobre a aposentadoria de Francisco José dos Santos Werneck, ex-Engenheiro de 1.ª classe da extinta Diretoria do Domínio da União".

"Diário Oficial" de 6-9-946.

Decreto-lei n.º 9 724, de 3 de setembro de 1946
— "Aprova o acórdão celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e a Inter-American Educational Foundation Inc., sobre educação industrial vocacional e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 5-9-946.

Decreto-lei n.º 9 725, de 3 de setembro de 1946
— "Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2 000 000,00, para aquisição de biblioteca".

"Diário Oficial" de 5-9-946.

Decreto-lei n.º 9 726, de 3 de setembro de 1946
— "Transfere cadeiras do extinto Curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes para a Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 6-9-946.

Decreto-lei n.º 9 727, de 3 de setembro de 1946
— "Encorpora bens ao patrimônio nacional e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 5-9-946.

Decreto-lei n.º 9 728, de 3 de setembro de 1946
— "Torna sem efeito o Decreto-lei n.º 9 271, de 22 de maio de 1946 e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 6-9-946.

Decreto-lei n.º 9 729, de 3 de setembro de 1946
— "Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial Cr\$ 610 639,80, para pagamento à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços Aéreos e Tele-Comunicações".

"Diário Oficial" de 5-9-946.

Decreto-lei n.º 9 730, de 4 de setembro de 1946
— "Proíbe a circulação de vagões, combolos e locomotivas particulares nas linhas da Rede de Viação Paraná-Santa-Catarina e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 6-9-946.

Decreto-lei n.º 9 731, de 4 de setembro de 1946
— "Extingue cargos isolados de provimento efetivo do Ministério das Relações Exteriores".

"Diário Oficial" de 5-9-946.

Decreto-lei n.º 9 732, de 4 de setembro de 1946
— "Cria a Ordem Nacional do Mérito".

"Diário Oficial" de 6-9-946.

Decreto-lei n.º 9 733, de 4 de setembro de 1946
— "Dispõe sobre o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, do Instituto Rio-Branco".

"Diário Oficial" de 6-9-946.

Decreto-lei n.º 9 734, de 4 de setembro de 1946
— "Dá nova redação ao art. 2.º do Decreto-lei n.º 8 444, de 26 de dezembro de 1945".

"Diário Oficial" de 6-9-946.

Decreto-lei n.º 9 735, de 4 de setembro de 1946
— "Consolida a legislação relativa ao Instituto de Resseguros do Brasil e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 6-9-946.

Decreto-lei n.º 9 736, de 4 de setembro de 1946
— "Fixa o número de generais do Exército, almirante de esquadra, e tenente-brigadeiro e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 6-9-946.

Decreto-lei n.º 9 737, de 4 de setembro de 1946
— "Dispõe sobre o pessoal da Escola Politécnica da Bahia e da Faculdade de Direito do Ceará, abre crédito especial e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 6-9-946.

Decreto-lei n.º 9 738, de 4 de setembro de 1946
— "Prorroga por 60 dias o prazo a que se refere o art. 2.º do Decreto-lei n.º 9 411, de 28 de junho de 1946".

"Diário Oficial" de 5-9-946.

- Decreto-lei n.º 9 739, de 4 de setembro de 1946**
— “Cria o emblema e a carteira de identidade de juiz”.
“Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 740, de 5 de setembro de 1946**
— “Faz reduções no Orçamento Geral da República para 1946”.
“Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 741, de 5 de setembro de 1946**
— “Abre crédito suplementar de Cr\$ 1 937 423 777,90, às verbas que especifica e dá outras providências”.
“Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 742, de 5 de setembro de 1946**
— “Reduz para Cr\$ 600 000,00 o crédito especial de 1 600 000,00, aberto pelo Decreto-lei n.º 8 694, de 16 de janeiro de 1946”.
“Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 743, de 5 de setembro de 1946**
— “Cancela o crédito especial de Cr\$ 9 000 000,00 aberto pelo Decreto-lei n.º 7 847, de 9 de agosto de 1945”.
“Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 744, de 5 de setembro de 1946**
— “Reduz para Cr\$ 174 116,00 o crédito especial de Cr\$ 187 200,00, aberto pelo Decreto-lei n.º 8 736, de 19 de janeiro de 1946”.
“Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 745, de 5 de setembro de 1946**
— “Reduz para Cr\$ 160 000,00 o crédito especial de Cr\$ 480 000,00 aberto pelo Decreto-lei n.º 8 484, de 28 de dezembro de 1945”.
“Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 746, de 5 de setembro de 1946**
— “Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 892 050,00 para despesas da Administração do Porto de Laguna”.
“Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 747, de 5 de setembro de 1946**
— “Reduz para Cr\$ 2 247 200,00 o crédito especial de Cr\$ 2 292 200,00 aberto pelo Decreto-lei n.º 9 115, de 1 de abril de 1946”.
“Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 748, de 5 de setembro de 1946**
— “Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 77 152 469,60, para pagamento do material cedido pelo governo dos Estados Unidos da América”.
“Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 749, de 5 de setembro de 1946**
— “Suspende até 31 de dezembro de 1946 a cobrança dos direitos de importação e demais taxas aduaneiras que incidem sobre a soda cáustica”.
“Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 750, de 5 de setembro de 1946**
— “Revoga dispositivos referentes à preferência para nomeação ao cargo de agente fiscal do Imposto do Consumo, e dá outras providências”.
“Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 751, de 5 de setembro de 1946**
— “Extingue a Mesa de Renda da 1.ª Ordem sediada em Santa-Isabel, no município de Arroio Grande, Estado do Rio-Grande-do-Sul, e dá outras providências”.
“Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 752, de 5 de setembro de 1946**
— “Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 800 000,00 à verba que especifica”.
“Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 753, de 5 de setembro de 1946**
— “Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a assinar um acôrdo com o Jockey Club Brasileiro, nas condições que menciona”.
“Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 754, de 5 de setembro de 1946**
— “Autoriza o Touring Club do Brasil e o Automóvel Clube do Brasil a acreditar funcionários seus junto às repartições municipais”.
“Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 755, de 5 de setembro de 1946**
— “Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a doar à Mitra Arquiepiscopal do Rio-de-Janeiro terreno de propriedade da Municipalidade, para o fim que menciona”.
“Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 756, de 5 de setembro de 1946**
— “Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a conceder à Mitra Arquiepiscopal do Rio-de-Janeiro a isenção do imposto que menciona”.
“Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 757, de 5 de setembro de 1946**
— “Acrece de mais um general de Divisão o Quadro de Oficiais Gerais do Exército”.
“Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 758, de 5 de setembro de 1946**
— “Transfere para Belterra, Estado do Pará, e para o vale do Solimões, Estado do Amazonas, respectivamente, os atuais Aprendizados Agrícolas Manuel Barata de Belém, e Rio-Branco, de Manaus, cria a Escola de Iniciação Agrícola no Território do Acre, e dá outras providências”.
“Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 759, de 5 de setembro de 1946**
— “Dispõe sobre a competência do Departamento Administrativo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores”.
“Diário Oficial” de 6-9-946.
- Decreto-lei n.º 9 760, de 5 de setembro de 1946**
— “Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências”.
“Diário Oficial” de 6-9-946.

Decreto-lei n.º 9 761, de 6 de setembro de 1946
— "Autoriza a permuta de imóveis que menciona, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 6-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 762, de 6 de setembro de 1946
— "Dispõe as obrigações dos pecuaristas previstas no Decreto-lei n.º 9 686, de 30 de agosto de 1946".

"Diário Oficial" de 6-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 763, de 6 de setembro de 1946
— "Concede isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, para o papel para livros e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 6-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 764, de 6 de setembro de 1946
— "Dá nova redação ao art. 3.º do Decreto-lei n.º 3 002, de 30 de janeiro de 1941, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 6-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 765, de 6 de setembro de 1946
— "Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 200 000,00 à verba que especifica".

"Diário Oficial" de 6-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 766, de 6 de setembro de 1946
— "Altera os arts. 4.º e 7.º do Decreto-lei n.º 7 632, de 12 de junho de 1946".

"Diário Oficial" de 6-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 767, de 6 de setembro de 1946
— "Autoriza a Viação Férrea do Rio-Grande-do-Sul a adquirir material ferroviário, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 6-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 772, de 6 de setembro de 1946
— "Estende ao Ministério da Marinha o disposto nas alíneas a e b do parágrafo 1.º do Decreto-lei n.º 9 266, de 20 de maio de 1946."

"Diário Oficial" de 10-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 773, de 6 de setembro de 1946
— "Restabelece cargos isolados de provimento efetivo".

"Diário Oficial" de 10-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 774, de 6 de setembro de 1946
— "Desencorpora a Estrada de Ferro Central do Piauí da Estrada de Ferro São-Luis a Teresina, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 10-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 775, de 6 de setembro de 1946
— "Dispõe sobre as atribuições do Conselho de Segurança Nacional e de seus órgãos complementares e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 10-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 776, de 6 de setembro de 1946
— "Inclusão de Oficiais da Reserva de 1.ª Classe do Exército, no Quadro de Oficiais de Infantaria de Guarda da Aeronáutica".

"Diário Oficial" de 10-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 778, de 6 de setembro de 1946
— "Subordina ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio a Comissão Executiva Têxtil, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 10-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 779, de 6 de setembro de 1946
— "Altera, sem aumento de despesa, o atual orçamento do Ministério da Educação e Saúde".

"Diário Oficial" de 10-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 781, de 6 de setembro de 1946
— "Amplia a isenção estabelecida pelo art. 37, parágrafo 1.º, letra a do Decreto-lei n.º 5 844, de 23 de setembro de 1943".

"Diário Oficial" de 10-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 782, de 6 de setembro de 1946
— "Extingue, a partir de 1947, o Plano de Obras e Equipamentos, dispõe sobre sua execução no atual exercício, modifica o Orçamento Geral da República para 1946, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 10-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 783, de 6 de setembro de 1946
— "Dispõe sobre a admissão para cotação em Bolsa, de ações ou obrigações ao portador".

"Diário Oficial" de 10-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 784, de 6 de setembro de 1946
— "Cria no Ministério da Fazenda uma Divisão da Economia Cafeeira e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 10-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 785, de 6 de setembro de 1946
— "Aceita a doação feita à União de um terreno situado no município de Guaxupé, Estado de Minas-Gerais e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 10-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 786, de 6 de setembro de 1946
— "Fixa currículo mínimo para o curso de sociologia e política e reconhece a Escola Livre de Sociologia e Política de São-Paulo".

"Diário Oficial" de 10-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 787, de 6 de setembro de 1946
— "Dispõe sobre a aplicação de dispositivos da Lei de Ensino Militar e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 10-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 788, de 6 de setembro de 1946
— "Extingue o Departamento Nacional de Informações e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 10-9-1946.

Decreto-lei n.º 9 789, de 6 de setembro de 1946
— “Revoga o Decreto-lei n.º 9 485, de 18 de julho de 1946”.

“Diário Oficial” de 10-9-946.

Decreto-lei n.º 9 790, de 6 de setembro de 1946
— “Dispõe sobre a consignação de descontos sobre o salário de mutuários das carteiras de empréstimos das instituições de previdência social”.

“Diário Oficial” de 10-9-946.

Decreto-lei n.º 9 791, de 6 de setembro de 1946
— “Considera reformado na graduação e com o sôldo de sub-oficial um sargento ajudante”.

“Diário Oficial” de 10-9-946.

Decreto-lei n.º 9 792, de 6 de setembro de 1946
— “Regula a utilização dos aeroportos e define os serviços e taxas correspondentes”.

“Diário Oficial” de 10-9-946.

Decreto-lei n.º 9 793, de 6 de setembro de 1946
— “Estabelece normas para a concessão de linhas regulares de navegação aérea e dá outras providências”.

“Diário Oficial” de 10-9-946.

Decreto-lei n.º 9 794, de 6 de setembro de 1946
— “Altera a denominação de Serviço de Documentação do Ministério da Aeronáutica”.

“Diário Oficial” de 10-9-946.

Decreto-lei n.º 9 795, de 6 de setembro de 1946
— “Altera o plano geral de uniformes para os oficiais e praças da Aeronáutica”.

“Diário Oficial” de 10-9-946.

Decreto-lei n.º 9 812, de 9 de setembro de 1946
— “Dispõe sobre a readmissão e posse de José Galhanone de Oliveira”.

“Diário Oficial” de 10-9-946.

Íntegra da legislação de interesse geográfico

Decretos-lei

Decreto-lei n.º 9 532, de 31 de julho de 1946

Cria, na Prefeitura do Distrito Federal, a Superintendência do Financiamento Urbanístico e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937,

Decreta:

Art. 1.º — Fica criada, na Prefeitura do Distrito Federal e diretamente subordinada à Secretaria Geral de Finanças, a Superintendência do Financiamento Urbanístico — F. S. U.

Art. 2.º — A F. S. U. tem por finalidade o planejamento, orientação, execução e a coordenação do financiamento dos projetos de urbanismo e outras aprovadas pelo prefeito especialmente na parte relativa à realização da receita respectiva.

Art. 3.º — A F. S. U. compõe-se dos seguintes órgãos:

Divisão de Estudos e Financiamento	(1SU)
Procuradoria de Desapropriação ...	(2SU)
Divisão de Apropriação de Obras ..	(3SU)
Secção Administrativa	(4SU)

Parágrafo único — A F. S. U. será dirigida por um superintendente, as Divisões e a Secção por chefe e a Procuradoria por auditor, bacharel em Direito.

Art. 4.º — Ficam criados, no Quadro Permanente da Prefeitura do Distrito Federal, os seguintes cargos, de provimento em comissão:

1 Superintendente, padrão Q
1 Auditor, padrão P
2 Chefes de Divisão, padrão O
1 Chefe de Secção, padrão L
1 Adjunto do superintendente, padrão L.

Art. 5.º — O prefeito do Distrito Federal fica autorizado a expedir as instruções necessárias para regulamentação do presente decreto-lei.

Art. 6.º — Ficam extintos a Comissão Especial de Desapropriações e os órgãos cujas funções foram transferidas para a F. S. U.

Art. 7.º — Fica o prefeito do Distrito Federal autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 204 300,00 (duzentos e quatro mil e trezentos cruzeiros) para atender as despesas, no corrente exercício, com o provimento dos cargos referidos.

Art. 8.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 31 de julho de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

EURICO G. DUTRA
Carlos Coimbra da Luz.

"Diário Oficial" de 10-8-946.

★

Decreto-lei n.º 9 533, de 31 de julho, de 1946

Dispõe sobre a consolidação das resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura referentes ao exercício da Engenharia, Arquitetura e Agrimensura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando o que representou o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, quanto à necessidade de consolidar as resoluções baixadas pelo mesmo, na forma do disposto nos Decretos-leis ns. 23 569, de 11 de dezembro de 1933; 3 995, de 31 de dezembro de 1941 e 8 620, de 10 de janeiro de 1946;

Considerando que tais resoluções, para constituir um corpo de doutrina necessitam ser consolidadas com as que ainda devem ser baixadas de acordo com o preceituado no referido Decreto n.º 8 620, de 10 de janeiro de 1946,

Decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura a proceder à consolidação de suas resoluções, baixadas na forma do disposto nos Decretos-leis ns. 23 569, de 11 de dezembro de 1933 e 3 995, de 31 de dezembro de 1941, com as que se tornarem necessárias para o cumprimento do preceituado no Decreto n.º 8 620, de 10 de janeiro de 1946.

Art. 2.º — A consolidação a que se refere o artigo anterior constituirá a consolidação das resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura referentes ao exercício da Engenharia, Arquitetura e Agrimensura.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 31 de julho de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

EURICO G. DUTRA
Otacílio Negrão de Lima.

"Diário Oficial" de 2-8-946.

★

Decreto-lei n.º 9 534, de 31 de julho de 1946

Aprova o acôrdo celebrado em 6 de julho de 1946, entre os governos federal e do Estado de São-Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado e fazendo parte integrante deste decreto-lei, o acôrdo celebrado em 6 de junho de 1946, entre o governo federal e o do Estado de São-Paulo.

Art. 2.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, em 31 de julho de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

EURICO G. DUTRA
Carlos Coimbra da Luz.
Neto Campelo Júnior.
Otacílio Negrão de Lima.

☆

CONVÊNIO SOBRE IMIGRAÇÃO

Térmo do acôrdo celebrado entre o governo da União e o do Estado de São-Paulo para introdução de imigrantes europeus a serem dirigidos para os trabalhos agrícolas e industriais — Aprovação pelo Conselho de Imigração e Colonização em sessão de três de junho de mil novecentos e quarenta e seis.

Aos quatro dias do mês de julho de mil novecentos e quarenta e seis presentes no Conselho de Imigração e Colonização, o vice-presidente em exercício Artur Hehl Neiva, por parte do governo da União e o doutor Francisco Malta Cardoso, secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio de São-Paulo, devidamente autorizado para representar o governo desse Estado, na conformidade do artigo dezoenove da Constituição Federal, resolveram entrar em acôrdo para que aquela Secretaria de Estado promovesse a introdução de imigrantes conforme as cláusulas seguintes:

Cláusula primeira — A Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do governo do Estado de São-Paulo fica autorizada a tomar as necessárias providências a fim de promover, de acôrdo com as leis federais e estaduais, a introdução de imigrantes europeus destinados a atender aos trabalhos agrícolas e industriais nas condições estipuladas nas cláusulas seguintes:

Cláusula segunda — Os pontos ou países de procedência e as nacionalidades dos imigrantes serão previamente acordados entre aquela Secretaria e o Conselho de Imigração e Colonização.

Cláusula terceira — O número de famílias de agricultores ou trabalhadores agrícolas a serem introduzidos durante o ano de mil novecentos e quarenta e seis e seguintes, sob o patrocínio do governo do Estado de São-Paulo, ficará condicionado às possibilidades de hospedagem e localização adequadas, assim como, aos recursos financeiros destinados a custear as despesas de introdução de imigrantes.

Cláusula quarta — Cada família de imigrantes deverá constar, no mínimo, de três pessoas aptas para os trabalhos agrícolas, de quatorze a cinquenta anos, entre os descendentes e ascendentes no primeiro grau de parentesco.

Cláusula quinta — A cada família constituída de acôrdo com a cláusula anterior poderão ser agregados: noras de menos de vinte e um anos e, também, netos, irmãos e sobrinhos solteiros e menos de vinte e um anos.

Cláusula sexta — A Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, de acôrdo ou em cooperação, com as autoridades brasileiras e as do país de origem, fiscalizará, nos pontos de procedência por intermédio de um seu representante, técnico em migração e especializado em seleção de trabalhadores agrícolas, as condições de constituição das famílias e a capacidade profissional das pessoas que desejarem ser encaminhadas sob o patrocínio do Estado de São-Paulo.

Cláusula sétima — O Estado de São-Paulo garantirá a colocação dos agricultores nas propriedades agrícolas registradas no Serviço de Imigração e Colonização da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio durante o período de dois ou mais anos mediante a celebração de contratos de locação de serviço de acôrdo com o modelo anexo, a serem firmados no Escritório Oficial de Informações e Colocação daquele Serviço.

Cláusula oitava — Após dois anos de trabalhos agrícolas, em cumprimento dos contratos firmados, o Estado de São Paulo concederá quando solicitado, um lote de terreno nos núcleos coloniais oficiais ou oficializados, com facilidade de pagamento, sendo, então, creditado ao imigrante a importância que fôr, por êle, efetivamente, despendida no pagamento do transporte marítimo até o pórtio de Santos.

Parágrafo único — Aos agricultores que dispuserem de recursos suficientes e não desejarem firmar um contrato de trabalho, o Estado de São-Paulo facilitará a aquisição de lotes em núcleos coloniais oficiais ou oficializados ou, ainda, em colonizações particulares.

Cláusula nona — O Estado de São-Paulo responsabiliza-se, dentro dos dois primeiros anos pelo repatriamento das famílias de agricultores por morte ou invalidez de seu chefe.

Cláusula décima — A introdução, sob o patrocínio do Estado de São-Paulo, de operários qualificados necessários a atender às deficiências de mão de obra nos trabalhos industriais, será regulada por instruções especiais acordadas, oportunamente, entre a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio e o Conselho de Imigração e Colonização, aplicáveis aos diferentes grupos e modalidades de emprego e de contratos de locação de serviço.

Cláusula décima primeira — O Estado de São-Paulo custeará todas as despesas com os imigrantes desde o desembarque no pórtio de Santos até sua instalação nas lavouras a que forem destinados ou, no caso da cláusula anterior, até o local de trabalho e auxiliará, quando fôr possível e previamente acordado, o financiamento do transporte marítimo até aquele pórtio.

E por assim o haverem ajustado assinam o presente convênio perante mim Ellen Christiana Kjer, chefe da Secção Administrativa do Conselho de Imigração e Colonização, que o transcrevi, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, fielmente de acôrdo com o original.

Rio-de-Janeiro, em quatro de julho de mil novecentos e quarenta e seis. Artur Hehl Neiva, vice-presidente em exercício do Conselho de

Imigração e Colonização, Francisco Malta Cardoso, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio de São-Paulo. — *Artur Hehl Neiva*. — *Francisco Malta Cardoso*.

"Diário Oficial" de 2-8-946.

★

Decreto-lei n.º 9 541, de 2 de agosto de 1946

Fixa a segunda contribuição do Brasil destinada à Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas (United Nations Relief and Rehabilitation Administration — U. N. R. R. A.), e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que a maioria das nações signatárias do Convênio que instituiu a Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas (United Nations Relief and Rehabilitation Administration — U. N. R. R. A.), atendeu ao veemente apêlo feito por esta organização, no sentido de lhe atribuir nova contribuição, a fim de que possa ela continuar a prestar a assistência reclamada pela angustiada situação em que ainda se encontram os países invadidos e devastados pela guerra;

Considerando que o Brasil é um dos signatários desse Convênio, e

Considerando, finalmente, que tanto mais rapidamente aqueles países voltarão à normalidade de antes da guerra quanto mais presta e maior for a assistência que receberem,

Decreta:

Art. 1.º — Fica estabelecido que a segunda contribuição do Brasil para a Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas (United Nations Relief and Rehabilitation Administration — U. N. R. R. A.), será de duzentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 200 000 000,00).

Art. 2.º — Da contribuição referida no artigo anterior, dez por cento (10%) serão oportunamente depositados pela Comissão Mista de Aquisições da U. N. R. R. A. no Brasil, em dólares americanos, na conta aberta pela U. N. R. R. A., no Federal Reserve Bank, em Nova York, Estados Unidos da América, e os noventa por cento (90%) restantes aplicados pela dita Comissão de pagamento de mercadorias e serviços a serem fornecidos pelo Brasil na conformidade do acôrdo assinado entre o governo brasileiro e a U. N. R. R. A., e aprovado pelo Decreto-lei n.º 6 987, de 25 de outubro de 1944.

Parágrafo único — Mediante pedido da U. N. R. R. A., a Comissão Mista de Aquisições da U. N. R. R. A., no Brasil poderá dar à totalidade ou parte dos dez por cento (10%) referidos no início deste artigo, aplicação idêntica à prevista para os noventa por cento (90%) da mesma contribuição.

Art. 3.º — Os fundos provenientes da segunda contribuição, salvo o disposto no art. 2.º, só poderão ser aplicados no pagamento de mercadorias e serviços escolhidos, previamente, pelo governo brasileiro e a U. N. R. R. A.

Art. 4.º — Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de duzentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 200 000 000,00) para atender ao pagamento (Serviço e Encargos) da segunda contribuição, na forma deste decreto-lei.

Parágrafo único — O crédito a que se refere este artigo será automaticamente registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas ao Tesouro Nacional.

Art. 5.º — Fica o Ministério da Fazenda autorizado a colocar imediatamente à disposição da Comissão Mista de Aquisições da U. N. R. R. A. no Brasil, a última parcela da primeira contribuição do Brasil, estabelecida pelo Decreto-lei n.º 6 903, de 26 de setembro de 1944.

Art. 6.º — O ministro da Fazenda fica autorizado a realizar operações de crédito e a baixar instruções que se tornarem necessárias à execução do presente decreto-lei.

Art. 7.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 8.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 2 de agosto de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

EURICO G. DUTRA.
Gastão Vidigal.

"Diário Oficial" de 5-8-946.

★

Decreto-lei n.º 9 578, de 13 de agosto de 1946

Aprova a linha divisória entre os Estados de Pernambuco e Alagoas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aprovada a linha divisória entre os Estados de Pernambuco e Alagoas a que se referem os Decretos-lei estaduais, respectivamente, ns. 1 380, e 3 177, de 29 de maio de 1946.

Art. 2.º — Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 13 de agosto de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

EURICO G. DUTRA
Carlos Coimbra da Luz.

"Diário Oficial" de 15-8-946.

★

Decreto-lei n.º 9 605, de 19 de agosto de 1946

Dá nova redação ao n.º II do artigo 16 do Código de Minas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — O n.º II do art. 16 do Decreto-lei n.º 1 985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) passa a vigorar com a seguinte redação: II — A autorização é válida por dois (2) anos, podendo o governo renová-la, nos dois (2) seguintes casos, a requerimento do interessado, apresentado dentro do prazo de sua vigência:

a) ocorrendo circunstância de força maior, devidamente comprovada, dar-se-á por novo decreto, com o prazo de dois (2) anos, mesmo havendo outro pretendente para a área;

b) não provada a força maior e desde que não haja outro pedido para a mesma área, dar-se-á uma única renovação, por novo decreto, válida pelo prazo de um (1) ano.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 19 de agosto de 1946; 125.º da Independência e 58.º da República.

EURICO G. DUTRA
Neto Campelo Júnior.

"Diário Oficial" de 21-8-946.

★

Decreto-lei n.º 9 606, de 19 de agosto de 1946

Dilata o prazo de que trata o artigo 2.º do Decreto-lei n.º 7 807, de 31 de julho de 1945.

O Presidente da República, ouvido o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, e usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica dilatado para vinte meses o prazo de que trata o artigo 2.º do Decreto-lei 7 807, de 31 de julho de 1945.

Art. 2.º — O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 19 de agosto de 1946; 125.º da Independência e 58.º da República.

EURICO G. DUTRA.
Neto Campelo Júnior.
Edmundo de Macedo Soares e Silva.

"Diário Oficial" de 22-8-946.

★

Decreto-lei n.º 9 612, de 20 de agosto de 1946

Dá nova redação à alínea f, do inciso II, art. 2.º, do Decreto-lei n.º 7 469, de 17 de abril de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista a exposição feita pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica,

Decreta:

Art. 1.º — A alínea f, inciso II, art. 2.º, do Decreto-lei n.º 7 469, de 17 de abril de 1945, passa a ter a seguinte redação:

"f — geradores: justificação do tipo adotado; potência, tensão, fator de potência, rendimentos em diferentes cargas, em múltiplos de 1/4 ou 1/8 até plena carga, respectivamente, com $\text{COS } \phi = 0,7$, $\text{COS } \phi = 0,8$ e $\text{COS } \phi = 1$; frequência de 60 ciclos por segundo, variação de tensão e sua regulação, queda de tensão de curto circuito, características de detalhes, em escala fornecida pelos fabricantes, GD 2 do grupo motor gerador; esquema das ligações, orçamento;"

Art. 2.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 20 de agosto de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

EURICO G. DUTRA.
Neto Campelo Júnior.

"Diário Oficial" de 22-8-946.

★

DECRETOS

Decreto n.º 21 599, de 12 de agosto de 1946

Retifica disposições do Estatuto da Universidade do Brasil, aprovado pelo Decreto n.º 21 321, de 18 de junho de 1946.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, alínea a, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Na alínea h do art. 14, e nos arts. 30, 91 e 99 do Estatuto da Universidade do Brasil, aprovado pelo Decreto n.º 21 321, de 18 de junho de 1946, façam-se as seguintes retificações:

I. Na alínea h do art. 14, onde se lê: "aprovar a tabela do pessoal extranumerário...", leia-se: "aprovar a tabela do pessoal extraordinário...".

II. No art. 30, *in fine*, leia-se: "... em obediência à legislação anterior."

III. No art. 91, onde se lê: "Os professores contratados poderão ser excluídos da regência...", leia-se: "Os professores contratados poderão ser incumbidos da regência...".

IV. No art. 99, onde se lê: "... o qual estabelecerá a escritura administrativa.", leia-se: "... o qual estabelecerá a estrutura administrativa."

Art. 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 12 de agosto de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

EURICO G. DUTRA.
Roberval Cordeiro de Farias.

"Diário Oficial" de 14-8-946.

★

Decreto n.º 21 656, de 16 de agosto de 1946

Transfere função da Tabela Numérica Ordinária de Extranumerários-mensalistas do Departamento Nacional de Obras contra as Secas para igual Tabela da Divisão do Material do Departamento de Administração, todos do Ministério da Viação e Obras Públicas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica transferida, da Tabela Numérica Ordinária de Extranumerários-mensalistas do Departamento Nacional de Obras contra as Secas para igual Tabela da Divisão

do Material — Departamento de Administração — todos do Ministério da Viação e Obras Públicas, uma função de prático de engenharia, referência XVII.

Art. 2.º — A função a que se refere este decreto continuará preenchida pelo seu atual ocupante, Marcelo Couto.

Art. 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 16 de agosto de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Edmundo de Macedo Soares e Silva.

"Diário Oficial" de 19-8-946.

★

Atos Diversos

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

Exposição de Motivos

Em despacho de 4 de agosto de 1946 exarado na Exposição de Motivos n.º 4 314, de 1 de agosto corrente, deste Conselho, o Exmo. Sr. Presidente da República autorizou o engenheiro Ivan Barreto de Carvalho a permanecer nos Estados Unidos até maio de 1947, com a gratificação mensal de 200 dólares, a fim de completar os estudos de perfuração de poços em campo petrolífero da Califórnia, iniciados em 1945, quando lhe foi oferecida pelo Sr. Presidente da Drilling and Exploration C.º Inc., uma bolsa de estudos.

Rio-de-Janeiro, 17 de agosto de 1946.

"Diário Oficial" de 21-8-946.

★

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Portaria n.º 250, de 3 de julho de 1946

O Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica, tendo em vista as sugestões apresentadas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, no processo D. O./1 761-45,

Resolve designar o engenheiro, classe N, Luis Cantanhede de Carvalho Almeida Filho, o desenhista, classe I, César Augusto Cataldo e o arquiteto contratado, Marcos Antônio Mota de Lima para, sob a presidência do primeiro, elaborarem projeto de programa e instruções para a realização do Concurso de Desenhista deste Ministério. — *Armando F. Trompowsky de Almeida*, major brigadeiro do ar.

"Diário Oficial" de 5-7-946.

☆

Portaria n.º 285, de 31 de julho de 1946

Autoriza os comandantes de Zonas Aéreas a se pronunciarem sobre aforamento de terrenos de marinha.

O Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica, tendo em vista o disposto na letra f do artigo 7.º do Decreto-lei n.º 3 438, de 17 de

julho de 1941 e seu § 1.º, e considerando o que lhe foi exposto pelo Estado Maior da Aeronáutica,

Resolve autorizar os comandantes das Zonas Aéreas a dizerem, em nome do Ministério da Aeronáutica, da conveniência ou não de aforamento de terrenos de marinha dentro das respectivas jurisdições, na forma prescrita pelo citado decreto-lei.

Sempre que se fizer necessária a audiência do Estado Maior da Aeronáutica, deverá ser solicitada ao Serviço Regional do Domínio da União a prorrogação do prazo a que se refere o § 2.º do mesmo artigo 7.º, *ex-vi* o estabelecido no § 2.º do mesmo artigo. — Major brigadeiro do ar, *Armando F. Trompowsky de Almeida*.

☆

Portaria n.º 286, de 31 de julho de 1946

O Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica,

Resolve aprovar a Instrução referente ao sobrevão do território nacional pelas aeronaves estrangeiras não engajadas em serviço aéreo internacional. — Major brigadeiro do ar, *Armando F. Trompowsky de Almeida*.

Instrução referente ao sobrevão do território nacional pelas aeronaves estrangeiras não engajadas em serviço aéreo internacional.

I. A fim de evitar entraves ao voo de aeronaves civis não engajadas em serviço aéreo internacional de carreira, resolvo autorizar o diretor de Aeronáutica Civil a permitir em nome do Ministério da Aeronáutica o sobrevão do território nacional às aeronaves referidas no art. 5.º Cap. II, Parte I, Navegação Aérea, da Convenção de Aviação Civil Internacional, assinada em Chicago, U. S. A., aos 7 de dezembro de 1944, mediante as seguintes condições:

1. prévia comunicação por parte do Estado a cuja nacionalidade pertença a matrícula da aeronave e que esse seja signatário da convenção em apêço;
2. obediência aos termos da dita convenção e da legislação brasileira;
3. utilização das seguintes rotas aéreas, por motivos de segurança para o voo:

a) orla do litoral brasileiro (rota aérea internacional);

b) Benjamim Constant — Manaus — Belém;

c) Corumbá — Campo-Grande — Três Lagoas — São-Paulo;

4. pouso de entrada ou saída do território nacional, conforme a rota, obrigatório em um dos seguintes aeroportos: Belém — Natal — Porto-Alegre — Manaus e Campo-Grande;

5. os tripulantes da aeronave deverão, logo em seguida ao pouso, apresentar ao fiscal do tráfego do aeroporto de entrada no território nacional os seguintes documentos:

a) identidade profissional de aeronautas e respectivas licenças;

b) matrícula da aeronave e certificados de navegabilidade;

c) relatório de peso; e

d) prova de seguro contra danos a terceiros.

Estando esses documentos em ordem e liberados pelas demais autoridades, da saúde, da imigração, da alfândega, da polícia e outras de acordo com a legislação vigente, não só a tripulação como os passageiros da aeronave, e após a aprovação do projeto de voo pela autoridade incumbida do controle, receberá o comandante do fiscal do tráfego do aeroporto um passe para o trânsito nos aeroportos subsequentes.

6. a aeronave que pousar no aeroporto de entrada e não for identificada com prévia comunicação de que trata o número 1 deste item, será detida.

II. As aeronaves de que trata a presente portaria terão o direito de permanência de 30 dias no território nacional, prorrogáveis a juízo da autoridade concedente. Findo o prazo concedido, a contar da data do primeiro pouso, a D. A. C. apreenderá a aeronave que só poderá ser utilizada por ordem do ministro da Aeronáutica. A aeronave responderá pelas despesas decorrentes de sua apreensão.

III. As aeronaves de que trata a presente portaria, não engajadas em serviço aéreo internacional de carreira, dependerão sempre da autorização prévia do diretor da D. A. C. para o transporte aéreo internacional remunerado de passageiros, carga e malas postais, entre pontos servidos ou não por linhas aéreas regulares.

IV. Em caso algum será permitido o transporte remunerado ou não, de carga ou passageiros entre pontos do território nacional (cabotagem).

V. A Diretoria de Aeronáutica Civil, relatará, mensalmente, ao Estado Maior da Aeronáutica os sobrevoos por ela permitidos e os que, por não satisfazerem as condições acima, forem negados.

VI. O sobrevoos das referidas aeronaves em outras regiões do país, só será concedido pelo ministro da Aeronáutica, mediante solicitação dos interessados junto à Diretoria de Aeronáutica Civil. — Major brigadheiro do ar, Armando F. Trompowsky de Almeida.

"Diário Oficial" de 3-8-946.

★

MINISTÉRIO DA GUERRA

Decreto de 24 de julho de 1946

O Presidente da República resolve:

Designar:

O professor Viktor Leinz para membro da Comissão Especial de Inspeção de Minas de Cobre de Camaquã e do Seival, a qual se incumbirá, também, de inspecionar a mina de cobre de Caraiba, no Estado da Bahia, ficando, administrativamente, subordinada ao Ministério da Guerra, que custeará as despesas de locomoção dos seus componentes, quando viajarem em objeto de serviço.

"Diário Oficial" de 1-8-946.

★

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Departamento do Interior e da Justiça

Divisão do Interior

DIJ-DI/397-46/322 — EM 26 DE JULHO DE 1946

Convênio definitivo da linha de limites dos Estados de Pernambuco e Alagoas.

Excelentíssimo senhor general de divisão Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Por despacho exarado na Exposição de Motivos GM-65, de 27 de maio último, autorizou Vossa Excelência fossem promulgados pelos Estados de Pernambuco e Alagoas decretos-*lei* aprovando o convênio definitivo referente à linha de limites dos referidos Estados, convênio esse firmado a 2 de abril do corrente ano, na cidade de Maceió.

2. Em consequência, expediu a Interventoria Federal em Pernambuco o Decreto-*lei* n.º 1 380, e a Interventoria Federal em Alagoas o de n.º 3 177, ambos de 29 de maio próximo findo.

3. A vista do disposto no art. 16 da Constituição vigente, há necessidade de ser assinado decreto-*lei* federal, que homologue os atos dos governos estaduais.

4. Nestas condições, tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência o anexo ante-projeto de decreto-*lei*, que consubstancia a medida acima indicada.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — Carlos Luz.

Nota — Assinado o decreto-*lei* n.º 9 578, de 13 de agosto de 1946.

"Diário Oficial" de 29-8-946.

★

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Divisão de Orçamento

Portaria n.º 674, de 25 de julho de 1946

O Ministro de Estado, atendendo ao que propôs o Conselho Rodoviário Nacional no ofício n.º CRN-68, de 4 de julho de 1946, resolve, *ex-*vi** do art. 9.º, do Decreto-*lei* n.º 8 463, de 27 de dezembro de 1945, combinado com a alínea c do art. 7.º do mesmo decreto-*lei*, aprovar as anexas "Normas para o projeto das estradas federais constantes do Plano Rodoviário Nacional", estabelecidas por aquele Conselho, abrangendo a classificação das estradas, as condições técnicas mínimas, faixa de domínio,

trens-tipo para o cálculo das pontes e obras de arte, bem como preceitos relativos à construção progressiva. — *Luis Augusto da Silva Vieira*.

NORMAS PARA O PROJETO DAS ESTRADAS FEDERAIS CONSTANTES DO PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL

Aprovadas pelo Decreto n.º 15 093, de 20 de março de 1944

Discutidas e aprovadas pelo Conselho Rodoviário, nas reuniões de 1, 4, 5, 28 e 29 de junho e 1 de julho de 1946.

I — Estradas federais

1) As estradas federais serão, de um modo geral, de uma única classe cujas características são definidas nestas especificações.

2) Estas estradas poderão ter trechos de características especiais, que serão aqueles onde preveja, em futuro, um tráfego muito intenso. Nestes trechos, as especificações serão, em alguns casos, diferentes das normas, como se verificará adiante.

3) Os trechos em que se prever um volume de tráfego superior a 500 veículos por hora — sobretudo próximo dos grandes centros urbanos — deverão ser projetados com duas pistas independentes.

4) Nas regiões, onde se prejetarem duas pistas independentes, deve ser estudada a possibilidade de se construir duas estradas independentes, freqüentemente interligadas.

5) Em circunstâncias excepcionais de tráfego, principalmente nas zonas urbanas, os projetos podem ser elaborados fora destas especificações. Nestes casos executar-se-á um projeto especial para cada trecho, com a necessária justificativa.

II — Largura da pista de rolamento

6) Nas estradas federais, a largura da pista de rolamento, para duas faixas de tráfego misto, será de 7 metros.

7) Nos trechos de características especiais, a largura da pista de rolamento será de 7,20 metros.

8) Quando se prejetarem duas pistas independentes, isto é, quatro faixas de tráfego, a largura de cada pista será de 7 metros.

III — Acostamentos, sarjetas e refúgios

9) O acostamento terá os seguintes valores mínimos:

a) Regiões planas	2,50 m
b) Regiões onduladas	2,00 m
c) Regiões montanhosas	1,50 m

10) Em trechos escarpados, quando impôsto pela economia de custo do primeiro estabelecimento admite-se a redução do acostamento para 1,20 metros.

11) Sempre que a largura do acostamento for inferior a 2,50 metros devem ser previstas áreas de estacionamento, tão próximas quanto possível, de acordo com a topografia e o crescimento do tráfego.

12) A declividade transversal dos acostamentos é de 5%, medida pela tangente do ângulo formado com o plano horizontal.

13) As sarjetas laterais nos cortes ficarão além dos acostamentos. As rampas das sarjetas serão: de 25% do lado que se seguir ao acostamento, e idêntica à inclinação do talude

do corte, do outro lado. A seção transversal triangular da sarjeta terá um arco de curva de concordância no vértice mais baixo. A distância horizontal entre o início da sarjeta e a vertical do veículo mais baixo será variável entre 2,00 metros e 1,50 metro, conforme a declividade longitudinal e a natureza da região.

14) As sarjetas devem ser protegidas contra a erosão das águas superficiais.

15) As larguras dos refúgios centrais, nos casos de estradas com duas pistas independentes serão, em regra, superiores a 6 metros, podendo descer excepcionalmente aos seguintes mínimos:

a) Regiões planas	3 metros
b) { Regiões montanhosas } { Regiões onduladas }	1,50 metros

16) A largura dos refúgios centrais poderá ser reduzida até 0,80 metros nas proximidades das cidades e onde o custo dos terrenos for elevado ou em trechos de regiões escarpadas. Nestes casos os meios-fios que limitam os refúgios, serão elevados, curvos ou inclinados.

IV — Taludes dos cortes e aterros

17) As inclinações máximas permitidas nos taludes dos cortes serão:

a) Nos terrenos com possibilidade de escorregamento ou desmoronamento: 1:1;

b) Nos terrenos sem possibilidade de escorregamento: 1,50:1;

c) Nos terrenos rochosos: verticais.

18) Quando necessário, serão executadas, nos cortes, banquetas adequadas, com altura máxima de 0,80 metros de modo que seja sempre atendida a distância de visibilidade em planta.

19) As inclinações máximas permitidas nos taludes dos aterros serão:

a) Aterros com menos de 3 metros de altura: 1:2;

b) Aterros com mais de 3 metros de altura: 1:1,50.

20) Nos estágios finais, as inclinações dos taludes dos aterros devem tender, respectivamente, para 1:4 e 1:2, conforme as alturas, sejam inferiores ou superiores a 3 metros.

21) Nos aterros deve ser evitado o uso de banquetas de terra, recorrendo-se a outros tipos de proteção, que permitam um fácil escoamento das águas superficiais.

22) Os taludes dos cortes e aterros devem ser protegidos pela plantação de gramíneas apropriadas.

V — Largura da faixa de domínio

23) Nas zonas rurais, a faixa de domínio terá uma largura mínima limitada pela distância de 10 metros contada a partir das cristas dos cortes ou dos pés dos aterros, para cada um dos lados, considerados os projetos em seus estágios finais, não sendo inferior aos seguintes limites:

a) Regiões planas	60 metros
b) Regiões onduladas	70 metros
c) Regiões montanhosas ..	80 metros

24) Tanto quanto possível, a faixa do domínio será arborizada. Esta arborização, além da defesa contra a erosão, deve enquadrar-se no aspecto paisagístico da região e funcionar como sinalização viva.

25) Nas regiões onde é frequente o trânsito de boladas ou tropas e onde não for possível desviar este trânsito por caminhos ou estradas municipais ou estaduais, a faixa de domínio deverá abranger a mais, quando necessário, um corredor bloqueado com 20 metros de largura, para permitir sua passagem.

26) Nos trechos urbanos das estradas federais, a faixa de domínio deverá ter largura que permita a construção de duas vias para atender ao tráfego local, uma de cada lado, fisicamente separadas da estrada federal.

27) Nos cruzamentos ou entroncamentos com outras estradas, devem ser incorporadas à faixa de domínio as áreas para construções das obras necessárias à eliminação das interferências de tráfego.

VI — Velocidades diretrizes

28) Velocidade diretriz é a velocidade básica para a fixação das características técnicas do projeto.

29) Os projetos das estradas federais serão elaborados para as seguintes velocidades diretrizes:

- | | |
|----------------------------|----------|
| a) Regiões planas | 100 km/h |
| b) Regiões onduladas | 80 km/h |
| c) Regiões montanhosas ... | 60 km/h |

30) Em trechos escarpados onde o volume de tráfego não for apreciável, a velocidade diretriz poderá ser reduzida até o mínimo de 40 km/h.

VII — Raios mínimos de curvatura

31) Admitindo-se o valor máximo de 8 % para a inclinação transversal nos trechos curvos e adotando-se para valor do coeficiente de atrito, a fórmula empírica

$$f = \frac{1}{1/4 \sqrt[3]{V}}$$

onde V é a velocidade diretriz, serão os seguintes os raios mínimos a serem respeitados nos projetos das estradas federais:

- | | |
|------------------------------|-------|
| a) Regiões planas | 340 m |
| b) Regiões onduladas | 200 m |
| c) Regiões montanhosas | 110 m |

32) Nos trechos de características especiais de estradas federais, os raios mínimos devem ser obtidos com as seguintes hipóteses: I) Inexistência de atrito entre os pneus e pistas de rolamento; II) inclinação transversal máxima de 10 %; III) velocidades diretrizes com valores correspondentes a 3/4 dos que foram fixados no item 29. Adotam-se os seguintes valores:

- | | |
|------------------------------|-------|
| a) Regiões planas | 430 m |
| b) Regiões onduladas | 160 m |
| c) Regiões montanhosas | 160 m |

33) Nos projetos de estradas federais com duas pistas independentes, os valores dos raios mínimos acima enumerados se referem ao eixo da pista interna.

34) Nos trechos escarpados, quando imposto pela economia de custo de primeiro estabelecimento, o ramo mínimo poderá ser reduzido até 50 metros.

VIII — Superlargura

35) A superlargura será determinada pela fórmula:

$$S = n \left[R - \sqrt{R^2 - l^2} \right] + \frac{1}{10 \sqrt{R}}$$

onde:

- s = superlargura em metros;
 n = número de vias de tráfego;
 R = raio de curvatura em metros;
 V = velocidade diretriz em quilômetros por hora;

l = distância, em metros, entre os eixos da parte rígida do veículo, que normalmente se tomará igual a 6.

IX — Inclinação transversal

36) A inclinação transversal será feita em torno do bordo interno da pista, considerada com a largura dos trechos retos, variável de 8 % a 2 %, elevando-se de 10 % a 2 % nos trechos de características especiais.

37) A inclinação transversal será mantida constante e igual a 8 % até o raio de 360 metros e variará linearmente, na razão de 0,5 % para cada acréscimo de 20 metros do raio, até o valor de 600 metros, e será mantida constante e igual a 2 % nos raios maiores. Nos trechos de características especiais, aquela variação linear se fará entre os raios de 480 a 800 metros.

X — Transições

38) Serão adotadas, em planta, curvas para raios de curvatura até 600 metros. A curva de transição terá a curvatura proporcional ao comprimento e o seu desenvolvimento será fixado pela exigência de o veículo percorrê-lo com um acréscimo constante da aceleração centrípeta igual a 0,6 metro/seg³.

39) O processo de transição será o denominado de "raio conservado", segundo o eixo da pista.

40) A transição em perfil será linear ao longo da transição em planta ou, não havendo

esta, segundo uma rampa de $\frac{1}{400}$ ao longo do eixo.

XI — Tangente mínima

41) Será admitida transição contínua entre dois arcos de círculo consecutivos.

42) Quando uma ou as duas curvas circulares consecutivas não tiverem transição, o comprimento da tangente mínima será fixado pelas condições da transição em perfil, de acordo com o item 40.

XII — Declividade longitudinal máxima e mínima

43) Até a altitude de 1 000 metros acima do nível do mar, as rampas máximas em perfil são as seguintes:

- | | |
|------------------------------|-----|
| a) Regiões planas | 3 % |
| b) Regiões onduladas | 4 % |
| c) Regiões montanhosas | 6 % |

44) Os valores acima fixados poderão ser acréscimos de 1 % para extensões até 900 metros em regiões planas, 300 metros em regiões onduladas e 150 em regiões montanhosas.

45) Os valores fixados no item 43 deverão ser reduzidos de 0,5 % para altitudes superiores a 1 000 metros.

46) Nos trechos de características especiais de estradas federais a declividade máxima nas regiões montanhosas é de 5 %.

47) Nos cortes ou seções mistas, a declividade mínima é de 1 % e dos aterros podem ser de nível.

XIII — Distâncias de visibilidade

48) A distância dupla de visibilidade é a distância mínima necessária para que dois motoristas de habilidade média, conduzindo veículos que percorrem, em sentidos opostos, o eixo da mesma faixa de tráfego, possam evitar o choque, recorrendo aos freios.

49) A distância dupla de visibilidade, quer em planta, quer em perfil, deverá ser calculada pela fórmula:

$$D_2 = 2 (0,5 V + 0,01 V^2),$$

adotando-se os valores mínimos abaixo para as seguintes velocidades diretrizes:

100 km/hora	300 m
80 km/hora	200 m
60 km/hora	130 m
40 km/hora	70 m

50) Na verificação da distância de visibilidade em perfil, admite-se que os pontos de vista dos motoristas estejam a 1,20 metro acima da pista.

51) Na verificação da distância de visibilidade em planta, admite-se que os veículos percorram o eixo da faixa de tráfego interna.

52) Distância de visibilidade de passagem é aquela que é necessária para permitir a passagem de um veículo à frente de outro que percorra a estrada no mesmo sentido, sem perigo de choque com um terceiro veículo que percorra a mesma estrada em sentido oposto, pela outra faixa de tráfego.

53) Nos trechos de características especiais de estradas federais, deve ser também verificada a distância de visibilidade de passagem nos trechos retos.

54) A distância de visibilidade de passagem deverá ser calculada pela fórmula:

$$D_p V = \left(1,25 + 0,5 \sqrt{\frac{V}{a}} \right)$$

onde:

D_p = distância de visibilidade de passagem, em metros.

V = velocidade diretriz em quilômetro por hora.

a = aceleração admissível em metros por segundo quadrado.

55) Os valores adotados para a aceleração admissível referida no item anterior serão:

$V = 100$ km/h,	$a = 0,60$ m/seg ²
$V = 80$ km/h,	$a = 0,80$ m/seg ²
$V = 60$ km/h,	$a = 1,00$ m/seg ²
$V = 40$ km/h,	$a = 1,20$ m/seg ²

Adotam-se os seguintes valores:

$V = 100$ km/hora,	$D = 800$ m
$V = 80$ km/hora,	$D_p = 500$ m
$V = 60$ km/hora,	$D_p = 300$ m
$V = 40$ km/hora,	$D_p = 150$ m

56) Nos trechos de características especiais as condições necessárias à distância de visibilidade de passagem, devem ser, no máximo, espaçadas de 3 000 metros, procedendo-se à sinalização conveniente.

57) Nos trechos de estradas federais com duas pistas independentes, a distância de visibilidade exigida será a metade dos valores fixados no item 49. A distância de visibilidade de passagem deverá ser calculada pela fórmula:

$$D_p = V \left(1,25 + 0,2 \sqrt{\frac{V}{a}} \right)$$

onde as letras têm a mesma significação que a dada no item 54.

Adotam-se os seguintes valores:

$V = 100$ km/hora,	$D_p = 380$ m
$V = 80$ km/hora,	$D_p = 260$ m
$V = 60$ km/hora,	$D_p = 170$ m
$V = 40$ km/hora,	$D_p = 100$ m

XIV — Construção progressiva

58) A execução dos projetos das estradas federais, que são elaborados de acôrdo com estas normas, poderá ser atingida por etapas, mediante uma construção progressiva; as tolerâncias na construção progressiva, que nunca deverão prejudicar se possa atingir o estágio final, serão as seguintes:

a) Redução dos acostamentos.

b) Revestimentos primários ou de classe inferior nas pistas de rolamento.

c) Pequenas alterações do eixo definitivo, em trechos escarpados, desde que não ultrapasse a faixa de domínio.

d) Declividades máximas 1 % maiores que as do projeto definitivo.

e) Boeiros, drenos e muros, de arrimo construídos em parte, desde que sejam sempre locados em suas posições definitivas.

f) Dispensa da locação das curvas espirais de transição.

g) Nos trechos de estradas federais de duas pistas independentes, execução, a princípio, de uma das pistas somente, até o estágio da pavimentação definitiva. O eixo, entretanto, será sempre respeitado. As pontes e viadutos devem ser considerados independentes.

59) Na construção progressiva de uma estrada federal, nenhuma concessão poderá ser feita em relação à largura da faixa de domínio, nem na construção das pontes, pontilhões e viadutos.

60) nenhum pavimento superior poderá ser executado, antes que o *grade* tenha alcançado a situação do projeto definitivo.

XIV — Disposições gerais

61) Quando se verificar, em certos trechos de estradas federais, construídos em regiões montanhosas ou escarpadas, um *engarrafamento* do tráfego de veículos leves, em consequência de uma forte redução da velocidade dos veículos de carga, deve-se providenciar a construção de uma pista de subida para o tráfego lento, independente da pista normal.

62) Quando se verificar um progresso imprevisto do tráfego num trecho de estrada federal, construído para duas faixas de tráfego, convém examinar a possibilidade de se construir uma terceira faixa, antes de adotar a solução definitiva de duas pistas independentes, com quatro faixas de tráfego.

XV — *Travessias, cruzamentos e entroncamentos*

63) As estradas federais devem evitar a travessia de cidades até 10 000 habitantes, podendo, entretanto, tangenciar o perímetro urbano.

64) As estradas federais podem ser incorporadas a um trecho das avenidas de contorno das cidades mais populosas, ou mesmo atravessar estas cidades, desde que estejam tomadas as providências construtivas que garantam o tráfego sem diminuição das velocidades diretrizes. Nestes casos, os projetos de travessia devem ser estudados especial e particularmente em cada caso e devem sempre prever o progresso do tráfego e a possibilidade de construção futura de duas pistas independentes.

65) As estradas federais devem ser consideradas preferenciais, sob o ponto de vista do tráfego, e obrigatoriamente protegidas por meio de cercas ou tapumes. Nos projetos definitivos dos cruzamentos ou dos entroncamentos com estradas estaduais ou municipais, devem ser previstas obras especiais, para eliminar as interferências de tráfego. As travessias ferroviárias só excepcionalmente e a título provisório poderão ser de nível.

66) Não são permitidas travessias de nível de estradas federais com caminhos de tropas e boiadas.

XVI — *Obras de arte*

67) As obras de arte nas estradas federais deverão ser calculadas com as cargas e gabarito mínimo constantes do desenho anexo e respeitadas as demais disposições da Norma Brasileira NB 6.

68) Nas obras de vão inferiores a 5 metros — pontilhões — a largura da obra de arte deve ser a correspondente à largura total de plataforma da estrada: pista mais acostamentos. Nestes casos, os projetos devem permitir um fácil alargamento.

69) Nos trechos de estradas federais com duas pistas independentes, as obras de arte de vãos superiores a 5 metros serão constituídas por duas obras independentes, cada uma correspondendo a uma pista de duas faixas de tráfego. As obras de vão inferior a 5 metros serão construídas em toda a largura da plataforma, nas condições mencionadas no item anterior.

70) As obras de acesso e apoio às obras de arte de vãos superiores a 5 metros devem prever o estágio final do projeto, de modo que não se façam, no futuro, demolições apreciáveis, quando se forem construir os acréscimos.

XVII — *Revestimento e pavimentação*

71) Para o revestimento e pavimentação das estradas serão estabelecidas normas próprias.

"Diário Oficial" de 17-10-946.

☆

Departamento de Administração

Divisão Pessoal

Portaria n.º 724, de 7 de agosto de 1946

O Ministro de Estado, tendo em vista o que consta do processo n.º 17 706-46, do Departamento de Administração, e de acordo com o art. 59 e seu parágrafo único, do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 20 501, de 24 de janeiro de 1946,

Resolve reunir, em caráter transitório, o Nono Distrito de Portos, Rios e Canais (D. P. R. C.-9), constituído do Estado de Sergipe, ao Décimo Primeiro Distrito de Portos, Rios e Canais (D. P. R. C.-11), constituído do Estado da Bahia, ficando mantida naquele primeiro Distrito uma residência, com o respectivo encargo. — *Edmundo de Macedo Soares e Silva.*

"Diário Oficial" de 8-8-946.

☆

Portaria n.º 743, de 16 de agosto de 1946

O Ministro de Estado, atendendo ao que solicitou o Conselho Nacional do Petróleo e de acordo com o parecer da Comissão Técnica de Rádio, n.º 390, de 17 de julho de 1946,

Resolve:

I. conceder permissão ao solicitante para instalar, ao longo do vale e no delta amazônico, 5 estações de rádio, sendo:

— uma em Belém, fixa, de 200 watts, RCA, modelo ET-4.339;

— duas portáteis, de 50 watts, Collins, modelo 32 RA;

— duas também portáteis, de 20 watts, Collins, modelo 18 Q 3.

a fim de facilitar os entendimentos das turmas encarregadas de pesquisas preliminares de áreas mais favoráveis ao acúmulo de petróleo;

II. aprovar as plantas e especificações técnicas das aludidas estações, documentos que com esta baixam, devidamente rubricados. — *Edmundo de Macedo Soares e Silva.*

"Diário Oficial" de 17-8-946.

O Conselho Nacional de Geografia é constituído pelo "Diretório Central" na Capital Federal, por um "Diretório Regional" em cada capital de Estado e por um "Diretório Municipal" em cada Prefeitura.

Legislação estadual

Íntegra dos decretos, decretos-lei e demais atos de interêsse geográfico

BAHIA

Decreto n.º 13 482, de 16 de julho de 1946

Designa o dia 20 de julho do corrente para a instalação da comarca de Mairi.

O Interventor Federal em exercício, no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições e atendendo a que não foi possível instalar-se a comarca de Mairi, na data fixada pelo Decreto n.º 13 444, de 26 de abril do ano em curso, resolve, de acôrdo com o art. 10 do Decreto-lei n.º 247, de 2 de julho de 1944, designar o dia 20 dêste para a instalação da referida comarca.

Cidade do Salvador, 16 de julho de 1946. — *Altino Teixeira*, Interventor Federal, em exercício. — *J. J. Nascimento Junqueira*.

"Diário Oficial" da Bahia, 17-7-1946.



MATO-GROSSO

Decreto n.º 251, de 9 do julho de 1946

Extingue a Secretaria Geral do Estado, cria, em sua substituição, duas Secretarias de Estado, e dá outras providências.

O Interventor Federal no Estado de Mato-Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 7.º, item I, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica extinta, nos têrmos do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 764, de 21 de maio de 1946, a Secretaria Geral do Estado.

Art. 2.º — Ficam criadas, em sua substituição, duas Secretarias de Estado, sendo uma com a denominação de Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas (S. A. I. C. V. O. P.) e a outra com a de Secretaria do Interior Justiça e Finanças (S. I. J. F.).

Art. 3.º — As Secretarias ora criadas, serão dirigidas por secretários de Estado, os quais terão os vencimentos fixados pelo artigo 2.º do Decreto-lei n.º 764, de 21 de maio de 1946, e as atribuições constantes, respectivamente, dos Decretos ns. 293 e 292, de 1911, até que sejam convenientemente regulamentadas.

Art. 4.º — Os funcionários da extinta Secretaria Geral serão aproveitados nas referidas Secretarias de Estado.

Art. 5.º — Fica criada, na Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas (S. A. I. C. V. O. P.), a função gratificada de chefe de Gabinete e um cargo de oficial de Gabinete, padrão L, respectivamente, com a gratificação anual de Cr\$ 2 400,00 e os vencimentos mensais de Cr\$ 1 000,00.

Art. 6.º — Estê decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 9 de julho de 1946. 125.º da Independência e 58.º da República.

Olegário Moreira de Barros.
Leônidas Pereira Mendes.

"Diário Oficial" de Mato-Grosso, 12-7-1946.



PARANA

Portaria n.º 137, de 26 de março de 1946

Aprova a nova tabela de preços para estudos de estradas.

O secretário de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, resolve aprovar a nova tabela de preços para estudos de estradas elaborada pelos engenheiros Eduardo Jaworski, Carlos Luis Luck e Luis Lafayette de Almeida Pinto, da Secção Técnica do Departamento de Viação, constante do processo protocolado sob n.º 4 257, do corrente ano.

Gabinete da Secretaria de Viação e Obras Públicas, em 26 de março de 1946.

Flávio Suplicy de Lacerda
Secretário de Estado

SERVIÇO DE CAMPO

Reconhecimento Expedito:

Preço antigo.....	189,40
Preço novo.....	301,70
Aumento de.....	112,30

Exploração:

Preço antigo.....	1 434,70
Preço novo.....	2 291,40
Aumento de.....	856,70

Locação:

Preço antigo.....	1 663,50
Preço novo.....	2 042,40
Aumento de.....	378,90

Serviços de Escritório:

Preço antigo.....	478,30
Preço novo.....	839,50
Aumento de.....	361,20

Resumo por Km:

Preço antigo.....	3.785,90
Preço novo.....	5.475,00
Aumento de.....	1.709,10

Em vista do exposto, solicitamos a aprovação da presente tabela.

Carlos Luis Luck Luis Lafajete de Almeida Pinto

RECONHECIMENTO EXPEDITO

EM CAMPO: Considera-se um avanço diário de 4 quilômetros

1 - Engenheiro-chefe.....	0,d25	130,00	32,50
1 - Engenheiro-auxiliar.....	0,d25	100,00	25,00
1 - Feitor.....	0,d24	40,00	10,00
1 - Vaqueano.....	0,d24	30,00	7,50
2 - Piqueteiros.....	0,d50	25,00	12,50
1 - Auxiliar de piqueteiros.....	0,d25	25,00	6,25
1 - Transportador de material.....	0,d25	25,00	6,25
2 - Balizas.....	0,d50	25,00	12,50
1 - Auxiliar de acampamento.....	0,d25	25,00	6,25
1 - Cozinheiro.....	0,d25	30,00	7,50

126,25

Papel — Lápis — Cadernetas..... 40,00

166,25

EM MATO: Considera-se um avanço diário de 2 quilômetros

1 - Engenheiro-chefe.....	0,d50	130,00	65,00
1 - Engenheiro-auxiliar.....	0,d50	100,00	50,00
1 - Feitor.....	0,d50	40,00	20,00
1 - Vaqueano.....	0,d50	30,00	15,00
2 - Piqueteiros.....	1,d00	25,00	25,00
1 - Auxiliar de piqueteiros.....	0,d50	25,00	12,50
1 - Transportador de material.....	0,d50	25,00	12,50
2 - Balizas.....	1,d00	25,00	25,00
1 - Auxiliar de acampamento.....	0,d50	25,00	12,50
1 - Cozinheiro.....	0,d50	30,00	15,00

252,50

Papel — Lapis — Cadernetas..... 40,00

292,50

EM CAMPO:

a) Pessoal (tabela do Estado D.V.).....	166,25
b) Leis sociais 6,5%.....	10,81
c) Materiais 5%.....	8,31
d) Diversos 5%.....	8,31
e) Benefícios 15%.....	24,94

218,62

EM MATO:

a) Pessoal (tabela do Estado D.V.).....	292,50
b) Leis sociais 6,5%.....	19,01
c) Materiais 5%.....	14,63
d) Diversos 5%.....	14,63
e) Benefício 15%.....	43,88

384,65

ou 384,70

EXPLORAÇÃO

EM CAMPO: Considera-se um avanço diário de 1 quilômetro

1 - Engenheiro-chefe.....	1,d00	130,00	130,00
1 - Engenheiro-auxiliar.....	1,d00	100,00	100,00
1 - Nivelista.....	1,d00	60,00	60,00
1 - Auxiliar de nivelista.....	1,d00	30,00	30,00
1 - Seccionista.....	1,d00	60,00	60,00
1 - Auxiliar de seccionista.....	1,d00	30,00	30,00
1 - Feitor.....	1,d00	40,00	40,00
2 - Piqueteiros.....	2,d00	25,00	50,00
2 - Auxiliares de piqueteiros.....	2,d00	25,00	50,00

1 - Marcador de seções.....	1,d00	30,00	30,00
1 - Auxiliar de marcador.....	1,d00	25,00	25,00
2 - Balizas.....	2,d00	25,00	50,00
2 - Porta mira.....	2,d00	25,00	50,00
2 - Transportadores para aparelhos.....	2,d00	25,00	50,00
1 - Auxiliar de acampamento.....	1,d00	25,00	25,00
1 - Cozinheiro.....	1,d00	30,00	30,00

Lápis — Cadernetas — Papel..... 810,00

125,00

935,00

EM MATO: Considera-se um avanço diário de 400 metros

1 - Engenheiro-chefe.....	2,d50	130,00	325,00
1 - Engenheiro-auxiliar.....	2,d50	100,00	250,00

SERVIÇO DE ESCRITÓRIO**I**

a) Verificação de cadernetas de nivelamento e alinhamento.....	20,00
b) Desenho de curvas de nível.....	150,00
c) Papel.....	10,00
d) Benefício 15%.....	27,00

II

a) Projeto e cálculo dos elementos.....	50,00
b) Cópia do projeto em vegetal.....	30,00
c) Papel.....	10,00
d) Benefício 15%.....	13,50

III

a) Desenho do perfil e projeto do "grade" em papel milimetrado opaco.....	20,00
b) Projeto e cálculo.....	50,00
c) Papel.....	10,00
d) Cópia em papel vegetal milimetrado.....	20,00
e) Papel.....	20,00
f) Benefício 15%.....	18,00

138,00

IV**CÁLCULO DE BRUCKNER**

a) Desenho e cálculo das áreas.....	60,00
b) Cálculo das ordenadas.....	30,00
c) Desenho do perfil das áreas e ordenadas.....	40,00
d) Cálculo do transporte médio.....	10,00
e) Cálculo do volume.....	5,00
f) Quadro das condições altimétricas e planimétricas.....	5,00
g) Orçamento e memorial.....	20,00
h) Papel.....	50,00
i) Benefício 15%.....	33,00

253,00

V

a) Desenho do perfil de locação em papel milimetrado transparente.....	40,00
b) Projeto e cálculo.....	60,00

A transportar..... 100,00

1 - Nivelista.....	2,d50	60,00	150,00
1 - Auxiliar de nivelista.....	2,d50	30,00	75,00
2 - Seccionista.....	5,d00	60,00	300,00
2 - Auxiliares de seccionista.....	5,d00	30,00	150,00
1 - Feitor.....	2,d50	40,00	100,00
1 - Marcador de seções.....	2,d50	25,00	62,50
4 - Foíceiros.....	10,d00	25,00	250,00
2 - Piqueteiros.....	5,d00	25,00	125,00
2 - Auxiliares de piqueteiros.....	5,d00	25,00	125,00
2 - Balizas.....	5,d00	25,00	125,00
2 - Porta mira.....	5,d00	25,00	125,00
2 - Transportadores de aparelhos.....	5,d00	25,00	125,00
1 - Auxiliar de acampamento.....	2,d50	25,00	62,50
1 - Cozinheiro.....	2,d50	30,00	75,00

2.425,00

Papel — Lápis — Cadernetas..... 125,00

2.550,00

EM CAMPO:

a) Pessoal (tabela do Estado D.V.)	935,00
b) Leis sociais 6,5%	60,78
c) Materiais 5%	46,75
d) Diversos 5%	46,75
e) Benefício 15%	140,25
	1 229,53
	ou 1 229,50

EM MATO:

a) Pessoal (tabela do Estado D.V.)	2 550,00
b) Leis sociais 6,5%	165,75
c) Materiais 5%	127,50
d) Diversos 5%	127,50
e) Benefício 15%	382,50
	3 353,25
	ou 3 353,30

LOCAÇÃO

EM CAMPO: Considera-se um avanço diário de 800 metros

1 - Engenheiro-chefe	1,d25	130,00	162,50
1 - Engenheiro-auxiliar	1,d25	100,00	125,00
1 - Nivelista	1,d25	60,00	75,00
1 - Seccionista	1,d25	60,00	75,00
1 - Feitor	1,d25	40,00	50,00
2 - Piqueteiros	2,d50	25,00	62,50
2 - Auxiliares de piqueteiros	2,d50	25,00	62,50
2 - Balizas	2,d50	25,00	62,50
2 - Porta mira	2,d50	25,00	62,50
2 - Transportadores de aparelho	2,d50	25,00	62,50
1 - Auxiliar de acampamento	1,d25	25,00	31,25
1 - Cozinheiro	1,d25	30,00	37,50

Papel — Lápis — Cadernetas	868,75
	125,00
	993,75

EM MATO: Considera-se um avanço diário de 400 metros

1 - Engenheiro-chefe	2,d5	130,00	325,00
1 - Engenheiro-auxiliar	2,d5	100,00	250,00
1 - Seccionista	2,d5	60,00	150,00
1 - Nivelista	2,d5	60,00	150,00
4 - Foizeiros	10,d0	25,00	250,00
1 - Feitor	2,d5	40,00	100,00
2 - Piqueteiros	5,d0	25,00	125,00
2 - Auxiliares de piqueteiros	5,d0	25,00	125,00
2 - Balizas	5,d0	25,00	125,00
2 - Porta mira	5,d0	25,00	125,00
2 - Transportadores de aparelho	5,d0	25,00	125,00
1 - Auxiliar de acampamento	2,d5	25,00	62,50
1 - Cozinheiro	2,d5	30,00	75,00

Papel — Lápis — Cadernetas	1 987,50
	125,50
	2 112,50

EM CAMPO:

a) Pessoal (tabela do Estado D.V.)	993,75
b) Leis sociais 6,5%	64,59
c) Materiais 5%	49,69
d) Diversos 5%	49,69
e) Benefício 15%	149,06
	1 306,78
	ou 1 306,80

EM MATO:

a) Pessoal (tabela do Estado D.V.)	2 112,50
b) Leis sociais 6,5%	137,31
c) Materiais 5%	105,63
d) Diversos 5%	105,63
e) Benefício	316,88
	2 777,95
	ou 2 778,00

RESUMO DO SERVIÇO DE CAMPO

Reconhecimento Expedição

Em Campo	218,60
Em Mato	3 384,70
Em Média	301,70

Exploração

Em Campo	1 229,50
Em Mato	3 353,30
Em Média	2 291,40

Locação

Em Campo	1 306,80
Em Mato	2 778,00
Em Média	2 042,40
Transporte	100,00
c) Papel	20,00
d) Benefício 15%	18,00

Resumo do Serviço de Escritório	839,50
Resumo do Serviço de Campo	4 635,50
	5 475,00

SERVIÇO DO CAMPO

I

Reconhecimento	Cr\$	Km
a) Pessoal (tabela do Estado D.O.V.)	144,00	
b) Leis sociais 6%	9,36	
c) Materiais 5%	7,20	
d) Diversos 5%	7,20	
e) Benefício 15%	21,60	189,40

II

Exploração	Cr\$	Km
a) Pessoal (tabela do Estado D.O.V.)	1 091,00	
b) Leis sociais 6,5%	70,91	
c) Materiais 5%	54,55	
d) Diversos 5%	54,55	
e) Benefício 15%	613,55	1 434,70

III

Locação	Cr\$	Km
a) Pessoal (tabela do Estado D.O.V.)	1 265,00	
b) Leis sociais 6,5%	82,22	
c) Materiais 5%	63,25	
d) Diversos 5%	63,25	
e) Benefício 15%	189,75	1 663,50

SERVIÇO DE ESCRITÓRIO

I

a) Verificação de cadernetas de nivelamento e alinhamento	15,00	
b) Desenho de curvas de nível (pranchas)	100,00	
c) Papel	10,00	
d) Benefício 15%	18,75	143,80

II

a) Projeto e cálculo dos elementos (no rãpon)	30,00	
b) Cópia do projeto no vegetal	20,00	
c) Papel	10,00	
d) Benefício 15%	9,00	69,00

III

	Cr\$	Km
a) Desenho do perfil e projeto do "grade" em papel milimetrado opaco		
Desenho.....	10,00	
Projeto e cálculo.....	30,00	
Papel.....	10,00	
b) Cópia em papel milimetrado vegetal	10,00	
Papel.....	20,00	
c) Benefício 15%.....	12,00	Cr\$ 92,00

IV

CÁLCULO DE BRUCKNER

	Cr\$	Km
a) Desenho e cálculo das áreas.....	40,00	
b) Cálculo das ordenadas.....	15,00	
c) Desenho do perfil das áreas e ordenadas.....	30,00	
d) Cálculo do transporte médio.....	8,00	
e) Cálculo do volume.....	2,00	
d) Quadro das condições altimétricas planimétricas.....	2,00	
e) Orçamento memorial.....	13,00	
f) Papel.....	40,00	
g) Benefício 15%.....	22,50	Cr\$ 172,50

RESUMO

Serviço de Campo.....	3 287,60
Serviço de Escritório.....	478,30

TOTAL GERAL..... 3 765,90

(D. O. Paraná, 19/6/46)



PERNAMBUCO

Decreto-lei n.º 1 421, de 31 de julho de 1946

O Interventor Federal no Estado de Pernambuco, na conformidade do disposto no artigo 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939:

Decreta:

Art. 1.º — Fica proibido o lançamento às águas interiores, das caldas das destilarias *in natura*, bem como de outros resíduos industriais nocivos.

Art. 2.º — As caldas das destilarias e outros resíduos industriais deverão ser submetidos a um tratamento adequado, do qual resultem efluentes incapazes de perturbar as condições biológicas das águas em que forem lançados.

Parágrafo único — Foi concedido o prazo de doze meses, a contar da data de publicação do presente decreto-lei, para que todas as destilarias e outras indústrias interessadas construam as instalações necessárias, ao tratamento a que se refere este artigo.

Art. 3.º — Afim de promover e fiscalizar a execução do presente decreto-lei é criada a Comissão Permanente de Proteção dos Cursos d'Água, subordinada à Secretaria de Saúde e Educação e composta de um representante de cada uma das seguintes entidades: Secretaria de Saúde e Educação, Secretaria de Viação e Obras Públicas, Instituto Tecnológico do Estado, Instituto do Açúcar e do Alcool e Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco.

§ 1.º — Os representantes acima mencionados serão nomeados pelo chefe do governo mediante indicação dos órgãos e entidades representados.

§ 2.º — A presidência da Comissão caberá ao representante da Secretaria de Saúde e Educação.

Art. 4.º — Serão atribuições da Comissão Permanente de Proteção aos Cursos d'Água:

a) Examinar e aprovar os planos de tratamento que lhe sejam apresentados;

b) Atender a consultas sobre projetos e funcionamento das instalações de tratamento;

c) Vistoriar as instalações de tratamento em qualquer etapa da construção;

d) Fiscalizar o eficiente funcionamento das mesmas instalações;

e) Realizar pesquisas sobre novos métodos de tratamento ou aperfeiçoamento dos atuais;

f) Sugerir ao governo do Estado outras medidas que a prática venha a aconselhar para u'a mais eficiente proteção dos cursos d'água;

g) Promover a importação das sanções previstas no art. 3.º.

Art. 5.º — Os componentes da Comissão devem reunir-se duas vezes por mês e os que comparecerem perceberão uma gratificação *pro labore* de Cr\$ 200,00 por sessão.

Parágrafo único — Em casos que a urgência justificar, deverá a Comissão reunir-se um maior número de vezes, não percebendo entretanto os seus componentes qualquer gratificação pelo comparecimento a essas reuniões extraordinárias.

Art. 6.º — Se as empresas atingidas pela determinação do artigo 2.º não atenderem, dentro do prazo estabelecido, às exigências do presente decreto-lei, caberá à Comissão Permanente de Proteção dos Cursos d'Água promover, por intermédio da Secretaria de Viação e Obras Públicas, a construção das instalações de tratamento necessárias, correndo as despesas correspondentes por conta da empresa infratora.

Art. 7.º — Será concedido o prêmio de Cr\$ 10 000,00 (dez mil cruzeiros) às empresas que constituírem instalações de tratamento dentro de 6 (seis) meses a contar da data da publicação do presente decreto-lei.

Art. 8.º — No caso de transgressão ao disposto no parágrafo único do art. 2.º deste decreto-lei, ficarão os infratores sujeitos ao pagamento da multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por dia em que forem feitos despejos de resíduos industriais em águas interiores.

Art. 9.º — Para funcionamento da Comissão Permanente de Proteção dos Cursos d'Água, no corrente ano, é aberto um crédito especial de Cr\$ 15 000,00.

Art. 10 — Dentro do prazo de 60 dias, a contar da data de publicação do presente decreto-lei, a Comissão Permanente de Proteção dos Cursos d'Água deverá elaborar o seu Regulamento, submetendo-o à apreciação do secretário de Saúde e Educação para aprovação pelo chefe do governo do Estado.

Art. 11 — Revogam-se as disposições em contrário.

José Domingues.
Ageu Magalhães.
Murilo Coutinho.
João Rosendo Carneiro de Albuquerque.

"Diário Oficial" de Pernambuco de 1-8-946.



RIO-DE-JANEIRO

Decreto-lei n.º 1 694, de 26 de julho de 1946

O Interventor Federal no Estado do Rio-de-Janeiro, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 4 000 000,00 (quatro milhões de cruzeiros) destinado ao prosseguimento das obras da Central de Macabu.

Art. 2.º — O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Os secretários de Estado de Viação e Obras Públicas e das Finanças assim o tenham entendido e façam executar.

Palácio do Governo, em Niterói, 26 de julho de 1946. — *Lúcio Meira*. — *Hélio de Macedo Soares e Silva*. — *Raul Quaresma de Moura*.

"Diário Oficial" do Rio-de-Janeiro, 27-7-946.

☆

Decreto-lei n.º 1 720, de 23 de agosto de 1946

O Interventor Federal no Estado do Rio-de-Janeiro, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e devidamente autorizado pelo Presidente da República,

Decreta:

Art. 1.º — Fica o governo do Estado autorizado a realizar uma operação de crédito com a Caixa Econômica Federal até a quantia de Cr\$ 25 000 000,00, aos juros máximos de 8 % ao ano, quantia esta que deverá ser empregada exclusivamente na conclusão das obras da Usina Hidro-Elétrica de Macabu.

Art. 2.º — O prazo de resgate do referido empréstimo será, no máximo, de 15 anos, com amortizações e juros pagos semestralmente.

Art. 3.º — Em garantia e como caução do empréstimo a ser contratado com a Caixa Econômica Federal fará o Estado a emissão especial de 36 000 títulos, do valor nominal de Cr\$ 1 000,00 cada um, à taxa de juros de 8 % ao ano, para resgate no prazo máximo de 15 anos, devendo os mesmos ser admitidos à cotação na Bolsa de Fundos Públicos do Rio-de-Janeiro.

§ 1.º — As apólices, ou as cautelas em que poderão ser emitidas, serão assinadas pelo secretário das Finanças.

§ 2.º — Para garantia das obrigações assumidas, logo que a Caixa Econômica julgar necessário, o Estado emitirá os títulos definitivos e, se não o fizer dentro do prazo máximo de 90 dias, da solicitação daquele estabelecimento de crédito, poderá este emití-los por conta do Estado, ficando, desde já, investido dos poderes necessários à alienação dos títulos.

Art. 4.º — O Estado fará consignar, nos seus orçamentos, verbas necessárias para atender às despesas com o pagamento de juros e amortizações do empréstimo.

Art. 5.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O secretário das Finanças assim o tenha entendido e faça executar.

Palácio do Governo, em Niterói, 23 de agosto de 1946. — *Lúcio Meira*. — *Raul Quaresma de Moura*.

"Diário Oficial" do Rio-de-Janeiro, 24-8-946.

☆

Decreto-lei n.º 1 723, de 24 de agosto de 1946

O Interventor Federal no Estado do Rio-de-Janeiro, usando da atribuição que lhe confere o artigo 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica extinto, na carreira de professor (ensino secundário), do Q. P., — Instituto de Educação do Estado do Rio-de-Janeiro, — 1 cargo da classe E, de professor de História Natural.

Art. 2.º — Fica criado, no Q. P., na carreira de professor (ensino secundário), — Instituto de Educação do Estado do Rio-de-Janeiro, — 1 cargo da classe E, de professor de Geografia, Corografia do Brasil e Cosmografia.

Art. 3.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Os secretários de Educação e Saúde e das Finanças assim o tenham entendido e façam executar.

Palácio do Governo, em Niterói, 24 de agosto de 1946. — *Lúcio Meira*. — *Antônio Pereira Nunes*. — *Raul Quaresma de Moura*.

"Diário Oficial" do Rio-de-Janeiro, 25-8-946.

★

SANTA-CATARINA

Decreto-lei n.º 191

Abre crédito especial.

O Interventor Federal no Estado de Santa-Catarina, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto, por conta da arrecadação do corrente exercício, o crédito especial de sessenta e nove mil cruzeiros (Cr\$ 69 000,00), sendo:

Cr\$ 60 000,00 — destinada ao pagamento de despesas feitas com a instalação do Departamento Estadual de Geografia e Geologia, e

Cr\$ 9 000,00 — para pagamento, durante os meses de julho a dezembro do corrente ano, do aluguel do prédio em que funciona o mesmo Departamento.

Art. 2.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 9 de agosto de 1946. — *Udo Deeke*. — *João Davi Ferreira Lima*. — *Carlos Gomes de Oliveira*. — *Leoberto Leal*.

"Diário Oficial" de Santa-Catarina, 12-8-946.

Resoluções do Instituto Brasileiro
de Geografia e Estatística

Conselho Nacional de Geografia

VII Sessão de Assembléia-Geral

Ementário das Resoluções n.ºs 173 a 210 aprovadas em 1946

N.º da Resolução	EMENTA	N.º da Resolução	EMENTA
173	Elege os membros das Comissões Regimentais da Assembléia.	191	Dispõe sobre a participação do Brasil na IV Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.
174	Presta homenagem aos geógrafos brasileiros falecidos durante o período de julho de 1945 a junho de 1946.	192	Dispõe sobre o financiamento da aquisição do Edifício Iguaçú.
175	Expressa agradecimentos ao Consulado Geral do Brasil em New York.	193	Determina o preparo de mapas gerais das Unidades da Federação e provê à sua impressão com o concurso dos respectivos governos.
176	Dispõe sobre a participação do Conselho nas comemorações do cinquentenário da cidade de Belo Horizonte.	194	Aprova as contas do Conselho.
177	Determina a participação do Conselho no II Congresso de História da Revolução de 1894.	195	Aprova os novos valores das áreas do Brasil e das Unidades Políticas.
178	Dá nova organização às Comissões Técnicas.	196	Recomenda a realização de pesquisas geográficas pelos órgãos regionais de Cartografia.
179	Provê à publicação de esquemas informativos, sobre os municípios brasileiros.	197	Promove a ereção de um monumento de significação continental.
180	Organiza os Cursos de Férias para os professores de Geografia do ensino secundário.	198	Recomenda a publicação dos atos legislativos do Instituto.
181	Determina o preparo de pequenas geografias das Unidades Federadas destinadas a divulgação e às escolas e provê à sua edição em colaboração com os respectivos governos.	199	Regista aplausos pela solução do litígio de limites entre os Estados de Pernambuco e Alagoas e consigna apelos para a solução dos remanescentes casos de limites interestaduais.
182	Baixa disposições sobre o concurso de monografias de aspectos municipais de 1947.	200	Dispõe sobre o levantamento das plantas das cidades e vilas brasileiras, como contribuição cartográfica ao censo de 1950.
183	Institui o serviço das excursões de estudos destinado a facilitar o conhecimento das paisagens brasileiras pelos interessados.	201	Elege os membros das Comissões Técnicas.
184	Institui o Curso de Informações Geográficas nas Unidades da Federação.	202	Homenageia a Assembléia Nacional Constituinte
185	Renova o apêlo para a criação de órgãos geográficos nas Unidades Federadas.	203	Manifesta-se sobre os acontecimentos geográficos ocorridos no país, desde julho de 1945.
186	Faz recomendações acerca da nomenclatura dos logradouros públicos.	204	Promove o estudo dum semanário ilustrado sobre a Geografia Nacional, destinado à divulgação popular.
187	Sugere a criação da cadeira de Geografia Regional na Faculdade Nacional de Filosofia.	205	Institui o cadastro dos técnicos e professores de Geografia e Cartografia.
188	Oferece sugestões quanto à atividade da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.	206	Congresso de São Leopoldo.
189	Institui inquéritos de natureza geográfica.	207	Aprova os atos dos Diretórios relativos a 1945.
190	Aprova a participação do Conselho no II Congresso Pan-Americano de Engenharia de Minas e Geologia.	208	Promove a tiragem de fotografias aéreas do território nacional em regime de cooperação.
		209	Atende a uma solicitação do ministro da Educação.
		210	Determina a gravação fonográfica de frases dos delegados à Assembléia.

Se precisar de alguma informação sobre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá prontamente — se a consulta não for de caráter sigiloso.

Diretório Central

Íntegra das Resoluções de n.º 236 a 239

Resolução n.º 236, de 3 de abril de 1946

Apresenta congratulações ao secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando que o Eng. Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, foi distinguido com o cargo de presidente da Comissão de Geografia Aplicada, do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, cuja sede será o Rio-de-Janeiro:

RESOLVE:

Artigo único — O Diretório Central apresenta ao seu secretário-geral, Eng. Christovam Leite de Castro, ora tomando parte na reunião

dos dirigentes do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, como representante do Brasil, as mais efusivas congratulações pela criação da Comissão de Geografia Aplicada e sua conseqüente designação para presidir a referida Comissão.

Rio-de-Janeiro, em 3 de abril de 1946, ano X do Instituto. — Conferido e numerado — Publique-se — *Heitor Bracet*, Presidente do Instituto em exercício. — Visto e rubricado — *Alberto Raja Gabaglia*, no impedimento do secretário-geral.

★

Resolução n.º 237, de 3 de abril de 1946

Autoriza a Secretaria Geral a adquirir obras de interesse geográfico

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso de suas atribuições;

Considerando a conveniência de ser estimulada a divulgação de obras de caráter geográfico;

Considerando que, para o intercâmbio cultural, necessita o Conselho, obter contribuições especializadas;

RESOLVE:

Artigo único. — Fica autorizada a Secretaria Geral a adquirir ao preço de cinquenta

cruzeiros (Cr\$ 50,00) a unidade, quinze (15) exemplares da obra intitulada *O Ceará*, de autoria de Raimundo Girão e Antônio Martins Filho, correndo as despesas por conta da verba própria do orçamento vigente do Conselho.

Rio-de-Janeiro, em 3 de abril de 1946, ano X do Instituto. — Conferido e numerado — *Laura de Moraes Sarmiento*, no impedimento do secretário-assistente; Visto e rubricado — *Alberto Raja Gabaglia*, no impedimento do secretário-geral. Publique-se — *Heitor Bracet*, Presidente do Instituto em exercício.

★

Resolução n.º 238, de 3 de abril de 1946

Dá nova organização ao Laboratório Foto-Cartográfico do Conselho Nacional de Geografia

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando que a instalação das novas máquinas adquiridas nos Estados Unidos exige a reestrutura do Laboratório Foto-Cartográfico:

Considerando que a reorganização e ampliação deste Laboratório além de necessárias, virão beneficiar consideravelmente os trabalhos cartográficos, permitindo a confecção dos clichês para impressão de cartas;

Considerando que a reforma proposta será realizada com os recursos orçamentários previstos para 1946;

RESOLVE:

Art. 1.º — O Laboratório Foto-Cartográfico compreenderá cinco (5) setores, a saber: Foto-Cartografia, Foto-Litografia, Fotografia, Composição de Tipos e Cinematografia Aplicada.

Art. 2.º — Cada um desses setores será dirigido por um encarregado com direito a uma gratificação variável conforme o setor, e, em nenhuma hipótese superior a quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) mensais.

Art. 3.º — O Laboratório será dirigido por um chefe em comissão que, para efeito de

vencimentos fica equiparado aos chefes de Secção.

Rio-de-Janeiro, em 3 de abril de 1946, ano X do Instituto. Conferido e numerado — Visto e rubricado — *Alberto Raja Gabaglia*, no impedimento do secretário-geral. Publique-se — *Heitor Bracet*, Presidente do Instituto em exercício.

★

Resolução n.º 239, de 3 de abril de 1946

Expressa ao Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística congratulações pela criação da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, com sede nesta capital

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando que a recente criação da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, proporcionou ao Brasil merecido relevo no meio cultural geográfico do continente;

Considerando que a criação da referida Secção foi preconizada pela Resolução n.º 44, da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, realizada em agosto de 1944, nesta capital, sob o patrocínio do Conselho Nacional de Geografia, a qual foi presidida por S. Excia. o Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Considerando, ainda, que a distinção conferida ao Brasil e ao seu órgão especializado

traduz os meritórios esforços e o prestígio incontestado do Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, seu preclaro presidente;

RESOLVE:

Artigo único — Ficam expressas a S. Excia. o Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares as mais sinceras e vivas congratulações pela deliberação do Instituto Pan-Americano de Geografia e História de entregar ao Brasil a sua Comissão de Geografia recém-criada, que terá sede nesta cidade.

Rio-de-Janeiro, em 3 de abril de 1946, ano X do Instituto. Conferido e numerado *Laura de Moraes Sarmiento*, no impedimento do secretário-assistente; Visto e rubricado — *Alberto Raja Gabaglia*, no impedimento do secretário-geral; Publique-se — *Heitor Bracet*, Presidente do Instituto em exercício.

■ Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.

Diretórios Regionais

SÃO PAULO

Íntegra das Resoluções n.ºs 16 a 21

• Resolução n.º 16, de 27 de março de 1942

Dispõe sobre a apresentação de relatórios anuais, por parte dos Diretórios Municipais de Geografia.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado de São-Paulo, usando das suas atribuições;

Considerando o disposto na Resolução n.º 96, de 25 de julho de 1941 da Assembléia Geral do Conselho;

Considerando os termos das Resoluções ns. 10 e 11, d'este Diretório;

Resolve:

Art. 1.º — Os Diretórios Municipais de Geografia no Estado de São-Paulo, encaminharão à Secretaria d'este Diretório, até o dia 30 de abril, os relatórios previstos na Resolução n.º 11, de 18 de abril de 1941.

Parágrafo único — Esses relatórios abrangem as atividades concernentes ao ano civil: janeiro a dezembro.

Art. 2.º — Os inquéritos anuais, estabelecidos pela Resolução n.º 10 de 5 de março de 1941, serão também encaminhados até o dia 30 de abril.

Parágrafo único — O período previsto no item I do anexo da Resolução n.º 10 fica substituído pelo compreendido entre 1 de janeiro a 31 de dezembro.

São-Paulo, 27 de março de 1942. — Visto e rubricado — *Valdemar Lefèvre*, secretário. Publique-se — *Paulo de Lima Correia*, presidente.

☆

Resolução n.º 17, de 27 de março de 1942

Encarece a necessidade de serem prontamente instalados quatro Diretórios Municipais.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado de São-Paulo, usando das suas atribuições e especialmente das previstas no art. 23 do Regulamento do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando que os municípios de Colina, Prainha, Presidente Bernardes e São-Vicente até esta data não instalaram os respectivos Diretórios Municipais;

Considerando a recomendação feita em Resolução n.º 7, de 11 de maio de 1938, do Diretório Central do Conselho;

Considerando que em 29 de maio de 1942 vai se comemorar o sexto aniversário da instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Resolve:

Art. 1.º — Formular um veemente apêlo aos senhores prefeitos municipais de Colina, Prainha, Presidente Bernardes e São-Vicente, no sentido de instalarem até o dia 29 de maio próximo futuro, os seus Diretórios Municipais de Geografia.

Art. 2.º — Propor que a Secretaria d'este Diretório encaminhe um *dossier* com todos os elementos elucidativos, necessários ao pronto cumprimento do estabelecido no art. 1.º.

São-Paulo, 27 de março de 1942. Visto e rubricado — *Valdemar Lefèvre*, secretário. Publique-se — *Paulo de Lima Correia*, presidente.

☆

Resolução n.º 18, de 10 de abril de 1942

Dispõe sobre a concessão de prêmio a trabalho apresentado no exercício de 1941.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado de São-Paulo, usando das suas atribuições;

Considerando os termos da Resolução n.º 4, de 26 de junho de 1939;

Considerando as sugestões da Comissão encarregada de julgar os trabalhos apresentados em 1941, sobre a Geografia do Estado;

Considerando a necessidade de se estimular ainda o restrito grupo de intelectuais que se dedicam aos estudos do território estadual, ainda mal conhecido;

Resolve:

Artigo único — Propor ao senhor secretário da Agricultura Indústria e Comércio que seja autorizada a concessão de um prêmio de um conto de réis ao concorrente Lagrange, ao concurso aberto para a apresentação de teses e memórias relativas à Geografia Física ou Política.

Parágrafo único. — A despesa poderá correr por conta do empenho de três contos de réis. — Nota n.º 204/4223 de 19 de abril de 1941 do Instituto Geográfico e Geológico, destinada ao pagamento de prêmio a ser conferido por este Diretório, de acordo com a autorização do Sr. secretário da Agricultura e com a Resolução n.º 4, de 26 de junho de 1939, ou por verba a juízo do governo.

São-Paulo, 10 de abril de 1942. — Visto e rubricado — *Valdemar Lefèvre*, secretário. — Publique-se — *Paulo de Lima Correia*, Presidente.

☆

Resolução n.º 19, de 17 de abril de 1942

Encarece a necessidade de ser mantida a contribuição para os levantamentos geográficos, no Estado.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado de São-Paulo, usando das suas atribuições;

Considerando que é do máximo interesse, tanto municipal como estadual e mesmo nacional, o prosseguimento dos trabalhos geográficos que o Instituto Geográfico e Geológico vem realizando, segundo os requisitos do Decreto-lei federal n.º 311;

Considerando que esses trabalhos estão sendo realizados com contribuição dos municípios;

Considerando que se acha no Departamento Administrativo um projeto de Resolução no sentido de se revogar a lei que estipulou a mesma contribuição;

Considerando que os trabalhos geográficos devem ser intensificados, afim de cobrirem os 2/3 do território estadual que ainda não estão levantados;

Considerando ainda a necessidade de ser continuada a grandiosa obra encetada pelo governo do eminente Presidente Vargas, mantendo em plano bem elevado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para melhor conhecimento do nosso território;

Resolve:

Artigo único -- Apelar para o Exmo. Sr. interventor federal, afim de que seja mantida a contribuição anual, por parte do Estado, igual àquela que fornecem os municípios, para prosseguimento dos trabalhos geográficos, em execução pelo Instituto Geográfico e Geológico. Esses trabalhos não devem sofrer retardamento e, antes, devem desenvolver-se satisfatoriamente, tendo em vista a sua grande importância para a nação.

São-Paulo, 17 de abril de 1942. — Visto e rubricado — *Valdemar Lefèvre*, secretário. — Publique-se — *Paulo de Lima Correia*, Presidente.

☆

Resolução n.º 20, de 18 de dezembro de 1942

Regulamenta a apresentação de trabalhos que interessem a Geografia e dispõe sobre a concessão de prêmios.

O Diretório Regional de Geografia no Estado de São-Paulo, no uso de suas atribuições:

Resolve:

Art. 1.º — Ficam instituídos por este Diretório um primeiro e um segundo prêmio, que serão concedidos, todos os anos, aos autores de memórias, monografias e trabalhos congêneres que interessarem a Geografia do Estado de São-Paulo, observadas as condições e normas abaixo:

Art. 2.º — Os prêmios serão respectivamente de Cr\$ 3 000,00 e Cr\$ 2 000,00;

Parágrafo único. — O primeiro prêmio de Cr\$ 3 000,00 será conferido ao trabalho de 1.ª ordem, ainda que resumido, e o segundo a trabalho de 2.ª ordem, consoante parecer da respectiva Comissão.

Art. 3.º — Para fazer jus a prêmio, qualquer trabalho deverá satisfazer as seguintes condições:

1.ª — Ser inédito na forma e no conteúdo e escrito em bom vernáculo.

2.ª — Ser apresentado até 31 de outubro de cada ano, em 4 exemplares, dactilografado em papel formato almagô, branco e assinado com pseudônimo, cuja identificação se fará após o julgamento e classificação, pelo modo ordinariamente seguido, consistindo na colocação do nome do verdadeiro autor, em envelope fechado, entregue com o trabalho e que será aberto por ocasião da identificação.

Art. 4.º — Encerrado o recebimento, o Diretório nomeará, na primeira reunião que se seguir, a Comissão julgadora dos trabalhos.

Parágrafo único. — A Comissão será composta de três membros, todos brasileiros natos, sendo um do Diretório Regional, um do Instituto Geográfico e Geológico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Art. 5.º — A Comissão encerrará o exame e julgamento até 15 de dezembro, fazendo, então, entrega de seu parecer ao Diretório, para as providências atinentes ao pagamento do prêmio ou prêmios.

Parágrafo único — A Comissão será soberana em seu julgamento desde que este tenha a concordância absoluta de seus componentes. No caso, porém, de qualquer divergência, caberá ao Diretório decidir em plenário.

Art. 6.º — Haverá no Diretório, com as formalidades de abertura e encerramento, um livro destinado ao registro dos trabalhos oferecidos a concurso.

Art. 7.º — Cada concorrente poderá apresentar apenas um trabalho.

Art. 8.º — Ao Diretório serão adjudicados os direitos autorais dos trabalhos premiados.

Parágrafo único. — Os não premiados, com exclusão da 1.ª via, poderão ser devolvidos aos seus autores, desde que solicitados dentro do prazo de noventa dias, após o julgamento.

Art. 9.º — Revogam-se as disposições em contrário.

São-Paulo, 18 de dezembro de 1942. — Visto e rubricado — *Valdemar Lefèvre*, secretário. — Publique-se — *Paulo de Lima Correia*, Presidente.

☆

Resolução n.º 21, de 18 de dezembro de 1942

Apresenta congratulações ao Exmo. Sr. secretário da Agricultura, Indústria e Comércio.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado de São-Paulo, usando das suas atribuições;

Considerando que os Congressos Brasileiros de Geografia vêm sendo patrocinados pelo Conselho Nacional de Geografia, desde 1940;

Considerando que esses congressos muito têm concorrido para o melhor conhecimento do território pátrio;

Considerando que o Instituto Geográfico e Geológico, órgão técnico da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, acaba de aderir ao X Congresso Brasileiro de Geografia, na qualidade de membro protetor;

Resolve:

Artigo único — O Diretório Regional de Geografia no Estado de São-Paulo congratula-se com o senhor secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo apoio que Sua Excelência vem dispensando ao X Congresso Brasileiro de Geografia, a se realizar em setembro de 1943 na capital do Estado do Pará.

São-Paulo, 18 de dezembro de 1942. — Visto e rubricado — *Cícero de Freitas* pelo secretário. — Publique-se — *Valdemar Lefèvre* pelo Presidente.